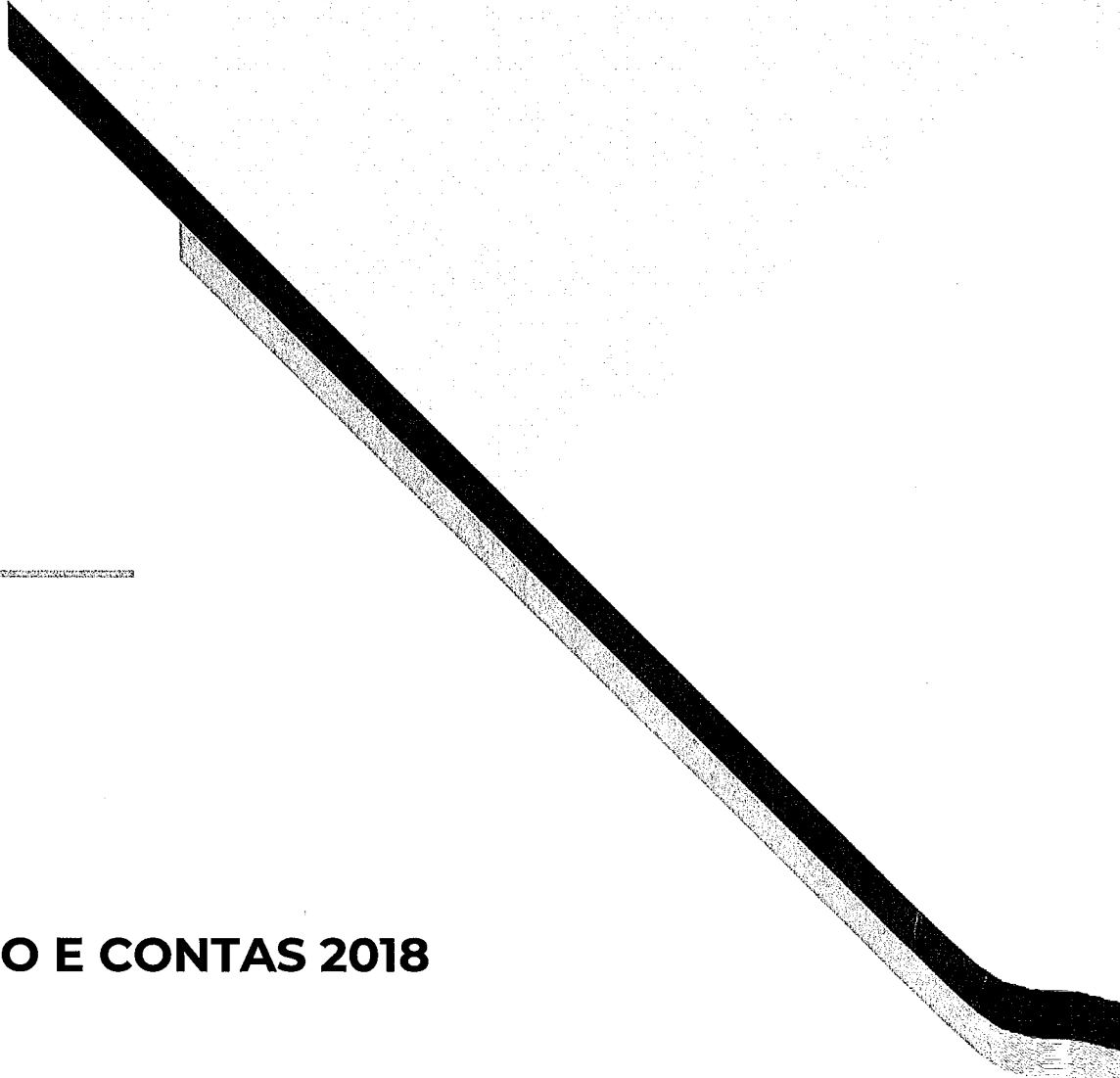




RELATÓRIO E CONTAS 2018

ÍNDICE

RELATÓRIO E CONTAS – INDIVIDUAIS

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	7
2 - VALORES CARACTERÍSTICOS - EDA.....	9
3 – RELATÓRIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	12
3.1. – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	13
3.1.1. – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL.....	14
3.1.1.1 Enquadramento Macroeconómico.....	14
3.1.1.2. Enquadramento Setorial.....	22
3.1.1.3. Regulação Económica.....	27
3.1.2. ATIVIDADE.....	32
3.1.2.1. Comercial.....	32
3.1.2.2. Transporte e Distribuição.....	35
3.1.2.3. Produção.....	37
3.1.2.4. Investimento.....	42
3.1.3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	45
3.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE.....	54
3.1.4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais.....	54
3.1.4.2. Ações próprias.....	64
3.1.4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores.....	64
3.1.4.4. Sucursais da sociedade.....	64
3.1.4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período.....	64
3.2. – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	65
4. APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS.....	66
4.1. DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS – ELECTRICIDADE DOS AÇORES S. A.....	67
4.1.1. Balanço.....	68
4.1.2. Demonstração dos resultados.....	69
4.1.3. Demonstração das alterações no capital próprio.....	70
4.1.4. Demonstração de fluxos de caixa.....	71
4.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	72
4.3. APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS.....	138
4.3.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	139
4.3.2. Certificação Legal de Contas.....	144
4.3.3. Relatório de Auditoria.....	150
5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	158

RELATÓRIO E CONTAS – CONSOLIDADAS

1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO.....	171
2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS.....	172
3. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA.....	172
4. RELATÓRIO DO GRUPO EDA.....	174
4.1. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	175
4.1.1. Desempenho.....	176
4.1.1.1. EDA.....	176
4.1.1.2. EDA RENOVÁVEIS.....	178
4.1.1.3. Globaleda.....	182
4.1.1.4. SEGMA.....	183
4.1.1.5. Norma Açores.....	184
4.1.1.6. Controlauto Açores Lda.....	184
4.1.2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	187
5. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA.....	196
5.1 DOMÍNIO SOCIAL.....	196
5.1.1 A equipa do GRUPO EDA.....	196
5.1.2 Formação e desenvolvimento.....	202
5.1.3 Saúde no trabalho.....	205
5.1.4 Segurança no trabalho.....	206
5.1.5 Ética e prevenção da corrupção.....	208
5.2 DOMÍNIO AMBIENTAL.....	210
5.2.1 Gestão ambiental.....	212
5.2.2 Prevenção da Poluição e Emergências Ambientais.....	215
5.2.3 Utilização sustentável dos recursos ambientais.....	215
5.2.4 Envolvimento com a Comunidade.....	225
5.2.5 Inovação.....	229
6. APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS – GRUPO EDA.....	234
6.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	235
6.1.1. Demonstração consolidada da posição financeira.....	236
6.1.2. Demonstração consolidada do rendimento integral.....	237
6.1.3. Demonstração consolidada das alterações no capital próprio.....	238
6.1.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa.....	239
6.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	240
6.3. APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS.....	317
6.3.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	318
6.3.2. Certificação Legal das Contas Consolidadas.....	321
6.3.3. Relatório de auditoria.....	340

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2014 a 2018	10
Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2015 a 2018	11
Tabela 3 – Emissão e aquisição de energia (GWh), por tecnologia, de 2014 a 2018	25
Tabela 4 – Número de clientes e consumo por clientes de 2014 a 2018	32
Tabela 5 – Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2014 a 2018	33
Tabela 6 – Quilométricas das ações de inspeção e manutenção MT/ AT (aérea)	36
Tabela 7 – Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2014 a 2018	38
Tabela 8 – Ponta máxima anual (kW), por ilha, em 2017 e 2018	39
Tabela 9 – Manutenções em centros produtores	41
Tabela 10 – Investimento realizado (10 ³ euros) em 2018	42
Tabela 11 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2017 e 2018	45
Tabela 15 – Balanço da EDA, em 2017 e 2018	48
Tabela 16 – Resultados do período da EDA, em 2017 e 2018	50
Tabela 17 – Evolução da dívida financeira da EDA, em 2017 e 2018	52
Tabela 18 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2017 e 2018	52
Tabela 19 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2018	53
Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação	170
Tabela 21 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2014 a 2018	172
Tabela 22 – KPI Sociais de 2014 a 2018	172
Tabela 23 – KPI Ambientais de 2014 a 2018	173
Tabela 24 – Indicadores económico financeiros da EDA de 2014 a 2018	177
Tabela 25 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2018	178
Tabela 26 – Indicadores económico financeiros da EDA RENOVÁVEIS, de 2014 a 2018	179
Tabela 27 – Investimento realizado em 2018	180
Tabela 28 – Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2014 a 2018	182
Tabela 29 – Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2014 a 2018	183
Tabela 30 – Indicadores económico financeiros da NORMA AÇORES, de 2014 a 2018 4.1.1.6. Controlauto Açores Lda	184
Tabela 31 – Indicadores económico financeiros da CONTROLAUTO – AÇORES, de 2014 a 2018	186
Tabela 32 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2017 e 2018	187
Tabela 33 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2017 e 2018	190
Tabela 34 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2016 e 2017	192
Tabela 35 – Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2017 e 2018	193
Tabela 36 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2018	194
Tabela 37 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2018	194
Tabela 38 – Número de trabalhadores por empresa e género - 2015 a 2018	197
Tabela 39 – Número de trabalhadores por empresa e faixa etária - 2015 a 2018	198
Tabela 40 – Número de saídas por empresa e faixa etária - 2015 a 2018	199
Tabela 41 – Número de admissões por empresa e género - 2015 a 2018	199
Tabela 42 – Novas contratações por empresa e faixa etária - 2015 a 2018	200

Tabela 43 – Saídas por empresa e género - 2015 a 2018.....	200
Tabela 44– Trabalhadores do Grupo EDA por chefia e género –2018.....	202
Tabela 45- Número de exames por empresa e tipologia – 2018.....	205
Tabela 46- Número de exames por empresa – 2015 a 2018.....	205
Tabela 47- Número de visitas por empresa – 2015 a 2018.....	205
Tabela 48 - Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas de 2015 a 2018.....	220
Tabela 49- Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2018.....	222

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – Indicadores financeiros EDA, de 2014 a 2018.....	9
Gráfico 2 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2014 a 2018.....	9
Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2014 a 2018.....	10
Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE28.....	23
Gráfico 5 - Consumo per capita de 2013 a 2018.....	23
Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2018.....	23
Gráfico 7 – Aquisição de energias renováveis/recursos endógenos (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2018.....	25
Gráfico 8 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2018.....	26
Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2014 a 2018.....	33
Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2016 a 2018.....	34
Gráfico 11 - Potência térmica instalada por ilha.....	37
Gráfico 12 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha.....	38
Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2013 a 2018.....	40
Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2014 a 2018.....	42
Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2014 a 2018.....	43
Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2017 e 2018.....	50
Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2017 e 2018.....	51
Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2017 e 2018.....	51
Gráfico 19 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2018.....	169
Gráfico 20 – Valor Económico Gerado e Distribuído.....	172
Gráfico 21 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2014 a 2018.....	179
Gráfico 22 - Investimento total a preços correntes 2014 a 2018.....	180
Gráfico 23 – Investimento a custos técnicos de 2014 a 2018.....	181
Gráfico 24 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2017 e 2018.....	192
Gráfico 25 – Resultados do Grupo EDA em 2017 e 2018.....	193
Gráfico 26 – Qualificações dos trabalhadores do Grupo EDA - 2018.....	201
Gráfico 27 – Número de horas de formação e participações, por empresa e por ano – 2015 a 2018.....	204
Gráfico 28 – Acidentes com e sem baixa médica e mortais, por género e por empresa – 2016 a 2018.....	207
Gráfico 29 – Índice de Frequência, Gravidade e Incidência, por empresa – 2016 a 2018.....	208
Gráfico 30 – Partes interessadas.....	210
Gráfico 31 – Consumo das principais matérias no grupo EDA.....	215
Gráfico 32 – Eficiência energética – 2015 a 2018.....	216
Gráfico 33 – Evolução do consumo de água nas Centrais Termoelétricas da EDA.....	217
Gráfico 34– Relação entre o usos da água pelas diversas atividades desenvolvidas pela EDA e a quantidade de água disponível em cada ilha (água superficial e água subterrânea explorável) a.....	217
Gráfico 35 – Produção de resíduos 2015 a 2018 e tipologia dos resíduos.....	219
Gráfico 36 – Distribuição do destino dos resíduos.....	220
Gráfico 37 - Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoelétricas de 2015 a 2018.....	220
Gráfico 38 – Total de CO2 emitido e Emissões Específicas de CO2 – 2015 -2018.....	222
Gráfico 39 - Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2018.....	222
Gráfico 40 – Mix energético 2018.....	224

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas

O ano de 2018 foi um bom ano para o Grupo EDA. Todas as empresas do grupo apresentaram, mais uma vez, resultados positivos e o resultado consolidado, apesar dos aumentos significativos dos custos com pessoal, foi excelente.

Na EDA, a partir de 1 de janeiro de 2018, houve a recuperação integral das carreiras, em respeito pelo Acordo da Empresa, realizou-se um conjunto vasto de reenquadramentos, que estavam impedidos pelos diversos Orçamentos de Estado desde 2011, e proporcionou-se a subida de uma base de remuneração para quem se encontrava no topo da sua carreira há mais de dez anos e que tinha tido sempre um bom desempenho profissional. Para além disto, foram admitidos 40 novos trabalhadores em 2018 de forma a rejuvenescer os quadros da EDA e a fazer face às saídas que, entretanto, se verificaram. Só ao nível da EDA os custos com pessoal em 2018 aumentaram em cerca de 2,2 milhões de euros, ou seja, um aumento de 8% em relação a 2017.

É também de realçar que a aplicação dos Acordos de Empresa na EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA originaram aumentos significativos de custos com pessoal, e que mesmo assim estas empresas apresentaram excelentes resultados.

Uma palavra muito especial a todos os trabalhadores da NORMA e a todos os seus dirigentes. Apesar das vicissitudes que esta empresa passou ao longo do ano de 2018, com o processo de alienação das participações da EDA, os resultados apresentados são excelentes, o que demonstra a viabilidade desta empresa, a capacidade que tem de se inserir no mercado e a dedicação e empenho de todos os seus trabalhadores e administradores.

Durante o ano de 2018, o consumo de energia elétrica aumentou 1,3% em relação ao ano anterior. Tivemos um ano menos chuvoso e mais ventoso do que o ano de 2017, daí a queda da emissão de energia hídrica em cerca de 10% e o aumento da emissão eólica em cerca de 7%.

Com o funcionamento da Central Geotérmica do Pico Alto durante todo o ano de 2018, a emissão geotérmica aumentou em cerca de 6%. No ano passado, mais de um quarto do consumo de energia elétrica dos Açores é devido ao funcionamento das três centrais geotérmicas existentes. Esta maior produção de energia renovável originou um aumento

significativo nos resultados da EDA Renováveis que ultrapassaram, em 2018, os 10 milhões de euros.

A emissão térmica a partir de combustíveis fósseis atingiu, em 2018, 60,8% de toda a produção, o valor mais baixo de sempre.

Durante o ano transato, a EDA investiu cerca de 38,6 milhões de euros nas diversas infraestruturas necessárias ao bom funcionamento da empresa, 14 milhões nos sistemas electroprodutores, nomeadamente nas centrais de Belo Jardim, na ilha Terceira, Caldeirão, na ilha de São Miguel, e Santa Bárbara, na ilha do Faial e 13,4 milhões na melhoria das redes de transporte e de distribuição nas diversas ilhas dos Açores. Os sistemas de informação e de segurança foram também contemplados com uma verba de cerca de 1,4 milhões de euros. É já um valor significativo, mas que tenderá a aumentar nos próximos tempos dada a evolução que temos de operar nos sistemas de informação que suportam os sistemas comercial e financeiro.

Em termos de indisponibilidade da rede elétrica, indicador importante da qualidade de serviço, houve uma sensível melhoria em relação ao ano anterior. A produção e a distribuição têm vindo a melhorar muito a sua fiabilidade, fruto dos investimentos que têm sido realizados e da dedicação e competência dos seus quadros.

Gostaria aqui de endereçar uma palavra muito especial de agradecimento a todos os trabalhadores do Grupo EDA, a todas as suas chefias e aos colegas de Administração das diversas empresas. O vosso empenho e a dedicação demonstrados, ao longo do ano de 2018 foram essenciais para o bom desempenho do Grupo EDA. Estamos inseridos numa região arquipelágica, com nove centros produtores e com nove redes isoladas que só por si nos colocam enormes desafios. O nosso clima, por vezes agreste no inverno, e a nossa geografia obrigam-nos a custos elevados de investimento e de manutenção, em termos de centrais e de redes elétricas, mas também exigem uma qualificada equipa para o seu funcionamento e manutenção.

O ano de 2019 encerra enormes desafios, especialmente para a EDA e para EDA Renováveis. As outras empresas do Grupo têm também metas importantes a atingir. Queremos, pois, como Grupo continuar a criar riqueza, melhorar o nosso serviço e manter um excelente relacionamento com os nossos trabalhadores e especialmente com os nossos clientes.

Gostaria finalmente de deixar uma palavra de agradecimento aos Acionistas pela confiança que depositaram em nós. Quero em meu nome e em nome dos meus colegas da Administração reconhecer o apoio e o estímulo que sempre nos deram ao longo do ano que foi indispensável para atingir os bons resultados alcançados.

2 - VALORES CARACTERÍSTICOS - EDA

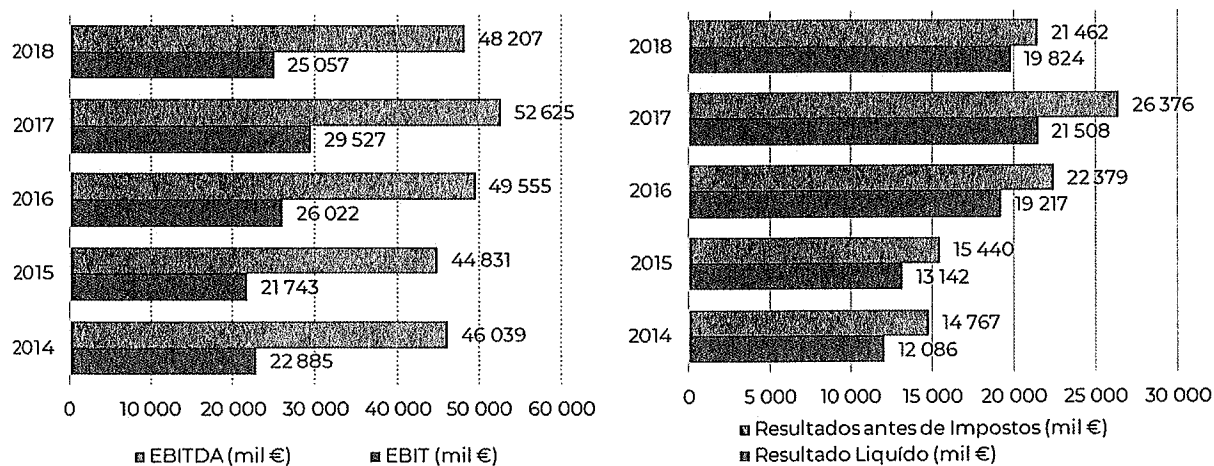


Gráfico 1 – Indicadores financeiros EDA, de 2014 a 2018

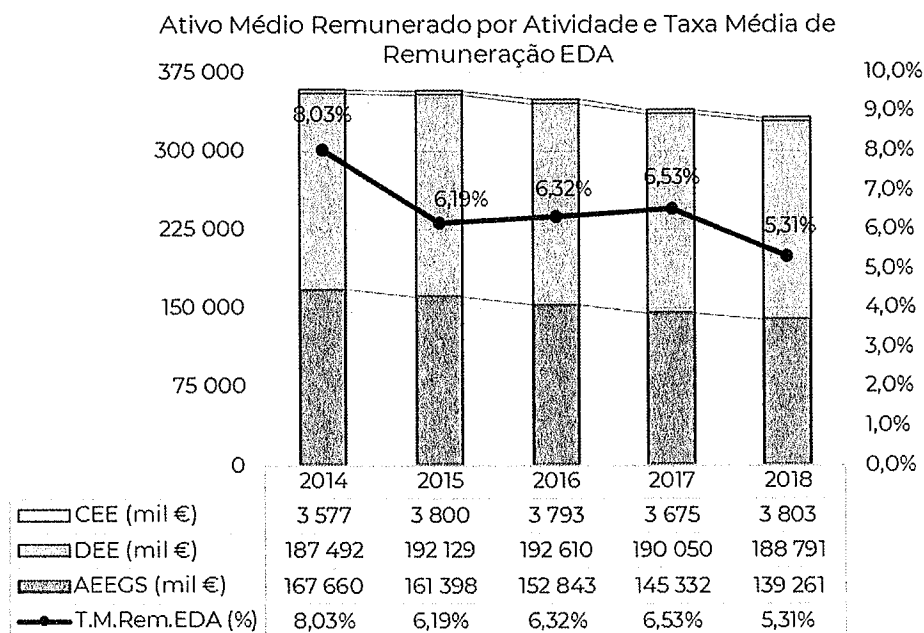


Gráfico 2 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2014 a 2018

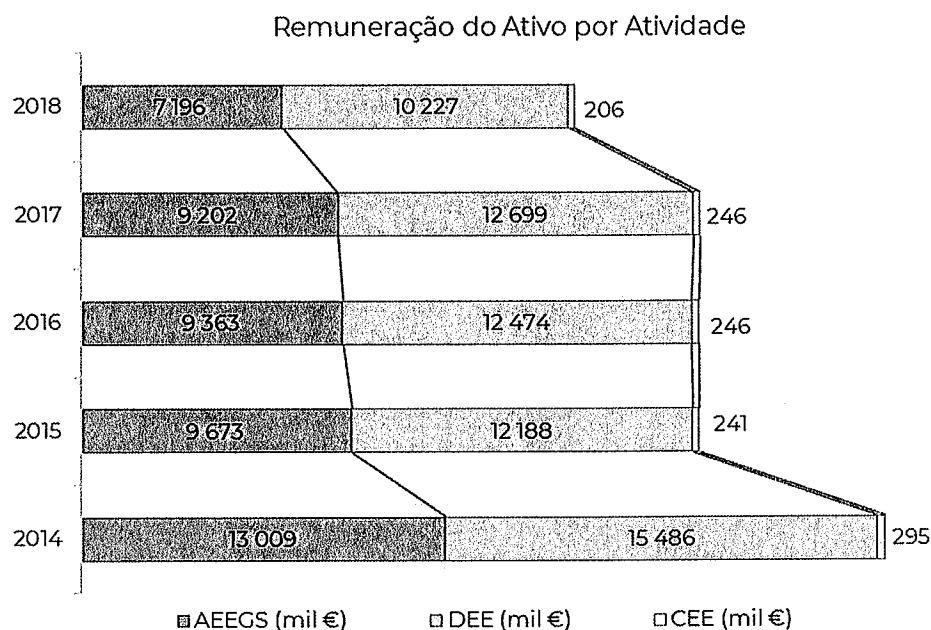


Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Emissão total (GWh)	770	772	781	784	795
Varição anual da emissão total (%)		0,2	1,2	0,5	1,3
Emissão térmica (GWh)	484	496	516	490	483
Varição anual da emissão térmica (%)		2,5	4,0	-4,9	-1,4
Emissão renovável/recursos endógenos (GWh)	286	275	265	294	311
Varição anual de emissão renovável/recursos endógenos		-3,8	-3,9	11,1	5,9
Consumo de serviços auxiliares (GWh)	19	20	20	19	19
Varição anual do consumo de serviços auxiliares (%)		4,0	3,9	-8,2	3,1
Consumo (GWh)	718	722	732	735	744
Varição anual do consumo de eletricidade		0,5	1,4	0,3	1,3
Comprimento de linhas AT/MT (km)	1890	1909	1947	1970	1986
Potência de transformação em PT (MVA)	571	582	599	597	603
Perdas na rede (%)	6,7	6,5	6,2	6,3	6,4
Tempo de interrupção equivalente da potência instalada da RAA (TIEPI) (hh:mm) ⁽¹⁾	4:49	3:51	2:56	3:09	2:29
Zona A	3:34	2:29	2:02	2:00	1:30
Zona B	2:01	2:50	2:14	3:04	1:57
Zona C	6:24	4:57	3:40	3:49	3:11
Número consumidores ⁽²⁾	122 128	122 759	123 339	124 194	125 140
MT	764	765	763	763	758
BT	121 364	121 994	122 576	123 431	124 382

⁽¹⁾ Inclui interrupções longas e curtas de todas as origens e naturezas⁽²⁾ Inclui instalações de consumo próprio

Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2014 a 2018

Número de Trabalhadores da EDA					
	Género	2015	2016	2017	2018
EDA,S.A.		109	110	112	114
		618	624	630	653
Total	 	727	734	742	767

Inclui trabalhadores cedidos

Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2015 a 2018

3 – RELATÓRIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

h
de
12
2
12
12
12
12
12

3.1. – RELATÓRIO DE GESTÃO

h
de fe
dz
A
Nc
V.
q

3.1.1. – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

3.1.1.1 Enquadramento Macroeconómico

A Economia Mundial

No ano de 2018, a economia mundial continuou a expandir-se a um ritmo sólido, num quadro de manutenção de condições favoráveis nos mercados financeiros e de trabalho e de níveis relativamente elevados da confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas. Ao longo do ano assistiu-se, no entanto, à materialização de alguns riscos, nomeadamente o aumento do protecionismo comercial e focos de turbulência financeira em certas economias emergentes mais vulneráveis, numa situação de normalização da política monetária dos EUA e de menor vontade de exposição ao risco por parte dos investidores internacionais.

O crescimento global é estimado em 3,5% para o 4º trimestre de 2018 e em 3,7% para a totalidade do ano. Em 2018, a taxa de inflação em todo o mundo foi, em média, 1,7%, mais 0,2 p.p. do que em 2017 (1,5%).

Na economia americana, a expansão continua, mas o cenário previsto é de desaceleração devido à retirada do estímulo fiscal. O comércio e o investimento diminuíram, a produção industrial fora dos EUA desacelerou e os índices PMI (*Purchasing Managers Index*) abrandaram, refletindo uma moderação do impulso da economia. A China também contribui para esta desaceleração, uma vez que a sua economia expandiu 6,6% em 2018, sendo o valor mais baixo registado nos últimos 28 anos. Esta desaceleração confirma uma perda de dinamismo do crescimento, com incerteza sobre o resultado das negociações comerciais entre os EUA e a China e sobre a eficácia dos estímulos da política interna que pesam nas perspetivas de curto prazo.

Na Área Euro, o crescimento económico abrandou, principalmente no segundo semestre devido à redução do crescimento do comércio mundial. A incerteza minou a confiança em alguns Estados-Membros e a produção foi afetada por fatores internos temporários, tais como perturbações na produção automóvel, tensões sociais e incertezas em matéria de política orçamental. De salientar que, o processo do *Brexit* continua a ser uma fonte de incerteza.

Segundo as projeções mais recentes do *World Economic Outlook*, o ritmo de expansão global está a enfraquecer de forma mais rápida do que o previsto. Perspetiva-se um crescimento económico global de 3,5% em 2019 e 3,6% em 2020. Nas economias avançadas em geral, prevê-se que o crescimento desacelere de 2,3% em 2018 para 2,0% em 2019 e 1,7% em 2020. Nas economias emergentes e em desenvolvimento projeta-se que o crescimento da atividade económica sofra um ligeiro recuo em 2019 para 4,5%, recuperando para 4,9% em 2020. Estas perspetivas refletem os efeitos dos menores fluxos de capitais após o aumento das taxas de juro de referência nos EUA e às depreciações das taxas de câmbio, embora estas tenham-se tornado menos extremas.

Economia dos Estados Unidos da América

As últimas estimativas avançadas para o PIB americano, divulgada pelo *Bureau of Economic Analysis*, apontam para que esta economia tenha crescido 2,6% no 4º trimestre, apresentando uma desaceleração relativamente aos 3,4% do trimestre anterior. Em termos anuais, o PIB real aumentou 2,9%, em 2018, 0,7 p.p. a mais face ao valor registado em 2017.

O aumento do PIB no 4º trimestre de 2018 refletiu contribuições positivas de gastos com consumo pessoal, investimentos fixos não-residenciais, exportações, investimento privado e gastos do governo federal. Estas foram parcialmente compensadas por contribuições negativas de investimentos fixos residenciais e gastos do governo estadual e local.

O ritmo de crescimento do PIB no 4º trimestre diminuiu, espelhando desacelerações no investimento privado, nos gastos com consumo pessoal, nos gastos do governo federal e uma queda nos gastos do governo estadual e local. Estes movimentos foram parcialmente compensados por um aumento nas exportações e uma aceleração no investimento fixo não residencial. As importações aumentaram menos no 4º trimestre do que no 3º trimestre.

O índice de preços PCE (Personal Consumption Expenditure) aumentou 2,0% em 2018, comparativamente ao aumento de 1,8% em 2017. Excluindo a componente mais volátil relativa à energia e produtos alimentares, o índice aumentou 1,9%, crescimento que compara com 1,6%, registado em 2017.

Em 2019, o crescimento da economia nos EUA deverá desacelerar ainda mais, pelo desaparecimento do estímulo dado pelo corte dos impostos de 2017. No final de janeiro de 2019, a declaração da Reserva Federal sinalizou que o Banco poderá não aumentar as taxas de juro durante 2019, ajudando os mercados de ações a recuperar e aliviar os medos de uma possível recessão. O escalar da guerra comercial com a China é o principal fator de risco para o crescimento e poderá, inclusivamente, ampliar a desaceleração do crescimento global. Um défice fiscal elevado e altos níveis de dívida corporativa constituem também vulnerabilidades importantes no médio prazo.

Economia Japonesa

A economia nipónica, terceira maior do mundo, apresenta um crescimento de 0,7% para o ano de 2018, menos 1,2% que o crescimento do produto verificado em 2017. Apesar dos desastres naturais e investimentos fracos terem causado uma contração no 3º trimestre, a economia recuperou no último trimestre de 2018, passando de uma contração de 2,4% para um crescimento de 1,9%. Nos últimos 3 meses, a atividade económica permaneceu estável em comparação com o período homólogo, sendo amplamente apoiada pelos gastos de consumo interno. No entanto, o desempenho do setor externo foi fraco devido à precária procura por produtos de tecnologia e pela desaceleração regional na Ásia, impulsionada principalmente pela China.

O consumo privado recuperou da contração de 0,8% do 3º trimestre, para registar um crescimento de 2,4% nos últimos três meses do ano, enquanto simultaneamente o crescimento do consumo público acelerou para 3,2%, mais 0,9% que o valor registado no período de julho a setembro. O crescimento do

investimento fixo recuperou para 6,1% no 4º trimestre, contudo não foi o suficiente para compensar a maior contração de 8,4% registada no trimestre anterior. Apesar de uma forte recuperação no investimento empresarial, visto que as empresas aumentaram os esforços para automatizar a produção de modo a superar a escassez de mão de obra e da aceleração do crescimento do investimento no setor residencial, foi o 6º trimestre consecutivo de queda nos gastos com o investimento público, contribuindo para a desaceleração do progresso económico.

Ao nível do setor externo, as exportações não conseguiram compensar a contração de 5,6% verificada no 3º trimestre, crescendo apenas 3,7% no 4º trimestre, devido à fraca procura regional, enquanto o crescimento das importações subiu para 11,3%, ou seja, menos 2,6% que no 3º trimestre. Desta forma, é de esperar que o fraco ambiente externo continue a pesar no crescimento futuro, embora a procura doméstica se mostre resistente.

O Governo japonês tem procurado medidas relativamente agressivas para conter o impacto do aumento dos impostos sobre o consumo, de 8% para 10%, previsto para outubro de 2019, nomeadamente, obras públicas destinadas a prevenir ou mitigar danos causados por desastres naturais e tornar o país menos vulnerável e, dessa forma, aumentar o investimento público.

Apesar de se prever uma expansão económica a um ritmo similar ao de 2018, o aumento previsto dos impostos sobre as vendas em outubro deverá pesar sobre o crescimento, no final do ano de 2019, ao que se junta uma perspetiva de comércio global incerta e que poderá abalar o setor externo.

Economia Chinesa

A economia chinesa, segunda maior economia do mundo, cresceu 6,6% em 2018, registando uma queda de 0,2 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior. É o ritmo de crescimento mais baixo dos últimos 28 anos, apesar de se encontrar em linha com as previsões e metas do Governo Chinês (crescimento cerca de 6,5%). A taxa de crescimento traduz uma desaceleração do crescimento da economia chinesa, que ainda não sentiu o impacto direto das taxas alfandegárias dos EUA, mas que já incorpora o seu efeito no ritmo de crescimento do consumo interno e do investimento pela falta de confiança gerada, decorrente do clima de guerra comercial que dominou as relações entre Pequim e Washington e que provocou uma queda nas exportações em dezembro.

Em termos nominais, o PIB da China ascendeu aos 11,66 biliões de euros (90,03 biliões de yuan) durante 2018. O setor dos serviços, a procura interna e o consumo interno foram os principais motores da economia, contribuindo com 76,2% do crescimento económico. O investimento em ativo fixo registou uma desaceleração tendo crescido 5,9% face ao crescimento de 7,2% em 2017. Ao conter o estímulo da dívida e restringir o acesso ao crédito, o Governo Chinês ajudou à queda do investimento em infraestruturas. A produção industrial também sofreu uma desaceleração, apesar de ligeira (0,4 p.p.), crescendo 6,2% em 2018.

A promessa de Pequim em diminuir os impostos poderá ser uma forma de ajudar a manter o crescimento da procura interna e ajudar na criação de emprego, que se manteve forte em 2018, com 13 milhões de postos de trabalho criados nas zonas urbanas. Em 2019, prevê-se que o crescimento

económico permanecerá fraco devido à moderação do crescimento doméstico, resultante das tensões comerciais entre a China e os EUA. Embora as autoridades possam contar com o apoio fiscal e de política monetária para evitar uma forte desaceleração, a escala do estímulo político será bastante limitada. Apesar da taxa de crescimento da China ficar muito acima das taxas verificadas na Europa, a desaceleração que Pequim tem vindo a registar desde 2011 é sinal de preocupação para o resto do mundo.

Economia da Zona do Euro

O Produto Interno Bruto (PIB), em 2018, cresceu na UE 1,9%, e 1,8% na área do euro, contra os 2,4% em 2017. Após um crescimento em 2017 que superou as expectativas, o ímpeto económico do início de 2018 dissipou-se significativamente ao longo do ano. O sentimento económico caiu ao longo do período devido ao aumento da incerteza em relação às políticas comerciais, nomeadamente entre os EUA e a China e a outras tensões geopolíticas.

A atividade económica na UE e na área do euro foi mais moderada no segundo semestre de 2018, devido ao abrandamento do crescimento do comércio mundial, ao aumento da incerteza e constrangimentos temporários na produção. Para tal evolução contribuem reduzidas taxas de crescimento em muitas economias dos Estados-Membros, nomeadamente, na Alemanha devido a fatores como o baixo consumo privado, fraca produção industrial após a introdução de novos padrões de emissões de combustível para veículos automóveis no 3º trimestre e procura externa moderada, na Itália devido a fraca procura interna, maiores custos de empréstimos e elevados riscos da dívida soberana e financeira e em França com o impacto negativo dos protestos de rua dos *gilets jaunes* e da atividade industrial. A dinâmica de investimento, em 2018, mostrou-se particularmente vulnerável ao enfraquecimento da procura interna e externa. O setor industrial registou, no 4º trimestre de 2018, a maior contração da produção industrial, desde o 1º trimestre de 2013, destacando-se a produção de automóveis.

A inflação global medida pelo IHPC, em dezembro de 2018, na área do euro foi de 1,5% (1,3% em 2017), devido a uma queda nos preços da energia e a uma diminuição dos preços dos produtos alimentares. A inflação subjacente, que exclui os preços da energia e dos produtos alimentares não transformados, foi moderada ao longo do ano, apesar de um crescimento salarial mais rápido. No decurso de 2019, prevê-se que deverá continuar a diminuir e aumentar nos anos seguintes, atingindo 1,6% em 2021. A diminuição, em 2019, é explicada por uma descida acentuada da inflação da componente energética do IHPC, refletindo a recente queda nos preços do petróleo. Excluindo os produtos energéticos e alimentares, prevê-se que aumente gradualmente ao longo de 2020 e 2021, suportada num contínuo, mas mais moderado, fortalecimento da atividade económica e na rigidez do mercado de trabalho.

Em dezembro, o desemprego situou-se nos 6,6% na UE e 7,9% na área do euro, o nível mais baixo registado na área do euro desde outubro de 2008 (7,2% e 8,6% na UE e na área do euro, respetivamente, em dezembro de 2017). Nos últimos anos, a economia europeia continua a beneficiar de melhores condições do mercado de trabalho, porém persistem diferenças substanciais nas taxas de desemprego. O emprego aumentou 1,4% na área do euro e 1,3% na UE28. Existem, no entanto, sinais de escassez de

mão-de-obra em alguns Estados-Membros e setores, o que implica que o crescimento do emprego nestas economias será moderado.

Em termos de política monetária, embora o BCE tenha decidido encerrar as compras de ativos líquidos no âmbito do programa de compra de ativos (APP), no final de 2018, considerou necessário continuar a reinvestir os rendimentos de capital dos títulos vencidos adquiridos, pelo tempo necessário para manter condições favoráveis de liquidez e um amplo grau de acomodação monetária, para assegurar a contínua e sustentada convergência da inflação no médio prazo, para níveis abaixo, mas próximo, de 2%. Nesse sentido, as taxas de juro diretoras do BCE, deverão permanecer nos níveis atuais, pelo menos, até ao final de 2019.

Nos últimos meses do ano, o euro enfraqueceu ligeiramente em termos efetivos nominais devido à sua depreciação face ao Iene japonês e à libra esterlina, mas também em relação a várias moedas das principais economias emergentes (como a China e a Rússia).

Nos próximos dois anos, a economia deverá continuar a crescer, mas a um ritmo mais lento. Nas últimas projeções macroeconómicas dos especialistas do BCE para a área do euro (março 2019), a previsão de crescimento para 2019, foi revista em baixa, para os 1,1%, refletindo o abrandamento dos últimos trimestres de 2018. Para 2020, espera-se que o crescimento económico se estabilize em 1,6%.

As perspetivas económicas são afetadas por um elevado nível de incerteza e as projeções estão sujeitas a riscos de revisão em baixa. As tensões comerciais que pesam no sentimento económico desde há algum tempo diminuíram ligeiramente, mas continuam a ser fator de preocupação. A evolução das principais economias mundiais constituem também um risco para as exportações europeias. Nos EUA, o risco de um aperto fiscal abrupto parece ter aumentado, especialmente para 2020. A economia chinesa poderá estar a desacelerar mais do que o previsto, e os mercados financeiros mundiais, bem como muitos mercados emergentes, são vulneráveis a mudanças bruscas do sentimento de risco e das expectativas de crescimento. Na área do euro, os riscos da retoma do ciclo negativo entre bancos em dificuldades e crise de dívida soberana permanece em alguns Estados-Membros da EU e a forma que o Brexit assumirá permanece altamente incerta. Do lado positivo, uma utilização mais alargada dos fundos da UE nos países beneficiários poderá gerar investimentos adicionais, condições do mercado de trabalho mais favoráveis, e resultar numa procura interna mais forte.

Economia Portuguesa

De acordo com a estimativa rápida divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, o PIB da economia portuguesa cresceu 1,7% em volume no último trimestre de 2018, sofrendo uma diminuição de 0,4% relativamente ao trimestre anterior. O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB aumentou, em resultado da aceleração do investimento e do consumo privado. Em sentido oposto, a procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo que o observado no trimestre anterior, refletindo uma diminuição em volume, das exportações de bens.

Para a totalidade do ano de 2018, o PIB aumentou 2,1% em volume, menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do contributo mais negativo da procura externa

líquida, refletindo uma desaceleração das exportações de bens e serviços mais acentuada que as importações dos mesmos, e do contributo positivo menos intenso da procura interna, verificando-se, ainda, um crescimento menos acentuado do investimento.

Nos números do desemprego registaram-se igualmente descidas quer na taxa de desemprego, quer no número de desempregados. Assim, a população desempregada, estimada em 365,9 mil pessoas em 2018, diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, menos 96,9 mil. A taxa de desemprego fixou-se em 7,0% em 2018, inferior 1,9 p.p. em relação à verificada em 2017.

Em termos de inflação, em 2018, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1,0% (1,4% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média situou-se em 0,7% em 2018 (1,1% no ano anterior). Salienta-se que em dezembro de 2018, o IPC registou uma variação homóloga de 0,7%, taxa inferior em 0.2 pontos percentuais (p.p.) à observada em novembro.

A economia portuguesa está a crescer como não acontecia há duas décadas, no entanto, a queda do investimento do Estado para mínimos históricos poderá colocar em causa crescimentos futuros.

De acordo com as projeções para a economia portuguesa do Banco de Portugal, esta deverá prosseguir uma trajetória de crescimento de atividade, embora com desaceleração, com o crescimento a convergir gradualmente para o potencial. Assim, projeta-se que o PIB crescerá 1,8% em 2019, sofrendo ligeiros abrandamentos nos anos seguintes, registando acréscimos, para 2020 e 2021 de 1,7% e 1,6%, respetivamente. Ao nível da inflação, deverá apresentar um perfil ligeiramente ascendente, situando-se, em média, em cerca de 1,5%, para os anos de 2019, 2020 e 2021.

Economia Regional

Em 2018, o crescimento estimado do PIB foi de 2,3% em volume e de 4,0% a preços correntes, atingindo os 4 295 milhões de euros.

A economia regional apresenta uma evolução favorável em 2018 em diversos indicadores, nomeadamente, o Indicador de Atividade Económica (2,2%), a criação líquida de emprego (0,5%), as taxas positivas do leite entregue nas fábricas (3,5%), o aumento significativo da pesca descarregada (85,8%), do gado abatido (7,0%), do consumo de energia (2,2% no comércio e serviços e 0,8% na indústria), do licenciamento (19,1%), da produção de leite para consumo (5,7%), da venda de produtos alimentares (4,2%), das dormidas (7,8%), dos passageiros desembarcados (3,6%) e da venda de automóveis (10,0%).

A taxa de desemprego em 2018, embora tenha ficado acima da média nacional, situando-se nos 8,6%, regista uma diminuição de 0,4 p.p. relativamente a 2017 (9,0%).

No setor primário, verificam-se melhorias, mais concretamente no agropecuário. Verifica-se, assim, um aumento de 3,5% na quantidade de leite entregue na indústria, com um total de 633 milhões de litros face aos 611 milhões de litros, registados em 2017. A produção de leite para consumo regista também um aumento de 5,7%. O setor ainda não recuperou da crise do fim das quotas leiteiras em 2015, no entanto, verificou-se um ajustamento entre a procura e a oferta que possibilitou o registo de alguns valores

positivos. De salientar que, o *Brexit* poderá ter um impacto negativo e significativo no setor, caso não aconteça de forma suave.

No mesmo setor de atividade, o segmento da produção de carne bovina, suína e de aves para abate registou um aumento de 7,0%, em 2018. Por categorias, o abate de bovinos, de suínos e aves aumentou 7,2%, 11,0% e 1,4%, respetivamente.

Em termos da atividade piscatória, o ano de 2018, foi caracterizado por um aumento na ordem dos 85,8% da quantidade total do pescado descarregado em lota, totalizando 11,8 mil toneladas, face às 6,4 mil toneladas de 2017.

O indicador de emprego apresenta uma evolução de 2,6%, exibindo assim indicadores de atividade globalmente favoráveis relativamente ao seu desempenho no ano. Quanto aos derivados do leite, a produção de leite em pó e a produção de manteiga registam um aumento, face a 2017, de aproximadamente 9,9% e 6,0%, respetivamente. No entanto, a produção de queijo apresenta um decréscimo de 0,2%, assim como a produção de iogurte, na ordem dos 0,6%. O setor da construção apresenta uma evolução desfavorável, com as vendas de cimento a diminuírem 5,8%, contudo a quantidade vendida nesse ano foi superior à de cada um dos anos de 2014, 2015 e 2016. Este decréscimo relativamente a 2017, resultou da diminuição da produção própria do cimento, produzido localmente pela Cimentação, e pelo aumento da sua aquisição, ao exterior da R.A.A.

Por outro lado, verifica-se que o consumo de energia dos setores industrial e comércio aumentou 0,8% e 2,2%, respetivamente. Aliás, o setor elétrico na Região Autónoma dos Açores, registou, uma ligeira melhoria de 1,3% no consumo, totalizando 744 GWh consumidos, incluindo o consumo próprio, face aos 735 GWh de 2017. Verifica-se, simultaneamente, uma melhoria da eficiência do sistema elétrico, com o aumento da emissão a situar-se nos 1,3%, totalizando 795 GWh face aos 784 GWh, de 2017. O consumo *per capita* na economia regional é de 3 052 kWh e o consumo por cliente é de 5 948 kWh.

No setor terciário, o turismo volta a apresentar-se, de pleno direito, como o principal motor de crescimento da economia regional. O novo modelo de transporte aéreo entre a Região Autónoma dos Açores e o continente português, que contempla a liberalização das rotas das ilhas de São Miguel e Terceira, através de operações aéreas de baixo custo (*Low-Cost*), em vigor desde março de 2015, originou uma evolução positiva para o setor turístico e economia regional no seu todo. Com efeito, o dinamismo é enorme no setor. Em 2018, apresentou taxas de crescimento de 9,8% relativamente ao número de hóspedes e de 7,8%, ao nível das dormidas registadas.

Em 2018, registou-se um crescimento de 3,6% no número de passageiros desembarcados e de 7,8% ao nível das dormidas. Por tipo de voo, a maior taxa de variação anual registou-se nos voos inter-ilhas com 6,0%, enquanto nos voos internacionais os passageiros desembarcados subiram 3,2%. Em sentido inverso, os passageiros desembarcados em voos territoriais tiveram um decréscimo de 3,0%. Em termos de receitas totais, que se cifram em 97 milhões de euros em 2018, o crescimento é mais expressivo, em comparação com os 90 milhões de euros, registados em 2017.

No que toca à distribuição dos mercados emissores, o mercado nacional é um dos principais emissores de turistas para o arquipélago, com um desempenho muito positivo, representando 51,9% do total de

hóspedes e 43,7% do total das dormidas registado nas Estatísticas do Turismo da RAA, até dezembro de 2018. O mercado emissor estrangeiro que apresenta maior representatividade, é o alemão, com cerca de 20,9% do número de hóspedes estrangeiros e um total de mais de 236 mil dormidas.

O crescimento neste setor, que se prevê sustentável, possibilita a rentabilização das unidades de alojamento existentes através de taxas de ocupação médias anuais elevadas, assim como potencia a concretização de novos projetos de unidades de alojamento turístico, na sua grande maioria caracterizadas por serem unidades de pequena dimensão, dispersas um pouco por todo o arquipélago e tipificadas como hotelaria não tradicional (turismo em espaço rural ou alojamento local). Além disso, o efeito multiplicador estende-se a todos os serviços de apoio e animação ao turismo.

O aumento do nível dos preços, medido pela taxa média de inflação em dezembro, foi de 0,56% (a média nacional foi 0,99%) acompanhando o crescimento da atividade na Região. Analisando a taxa homóloga, verifica-se que o cabaz de bens e serviços sofreu um acréscimo de cerca de 0,01%, face a dezembro do ano anterior.

3.1.1.2. Enquadramento Setorial

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ELETRICIDADE

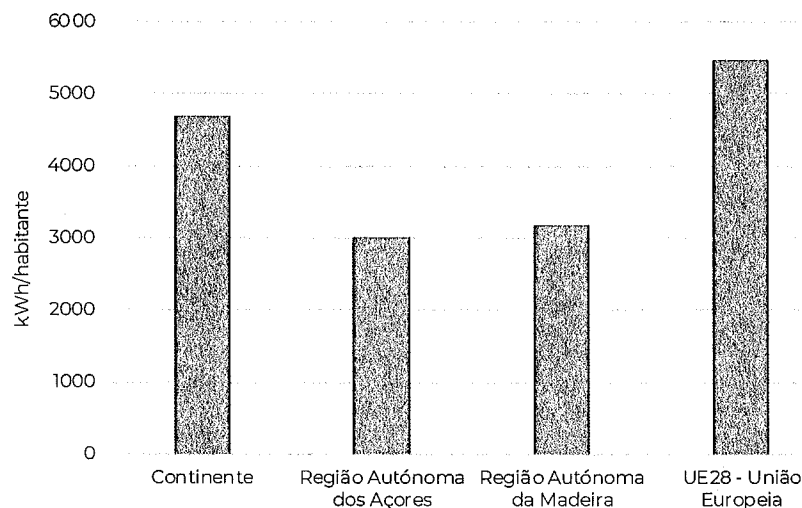
O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, uma estrutura de consumo de eletricidade predominantemente de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) que representam 45,1% do total, seguido dos usos domésticos e industriais que representam 33,0% e 17,6%, respetivamente.

A maior concentração geográfica de clientes está nas ilhas de S. Miguel e Terceira, que são responsáveis por 78,9% do consumo de energia elétrica e 73,0% do número de instalações.

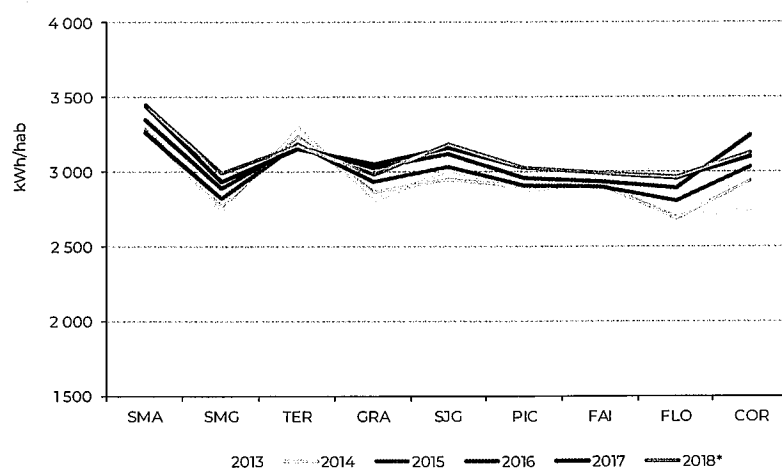
Desde 2015, após um período de quebras (2011-2014), assistimos a um ciclo de crescimentos na emissão de energia elétrica. Em 2018, verificamos uma taxa de crescimento de 1,3%, prevendo-se, no horizonte 2019-2023, acréscimos da emissão de energia elétrica, estimando-se para 2019, uma variação de +0,6%.

Desde 2015 assistimos a um ciclo de crescimentos na emissão de energia elétrica

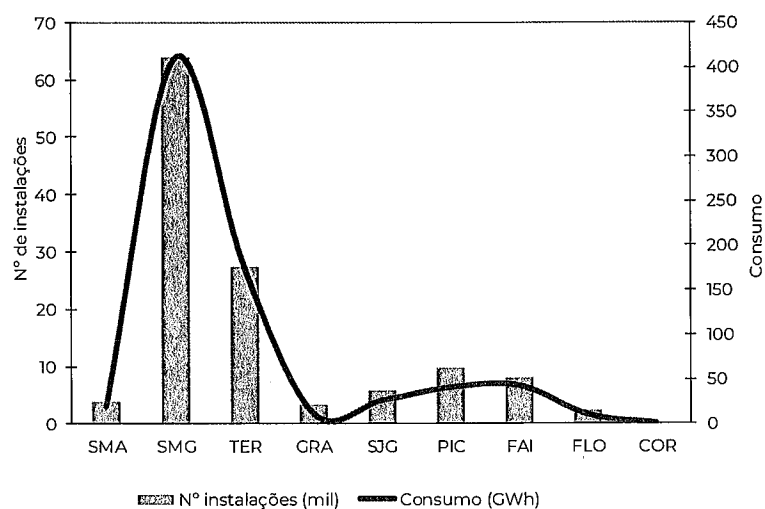
No último ano a taxa de crescimento do consumo *per capita*¹ na Região foi de 1,3%, correspondendo a 3 052 kWh/habitante. Registou-se o maior valor na ilha da Santa Maria, com 3 448 kWh/habitante, e o mais baixo na ilha das Flores, com 2 967 kWh/habitante. O consumo *per capita*, relativamente ao mesmo indicador do Continente, encontra-se aquém, em cerca de 36%, enquanto face à média da UE28 apresenta um valor inferior em cerca de 45%.



¹ No cálculo do consumo anual *per capita*, foram utilizadas as estimativas do número de habitantes publicadas pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores para o ano de 2017. Para 2018, foram utilizados o Consumo de 2018 e estimativa do número de habitantes de 2017.

Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE28²**Gráfico 5 - Consumo per capita de 2013 a 2018**

* - Consumo de 2018 e estimativa do número de habitantes de 2017

**Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2018**

Inclui instalações de Média Tensão, Baixa Tensão, Iluminação Pública e Consumos próprios

Nos Açores, em 2018, houve um crescimento do consumo de eletricidade de 1,3%, de onde se destaca a evolução positiva nos segmentos do comércio e serviços, incluindo serviços públicos, industriais e

² Fontes: Portugal, RAA e RAM – Dados provisórios INE 2017;
UE28: PORDATA (dados relativos a 2016)

consumo doméstico. Em sentido oposto, continua-se a assistir a uma redução do consumo de iluminação pública, em parte explicada pelo aumento da eficiência energética.

EMIÇÃO PRÓPRIA E AQUISIÇÃO DE ENERGIA

A emissão própria e aquisição anual de eletricidade atingiu os 795 GWh, correspondendo a um acréscimo de 1,3% relativamente ao ano anterior. A emissão própria, de origem térmica, contribuiu com 60,8%, destacando-se a emissão a fuelóleo, com 52,7%. A aquisição de energia elétrica, de origem renovável e de recursos endógenos, totalizou 311 GWh, representando 39,2% da energia injetada na rede, com preponderância para a de origem geotérmica que representou cerca de 25,7% do valor total.

Em 2018, a energia renovável e de recursos endógenos representou 39,2% da emissão de energia na RAA

Perspetiva-se o desenvolvimento de investimentos no âmbito das energias renováveis, que irão permitir aumentar o seu contributo nos sistemas elétricos dos Açores. A introdução de mecanismos que concorram para uma maior capacidade de penetração de energias renováveis nos Açores, nomeadamente sistemas de armazenamento e de controlo de tensão e frequência, reveste-se da maior importância, não só por diminuir a dependência da Região dos combustíveis fósseis, mas também por respeitar o ambiente.

Alinhado com a estratégia europeia onde vários países aprovaram moções que proíbem a venda e circulação, em cidades, de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, através de mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico, no Plano Anual Regional de 2019, constante do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2019/A, está previsto um projeto designado por **EcoMob(in)Açores**— que se traduz em implementar um programa de mobilidade elétrica, potenciando os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética. Neste âmbito, está em curso a implementação de uma rede pública de pontos de carregamento rápido, em todos os concelhos dos Açores.

	2014	2015	2016	2017	2018	Var. % 17/18
Emissão própria	483,8	496,2	515,8	490,3	483,4	-1,4
Fuel	417,1	428,5	452,7	425,9	418,5	-1,7
Gasóleo	66,8	67,7	63,1	64,4	64,9	0,8
Aquisição	286,3	275,4	264,7	294,1	311,3	5,9
Hídrica	23,8	24,3	30,7	29,4	26,5	-9,7
Geotérmica	182,9	182,0	152,4	193,0	204,2	5,8
Eólica	79,2	68,7	72,5	62,2	66,6	7,0
Outras	0,5	0,4	9,1	9,5	14,1	48,4
Total	770,1	771,5	780,5	784,4	794,7	1,3

Outras: Biogás, central das ondas, microgeração, RSU e aquisição térmica.

Tabela 3 – Emissão e aquisição de energia (GWh), por tecnologia, de 2014 a 2018

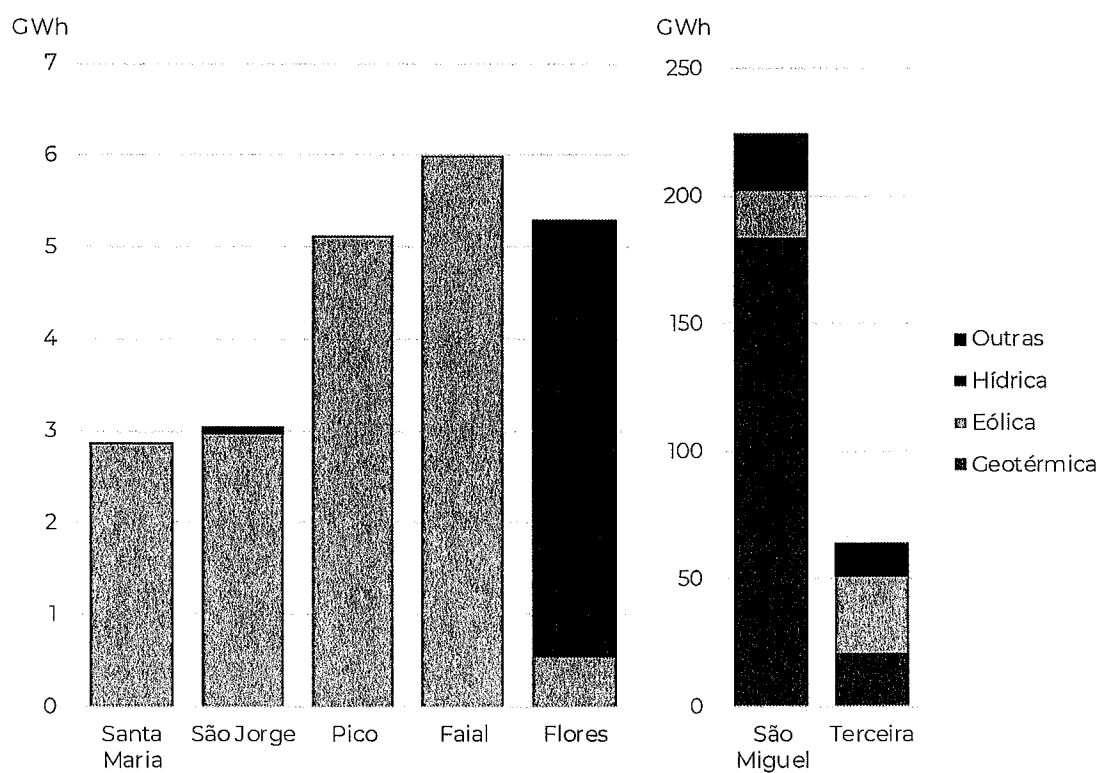


Gráfico 7 – Aquisição de energias renováveis/recursos endógenos (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2018

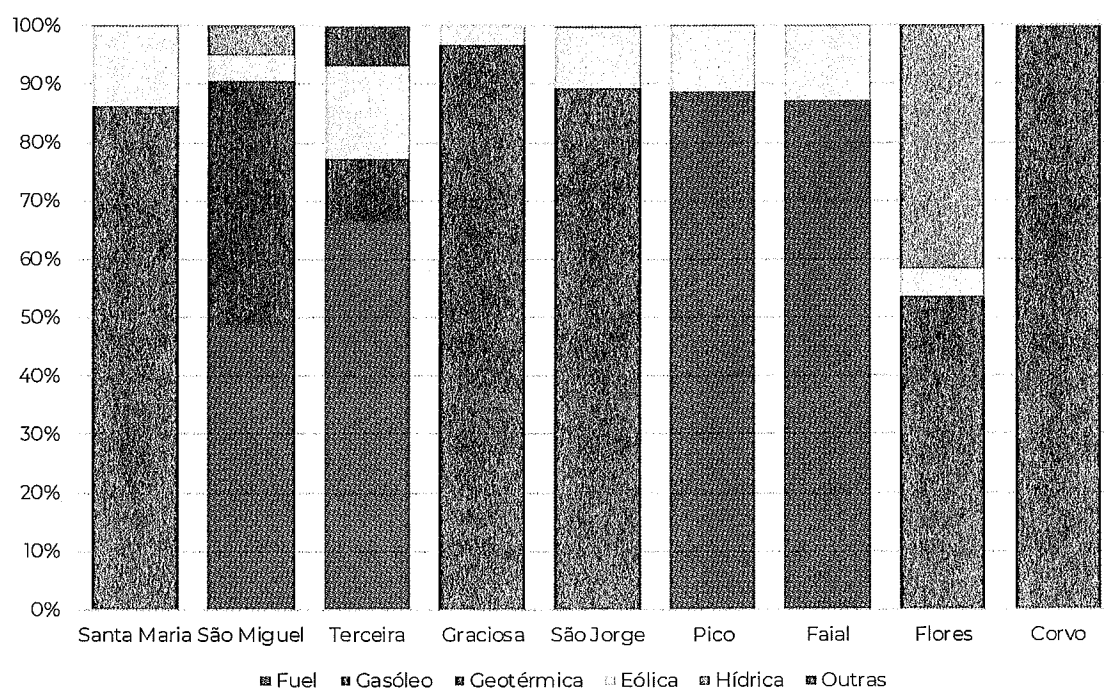


Gráfico 8 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2018

3.1.1.3. Regulação Económica

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de acordo com o Regulamento Tarifário, onde, para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

As tarifas de electricidade na RAA, são totalmente reguladas, sendo fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Em Portugal Continental, com a extinção das tarifas reguladas decorrente das diretivas do mercado interno de energia, os preços da eletricidade são determinados pelo mercado liberalizado, para todos os segmentos de consumidores. Refira-se, porém, que através da Portaria n.º 39/2017, de 26 de janeiro, foi alterado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal, que não exerçam o direito de mudança para um comercializador de mercado livre, para 31 de dezembro de 2020.

Estes princípios de liberalização do setor elétrico, não se aplicam na RAA, atendendo a que a Diretiva³ que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade, foi parcialmente derogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, tendo o Regulamento Tarifário, de outubro de 2017, inscrito no Artigo 158, n.º. 3, o seguinte:

"3 - A estrutura dos preços das tarifas de Venda a Clientes Finais da RAA em MT, BTE e BTN deve resultar da estrutura dos preços de venda a clientes finais de Portugal continental, aplicáveis a fornecimentos em MT, BTE e BTN, respetivamente, determinados tendo em conta: (i) os resultados da monitorização dos preços de eletricidade praticados no mercado, (ii) as variações das tarifas de Acesso às Redes e (iii) as variações dos preços de energia nos mercados grossistas."

Aquando da divulgação (15 de dezembro de 2018) das tarifas e preços de energia elétrica para 2019⁴, o regulador referiu:

- "Considerando a recente extinção das tarifas de Venda a Clientes Finais o referencial de preços de energia elétrica em MT, BTE e BTN que deve orientar a convergência tarifária deve ser o resultado da observação dos preços no mercado retalhista em Portugal continental."
- "A implementação deste princípio regulamentar em 2019 deve ter em consideração, por um lado, a definição das tarifas aditivas em Portugal continental para os consumos em MT, BTE e BTN, que embora não sendo aplicadas diretamente aos clientes do comercializador de último recurso (os quais estão abrangidos pela aplicação de tarifas transitórias), traduzem os preços eficientes espectáveis no mercado retalhista e por outro lado, o histórico disponível da informação

³ Diretiva 2009/72/CE

⁴ Estrutura Tarifária do Setor Elétrico em 2019, (Pág. 58)

resultante do acompanhamento de preços no mercado retalhista quer no continente quer nas regiões autónomas."

- *"No cálculo das tarifas de 2019 consideraram-se as tarifas aditivas (tarifas de referência) em Portugal continental como referencial de convergência das TVCF nos Açores e na Madeira, para a totalidade dos fornecimentos em MT, BTE e BTN."*

Para todos os períodos regulatórios, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+2$, o diferencial que decorre do confronto daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste procedimento, referente ao ano n . Refira-se, também, a existência de um mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas, efetuado no ano $n+1$.

O diferencial entre o somatório dos proveitos permitidos por atividade e as receitas obtidas, decorrentes da aplicação do tarifário, constitui o sobrecusto da RAA.

Os sobrecustos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Períodos regulatórios 2003-2017

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da RAA, a EDA – Electricidade dos Açores, S. A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

No período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, foi sujeita a uma regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por *price cap*. Os custos de exploração resultam do *mix* entre os custos fixos e os custos variáveis, que dependem dos respetivos *drivers* de custos e das metas de eficiência aplicadas.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX passou a ter, a partir de 2012, uma regulação por custos aceites.

Relativamente à remuneração dos ativos (2015-2017), o regulador manteve a mesma metodologia de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA, com as atividades equivalentes às do Continente. Face ao anterior período regulatório, destaca-se a alteração verificada no indexante para determinação do custo de capital, passando a utilizar-se as *yields* das OT a 10 anos (em substituição dos CDS⁵), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário⁶, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A ERSE apresentou, em dezembro de 2016, o documento intitulado “Aplicação dos resultados do estudo para definição de custos de referência para aquisição de combustíveis nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira” aplicando retroativamente a 2015, os parâmetros resultantes do estudo realizado, tendo sido alargado o seu âmbito ao gasóleo e ao gás natural para produção de eletricidade.

Período Regulatório 2018-2020

Para o período regulatório 2018-2020, a ERSE manteve as metodologias de regulação, designadamente:

⁵ CDS – Credit Default Swap

⁶ Regulamento Tarifário de outubro de 2017 – Artigo 112.º

AEEGS – Atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema

OPEX - regulação por *revenue cap* e custos aceites em base anual para aquisição de energia, amortizações, combustíveis e lubrificantes, gastos com manutenção.

DEE e CEE – Distribuição de Energia Elétrica e Comercialização de Energia Elétrica

OPEX - regulação através de *price cap*.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX terá uma regulação por custos aceites.

Relativamente ao referencial do gasóleo, o indexante foi alterado⁷, passando a considerar-se, no período regulatório 2018-2020, a média ponderada do preço do gasóleo de 14 países⁸ da União Europeia, para o produto "Automotive Gas Oil" retirados do "Weekly Oil Bulletin" da Comissão Europeia.

A EDA desenvolve, assim, as atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica num contexto totalmente regulado, pela legislação em vigor e pela regulamentação emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Destaca-se ainda que a Lei 12/2008, de 26 de fevereiro, relativa aos serviços públicos essenciais, determinou que os custos com contadores de energia deixassem de ser considerados no cálculo das tarifas de energia elétrica, em resultado da proibição da cobrança aos utentes de qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspeção periódica de contadores ou qualquer outra taxa de efeito equivalente independentemente da designação utilizada. Esta Lei, teve como consequências a diminuição da base de ativos a amortizar e a remunerar a partir de 2009, no âmbito da determinação do sobrecusto da atividade de distribuição de energia elétrica.

No âmbito do relacionamento regulatório e com importante potencial de contributo para a maximização da penetração da produção de eletricidade com origem renovável/endógena nos Açores, encontram-se em curso estudos sobre a reformulação dos atuais períodos relativos às tarifas de Venda a Clientes Finais, que poderão contribuir para a transmissão aos clientes dos melhores sinais quanto aos momentos mais adequados para concretizar os seus consumos. Refira-se que, em 2018, foi introduzido o ciclo de contagem semanal para os consumidores em BTN.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º

As metodologias de regulação aplicadas à EDA, no âmbito do OPEX são:

AEEGS - regulação por revenue cap e custos aceites em base anual para a aquisição de energia, amortizações, combustíveis, lubrificantes e gastos com manutenção.

DEE e CEE – regulação através de price cap.

O CAPEX tem uma regulação por custos aceites em base anual

⁷ De 2015 a 2017 o referencial do preço para o gasóleo correspondeu aos valores publicados no "Weekly Oil Bulletin" da Comissão Europeia, do produto "Automotive Gas Oil"

⁸ Os países considerados são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Suécia

230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016. Esta remuneração tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

3.1.2. ATIVIDADE

3.1.2.1. Comercial

No ano de 2018, o consumo de eletricidade ascendeu a 744 GWh, resultando num acréscimo global de 1,3% relativamente ao ano anterior, verificando-se um aumento da procura na baixa tensão de 0,8% e um decréscimo na média tensão de 0,7%.

No mesmo ano, a rede de distribuição abasteceu 125 140 clientes, correspondendo a uma variação de 0,8%.

	2014	2015	2016	2017	2018	Var. % 17/18
Nº de Clientes	122 128	122 759	123 339	124 194	125 140	0,8
Baixa Tensão	121 364	121 994	122 576	123 431	124 382	0,8
Média Tensão	764	765	763	763	758	-0,7
Consumo de Energia (GWh):	718,3	721,7	732,1	734,6	744,3	1,3
Doméstico	244,9	241,8	243,9	243,2	245,5	0,9
Comércio e Serviços	242,3	246,6	253,9	254,8	260,4	2,2
Serviços Públicos	81,1	77,3	74,6	76,2	77,3	1,5
Industriais	119,5	125,3	128,9	129,9	130,9	0,8
Iluminação Pública	30,7	30,8	30,8	30,4	30,1	-0,7

Tabela 4 - Número de clientes e consumo por clientes de 2014 a 2018

Faturação de energia elétrica

A faturação de energia elétrica atingiu, em 2018, o montante de 113,3 milhões de euros, dos quais 78,8 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão, que representam 69,5% do total, e os restantes 34,5 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão. De realçar que estes últimos constituem cerca de 30,5% da faturação de energia total, embora concentrados em apenas 0,6% do número de contratos de fornecimento de energia elétrica.

O valor de faturação apresenta um decréscimo de 1,2%, face a 2017, resultante fundamentalmente do decréscimo de 2,5% no preço médio de venda, tendo a procura de energia elétrica (sem consumos próprios) registado um aumento de 1,3%.

Em 2018, a faturação de energia eléctrica atingiu o montante de 113,3 milhões euros

	2014	2015	2016	2017	2018
Faturação *					
(mil €)	108 829	113 614	114 923	114 760	113 341
Média Tensão	32 095	33 812	34 064	34 260	34 554
Baixa Tensão	76 734	79 802	80 859	80 500	78 787
Energia Faturada **					
(GWh)	716,8	720,2	730,2	732,8	742,5
Média Tensão	275,1	278,9	282,1	282,5	286,7
Baixa Tensão	441,7	441,2	448,1	450,3	455,8
Preço Médio Venda					
(c€/kWh)	15,18	15,78	15,74	15,66	15,27
Média Tensão	11,67	12,12	12,07	12,13	12,05
Baixa Tensão	17,37	18,09	18,05	17,88	17,29

* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária.

** Não inclui consumos próprios

Tabela 5 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2014 a 2018

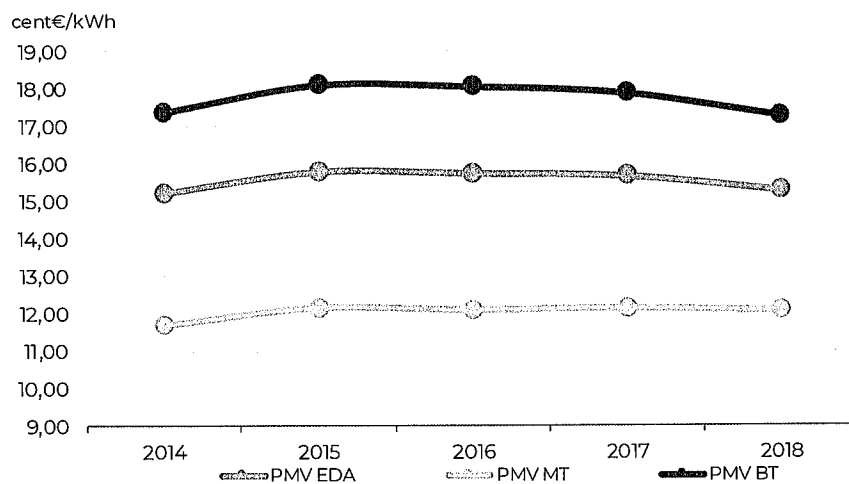


Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2014 a 2018

Indicadores de continuidade de serviço

A disponibilidade do fornecimento de energia elétrica, ou continuidade de serviço, é aferida por um conjunto de indicadores gerais e individuais relativos aos fornecimentos de eletricidade em média e baixa tensão. De salientar que o cálculo destes indicadores é estabelecido por normas regulamentares e incluem todas as interrupções verificadas, curtas e longas, intrínsecas aos sistemas da EDA ou resultantes de problemas nas instalações dos clientes.

Em 2018, verifica-se uma menor frequência de interrupções que no ano anterior nas ilhas de São Miguel, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial. Nas restantes ilhas verificam-se acréscimos da frequência média de interrupções, mais relevante na ilha de Santa Maria. Nesta ilha, este aumento resulta sobretudo de incidentes ao nível das redes, devido a razões de segurança.

Na generalidade das ilhas verifica-se uma redução da duração média de interrupções em pontos de entrega da rede de média tensão, com exceção de Santa Maria, São Jorge e Pico, com acréscimos mais significativos em São Jorge e Santa Maria. O tempo médio de interrupções apresenta o mesmo comportamento que a duração média de interrupções.

Em 2018, verifica-se uma menor frequência de interrupções nas ilhas de São Miguel, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial

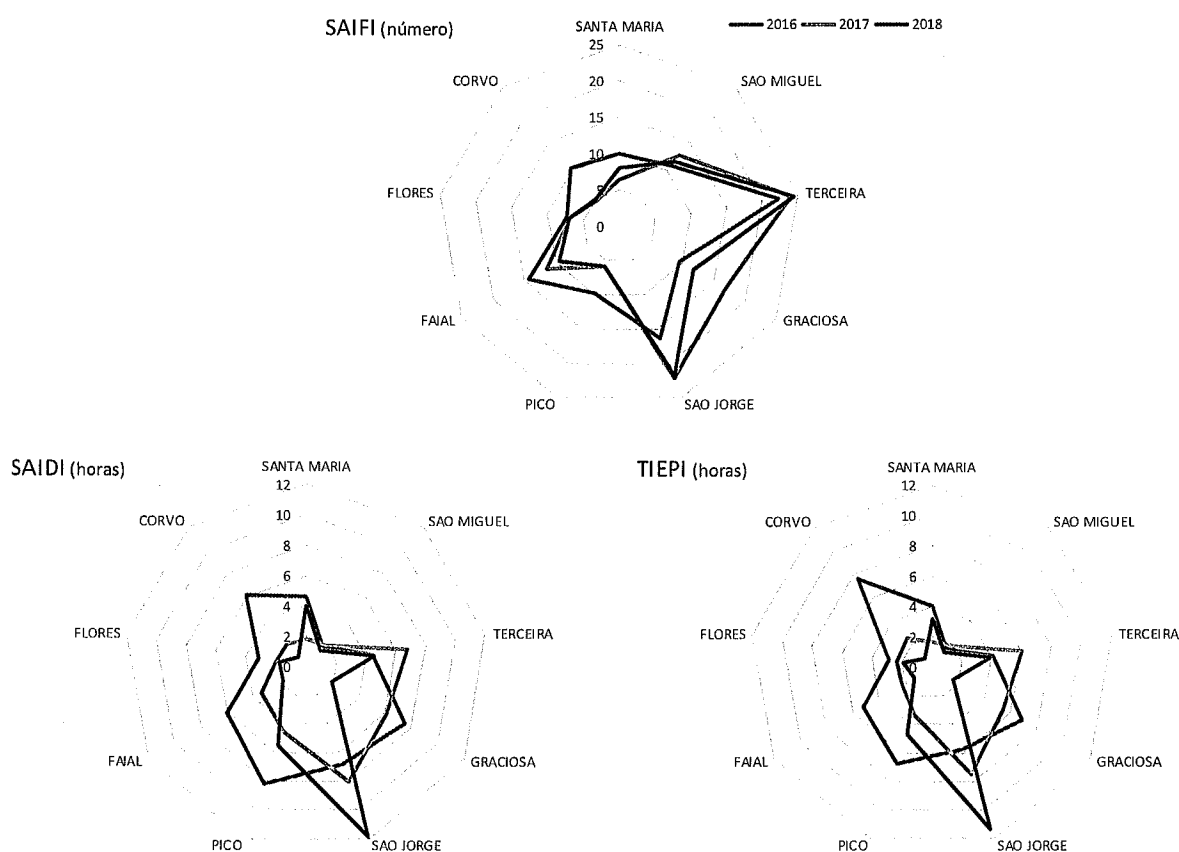


Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2016 a 2018

3.1.2.2. Transporte e Distribuição

Na mesma linha de atuação dos anos anteriores, a atividade de Transporte e Distribuição, durante 2018, pautou-se pela continuidade da adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade e continuidade de serviço, com menor custo e em respeito pelo ambiente, dando prioridade a ações que concorrem para o aumento da fiabilidade das instalações.

A empresa tem mantido uma postura de permanente procura de soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, bastante adversas, não só pela proximidade do mar e consequente elevado nível de salinidade no ar, mas também pela regular passagem pela Região de intempéries com ventos ciclónicos que fustigam as infraestruturas e que se traduzem num sobrecusto

para esta atividade. Ainda no âmbito da manutenção e conservação das instalações destacam-se as ações que implicam a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados ou cujo estado de conservação já não garanta a segurança de pessoas e bens. Apesar do esforço desenvolvido com recurso à mão-de-obra interna, é incontornável a necessidade de recorrer a prestadores de serviço em todas as ilhas, sendo que, este é outro dos nossos maiores desafios. Nem sempre é possível manter essas empresas com as suas estruturas implantadas em todas as ilhas, sobretudo num cenário de contenção de custos que implica a necessária redução de contratação externa. A este facto alia-se a dificuldade de não ser fácil em todas as ilhas recrutar mão-de-obra jovem e com competências para as atividades mais importantes. É importante salientar o recurso à formação interna, aproveitando o "know-how" e experiência de alguns trabalhadores, que, associados ao seu perfil constituem uma boa equipa de formadores internos.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, cuja certificação foi obtida em 2014, abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT). A implementação do sistema de gestão nesta área introduziu um conjunto de ações com forte impacto na programação e execução dos trabalhos. Os objetivos definidos foram alcançados com elevada taxa de sucesso. Destacam-se a uniformização de procedimentos em todas as ilhas, a gestão da manutenção através de uma única plataforma informática que reúne as valências técnica e financeira e o controlo das obrigações legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

A EDA tem procurado de forma sistemática as soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, que ocasionalmente se verificam na RAA

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, encontra-se certificado desde 2014, segundo a Norma ISO 9001 e abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação

h
b
f
n
j
A
N
M
S

No ano de 2018, as ações de manutenção ao nível das redes AT/MT abrangeu sensivelmente o mesmo número de km de rede que o verificado nos anos anteriores, embora com um maior número de inspeções.

Manutenção Preventiva

Na tabela seguinte apresentamos as quilométricas das ações de inspeção e de manutenção MT/ AT da rede aérea, realizadas desde 2014.

Ano	2014		2015		2016		2017		2018	
Total traçados principais (km)	1425		1422		1429		1447		1463	
	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%
Inspeções	285	20	252	18	300	21	465	32	405	28
Manutenções	396	28	318	22	178	13	192	13	220	15

Tabela 6 - Quilométricas das ações de inspeção e manutenção MT/ AT (aérea)

Em 2018, foram inspecionadas 28% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 15% do total da extensão destas linhas. Em número de apoios, num total de 9 380, as percentagens são da mesma ordem de grandeza, tendo sido inspecionados 2 527 apoios (26,9%) e efetuadas intervenções de manutenção em 1 240 apoios (13,2%).

Em 2018, foram inspecionadas 28% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 15% do total da extensão destas linhas

Num universo de 1 400 Postos de Transformação e Seccionamento de Distribuição, foram alvo de manutenção 744, cujos trabalhos foram conciliados com as intervenções das Linhas e na generalidade dos casos, com recurso a geradores móveis para diminuir os tempos de indisponibilidade.

Relativamente à manutenção de aparelhos de manobra da rede aérea de MT, destacamos as intervenções efetuadas por equipas de trabalhos em tensão nas ilhas de S. Miguel e Terceira, sendo que, dos 332 equipamentos existentes nestas duas ilhas, foram efetuadas intervenções de manutenção em 219.

A manutenção preventiva condicionada consistiu em inspeções de termografia a 11 subestações e 380 postos de seccionamento e transformação num total de 20 e 1 275, respetivamente, tendo-se detetado 18 defeitos.

Foram realizadas análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos em 34 transformadores, tendo sido identificado um transformador com necessidade de tratamento do óleo (transformador de potência da subestação dos Foros).

Em 2018, a taxa de transformadores com óleo não conforme foi de 2,8%.

3.1.2.3. Produção

Em 2018, os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas com uma potência total instalada de 219 MW.

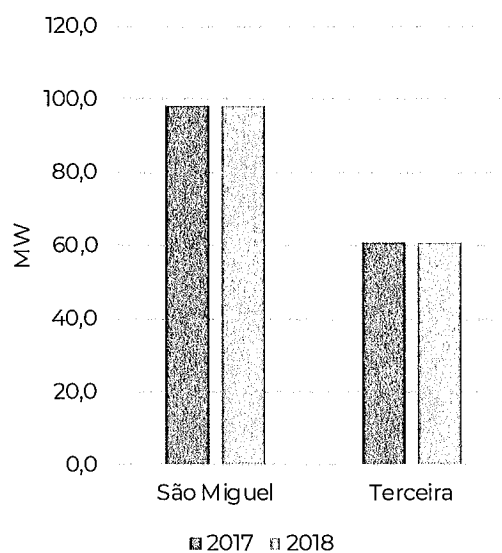
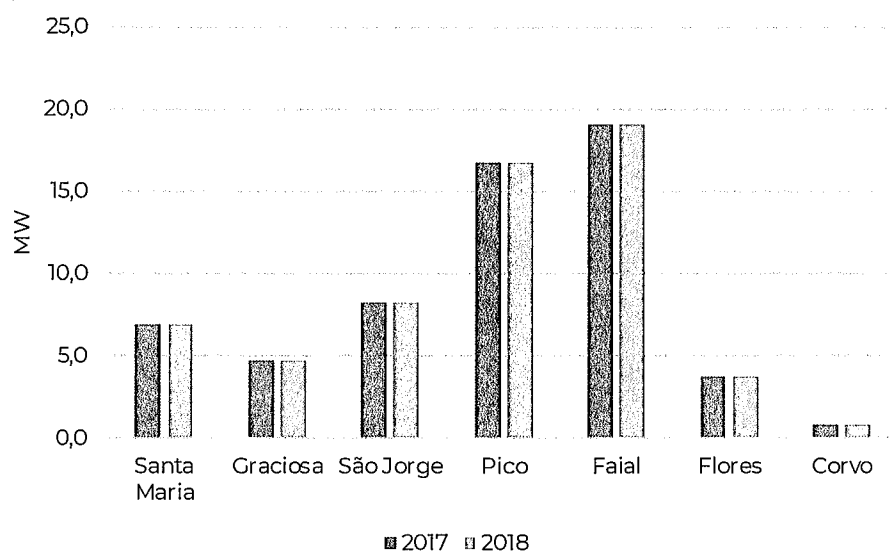
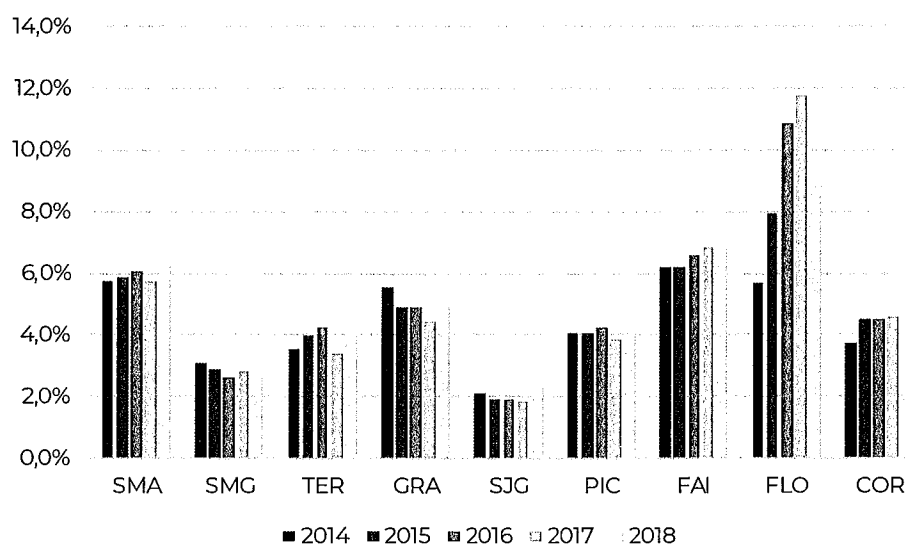


Gráfico 11 - Potência térmica instalada por ilha

O Gráfico seguinte apresenta a evolução do consumo de serviços auxiliares nos centros produtores.



O aumento percentual verificado na ilha das Flores de 2014 a 2017 deve-se ao aumento de aquisição de energia, a redução de 2017 para 2018 é resultante da situação inversa

Gráfico 12 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha

A emissão das ilhas de São Miguel e Terceira representa 55,0% e 24,0%, respetivamente, do total da energia emitida para as redes. Realça-se o facto das centrais do Caldeirão, em São Miguel, e do Belo Jardim, na Terceira, terem uma emissão correspondente a cerca de 43% do total da energia emitida na Região, o que é elucidativo da dificuldade na obtenção dos benefícios das economias de escala, face à descontinuidade geográfica dos Açores.

	2014	2015	2016	2017	2018	Var. % 17/18
Santa Maria	19,8	19,7	20,2	20,7	20,6	0,0
São Miguel	409,7	415,8	424,1	427,8	436,9	2,1
Terceira	197,3	193,2	191,6	189,5	190,8	0,7
Graciosa	13,1	13,3	13,5	13,6	13,4	-1,4
São Jorge	27,7	27,8	28,4	28,8	28,9	0,4
Pico	43,7	43,6	44,2	44,9	44,9	0,0
Faial	46,5	45,7	45,9	46,3	46,3	0,1
Flores	10,8	11,0	11,1	11,3	11,4	0,4
Corvo	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	-0,1
	770,1	771,5	780,5	784,4	794,7	1,3

Tabela 7 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2014 a 2018

As pontas máximas em cada uma das ilhas nos últimos anos ocorreram, maioritariamente, no 2º semestre de cada ano.

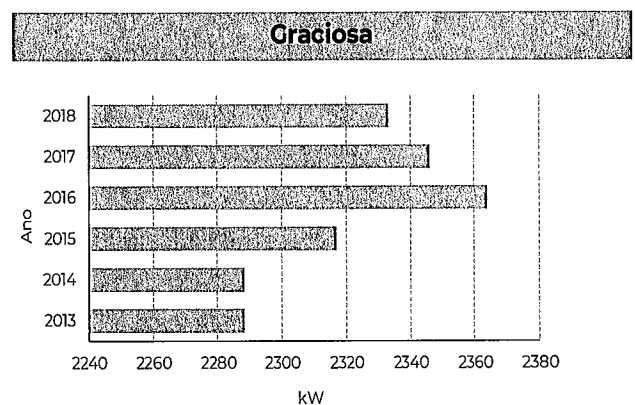
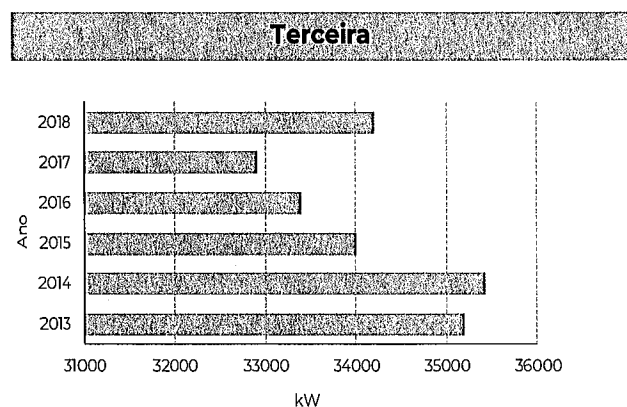
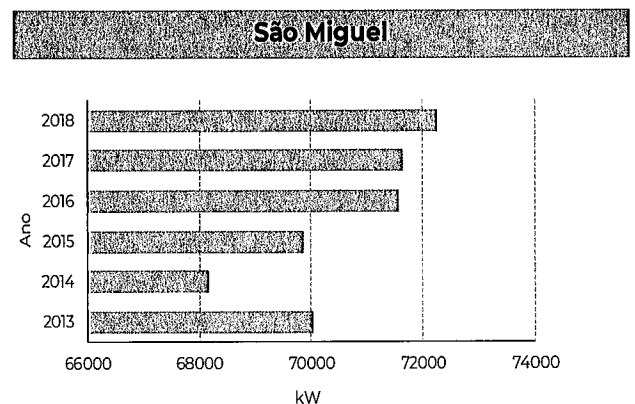
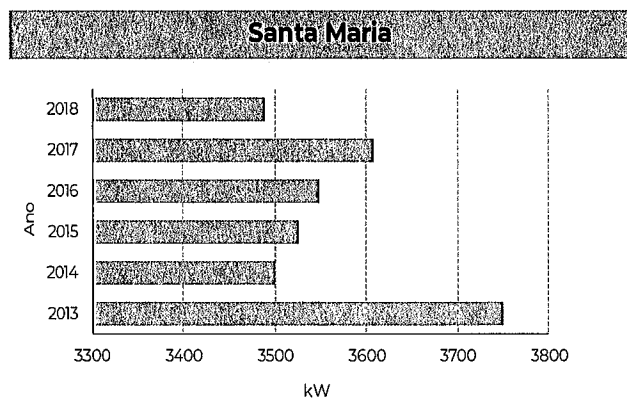
Verificaram-se exceções em 2014, na Terceira, Graciosa e Faial, em 2015, na ilha das Flores, em 2016, na Graciosa, e,

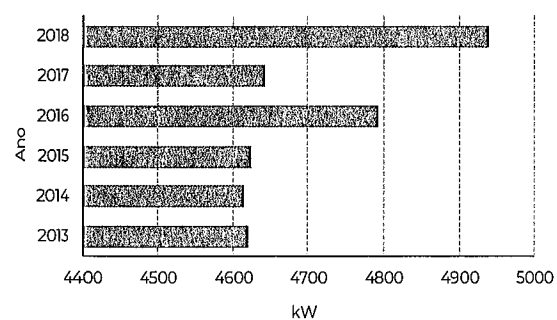
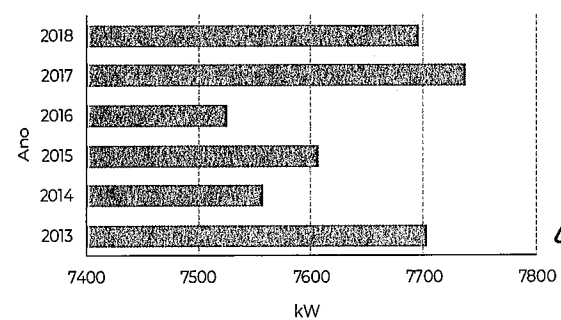
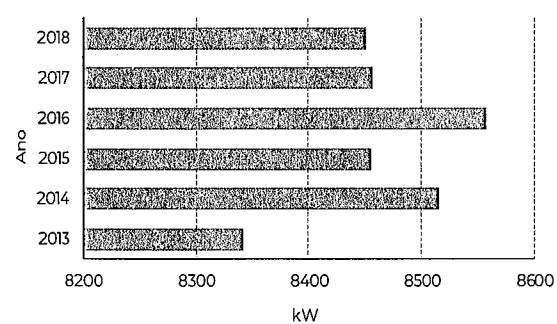
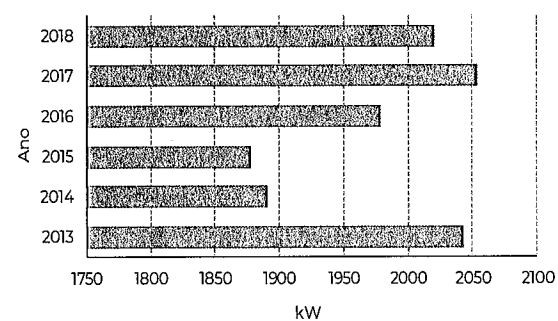
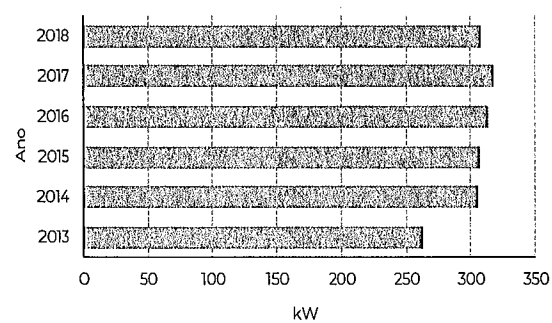
Nos últimos anos as pontas máximas de cada ilha, ocorreram, maioritariamente, no segundo semestre

em 2018, na Terceira, Graciosa e Corvo, onde ocorreram no 1º semestre. No que respeita à evolução da ponta em 2018, relativamente a 2017, constatou-se uma diminuição em seis das nove ilhas dos Açores, Santa Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo, verificando-se que a maior quebra foi registada na ilha de Santa Maria, com -3,3%, e a menor quebra na ilha do Faial, -0,1%. Em sentido contrário, as restantes ilhas viram aumentar o valor da ponta máxima anual em relação ao ano anterior, tendo mais expressão na ilha de São Jorge, com um aumento de 6,4%, e da Terceira, 4,0%.

	2017	2018	Data da ocorrência em 2018
Santa Maria	3 608	3 489	13 de agosto
São Miguel	71 630	72 241	12 de setembro
Terceira	32 900	34 200	13 de março
Graciosa	2 346	2 333	05 de março
São Jorge	4 642	4 938	16 de agosto
Pico	7 737	7 695	20 de agosto
Faial	8 456	8 450	08 de agosto
Flores	2 053	2 020	11 de outubro
Corvo	317	308	26 de fevereiro

Tabela 8 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, em 2017 e 2018



São Jorge**Pico****Faial****Flores****Corvo****Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2013 a 2018**

A EDA desenvolve esforços para homogeneizar os ciclos de manutenções dos seus sistemas electroprodutores, no entanto, existem diversas variáveis que restringem esses ciclos. Não se tratando de sistemas interligados, os fatores de carga e o número de horas de funcionamento dependem estreitamente da procura, do escalonamento dos grupos, bem como do nível da produção renovável. O escalonamento tem como objetivo a procura do ótimo técnico-económico e a satisfação total da procura.

As manutenções, embora programadas com base nos escalonamentos previsíveis das máquinas associadas ao número de horas de funcionamento e ao desgaste dos equipamentos, podem sofrer num ano alterações significativas. A cada período anual podem existir flutuações consideráveis nos ciclos e custos das manutenções, dependendo dos programas standard referidos pelo fabricante (horas de funcionamento), especificidade do(s) grupo(s) a intervir e o nível de dimensão da manutenção.

A tabela seguinte resume as intervenções mais significativas realizadas nos centros produtores da EDA, em 2018.

		n.º Intervenções manutenção preventiva	n.º Intervenções manutenção curativa
S.Maria	Central Termoelétrica Aeroporto	3	65
S.Miguel	Central Termoelétrica Caldeirão	19	156
Terceira	Central Termoelétrica Belo Jardim	16	78
Graciosa	Central Termoelétrica Graciosa	48	6
S.Jorge	Central Termoelétrica Caminho Novo	10	22
Pico	Central Termoelétrica Nova	3	11
Faial	Central Termoelétrica Santa Barbara	2	70
Flores	Central Termoelétrica Flores	4	18
Corvo	Central Termoelétrica Corvo	3	3
Total		108	429

Tabela 9 – Manutenções em centros produtores

3.1.2.4. Investimento

Em 2018, o investimento realizado na EDA, S. A. totalizou 39,1 milhões de euros, a custos totais. Do investimento realizado, cerca de 36% foram utilizados no reforço do sistema eletroprodutor, enquanto 35% corresponderam ao investimento na rede de transporte e distribuição, numa ótica de garantia da continuidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Investimento (10³ euros)

Atividade	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total
Centros Produtores	13 986	238	14 224
Rede Transporte e Grande Distribuição	9 394	212	9 607
Rede Pequena Distribuição	4 019	61	4 080
Outros	11 152	69	11 221
Total	38 551	581	39 132

Tabela 10 - Investimento realizado (10³ euros) em 2018

A evolução dos montantes investidos nas atividades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

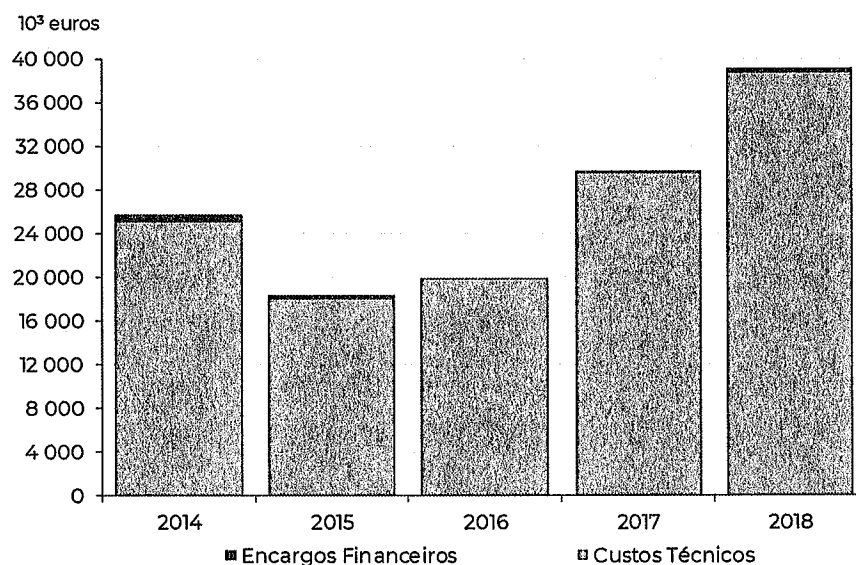


Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2014 a 2018

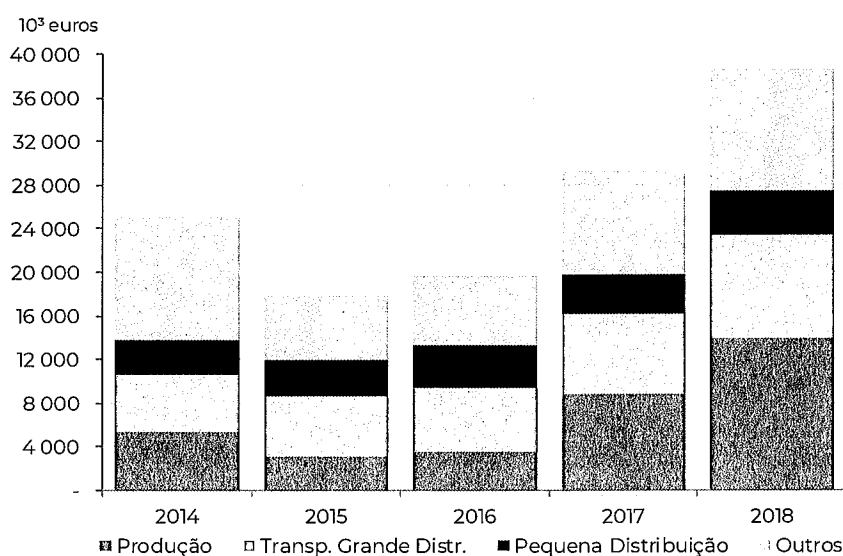


Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2014 a 2018

Relativamente aos projetos de investimento realizados em 2018, destacam-se como mais significativos os seguintes:

PRODUÇÃO

- Ampliação e revisão do sistema de combates a incêndios da central termoelétrica de Belo Jardim e ampliação da central com a instalação do grupo XI;
- Substituição dos autômatos da central térmica do Caldeirão;
- Construção do centro de distribuição da ilha de São Jorge e ampliação do sistema de combate a incêndios;
- Melhoria do sistema de combate a incêndios da central térmica da Graciosa;
- Ampliação do sistema de tratamento de efluentes da central termoelétrica de Santa Bárbara, na ilha do Faial e montagem de dois tanques para depuradora de fuel;
- Substituição do grupo 3 da central termoelétrica do Corvo.

TRANSPORTE E GRANDE DISTRIBUIÇÃO

- Reconfiguração da rede MT da Birmânia, na ilha de Santa Maria - 1ª fase;
- Construção da subestação de Ponta Garça 60/30 kV e remodelação da subestação de Ponta Delgada, bem como a remodelação da rede MT da cidade de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel;
- Remodelação da rede subterrânea MT 15kV da cidade de Angra do Heroísmo;
- Interligação de vários postos de transformação da ilha Graciosa;

- Construção da linha de transporte 30 kV entre a central térmica de Caminho Novo e Pico da Urze, bem como diversas ampliações de rede MT, na ilha de São Jorge.
- Construção da linha de transporte 30 kV entre a subestação de São Roque e a subestação da Madalena, na ilha do Pico, bem como a remodelação da linha Lajes – São Mateus I;
- Remodelação de linhas e ramais MT 15 kV cidade da Horta – Varadouro;

PEQUENA DISTRIBUIÇÃO

- Ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT de São Miguel;
- Ampliação da rede aérea da ilha Terceira;
- Remodelação de diversos postos de transformação nas ilhas do Pico e do Faial;

OUTROS INVESTIMENTOS

A rubrica Outros investimentos inclui:

- 2,9 milhões de euros, referentes a Estudos, Projetos e Outros;
- 5,4 milhões de euros, que dizem respeito à apropriação dos efeitos da aplicação do MEP, na valorização das participações financeiras;
- 2,9 milhões de euros, dos quais 0,7 milhões de euros, referem-se a cedência de equipamentos e 2,2 milhões de euros a aquisições diretas.

No computo geral, destaca-se o investimento efetuado no Centro de Controlo do Despacho Central.

Salientam-se os investimentos relativos a beneficiações e remodelações de ativos incluídos em estudos, projetos e outros:

- Beneficiação do edifício antiga central termoelétrica de Angra do Heroísmo;
- Remodelação das instalações da EDA no Caminho da Levada;
- Remodelação de coberturas de edifícios;
- Remodelação da loja comercial do Caminho da Levada;
- Aquisição de terreno contíguo às instalações do Caminho da Levada, na ilha de São Miguel.

Ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicações, destacam-se as seguintes ações de investimento:

- Reestruturação do cadastro de ativos técnico/financeiro;
- Futura integração de ambientes SAP;
- Implementação da solução BI – Business Inteligente;
- RGPD – Avaliação de Conformidade;
- Evolução do DWBI.

3.1.3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

(mil €)

Rubricas	2018	2017	Var. 2018-17	Var.% 2018-17
Vendas e prestações de serviços	191 942,2	177 167,4	14 774,8	8,3%
Subsídios à exploração	10,6	32,8	(22,2)	(67,7%)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11 475,1	10 077,8	1 397,3	13,9%
Trabalhos para a própria entidade	1 947,8	1 546,4	401,4	26,0%
Outros rendimentos e ganhos	3 291,7	4 326,5	(1 034,7)	(23,9%)
Rendimentos operacionais	208 667,5	193 150,9	15 516,6	8,0%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	95 224,8	83 286,4	11 938,4	14,3%
Fornecimentos e serviços externos	23 416,4	19 773,4	3 643,0	18,4%
Gastos com o pessoal	29 696,5	27 482,2	2 214,3	8,1%
Imparidades de inventários e de dívidas a receber	243,5	264,5	(21,0)	(7,9%)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	23 389,8	23 098,2	291,6	1,3%
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-239,8	0,0	(239,8)	-
Outros gastos e perdas	11 879,5	9 719,2	2 160,3	22,2%
Gastos operacionais	183 610,7	163 623,9	19 986,8	12,2%
Resultado operacional	25 056,8	29 527,0	(4 470,2)	(15,1%)
EBITDA	48 206,8	52 625,2	(4 418,4)	(8,4%)
Resultados financeiros	(3 594,6)	(3 150,8)	(443,8)	14,1%
Resultados antes de impostos	21 462,2	26 376,2	(4 914,0)	(18,6%)
Imposto sobre o rendimento	1 638,3	4 868,4	(3 230,1)	(66,3%)
Resultado líquido do período:	19 823,9	21 507,8	(1 683,9)	(7,8%)

Tabela 11 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2017 e 2018

ANÁLISE DOS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

No exercício de 2018, a EDA regista um Resultado líquido positivo de 19,8 milhões de euros, 7,8% abaixo do obtido no ano de 2017 e um volume de negócios que ascendeu aos 191,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 8,3% relativamente ao ano anterior. Os Serviços prestados totalizaram 16 milhões de euros, mais 4 milhões de euros (34,3%) que o registado no exercício anterior. De 2017 para 2018, a faturação de energia elétrica registou um decréscimo de 1,2%, fundamentalmente, por via da diminuição do preço médio de venda em 2,5%, uma vez que a procura de eletricidade regista um crescimento de 1,3%. Do total faturado, 78,8 milhões de euros, isto é 69,5%, correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão e os restantes 34,5 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão. A compensação tarifária, em termos económicos, atinge os 62,6 milhões de euros, registando-se um aumento de 23,2% face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, a evolução dos gastos com combustíveis.

Em 2018, o resultado líquido da EDA atingiu os 19,8 milhões de euros, 7,8% inferior a 2017.

Os ganhos reconhecidos resultantes da apropriação da quota-parte da EDA do resultado do período das subsidiárias e associadas foram superiores aos ganhos do ano anterior em cerca de 1,4 milhões de euros. Tal aumento resulta, sobretudo, do aumento dos resultados da EDA Renováveis.

Os trabalhos para a própria empresa, no montante de 1,9 milhões de euros, resultam, essencialmente, de custos com as empreitadas para a realização de ampliações nos centros produtores.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, registou uma variação negativa de 1 milhão de euros, que está relacionada, sobretudo, com valores de juros cobrados a clientes por atrasos no pagamento, rendimentos obtidos com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores, e com o valor de rendas obtidas através da cedência de edifícios.

Em termos globais, de 2017 para 2018, os Gastos operacionais aumentaram 12,2%, o equivalente a mais cerca de 20 milhões de euros. Esta variação está fortemente relacionada com a evolução da rubrica de Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), pela sua relevância na estrutura dos Gastos operacionais, que ascendeu a 95,2 milhões de euros em 2018, mais 14,3% que os 83,3 milhões de euros do ano anterior. Os gastos com combustíveis para produção de eletricidade constituem a componente de maior peso nesta rubrica. Em 2018 o montante de combustíveis ascendeu aos 53,6 milhões de euros, mais 7 milhões de euros, um valor cerca de 14,9% acima do montante gasto no ano transato.

De 2017 para 2018, manteve-se a tendência de crescimento dos custos médios, quer do fuelóleo, quer do gasóleo que aumentaram em, respetivamente, 67,9 euros por tonelada e 77,4 euros por quilolitro. O custo médio do fuelóleo em 2018 foi de 458,7 euros por tonelada, e o do gasóleo fixou-se em 601,9 euros por quilolitro.

Os Gastos com o pessoal, que representam cerca de 16% dos Gastos operacionais, ascendem a 29,7 milhões de euros em 2018, 8,1% acima do registado no ano anterior. Os Fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam aos 23,4 milhões de euros, apresentando um aumento de 18,4%. De salientar que, o

valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em Fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados 7,9 milhões de euros em 2018 e 5,2 milhões de euros em 2017. As rubricas incluídas em FSE com maior expressão monetária são as de Trabalhos especializados, conservação e reparação e comunicações. Os Trabalhos especializados, que têm um decréscimo de 0,7 milhões de euros face ao período homólogo anterior, incluem, maioritariamente, custos com serviços informáticos, e consultorias diversas. A rubrica de Conservação e reparação respeita essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros eletroprodutores.

Os Outros gastos e perdas, no valor de 11,9 milhões de euros, apresentam um acréscimo de 2,2 milhões de euros relativamente a 2017. Esta rubrica inclui o pagamento de direitos de passagem aos Municípios no valor de 4,8 milhões de euros, gastos com as licenças de emissões de CO₂ em 4,6 milhões de euros, a contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1,7 milhões de euros e encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos à atividade de produção e distribuição.

Ao nível dos Resultados financeiros, é de salientar um acréscimo próximo dos 14%, entre 2017 e 2018, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos para financiamento das atividades da EDA, reflexo de um aumento de 9% da dívida da EDA.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira da EDA.

(mil €)

Rubricas	2018	2017	Var. 2018-17	Var. % 2018-17
Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	378 324,9	369 100,3	9 224,6	2,5%
Participações financeiras e outros investimentos	118 007,9	112 621,1	5 386,8	4,8%
Ativos por impostos diferidos	6 008,6	5 437,5	571,1	10,5%
Clientes e outras contas a receber	4 687,0	5 458,9	(771,9)	(14,1%)
Ativo Não Corrente	507 028,4	492 617,8	14 410,6	2,9%
Inventários	11 188,2	9 623,9	1 564,3	16,3%
Clientes e outras contas a receber	49 770,2	38 264,6	11 505,6	30,1%
Diferimentos	237,3	523,4	(286,1)	(54,7%)
Caixa e equivalentes de caixa	4 831,8	5 165,1	(333,3)	(6,5%)
Ativo Corrente	66 027,4	53 577,0	12 450,4	23,2%
Ativo Total	573 055,8	546 194,8	26 861,0	4,9%
Capital Próprio	222 047,4	224 353,9	(2 306,5)	(1,0%)
Empréstimos obtidos	138 986,8	175 183,9	(36 197,1)	(20,7%)
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14 733,5	12 902,7	1 830,8	14,2%
Passivos por impostos diferidos	4 551,2	2 937,1	1 614,1	55,0%
Outros Passivos não Correntes	1 627,3	1 900,8	(273,5)	(14,4%)
Passivo Não Corrente	159 898,8	192 924,5	(33 025,7)	(17,1%)
Fornecedores e outras contas a pagar	38 717,6	37 680,7	1 036,9	2,8%
Empréstimos obtidos	152 392,0	91 235,7	61 156,3	67,0%
Passivo Corrente	191 109,6	128 916,4	62 193,2	48,2%
Total Passivo	351 008,4	321 840,9	29 167,5	9,1%
Total do capital próprio e passivo	573 055,8	546 194,8	26 861,0	4,9%

Tabela 12 – Balanço da EDA, em 2017 e 2018

O Ativo não corrente da EDA, que corresponde a 88% do ativo total, ascende a 507 milhões de euros, mais 2,9% que em 2017. O total de Ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendeu ao montante de 378,3 milhões de euros, mais 9,2 milhões de euros que o valor registado no ano anterior, refletindo a normal depreciação

dos ativos, compensada pelo investimento em novos equipamentos ou remodelação dos mesmos. O aumento em 5,4 milhões de euros das Participações financeiras resulta da evolução dos capitais próprios das participadas, nomeadamente, dos resultados líquidos do exercício e dos dividendos distribuídos.

O saldo da rubrica Outras contas a receber não correntes inclui a estimativa de ajustamento à compensação tarifária de 2018, no valor de 3,7 milhões de euros, a ser incluído nas Tarifas de 2020.

Relativamente ao Ativo corrente destaca-se o aumento dos Outros créditos a receber, que se deve, sobretudo, ao ajustamento estimado à compensação tarifária de 2017, no valor de 7 milhões de euros, a ser incluído nas Tarifas de 2019, mais 3,2 milhões de euros referentes à tarifa social e ainda 1,9 milhões de euros referentes a comparticipações a receber no âmbito do programa PRORURAL+. Saliencia-se ainda, o aumento dos Inventários, no valor de 1,6 milhões de euros, que se concentra, principalmente, em peças de reserva.

Os Capitais próprios da EDA ascendem aos 222 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 2,3 milhões de euros, por via do resultado do exercício e pela aplicação do resultado do período anterior. Foram distribuídos dividendos no valor global de 18 milhões de euros, em que 15,1 milhões de euros são relativos ao exercício de 2017 e 2,9 milhões de euros relativos a anos anteriores. Refira-se ainda, a existência

Os capitais próprios da EDA totalizaram 222 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 2,3 milhões de euros, face a 2017

de outros movimentos no capital próprio, no valor de 2 milhões de euros, que incluem a amortização de subsídios ao investimento e ganhos/perdas atuariais no fundo de pensões. A evolução registada tem um impacto pouco significativo na autonomia financeira da EDA, que se cifrou em cerca de 38,7% em 2018, face aos 41,1% de 2017.

Relativamente ao Passivo, em 2018 o montante dos financiamentos obtidos, correntes e não correntes, ascende aos 291,4 milhões de euros, apresentando um aumento de 25 milhões de euros, ou seja, mais 9,4%. Saliencia-se, ainda, que 48% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As Responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas em 2018 fixaram-se em 14,7 milhões de euros, apresentando um aumento de 1,8 milhões de euros, cerca de 14%, face aos 12,9 milhões de euros registados no final de 2017.

O acréscimo de 62,2 milhões de euros no Passivo corrente deve-se, essencialmente, ao aumento dos financiamentos obtidos de curto prazo em 61,2 milhões de euros⁹, contribui ainda para esta evolução o aumento da dívida a fornecedores em 1 milhão de euros.

⁹ O incremento da utilização das linhas de curto prazo, foi pontual e prendeu-se com o facto da sua utilização se revelar mais vantajosa para a EDA em termos do seu custo financeiro (all in cost), do que utilização agendada de linha de Programa Papel Comercial não corrente à respetiva taxa de intervenção, face a alteração intempestiva por parte da entidade bancária da taxa acordada para a emissão.

RESULTADOS DO PERÍODO

Rubricas	2018	2017	Var. 2018-17	Var. % 2018-17
EBIT (mil euros)	25 056,8	29 527,0	(4 470,2)	-15,1%
EBITDA (mil euros)	48 206,8	52 625,2	(4 418,4)	-8,4%
Resultados financeiros (mil euros)	(3 594,6)	(3 150,8)	(443,8)	14,1%
Resultados antes de impostos (mil euros)	21 462,2	26 376,2	(4 914,0)	-18,6%
Resultado líquido do período (mil euros)	19 823,9	21 507,8	(1 683,9)	-7,8%
Resultado por Ação (€/ação)	1,42	1,54	(0,12)	-7,8%

Tabela 13 – Resultados do período da EDA, em 2017 e 2018

Em 2018, o Resultado operacional foi de 25,1 milhões de euros (29,5 milhões de euros em 2017), o que representa um decréscimo de 15%. Esta evolução está relacionada com um crescimento dos rendimentos operacionais de 8%, inferior ao aumento dos gastos operacionais de 12,2%. Por sua vez, o EBITDA apresentou um decréscimo de 8,4%, situando-se nos 48,2 milhões de euros.

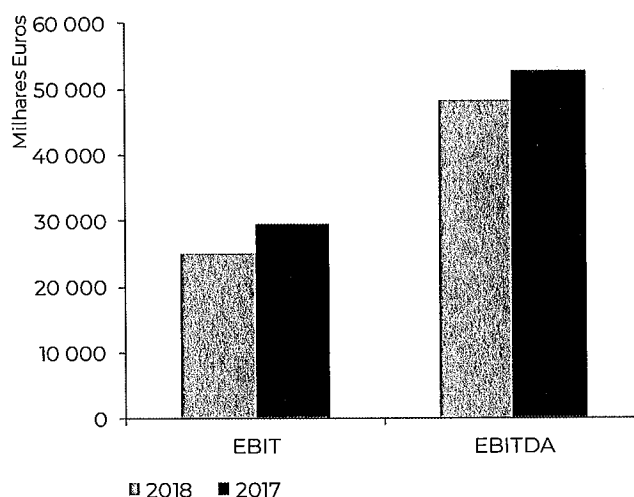


Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2017 e 2018

O Resultado líquido do período ascendeu a 19,8 milhões de euros, menos 1,7 milhões de euros que em 2017, o que corresponde a um decréscimo na ordem dos 7,8%.

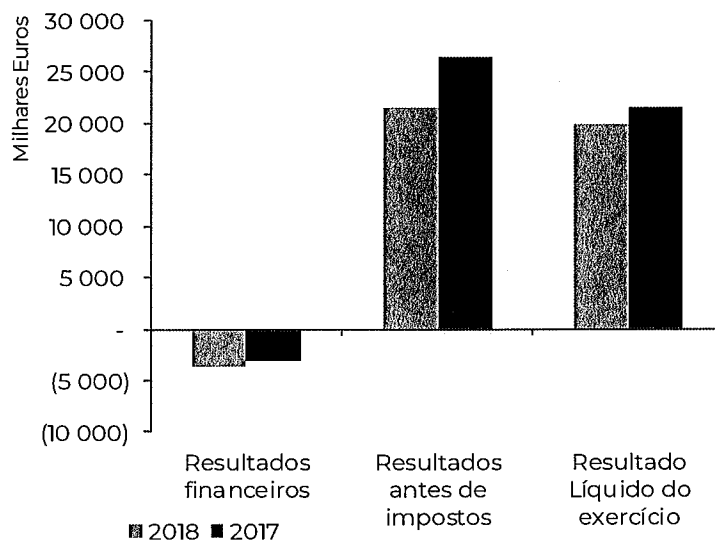


Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2017 e 2018

Tendo em conta o atual número de ações e rendimentos atingidos em 2018, deduz-se que o resultado por ação foi de 1,42 euros por ação, o que representa 0,12 euros abaixo dos 1,54 euros por ação verificados em 2017.

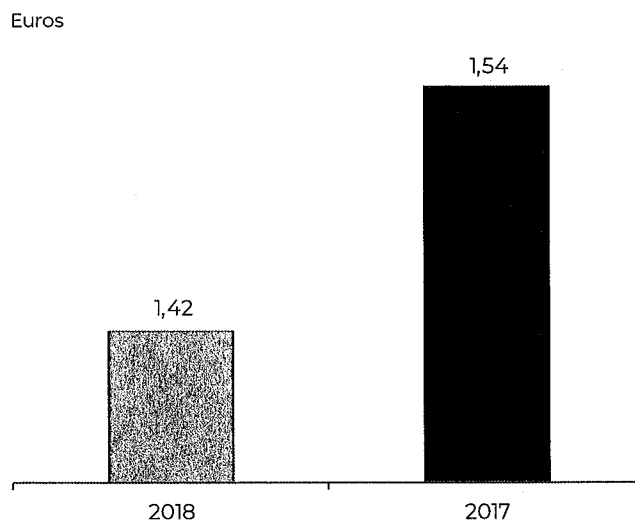


Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2017 e 2018

GESTÃO FINANCEIRA

No final de 2018 a dívida bancária da EDA ascendia a 242,6 milhões de euros, mais 18,4 milhões de euros do que em 2017.

A dívida total atingiu 291,3 milhões de euros, mais 24,9 milhões de euros que a dívida registada no final de 2017, correspondendo os fundos excedentários das associadas EDA Renováveis e SEGMA utilizados pela EDA a 48,7 milhões de euros.

(Eur)

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	60 000 000	45 000 000	105 000 000	25 000 000	65 000 000	90 000 000
Empréstimos bancários	16 195 009	94 590 571	110 785 579	17 660 904	110 818 619	128 479 524
Contas Correntes Caucionadas	26 800 000	-	26 800 000	5 710 000	-	5 710 000
Outros empréstimos	48 710 000	-	48 710 000	42 220 000	-	42 220 000
	151 705 009	139 590 571	291 295 579	90 590 904	175 818 619	266 409 524
Juros a pagar - Empréstimos	687 034	-	687 034	644 817	-	644 817
Juros pagos (antecipação)	-	(603 734)	(603 734)	-	(634 732)	(634 732)
	152 392 043	138 986 837	291 378 879	91 235 721	175 183 887	266 419 609

Tabela 14 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2017 e 2018

Do total da dívida os empréstimos bancários (mercado interno e externo) representam 38%, os programas de papel comercial 36% e as contas correntes caucionadas 9,2%. Os outros empréstimos, onde são englobadas a cedência de fundos das participadas, representam 16,7% da dívida.

O incremento da utilização das linhas de curto prazo, foi pontual e prendeu-se com o facto da sua utilização se revelar mais vantajosa para a EDA em termos do seu custo financeiro (all in cost), do que utilização agendada de linha de Programa Papel Comercial não corrente à respetiva taxa de intervenção, face a alteração intempestiva por parte da entidade bancária da taxa acordada para a emissão.

(Eur)

	2018	2017
Custos Financeiros ⁽¹⁾		
Juros Empréstimos	(1 952 444)	(1 697 326)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 642 175)	(1 454 972)
	(3 594 619)	(3 152 298)
Proveitos Financeiros		
Juros Obtidos	0	1 498

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 0,581 milhões euros

Tabela 15 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2017 e 2018

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida totalizaram no período 3,6 milhões de euros (incluindo encargos financeiros capitalizados no montante de 0,581 mil euros), mais 0,4 milhões de euros que os custos financeiros suportados em 2017.

Evolução Custo Médio Dívida	
2008	4,99%
2009	2,91%
2009	2,60%
2011	3,53%
2012	4,76%
2013	3,69%
2014	2,95%
2015	2,28%
2016	1,29%
2017	1,25%
2018	1,34%

Tabela 16 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2018

O custo médio da dívida da EDA atingiu 1,34% (1,25% em dezembro de 2017). O aumento do custo médio quando comparado com o ano de 2017 deveu-se essencialmente à revisão de taxas de juro de empréstimos do BEI de taxa variável para taxa fixa, por forma a diminuir a exposição ao risco de taxa de juro.

Em 2018, o custo médio da dívida da EDA, foi de 1,34%

A EDA tem 76% da dívida a taxa variável indexada à Euribor.

As políticas de gestão de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes dos dois planos de pensões em vigor, foram transferidos em 2018 pela EDA, para o Fundo de Pensões - A (Fundo de Benefício Definido), um montante de 462,0 mil euros e para o Fundo-B 547,2 mil euros (Fundo de Contribuição Definida).

No final de 2018, o valor do Fundo-A ascendia a 31,8 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu cargo de 88,8 %. As pensões pagas pelo Fundo em 2018 totalizam 1,5 milhões de euros.

O Fundo-B de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários.

Nos termos das disposições previstas no Regulamento Tarifário e do Despacho emitido pela ERSE, para regulamentação dos "Mecanismos de Otimização da Gestão dos Contratos de Aquisição de Energia e da Gestão das Licenças de Emissão de CO₂", procedeu-se em 2018 à aquisição 390 000 licenças de emissão de CO₂ (EUA's) no mercado, pelo valor de 5,7 milhões de euros, das quais 67 254 para a correspondência ainda dos direitos de emissão do ano 2017, 294 741 dos de 2018 e 28 005 transitam para 2019.

3.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

3.1.4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

A EDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. De acordo com o art. 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

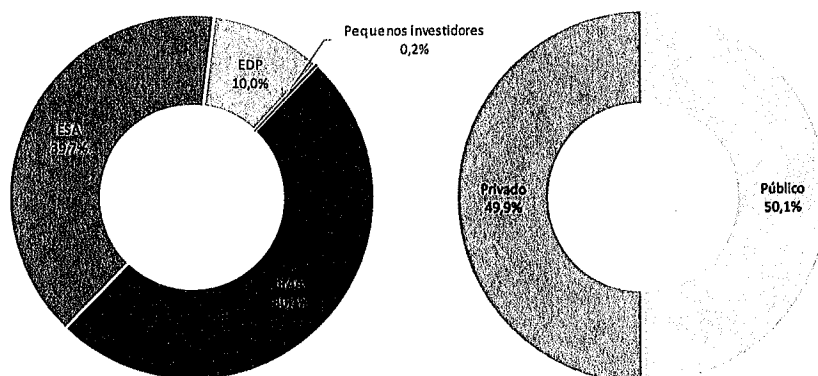
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA estão vertidas nas propostas de Plano Estratégico Plurianual e Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2018, a Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2018 foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 15 dezembro de 2017 e encontra-se publicada no site da empresa, em <http://www.eda.pt/Investidores/Paginas/default.aspx>.

ESTRUTURA ACIONISTA

O Capital Social da EDA, no montante de 70 milhões de euros, é representado por 14 000 000 de ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor e tipo de investidor da estrutura acionista da EDA em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:



ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art. 8.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art. 21.º do pacto social, é constituído pelo Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não integra o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

Os Órgãos Sociais para o triénio 2017/2019 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 27 de abril de 2017. A sua composição durante o ano de 2018 e até à data de aprovação das contas, foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Executivo): Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte

Administrador (Executivo): Dr. José Luís Pimentel Amaral

Administradora (Executiva): Dr.ª Maria do Carmo Cabrita M. Marques Martins (renunciou em 26 de fevereiro de 2018)

Roberto Lucio Silva Pereira Monteiro (desde 26 de fevereiro de 2018)

Administrador (Executivo): Eng.º João Carlos Santos Correia

Administradora (Executiva): Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Administrador (Não Executivo): Eng.º João Carlos Chaves de Sousa Braga

Administrador (Não Executivo): João Manuel Bandarra dos Santos

Administrador (Não Executivo): Eng.º Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira

Administrador (Não Executivo): Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.ª Andreia Melo Carreiro

Vice-Presidente: Dr. Nuno Frade Correia da Silveira Serejo

Secretário Efetivo: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

Secretário Suplente: Dr. Paulo Linhares Dias

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr.ª Catarina Isabel Furtado Pacheco

Vogal Efetivo: Dr. Carlos Eduardo Ferreira Oliveira

Vogal Efetivo: Dr. João Manuel Beliz Trabuço

Vogal Suplente: Dr.ª Maria Olinda Soares Aguiar

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, LDA - SROC n.º 292 representada por Rúben Mota Cordeiro

PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO;

Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte: Licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutorado em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, e de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009. Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A. desde maio de 2011 e Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S. A. desde junho de 2011.

Dr. José Luís Pimentel Amaral: Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. É professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convocado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direcção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direcção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direcção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor. Administrador da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A. desde maio de 2014 e Administrador da EDA Renováveis, S. A. desde junho de 2014.

Dr.ª Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Licenciada em Organização e Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Quadro Superior da Eletricidade dos Açores, S.A desde 1987. Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1993 a 1998; Directora da Direcção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Directora da Direcção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Representante da Região Autónoma dos Açores, no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho

de 2002 a novembro de 2009; Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma-Açores, S. A., em regime de cedência pela EDA, S. A., de novembro de 2008 a março de 2009; Administradora da Norma-Açores, S. A., de abril de 2009 a março de 2012. Administradora da EDA RENOVÁVEIS, de junho de 2011 à data. Administradora da EDA desde maio de 2011 a fevereiro de 2018, Presidente do Conselho Administração da Norma-Açores, S. A. de março de 2012 à data; Administradora da GLOBALEDA, S.A, desde abril de 2012, e Presidente do Conselho de Administração desde 12 janeiro de 2016.

Dr. Roberto Lucio Silva Pereira Monteiro: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade dos Açores, em 1991. Participou no Programa de Gestão Avançada para Executivos, ministrado pela Universidade Católica Portuguesa. Frequentou formações em Gestão numa ótica comercial, tais como Satisfação Total de Clientes, Fidelização de Clientes e Planeamento, Gestão e Custos da Qualidade.

Entre 2005 e 2017 foi Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e Presidente do Conselho de Administração da Associação Gestora do Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória. Foi Presidente da Assembleia Intermunicipal dos Açores no mandato 2009/2013, Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores no mandato 2013/2017, Presidente da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos da Europa, no mandato 2015/2016 e Presidente do Conselho da ilha Terceira no mandato 2015/2017. Durante este período foi ainda Consultor de 20 empresas da ilha Terceira para as Áreas de Gestão, Financeira, Qualidade e Marketing de Serviços e elaborou 245 candidaturas no âmbito dos Fundos Comunitários disponibilizados no I, II e III Quadros Comunitários de Apoio a Empresas. Entre 1996 e 2005 foi gerente da CONTROLAUTO e entre 1999 e 2000 acumulou na EDA os cargos de Diretor no Centro de Exploração do Pico e de Diretor de Serviços Comerciais para as ilhas do Grupo Central e Ocidental. Foi Diretor Comercial da EDA entre 2001 e 2005 e gerente da SEGMA entre 2003 e 2005. Administrador Executivo da EDA desde fevereiro de 2018.

Eng.º João Carlos Santos Correia: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de S. Miguel entre 1999 e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de S. Miguel entre 1995 e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de S. Miguel de 1990 a 2000. Integra a Gerência da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1988. Participante no Programa Avançado de Gestão para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1995 e no Programa Avançado de Finanças para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1996. De outubro de 1987 até junho de 1988: Monitora como prestação

eventual de serviço na Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, período em que lecionou as cadeiras de Gestão Financeira I e Gestão Financeira II. Desde 5 de dezembro de 1988 integra os quadros da Empresa de Electricidade dos Açores, tendo desempenhado as seguintes funções: Até 30 de setembro de 1990, desempenhou funções técnicas na Direção Financeira, área da Fiscalidade, durante 6 meses e, posteriormente, prestou apoio técnico ao Diretor; De 1 de outubro de 1990 até 22 de abril de 1993, foi Coordenadora do Gabinete de Estudos e Análise Financeira, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1993 até 22 de abril de 1994 e de 29 de outubro de 1996 a 31 de dezembro de 2000 chefiou o Serviço de Finanças, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1994 até 15 de novembro de 1997 foi Adjunta da Direção Financeira; A partir de janeiro de 2001 foi Diretora da Gestão Administrativa e Contabilidade, da Electricidade dos Açores, S. A. e Gerente da SEGMA, Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., desde 12 de julho de 2013. Administradora da EDA Electricidade dos Açores desde 11 de julho de 2013.

Eng.º João Carlos Chaves de Sousa Braga: Bacharelato em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, em 2003. De 2004 a 2005 desempenhou funções no âmbito da análise de especialidades, acompanhamento de execução de infraestruturas e loteamentos, licenças de utilização de habitações individuais e coletivas na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Delegado da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, de 2005 a 2008, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e habitação social); Delegado da Secretaria Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos, entre 2008 e 2012, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico); de 2012 a 2016, Delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, responsável pela coordenação da delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico, coordenação dos postos de turismo e manutenção/criação de trilho). Desde 2016 até à data, Delegado da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das Estradas Regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico). Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde abril de 2017.

João Manuel Bandarra dos Santos: Bacharelato em "Meteorologia" pelo American Department of Defense (81st Technical Training Group, Keesler AFB) MISSISSIPPI (United States of America). Sócio Gerente da NextEnergy com responsabilidades na área de recursos humanos e financeira. Habilitações literárias - Licenciatura em Ciências do Ambiente, 1.º ano. 2009- 2010 – Membro do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores, desde maio de 2014.

Eng.º Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico. Concluiu o MBA no INSEAD (França) e o Advanced Management Program pelas Universidade Católica e Kellogg (EUA). Iniciou a sua atividade profissional em 1998 como consultor na McKinsey & Company, concentrando-se nas áreas de energia, telecomunicações e retalho. De 2001 a 2003,

h
b
f
J
A
M
K
g

trabalhou como chefe de projeto na consultora DiamondCluster, com projetos em Portugal, Espanha e Bélgica.

Ingressou na EDP em 2003, na Direção de Planeamento Energético, assumindo o respetivo cargo de Diretor responsável a partir de 2007. De 2014 a 2016 acumulou com o cargo de Diretor da Direção de Gestão do Risco. Foi responsável pelo programa de acesso à Energia do Grupo EDP entre 2013 e 2015. Membro do Conselho de Administração da Fundação EDP entre 2013 e 2014. Desempenha atualmente as funções de membro do Conselho de Administração da EDP – Gestão da Produção da Energia, S. A.. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde setembro de 2016.

Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico. Tem Formação Avançada no Programa de Direção de Empresas (PDE) pela AESE (2000), e em “Sustainable Energy Markets” pelo European Energy Institute (2006-2007). Ingressou na EDP em 1988, na Equipa de Engenharia do projeto da central Termoelétrica do Pego. Foi responsável da área de Controlo & Instrumentação na central de Gasificação Integrada em Ciclo Combinado de 320 MW, durante sete anos, em Espanha. Assumiu a chefia do departamento de Controlo & Instrumentação da PROET, empresa de engenharia térmica do Grupo EDP, em 2000. Foi Diretor de Engenharia de Energia da EDP Produção em 2005, Diretor na Direção de Reequipamentos em 2010, e na área de Engenharia de Equipamentos em 2013. Coordenou diversas equipas de engenharia em projetos de referência térmicos, biomassa, hídricos e de automação, tais como a remodelação dos sistemas de controlo de todas as centrais térmicas da EDP, o Centro de Telecomando da Renováveis, o desenho do despacho da EDA em S. Miguel, com o INESC, o sistema ibérico integrado de monitorização de ativos de geração convencional da EDP Produção, o projeto hídrico de Frades II de 2 x 400 MVA de velocidade variável, nova barragem do Alto da Ceira, as centrais hídricas do plano nacional de barragens, bem como diversos estudos e projetos para a EDA em centrais térmicas e de geotermia. Desenvolveu igualmente e coordenou o projeto Fotovoltaico Flutuante do Alto Rabagão, o primeiro a nível mundial em Centrais Hidroelétricas. Desde dezembro de 2017 é Diretor da nova Área de Inovação e Tecnologia da EDP Produção. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde dezembro de 2017.

CARGOS OCUPADOS PELOS ADMINISTRADORES NOUTRAS EMPRESAS:

Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte: Presidente do Conselho de Administração da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Presidente da Direção do INOVA.

Eng.º José Luís Pimentel Amaral: Administrador da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Vogal da Direção do INOVA;

Dr.ª Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA RENOVÁVEIS, S. A., Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA, S. A. e Presidente do Conselho de Administração da NORMA AÇORES, S. A.;

Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel: Gerente da SEGMA, Lda.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDA RENOVÁVEIS, S. A. e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da NORMA AÇORES, S. A.;

Eng.º João Carlos Santos Correia: Gerente da SEGMA, Lda..

INFORMAÇÃO SOBRE O MODO E AS CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE FUNÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

A EDA presta um serviço de interesse geral tendo-lhe sido cometida em exclusivo, através de concessão, o transporte e a distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. O contrato de concessão, outorgado no ano 2000 e com a duração de 50 anos, regula o exercício desta atividade, a qual se encontra, também, sujeita à supervisão da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia elétrica são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Esta entidade estabelece os critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e estrutura tarifária e à determinação dos proveitos permitidos. As normas e parâmetros de regulação são definidos nos diversos regulamentos publicados pela ERSE, nomeadamente, Regulamento de Qualidade de Serviço, Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento de Acesso às Redes e Interligações e Regulamento Tarifário. O serviço prestado aos clientes é objeto de avaliação e de elaboração de um relatório da qualidade de serviço que está disponível no site da empresa no endereço www.eda.pt.

EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE POR PARTE DE EMPRESAS QUE SEJAM TITULARES DESSE TIPO DE PODERES

A atividade concedida à EDA é considerada de utilidade pública. No corrente exercício não ocorreram processos de expropriação por utilidade pública.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 31 de agosto de 2017, que determinou para o mandato 2017/19 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Administradores Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva - 5.899,06 €, sobre a qual incidirão as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor;
- b) Administrador Executivo - 5.546,37 € sobre a qual incidirão as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor.

Administradores Não Executivos - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano é de 260,06 €; Dois Administradores Não Executivos renunciaram à remuneração.

Membros do Conselho Fiscal - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho Fiscal - 600,00 €;
- b) Vogal Efetivo do Conselho Fiscal - 400,00 €.

Membros da Mesa da Assembleia Geral - Estas funções não são remuneradas;

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2018 corresponderam a:

	Total	Remunerações	Encargos e benefícios Sociais
Órgão Gestão 1	101 270,13 €	78 457,54 €	22 812,59 €
Órgão Gestão 2	94 584,38 €	73 766,70 €	20 817,68 €
Órgão Gestão 3	94 587,41 €	73 766,70 €	20 820,71 €
Órgão Gestão 4	93 961,41 €	73 766,70 €	20 194,71 €
Órgão Gestão 5	13 941,47 €	10 889,37 €	3 052,10 €
Órgão Gestão 6	81 678,47 €	62 837,41 €	18 841,06 €
Órgão Gestão não executivo	5 010,54 €	3 120,72 €	1 889,82 €
Órgão Gestão não executivo	844,14 €	- €	844,14 €
Conselho Fiscal	5 971,94 €	4 800,00 €	1 171,94 €
Conselho Fiscal	5 971,94 €	4 800,00 €	1 171,94 €
Conselho Fiscal	8 818,86 €	7 200,00 €	1 618,86 €
	506 640,69 €	393 405,14 €	113 235,55 €

Os Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos gozam dos benefícios sociais em vigor na Sociedade para os seus trabalhadores, previstos no acordo de empresa e respetivos regulamentos e que não estejam vedados pelo n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A de 19 de maio.

INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO COM REFERÊNCIA SUCINTA ÀS MATÉRIAS VERSADAS

Durante o ano de 2018 o Conselho de Administração realizou 10 (dez) reuniões. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia do Grupo EDA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa e das suas subsidiárias, à apreciação dos Tableau de Bord mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2017, bem como da Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2019. Previamente a cada reunião do Conselho são disponibilizadas todas as atas das reuniões anteriores da Comissão Executiva para acompanhamento, informações ou esclarecimentos que se entendam necessários. A delegação de competências na Comissão Executiva foi fixada em regulamento aprovado pelo Conselho de Administração, pela Deliberação ref. 21/CA/2017, de 27 de abril. As decisões de valor superior a 1,5 milhões de euros são da competência do Conselho de Administração. As decisões sobre participações sociais não são delegáveis na Comissão Executiva.

Na primeira reunião, realizada no mês de janeiro, foi decidido adjudicar ao agrupamento "Outsourcing SI", de acordo com o disposto no artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos, o Contrato de Prestação de Serviços Informáticos em Regime de Outsourcing. Foram ratificadas a adjudicação do contrato da Empreitada de Remodelação da Subestação 60/10 kV de Ponta Delgada – Construção Civil – Ilha de São Miguel, pelo valor de 1,45 milhões de euros e da Empreitada de Substituição dos Autómatos da Central Termoelétrica do Caldeirão, pelo valor de 2,28 €. Foram autorizados os reconhecimentos de dívidas de vários clientes, cuja antiguidade e valor o justificava. Foram apresentadas as Contas e o Tableau de Bord de novembro de 2017.

No mês de fevereiro, foi aceite a renúncia da Administradora Dra. Maria do Carmo Martins tendo sido substituída por cooptação do Administrador Roberto Monteiro. Ao nível financeiro, foi deliberado aprovar a contratação de um financiamento junto do BANKINTER até um montante máximo de 9.000.000,00 € (nove milhões de euros), e o aumento do montante máximo do Programa de Emissões de Papel Comercial do Banco BPI, de 15 para 25 milhões de euros. Foram apreciadas as contas de 2018.

Na primeira reunião de abril, o Conselho de Administração aprovou o Relatório de Gestão e as Contas de 2017 e a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ambos submetidos à Assembleia Geral. Autorizou a contratação da empreitada de construção da linha at a 60 kV Ribeira Grande – Ponta Garça, concelhos de Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, Ilha de São Miguel. Ratificou a decisão de não exercício do direito de preferência previsto na cláusula 5.ª do acordo parassocial celebrado em 21 de fevereiro de 2008, entre a Novabase e a EDA, na qual se prevê que, quando terminar o prazo do contrato de prestação de serviços, a EDA possa adquirir a participação social detida pela Novabase ao valor contabilístico apurado com base nas Demonstrações Financeiras do exercício imediatamente anterior. Ratificou um reconhecimento de dívida de um cliente.

Na segunda reunião de abril foram aprovadas as contas do primeiro trimestre e foi ratificada a aquisição de 2,1 milhões de euros de licenças de CO₂ para 2017.

Em maio foi aprovado o Relatório e Contas intercalar do 1.º trimestre de 2018 e as contas de abril de 2018. Foram apreciados o Tableau de Bord (pág 2) e Tableau de Bord da Qualidade de Serviço de abril de 2018. Ao nível da contratação foram aprovadas a terceira e última modificação objetiva ao contrato de empreitada de remodelação do edifício da antiga central da EDA de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, lote 1 e relativamente à Central das Ondas do Pico, foi adjudicado o estudo relativo aos trabalhos de remoção e desmantelamento da central e aprovado o protocolo a celebrar, neste âmbito, com a EDP e WEC. Foi tomada a decisão de iniciar procedimento de contratação para a celebração de Acordo Quadro para aquisição de peças de reserva para os grupos térmicos das centrais termoelétricas da EDA.

No mês de junho foram aprovadas as contas de maio e apreciado o Tableau de Bord de maio. Foi aprovada a contratação de um Programa de Financiamento em forma de Programa de Papel Comercial, junto do Banco Millennium BCP, no montante de 15.000.000,00 € (quinze milhões de euros), bem como foi aprovada a minuta de contrato. Foram ainda aprovadas as novas condições propostas pela Caixa BI, quanto ao aumento montante máximo do programa para 60 milhões de euros e a substituição da Comissões de Organização, Agente e Colocação.

No mês de julho o Conselho de Administração aprovou o relatório e contas intercalar – 1.º semestre de 2018 e as contas de agosto de 2018. No respeitante a participações sociais, nos termos do disposto no n.º 1 da Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018 de 20 de junho de 2018 e do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, e n.º 1 do artigo 4.º, ambos da Lei n.º 71/88, e dos artigos 3.º n.º 1 e 8.º do Decreto-Lei 328/88, de 27 de setembro o Conselho de Administração deliberou: proceder à alienação da participação de 50.100 ações que a EDA detém na Norma Açores, representativas de 62,25% do capital social daquela empresa, do seguinte modo: i) 8.000 ações, representativas de 10% do capital social, mediante venda direta por corretagem bancária aos trabalhadores; ii) 42.100 ações, representativas de 52,25% do capital social, mediante concurso; Foi aprovado o regulamento da venda e as peças de procedimento do concurso previsto, bem como nomeado o júri do concurso nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei 328/88, de 27 de setembro. Ainda neste âmbito, deliberou autorizar a desvinculação da EDA enquanto associado ou sócio fundador da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores. Relativamente a processos de contratação o Conselho de administração aprovou o auto de suspensão parcial da empreitada de ampliação da central termoelétrica do Belo Jardim – grupo xi, concelho da Praia da Vitória, ilha Terceira. Ratificou os atos relativos à contratação do “fornecimento de peças de reserva MAN 12v 48/60b para central termoelétrica do Belo Jardim e man 5l 21/31 para a central termoelétrica das Flores” designadamente a adjudicação da proposta apresentada pela MAN DIESEL & TURBO PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA, bem como a minuta do contrato a celebrar. Aprovou ainda o protocolo com a EDP para o desmantelamento da central das ondas no Pico.

No mês de outubro o Conselho de Administração analisou e aprovou as contas de setembro de 2018 e o o Tableau de Bord desse mês. Considerando a necessidade de melhorar a eficiência energética na iluminação pública nos Açores, a redução dos custos de exploração com as atividades de manutenção das luminárias existentes; e a contínua necessidade de atualização tecnológica das redes de iluminação pública; o Conselho de Administração aprovou a Proposta do Plano de Substituição de Luminárias VSAP por LED's com a duração de 10 anos e com o valor total estimado de 16,3 milhões de euros. Ao nível da

contratação autorizou um procedimento de concurso público para celebração de Acordo Quadro para Aquisição de peças de reserva para a Exploração dos Grupos Térmicos MAN das Centrais Termoelétricas da EDA.

Em novembro foi aprovado a proposta do Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2019. Foi apreciado o Tableau de Bord do mês de outubro de 2018.

Na última reunião, em dezembro, o Conselho de Administração aprovou as contas de janeiro a outubro de 2018 e o Tableau de Bord desse período. Ratificou as alterações efetuadas pela Comissão Executiva do caderno de encargos do processo de alienação da participação na NORMA AÇORES e a recomposição do Júri. Autorizou a adjudicação da proposta e aprovação da minuta do contrato do acordo-quadro para a aquisição de peças de reserva para exploração dos grupos térmicos das centrais termoelétricas da EDA, equipamentos MAN.

A gestão corrente da sociedade foi delegada na Comissão Executiva que no exercício das suas funções realizou 46 reuniões, das quais resultaram 722 deliberações, sobre as diversas áreas de atividade da empresa, ao nível da exploração dos diversos sistemas eléctricos, ao nível do investimento e, também, das áreas de apoio e suporte.

3.1.4.2. Ações próprias

Em 31 dezembro de 2018 a empresa não detinha ações próprias.

3.1.4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

3.1.4.4. Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

3.1.4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

3.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2018 a Electricidade dos Açores, SA apresentou resultados de 19.823. 881,43 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

- 1) O código das sociedades comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;
- 2) Que na Assembleia Geral realizada em 14 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram a Proposta do Plano Plurianual e do Orçamento para 2018 que continha o pressuposto de aplicação duma taxa de 5%, sobre o capital realizado, para efeito de determinação de uma estimativa de dividendos;

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- (i) 754.000,00 euros para reserva legal;
- (ii) 3.500.000,00 euros para dividendos, i.e. 0,25 € / ação, correspondente a uma remuneração média de 5% do capital social;
- (iii) o remanescente, de 15.569.881,43 euros para resultados transitados.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte

Duarte José Botelho da Ponte

José Luís Pimentel Amaral

José Luís Pimentel Amaral

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

João Carlos Santos Correia

João Carlos Santos Correia

João Manuel Bandarra dos Santos

João Manuel Bandarra dos Santos

João Carlos Chaves de Sousa Braga

João Carlos Chaves de Sousa Braga

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4. APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

h
m
7
A
N
y
d
de
g

4.1. DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS – ELECTRICIDADE DOS AÇORES S. A.**31 de dezembro de 2018**

h
m
/
A
M
B
d
d
F

4.1.1. Balanço

		31 de dezembro	
		2018	2017
Ativo	Nota		
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	174.228.178	171.077.759
Propriedades de investimento	7	2.289.303	2.120.231
Ativos intangíveis	8	201.807.446	195.902.309
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	117.770.712	112.381.902
Outros investimentos financeiros	10	237.188	239.188
Créditos a receber	11	4.687.052	5.458.914
Ativos por impostos diferidos	12	6.008.553	5.437.497
		507.028.432	492.617.799
Corrente			
Inventários	13	11.188.180	9.623.881
Clientes	14	34.601.603	29.694.660
Estado e outros entes públicos	15	-	1.986.670
Outros créditos a receber	11	15.168.551	6.583.304
Diferimentos	16	237.276	523.373
Caixa e depósitos bancários	4	4.831.802	5.165.105
		66.027.412	53.576.993
Total do ativo		573.055.844	546.194.792
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	17	70.000.000	70.000.000
Reservas legais	18	13.246.000	12.170.000
Outras reservas	18	346.796	346.796
Resultados transitados	18	103.617.848	103.305.336
Ajustamento/outras variações no capital próprio	19	15.012.875	17.023.913
Resultado líquido do período	-	19.823.881	21.507.824
Total do capital próprio		222.047.400	224.353.869
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	20	138.986.837	175.183.887
Responsabilidades por benefícios pós emprego	21	14.733.474	12.902.738
Passivos por impostos diferidos	12	4.551.200	2.937.077
Outras dívidas a pagar	22	1.627.299	1.900.797
		159.898.810	192.924.499
Corrente			
Fornecedores	23	16.434.376	15.294.476
Estado e outros entes públicos	15	1.746.976	2.565.923
Financiamentos obtidos	20	152.392.043	91.235.721
Outras dívidas a pagar	22	20.536.239	19.820.304
		191.109.634	128.916.424
Total do passivo		351.008.444	321.840.923
Total do capital próprio e do passivo		573.055.844	546.194.792

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela Cabido Pontes Furtado
 Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
 Duarte José Botelho da Ponte

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

João Carlos Santos Correia
 João Carlos Santos Correia

João Carlos Chaves de Sousa Braga
 João Carlos Chaves de Sousa Braga

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

João Manuel Bandeira dos Santos
 João Manuel Bandeira dos Santos

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte
 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

José Luís Pimentel Amaral
 José Luís Pimentel Amaral

4.1.2. Demonstração dos resultados

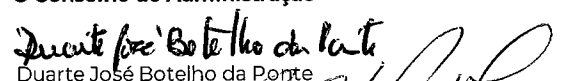
	Nota	Período	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	24	191.942.175	177.167.421
Subsídios à exploração	-	10.597	32.789
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	11.475.141	10.077.808
Trabalhos para a própria entidade	25	1.947.789	1.546.411
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(95.224.770)	(83.286.405)
Fornecimentos e serviços externos	27	(23.416.389)	(19.773.368)
Gastos com o pessoal	28	(29.696.515)	(27.482.232)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11,14	(243.503)	(264.491)
Aumentos/reduções de justo valor	10	-	(693)
Outros rendimentos	29	3.291.745	4.326.476
Outros gastos	30	(11.879.482)	(9.718.467)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48.206.788	52.625.249
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(23.389.790)	(23.098.227)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	7	239.769	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25.056.767	29.527.022
Juros e rendimentos similares obtidos	31	-	1.498
Juros e gastos similares suportados	31	(3.594.619)	(3.152.298)
Resultado antes de impostos		21.462.148	26.376.222
Imposto sobre o rendimento do período	32	(1.638.267)	(4.868.398)
Resultado líquido do período		19.823.881	21.507.824
Resultado por ação básico		1,416	1,536

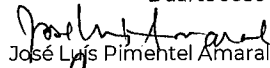
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

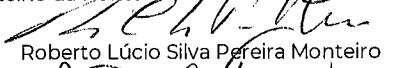
O Contabilista Certificado


Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

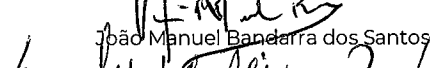

Duarte José Botelho da Ponte

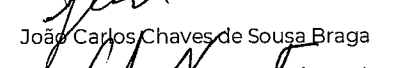
 José Luís Pimentel Amaral

 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

 João Carlos Santos Correia

 João Manuel Bandeira dos Santos

 João Carlos Chaves de Sousa Braga

 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4.1.3. Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos /Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2017		70.000.000	11.200.000	346.796	102.667.789	19.745.887	19.216.582	223.177.054
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(107.262)	288.148	-	180.887
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	970.000	-	18.769.809	(3.010.122)	(19.216.582)	(2.486.896)
		-	970.000	-	18.662.547	(2.721.974)	(19.216.582)	(2.306.009)
Resultado líquido do período							21.507.824	21.507.824
Resultado integral							21.507.824	21.507.824
Outras operações no período								
Distribuições	18, 33	-	-	-	(18.025.000)	-	-	(18.025.000)
		-	-	-	(18.025.000)	-	-	(18.025.000)
A 31 de dezembro de 2017		70.000.000	12.170.000	346.796	103.305.336	17.023.913	21.507.824	224.353.869
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	540.043	273.498	-	813.541
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	1.076.000	-	17.797.469	(2.284.535)	(21.507.824)	(4.918.890)
		-	1.076.000	-	18.337.512	(2.011.038)	(21.507.824)	(4.105.350)
Resultado líquido do período							19.823.881	19.823.881
Resultado integral							19.823.881	19.823.881
Outras operações no período								
Distribuições	18, 33	-	-	-	(18.025.000)	-	-	(18.025.000)
		-	-	-	(18.025.000)	-	-	(18.025.000)
A 31 de dezembro de 2018		70.000.000	13.246.000	346.796	103.617.848	15.012.875	19.823.881	222.047.400

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado
Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
Duarte José Botelho da Ponte
Roberto Tácio Silva Pereira Monteiro
Roberto Tácio Silva Pereira Monteiro
João Carlos Santos Correia
João Carlos Santos Correia
João Carlos Chaves de Sousa Braga
João Carlos Chaves de Sousa Braga
Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte
Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
João Manuel Bandeira dos Santos
João Manuel Bandeira dos Santos

4.1.4. Demonstração de fluxos de caixa

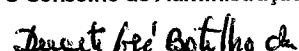
		Período	
	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		202.276.677	180.404.366
Pagamentos a fornecedores		(121.906.575)	(116.762.278)
Pagamentos ao pessoal		(29.097.484)	(26.163.283)
		51.272.618	37.478.805
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	15	1.986.670	(779.274)
Outros recebimentos/ pagamentos		(21.911.130)	(22.635.043)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		31.348.158	14.064.488
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16.022.176)	(9.849.347)
Ativos intangíveis		(24.886.701)	(9.037.329)
Recebimentos provenientes de:			
Outros Ativos		1.875	103.850
Subsídios ao investimento		640.881	1.028.517
Dividendos	9	5.134.101	4.204.282
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(35.132.020)	(13.550.028)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		36.090.000	33.040.000
Juros e rendimentos similares obtidos		-	3.140
Outras operações de financiamento		156.925.000	158.081.914
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(17.693.944)	(19.656.652)
Juros e gastos similares suportados		(3.410.497)	(3.042.140)
Dividendos	33	(18.025.000)	(18.025.000)
Outras operações de financiamento		(150.435.000)	(150.095.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		3.450.559	306.261
Variação de caixa e seus equivalentes		(333.303)	820.722
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5.165.105	4.344.383
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.831.802	5.165.105

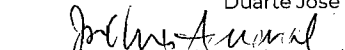
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado


Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração


Duarte José Botelho da Ponte

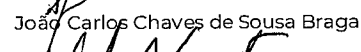

José Luís Pimentel Amaral

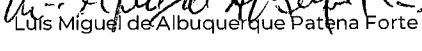

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro


Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel


João Carlos Santos Correia


João Manuel Bandarra dos Santos


João Carlos Chaves de Sousa Braga


Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte


Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4.2. Anexo às demonstrações financeiras

1	INTRODUÇÃO.....	73
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	77
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	78
4	FLUXOS DE CAIXA.....	95
5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	96
6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	97
7	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	99
8	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	100
9	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	103
10	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	107
11	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	107
12	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	109
13	INVENTÁRIOS.....	111
14	CLIENTES.....	111
15	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	113
16	DIFERIMENTOS.....	113
17	CAPITAL SUBSCRITO.....	113
18	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS.....	114
19	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	116
20	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	117
21	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS.....	119
22	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	123
23	FORNECEDORES.....	124
24	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	125
25	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE.....	126
26	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	126
27	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	127
28	GASTOS COM PESSOAL.....	128
29	OUTROS RENDIMENTOS.....	128
30	OUTROS GASTOS.....	129
31	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	130
32	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	130
33	DIVIDENDOS.....	131
34	COMPROMISSOS.....	132
35	PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES.....	132
36	MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	133
37	PARTES RELACIONADAS.....	133
38	DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	136
39	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	137

NOR

Anexo às Demonstrações financeiras

1 Introdução

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A., (referida neste documento como EDA ou Empresa), foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei n.º 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A Empresa detém, presentemente, como principais atividades, a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema, o transporte e a distribuição de energia elétrica celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução n.º 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 41/2000.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 16 de abril de 2019, estando ainda sujeitas à aprovação pelos acionistas. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Adicionalmente a EDA prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS como estabelecido no n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística.

1.1 – Atividades concessionadas e reguladas

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período

W02

h
d pe
f
A
N
V
a
g

de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- a) A receção da energia elétrica;
- b) O transporte de energia elétrica;
- c) A distribuição da energia elétrica;
- d) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função da regulamentação constante do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição dos preços das tarifas por atividade aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia, Comercialização e tarifa de Operação Logística de Mudança de Comercializador.

As tarifas são estabelecidas de forma a proporcionar à entidade concessionária da RNT e aos detentores de licença vinculada de distribuição um montante de proveitos calculados de acordo

UCAF

h
br
f
A
N
X
d
94

com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas, sendo previamente sujeitas a um processo de aceitação pelo regulador.

Dado que as tarifas fixadas têm por base estimativas de venda de energia e custos aceites, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$ o valor do respetivo ajustamento e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da Região Autónoma dos Açores (RAA), à EDA – Electricidade dos Açores, S.A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição de Energia Elétrica e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por price cap, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

A partir do período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela Empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, está sujeita a regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por revenue cap ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por price cap.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX tem uma regulação por custos aceites.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializadas através da publicação da Diretiva N.º 24/2013, de 13 de dezembro de 2013.

O Artigo 117-A.º da Diretiva 24/2013, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano $n-1$, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

ndf

Para o período regulatório 2018-2020, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, serão determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

Para o período regulatório 2018-2020, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2015-2017. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador também manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital nos últimos períodos regulatórios, está indexado às yields das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário de dezembro de 2014, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as

NOR

concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

Os critérios da tarifa social foram alterados pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, "Lei do Orçamento de Estado de 2016", alteração que pretende aumentar o atual número de beneficiários efetivos. Em 8 de abril de 2016, o despacho n.º 5138-A/216, que procedeu à revogação do ASECE, aprovou que a tarifa social passasse a integrar esta componente, passando o desconto social suportado pela tarifa social a ser de 33,8% sobre a fatura a partir de 1 de julho de 2016, sendo aplicado pela EDA com efeitos retroativos a partir de setembro de 2017.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou

NCRF

complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.24.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2018, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 125.082.222 euros. A Empresa tem ainda 80.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizados, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 50.700.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática, anual ou trimestralmente, enquanto as linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a EDA tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

NCP

Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da EDA, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a EDA tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Ganhos ou perdas não realizadas em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como parte do valor inicialmente registado como investimento em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

NCA

h
br
f
ff
m
X
d
a
74

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2018	2017
USD	1,1450	1,1993
GBP	0,8945	0,8872
CHF	1,1269	1,1702

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

MCAE

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Contadores	16 anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 16 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 e 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

WBRZ

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de utilização de software, a licenças de emissão de dióxido de carbono (licenças CO2) adquiridas e ao direito de concessão resultante da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão.

Os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, sendo o ativo escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Programas de computador

A EDA capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de upgrade. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Licenças emissões de gases (CO2)

As atividades desenvolvidas pela EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO2).

As licenças de carácter ambiental resultam da atividade operacional ou de negociação.

As licenças para consumo próprio são reconhecidas como ativo intangível sendo mensuradas ao preço de aquisição, enquanto que as licenças detidas para negociação são registadas ao preço de aquisição e ajustadas para o justo valor correspondente ao preço de mercado. Os rendimentos e gastos resultantes destes ajustamentos são reconhecidos em resultados do ano.

Direitos de concessão

A empresa tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA permuta pelo direito de explorar o serviço público associado.

NOBIZ

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o triénio 2018 – 2020, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização estimada do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório (3 anos), acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

NOZ

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde no SNC à NCRF 6, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

NCRF

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros créditos a receber, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDA reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se tratem de instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do período nas rubricas de custos ou proveitos financeiros. Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (fair value hedge), o valor desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a

NDP

h
h
f
A
h
h
d
h
h

refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura de justo valor são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (cash flow hedge), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas no Capital próprio, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a EDA não tem negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.8. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação, assim como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou há lugar à descontinuação dos equipamentos a que se referem.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.9. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de se verificar.

O montante de perda por imparidade para um instrumento financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são desreconhecidos quando:

MAZ

- (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.11. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.12. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

NCR

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outras dívidas a pagar, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.13. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

MCP

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

3.15. Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

MCE

O passivo reconhecido no Balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustamentos de experiência e alterações aos pressupostos atuariais e financeiros são registados em Capital próprio.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA constituiu o fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;
- b) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

3.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.17. Subsídios e apoios do Governo

A EDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

NR

As participações atribuídas à EDA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios obtidos para financiar a construção de infraestruturas para a concessão de serviço público incluindo as participações recebidas de clientes (cujo ativo é reconhecido pelo seu custo estimado) são deduzidos diretamente ao valor do ativo intangível reconhecido como direito de concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.18. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.19. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

NCP

3.20. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou permuta dissemelhante de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

No caso da EDA, para as atividades englobadas no contrato de concessão, é apresentada de forma individualizada o rédito proveniente dos serviços de construção e de exploração.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades reguladas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção, transporte e distribuição.

Serviços de construção

A EDA apresenta na sua Demonstração dos resultados o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração dos resultados. Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do price cap, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do custo de aquisição/construção.

3.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

MOR

3.22. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.23. Matérias ambientais

A EDA reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a EDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.24. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.24.1 Convergência tarifária

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2).

NCRF

3.24.2 Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.24.3 Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

3.24.4 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos e do consumo dos benefícios económicos subjacentes, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.24.5 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

NCP

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 12 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

3.25. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

3.26. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2 - Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2018	2017
Caixa	8.493	10.412
Depósitos bancários	4.823.309	5.154.693
	4.831.802	5.165.105

Os valores considerados para efeitos da elaboração da Demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão de acordo com o quadro apresentado acima.

NOR

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDA, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

NCRF

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Edifícios e				Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
	Terrenos	construções	outras	Equipamento básico					
1 de janeiro de 2018									
Custo de aquisição	2.296.452	66.014.907		272.182.007	5.639.781	8.095.460	33.392.315	12.929.956	400.550.878
Imparidade acumulada	-	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(32.813.952)		(160.104.018)	(4.772.572)	(7.614.412)	(23.832.583)	-	(229.137.536)
Valor líquido	2.296.452	33.200.956		111.742.407	867.209	481.048	9.559.732	12.929.956	171.077.759
Movimento do exercício									
Adições	584.016	28.974		-	398.205	734.120	314.500	15.251.713	17.311.528
Alienações e abates	(9.388)	-	-	(2.349.231)	(56.070)	(502.679)	(9.848)	-	(2.927.216)
Transferências	-	2.579.825	-	3.459.037	-	-	495.868	(6.534.730)	-
Depreciação - período	-	(2.196.976)	-	(9.707.163)	(451.319)	(378.650)	(1.417.613)	-	(14.151.721)
Depreciação - alienações	-	-	-	2.349.231	56.070	502.679	9.848	-	2.917.828
	2.871.080	33.612.779		105.494.282	814.095	836.517	8.952.487	21.646.939	174.228.178
31 de dezembro de 2018									
Custo de aquisição	2.871.080	68.623.706		273.291.813	5.981.916	8.326.901	34.192.835	21.646.939	414.935.191
Imparidade acumulada	-	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(35.010.927)		(167.461.950)	(5.167.821)	(7.490.383)	(25.240.348)	-	(240.371.430)
Valor líquido	2.871.080	33.612.779		105.494.282	814.095	836.517	8.952.487	21.646.939	174.228.178

NOTA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
	Terrenos							
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	2.297.988	63.883.502	268.893.100	5.570.939	7.933.145	40.326.869	5.684.884	394.590.427
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(30.739.447)	(150.521.678)	(4.784.591)	(7.294.099)	(30.222.386)	-	(223.562.201)
Valor líquido	2.297.988	33.144.055	118.035.840	786.348	639.046	10.104.483	5.684.884	170.692.644
Movimento do exercício								
Adições	-	-	-	484.069	162.314	303.427	13.471.136	14.420.947
Alienações e abates	(1.536)	(52.677)	(200.522)	(415.227)	-	(7.790.534)	-	(8.460.497)
Transferências	-	2.184.083	3.489.429	-	-	552.552	(6.226.064)	-
Depreciação - período	-	(2.113.645)	(9.777.475)	(403.208)	(320.313)	(1.353.455)	-	(13.968.096)
Depreciação - alienações	-	39.140	195.135	415.227	-	7.743.259	-	8.392.761
	2.296.452	33.200.956	111.742.407	867.209	481.048	9.559.732	12.929.956	171.077.759
31 de dezembro de 2017								
Custo de aquisição	2.296.452	66.014.907	272.182.007	5.639.781	8.095.460	33.392.315	12.929.956	400.550.878
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(32.813.952)	(160.104.018)	(4.772.572)	(7.614.412)	(23.832.583)	-	(229.137.536)
Valor líquido	2.296.452	33.200.956	111.742.407	867.209	481.048	9.559.732	12.929.956	171.077.759

NOTA

Adições:

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2018 englobam 2.059.815 euros de aquisições diretas e 15.251.713 euros de obras em curso, que correspondem maioritariamente ao investimento efetuado pela EDA em equipamentos de produção, nomeadamente ampliações de centrais termoelétricas.

Em curso:

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2018	2017
Produção	4.947.804	5.029.709
Ampliação central térmica Belo Jardim - Grupo XI	10.936.299	3.674.382
Outras obras	5.762.837	3.458.440
Central Hídrica Reversível	-	767.425
	21.646.940	12.929.956

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2018, no montante de 6.534.730 euros referem-se essencialmente a obras de ampliações e beneficiação de centros produtores nas ilhas da Terceira, São Jorge e Graciosa e à monitorização de efluentes gasosos na ilha do Faial.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Alienações e Abates

Em 2018 e 2017 o valor das alienações refere-se a materiais obsoletos tais como contadores, disjuntores e outros equipamentos administrativos e de transporte.

7 Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se ao antigo edifício sede da EDA na Calheta, o qual se encontra totalmente arrendado a entidades do grupo:

NOA2

	2018	2017
A 1 de janeiro		
Valor bruto	3.000.000	3.000.000
Depreciações acumuladas	(630.450)	(568.194)
Imparidades acumuladas	(249.319)	(249.319)
Valor líquido	2.120.231	2.182.486
Reversão perda por imparidade	239.769	-
Depreciações - Período	(70.697)	(62.256)
	169.072	(62.256)
A 31 de dezembro		
Valor bruto	3.000.000	3.000.000
Depreciações	(701.147)	(630.450)
Imparidades	(9.550)	(249.319)
Valor líquido	2.289.303	2.120.231

Em conformidade com a avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2018, os ativos classificados como propriedades de investimento, possuem o seguinte justo valor:

Terrenos	797.000
Edifícios	1.563.000
	2.360.000

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os rendimentos e gastos operacionais diretos associados às propriedades de investimento são os seguintes:

	2018		2017	
	Rendas	Gastos diretos	Rendas	Gastos diretos
Edifícios Calheta	118.908	23.590	116.952	58.185
	118.908	23.590	116.952	58.185

8 Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a licenças de CO2, direitos de superfície, software e ao contrato de concessão. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

MOR

	Licenças CO2	Direitos de superfície	Software	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2018						
Custo de aquisição	33.272.708	10.267	11.761.879	363.450.384	-	408.495.239
Amortizações acumuladas	(33.272.708)	(6.029)	(10.938.569)	(168.375.624)	-	(212.592.930)
Valor líquido	-	4.239	823.310	195.074.760	-	195.902.309
Adições	5.150.547	16.184	67.548	13.383.868	409.549	19.027.696
Transferências e abates	-	-	409.549	654.303	(409.549)	654.303
Amortização - período	(4.609.490)	(1.781)	(517.269)	(8.648.322)	-	(13.776.862)
Valor líquido	541.057	18.642	783.138	200.464.609	-	201.807.446
31 de dezembro de 2018						
Custo de aquisição	38.423.255	26.452	12.238.976	377.488.555	-	428.177.238
Amortizações acumuladas	(37.882.198)	(7.810)	(11.455.838)	(177.023.946)	-	(226.369.792)
Valor líquido	541.057	18.642	783.138	200.464.609	-	201.807.446

	Licenças CO2	Direitos de superfície	Software	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2017						
Custo de aquisição	31.330.006	8.848	11.291.526	355.384.587	-	398.014.966
Amortizações acumuladas	(31.330.006)	(4.477)	(10.453.566)	(159.794.304)	-	(201.582.353)
Valor líquido	-	4.371	837.960	195.590.282	-	196.432.613
Adições	1.942.702	1.420	118.526	8.401.999	351.827	10.816.474
Transferências e abates	-	-	351.827	(336.202)	(351.827)	(336.202)
Amortização - período	(1.942.702)	(1.552)	(485.004)	(8.581.320)	-	(11.010.577)
Valor líquido	-	4.239	823.310	195.074.760	-	195.902.309
31 de dezembro de 2017						
Custo de aquisição	33.272.708	10.267	11.761.879	363.450.384	-	408.495.239
Amortizações acumuladas	(33.272.708)	(6.029)	(10.938.569)	(168.375.624)	-	(212.592.930)
Valor líquido	-	4.239	823.310	195.074.760	-	195.902.309

Licenças CO2:

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva nº 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2018 encontram-se registados em gastos 294.741 toneladas de licenças de CO2, no montante de 4.609.490 euros (2017: 301.364 toneladas e 1.942.702 euros), relativas às emissões do exercício de 2018.

Releva-se que das licenças adquiridas em 2018 foram consideradas excedentárias 28.005 toneladas no montante de 541.057 euros.

WQZ

Software:

O valor capitalizado como software em 2018, refere-se ao upgrade dos portais sharepoint e à implementação de um sistema de segurança.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2018				
Custo de aquisição	423.862.365	10.315.255	(70.727.236)	363.450.384
Amortizações acumuladas	(193.441.713)	-	25.066.089	(168.375.624)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
Adições	668.181	13.676.169	(960.481)	13.383.868
Transferências	7.481.039	(7.481.039)	-	-
Transferências e abates	-	654.303	-	654.303
Amortização - período	(11.885.560)	-	3.237.239	(8.648.322)
Valor líquido	226.684.312	17.164.688	(43.384.389)	200.464.609
31 de dezembro de 2018				
Custo de aquisição	432.011.585	17.164.688	(71.687.717)	377.488.555
Amortizações acumuladas	(205.327.273)	-	28.303.328	(177.023.946)
Valor líquido	226.684.312	17.164.688	(43.384.389)	200.464.609
	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2017				
Custo de aquisição	416.706.067	7.298.922	(68.620.403)	355.384.587
Amortizações acumuladas	(181.595.328)	-	21.801.023	(159.794.304)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282
Adições	463.102	10.045.731	(2.106.833)	8.401.999
Transferências	7.117.076	(7.117.076)	-	-
Alienações e abates	(423.880)	87.678	-	(336.202)
Amortização - período	(11.846.385)	-	3.265.066	(8.581.320)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
31 de dezembro de 2017				
Custo de aquisição	423.862.365	10.315.255	(70.727.236)	363.450.384
Amortizações acumuladas	(193.441.713)	-	25.066.089	(168.375.624)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760

No período de 2018 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 13.383.868 euros (2017: 8.401.999 euros), líquido dos subsídios recebidos.

WDR

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 8.648.322 euros (2017: 8.581.320 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

9 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

	Subsidiárias	Associadas	Total
1 de janeiro de 2017	107.857.543	255.355	108.112.898
Ganhos/(Perdas)	10.078.491	(683)	10.077.808
Outros movimentos no Capital	(1.604.522)	-	(1.604.522)
Dividendos recebidos	(4.204.282)	-	(4.204.282)
31 de dezembro de 2017	112.127.231	254.672	112.381.902
Ganhos/(Perdas)	11.477.113	(1.972)	11.475.141
Outros movimentos no Capital	(950.398)	-	(950.398)
Dividendos recebidos	(5.134.101)	-	(5.134.101)
Alienação Norma Açores	(1.833)	-	(1.833)
31 de dezembro de 2018	117.518.012	252.700	117.770.712

Os Ganhos/(Perdas) reconhecidos resultam da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período das subsidiárias e associadas. Nas situações em que para além da participação detida diretamente também existem participações cruzadas, como é o caso das empresas EDA Renováveis e SEGMA foi incorporada a percentagem detida por cada uma daquelas empresas, que serve de base para o cálculo do método de equivalência patrimonial.

Em 2018 a EDA recebeu dividendos das subsidiárias no total de 5.134.101 euros (EDAR: 4.744.905 euros; SEGMA: 341.100 euros; NORMA: 48.096 euros) e em 2017 um total de 4.204.282 euros (EDAR: 3.558.679 euros; SEGMA: 443.700 euros; NORMA: 201.903 euros).

No seguimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74 /2018, de 20 de junho, referente à reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, o Governo Regional dos Açores, por resolução do Conselho do Governo n.º 108/2018, de 9 de outubro, determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, representativas de 62,63% do capital social, a realizar mediante concurso público, à exceção da venda direta aos trabalhadores, num máximo de 10% do capital. Ainda neste âmbito, por Despacho n.º 1922/2018, de 29 de outubro, da Presidência do Governo, foi nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento.

A alienação da participação da EDA no capital social da Norma Açores enquadra-se no Regime de alienação das participações do setor público (Lei n.º 7/88, de 24 de maio e Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro), atendendo que a EDA é um ente público, detido maioritariamente pela Região Autónoma dos Açores.

WCRF

Em 10 de dezembro, foi publicado no Diário da República nº 237, o procedimento nº 10570/2018, para alienação de 42.100 ações, correspondentes a 52,625% do capital social da empresa. Do concurso público não resultou a alienação, dada a inexistência de propostas. No âmbito do processo de venda direta aos trabalhadores resultou a alienação de 50 ações de um lote de 8.000 ações.

De acordo com as informações disponíveis à data, é expectável que venha a ocorrer durante o 1º semestre de 2019, novo procedimento para alienação da participação da EDA, no capital social da empresa. Neste contexto e dada a incerteza quanto à sua realização, não foi reclassificada neste exercício como Ativos detidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2018 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

MORF

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2018 e 2017, e os rendimentos e gastos gerados no período, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias e associadas, são como segue:

	% detida	Valor contabilístico	Ativos		Passivos		Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio
			Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes						
Empresas subsidiárias												
EDA Renováveis, SA	100,00%	105.960.262	76.008.165	49.133.935	10.934.270	9.028.765	105.179.065	30.509.191	20.397.700	10.171.491	10.174.416	934.871
GLOBALEDA												
- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	2.528.897	716.363	4.694.503	-	2.034.501	3.376.364	6.294.684	5.609.533	685.151	513.178	(0)
SEGMA												
- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	7.030.773	1.595.992	7.878.857	1.826	1.661.053	7.811.970	7.424.798	6.795.543	629.255	566.329	3.625
NORMA AÇORES												
- Soc. De Estudos e Apoio no Desenvolvimento Regional, SA	62,56%	1.998.080	923.700	3.144.924	15.041	859.849	3.193.734	3.110.664	2.753.918	356.746	223.189	11.902
		<u>117.518.012</u>										
Empresas associadas												
ONIAÇORES												
- Infocomunicações, SA	40,00%	252.700	-	701.307	-	69.558	631.749	-	4.931	(4.931)	(1.972)	0
		<u>252.700</u>										
Total		<u>117.770.712</u>									<u>11.475.141</u>	<u>950.398</u>

NOTA

Ativos Passivos

2017	% detida	Valor contabilístico	Não correntes		Correntes		Capital Próprio	Rendimentos		Gastos	Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio
			Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes		Rendimentos	Gastos				
Empresas subsidiárias													
EDA Renováveis, SA	100,00%	101.465.621	81.329.819	41.893.709	13.353.326	9.161.156	100.709.047	34.699.254	25.998.920		8.776.117		1.606.569
GLOBALEDA													
- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	2.015.719	929.632	3.375.227	-	1.613.646	2.691.213	6.181.963	5.418.108		763.855	572.128	-
SEGMA													
- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	6.809.169	1.530.345	7.598.730	2.864	1.560.468	7.565.743	6.221.492	5.463.658		757.834	682.051	(4.424)
NORMA AÇORES													
- Soc. De Estudos e Apoio no Desenvolvimento Regional, SA	62,63%	1.836.722	877.171	3.134.944	16.037	1.063.188	2.932.889	3.229.962	3.153.003		76.959	48.196	2.378
		112.127.230											
Empresas associadas													
ONIAÇORES													
- Infocomunicações, SA	40,00%	254.672	-	642.899	-	6.218	636.681	152	1.860		(1.708)	(683)	(1)
		254.672											
Total		112.381.902									10.077.808		1.604.522

10 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

		% detida	2018	2017
Participações financeiras - método do custo				
NOS Açores Comunicações, S.A.		6,18%	228.649	228.649
Fundação Engenheiro José Cordeiro	i)	33,68%	3.242	3.242
INOVA		0,77%	5.297	5.297
ENTA	ii)	2,00%	-	2.000
			237.188	239.188

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 33,68% do Património social, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade;

ii) O Conselho de Administração no cumprimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, de 20 de junho, deliberou autorizar a desvinculação da empresa enquanto associado ou sócio fundador da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

Em 2018 e 2017 o movimento ocorrido nesta rubrica pode ser assim resumido:

	Títulos negociáveis
1 de janeiro de 2017	343.731
Ganhos / (Perdas)	(693)
Alienações	(103.850)
31 de dezembro de 2017	239.188
Ganhos / (Perdas)	-
Alienações	(2.000)
31 de dezembro de 2018	237.188

11 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de outros créditos a receber são como segue:

NOR

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	501.339	-	501.339	372.581	-	372.581
Deslastragens a regularizar	-	-	-	144.532	-	144.532
Direitos de passagem municípios	-	802.104	802.104	-	-	-
Programa PRORURAL+	1.939.495	-	1.939.495	2.288.076	-	2.288.076
Terrenos da Calheta expropriados	29.090	150.298	179.388	29.090	176.964	206.054
Adiantamentos ao pessoal	53.094	-	53.094	34.066	-	34.066
Adiantamentos a fornecedores	298.203	-	298.203	989.769	-	989.769
i)	2.821.221	952.402	3.773.623	3.858.115	176.964	4.035.079
Devedores acréscimos rendimentos ii)						
Energia a faturar (Nota 24)	2.156.440	-	2.156.440	2.183.964	-	2.183.964
Convergência tarifária:						
Ano de 2018 (Nota 24)	3.191.445	3.734.650	6.926.095	-	-	-
Ano de 2017	6.999.445	-	6.999.445	347.642	5.281.950	5.629.592
Ano de 2016	-	-	-	193.583	-	193.583
Compensação regional ao fuelóleo	6.412.041	-	6.412.041	6.412.041	-	6.412.041
	21.580.592	4.687.052	26.267.644	12.995.345	5.458.914	18.454.259
Imparidades acumuladas	(6.412.041)	-	(6.412.041)	(6.412.041)	-	(6.412.041)
	15.168.551	4.687.052	19.855.603	6.583.304	5.458.914	12.042.218

i) Outros devedores: O saldo corrente inclui dívidas a receber de devedores diversos. Relativamente ao Programa PRORURAL enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER). No que concerne ao saldo a receber dos antigos terrenos da Calheta foi estabelecido um acordo de pagamentos, que não vencem juros, para a sua liquidação em 120 prestações constantes e mensais de 2.424 euros, tendo sido liquidada a primeira em 28 de maio de 2015.

ii) Devedores por acréscimos de rendimento:

A rubrica de energia a faturar no montante de 2.156.440 euros (2017: 2.183.964 euros) respeita a valores em contador a faturar aos clientes em 2019.

A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+2. Desta forma o ajustamento estimado para 2018 no valor global de 6.926.095 euros inclui 3.191.445 euros referentes à Tarifa Social.

Em conformidade com o acordo celebrado em 18 de dezembro de 2009 com a Região Autónoma dos Açores relativo ao abastecimento de fuelóleo, o saldo que se estima receber da compensação do diferencial do preço de aquisição do período de janeiro de 2010 a setembro de 2012 é assim representado:

NOZ

	2018	2017
Ano de 2010	3.402.269	3.402.269
Ano de 2011	864.911	864.911
Ano de 2012	2.144.861	2.144.861
	6.412.041	6.412.041

Dada a incerteza sobre a sua efetiva realização, foi registrada uma imparidade de montante similar, que não apresentou qualquer movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contábilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes têm remunerações mínimas iguais ou superiores às taxas de mercado.

12 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2018	2017
<u>Impactos na demonstração dos resultados</u>		
Ativos por impostos diferidos	31.013	(3.686.810)
Passivos por impostos diferidos	(1.614.123)	(1.131.094)
	(1.583.110)	(4.817.905)
<u>Impactos no capital próprio</u>		
Ativos por impostos diferidos	540.043	(107.262)
	540.043	(107.262)
Impacto líquido dos impostos diferidos	(1.043.067)	(4.925.166)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2018	2.645.062	2.601.598	68.794	122.042	-	5.437.497
Constituição/reversão por capital	540.043	-	-	-	-	540.043
Constituição por resultados	-	-	-	-	1.496.646	1.496.646
Reversão por resultados	(164.742)	(1.287.130)	-	(13.761)	-	(1.465.633)
Movimento do período	375.301	(1.287.130)	-	(13.761)	1.496.646	571.056
A 31 de dezembro de 2018	3.020.363	1.314.469	68.794	108.281	1.496.646	6.008.553

MDP

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Total
A 1 de janeiro de 2017	2.852.395	6.194.775	68.794	115.605	9.231.569
Constituição/reversão por capital	(107.262)		-	-	(107.262)
Constituição por resultados	-	90.808	-	6.438	97.246
Reversão por resultados	(100.071)	(3.683.984)	-	-	(3.784.056)
Movimento do período	(207.333)	(3.593.177)	-	6.438	(3.794.072)
A 31 de dezembro de 2017	2.645.062	2.601.598	68.794	122.042	5.437.497

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	(146.873)	(2.468.534)	(321.669)	(2.937.077)
Constituição por resultados	-	(1.658.842)	(49.153)	(1.707.995)
Reversão por resultados	13.492	71.267	9.113	93.872
Movimentos do período	13.492	(1.587.575)	(40.040)	(1.614.123)
A 31 de dezembro de 2018	(133.381)	(4.056.110)	(361.709)	(4.551.200)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	(162.462)	(1.314.468)	(329.052)	(1.805.983)
Constituição por resultados	-	(1.154.066)	-	(1.154.066)
Reversão por resultados	15.589	-	7.383	22.972
Movimentos do período	15.589	(1.154.066)	7.383	(1.131.094)
A 31 de dezembro de 2017	(146.873)	(2.468.534)	(321.669)	(2.937.077)

O montante de Outros está relacionado com a revalorização do terreno e edifícios da Calheta.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 20,5% (2017: 20,5%), que inclui a derrama estadual resultante do aditamento ao CIRC aprovado pela Lei nº 12-A/2010.

NOTA

13 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Matérias primas	2.543.031	2.119.925
Matérias subsidiárias	167.904	250.394
Materiais diversos	8.228.190	6.605.620
Materiais em trânsito	349.121	778.508
	11.288.246	9.754.447
Imparidade de inventários	(100.066)	(130.566)
	11.188.180	9.623.881

O saldo de inventários refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuel óleo e gasóleo e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

O custo dos inventários reconhecidos em 2018 como gasto e incluído na rubrica custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 95.224.770 euros (2017: 83.286.405 euros) (Nota 26).

Imparidade de inventários

	2018	2017
A 1 de janeiro	130.566	439.796
Quebras	-	-
Utilizações	(30.500)	(309.230)
A 31 de dezembro	100.066	130.566

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 30.500 euros (2017: 309.230 euros).

14 Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

10/12

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes - gerais	35.364.026	-	35.364.026	30.488.055	-	30.488.055
Cientes - partes relacionadas (Nota 37)	633.380	-	633.380	529.782	-	529.782
i) 35.997.406	-	35.997.406	31.017.837	-	31.017.837	
Imparidade de clientes	(1.395.803)	-	(1.395.803)	(1.323.177)	-	(1.323.177)
	34.601.603	-	34.601.603	29.694.660	-	29.694.660

i) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os seguintes saldos a receber de clientes:

a) valores faturados à REN a título de convergência tarifária no montante de 4.874.308 euros (em 2017: 2.860.201 euros);

b) outros serviços diversos no montante de 1.217.876 euros (2017: 861.979 euros);

c) os saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de eletricidade, que apresentam a seguinte antiguidade:

	2018			2017		
	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total
Entidades públicas	4.841.037	15.416.034	20.257.071	5.898.510	11.184.825	17.083.335
Empresarial e particulares	8.942.595	705.556	9.648.151	9.342.878	869.444	10.212.322
	13.783.632	16.121.590	29.905.222	15.241.388	12.054.269	27.295.657

A Empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis.

Imparidade de clientes

	2018	2017
A 1 de janeiro	1.323.177	1.324.525
Aumentos	243.503	264.491
Utilizações	(170.877)	(265.839)
A 31 de dezembro	1.395.803	1.323.177

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de clientes deveu-se à utilização direta no montante de 170.877 euros (2017: 265.839 euros) e ao reforço da imparidade de clientes.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

NCR

15 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	30.127	1.986.670	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	286.424	-	272.744
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	746.054	-	1.625.316
Contribuições p/ segurança social	-	533.065	-	525.614
Outros impostos	-	151.306	-	142.250
	-	1.746.976	1.986.670	2.565.923

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2018	2017
Pagamentos por conta	-	(2.012.247)
Retenções na fonte	(25.030)	(24.916)
Estimativa de IRC (Nota 32)	55.157	50.494
	30.127	(1.986.670)

16 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a EDA tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	2018	2017
Seguros e outros serviços	237.276	523.373
	237.276	523.373

17 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social da EDA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

NOE

	Número de ações	Capital Social
Capital	14.000.000	70.000.000
	14.000.000	70.000.000

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Nº Ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7.014.000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S.A.	5.558.120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	1.400.000	10,0%
Outros	27.880	0,2%
	14.000.000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

18 Outras reservas e Resultados transitados

	Reserva Legal	Reserva para investimentos	Reserva para fins sociais	Reservas especiais	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2017	11.200.000	100.911	19.235	226.650	102.667.789	114.214.585
Aplicação do Resultado do período	970.000	-	-	-	-	970.000
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	(107.262)	(107.262)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	18.769.809	18.769.809
Distribuições	-	-	-	-	(18.025.000)	(18.025.000)
31 de dezembro de 2017	12.170.000	100.911	19.235	226.650	103.305.336	115.822.132
Aplicação do Resultado do período	1.076.000	-	-	-	-	1.076.000
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	540.043	540.043
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	17.797.469	17.797.469
Distribuições	-	-	-	-	(18.025.000)	(18.025.000)
31 de dezembro de 2018	13.246.000	100.911	19.235	226.650	103.617.848	117.210.644

NOTA

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2018, o resultado apurado no período de 2017 teve a seguinte aplicação:

Reserva legal	1.076.000
Dividendos	15.085.000
Colaboradores da empresa (Fundo de Pensões)	483.950
Resultados transitados	4.862.874
	<u>21.507.824</u>

Adicionalmente foram distribuídos dividendos por conta de Resultados transitados de anos anteriores, no valor de 2.940.000 euros.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.893.895 euros (2017: 2.058.437 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em Resultados transitados e Resultados do exercício os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2018	2017
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2018	11.475.141	-
Ano 2017	4.943.707	10.077.808
Anos anteriores	46.299.584	46.299.584
Perdas Atuariais	(10.336.806)	(7.702.451)
Compensação Tarifária		
Ano 2018	6.926.095	-
Ano 2017	6.999.445	5.629.592
Ano 2016	-	(6.126.825)

NOTA

19 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Total
1 de janeiro de 2017	11.257.051	8.488.836	19.745.887
Amortização de subsídio	-	(1.405.601)	(1.405.601)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	288.148	288.148
Ajustamento capital próprio subsidiária	(1.604.522)	-	(1.604.522)
31 de dezembro de 2017	9.652.529	7.371.383	17.023.913
Amortização de subsídio (Nota 29)	-	(1.334.137)	(1.334.137)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	273.498	273.498
Ajustamento capital próprio subsidiária	(950.398)	-	(950.398)
31 de dezembro de 2018	8.702.131	6.310.744	15.012.875

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no capital próprio das subsidiárias.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no capital próprio pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	2018	2017
Comparticipações comunitárias - Subsídios	7.938.045	9.272.181
Ajustamento por imposto (Nota 22)	(1.627.299)	(1.900.797)
	6.310.744	7.371.383

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 22).

NCA

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final de cada período, é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	60.000.000	45.000.000	105.000.000	25.000.000	65.000.000	90.000.000
Empréstimos bancários	16.195.009	94.590.571	110.785.580	17.660.904	110.818.619	128.479.524
Contas correntes caucionadas	26.800.000	-	26.800.000	5.710.000	-	5.710.000
Outros empréstimos (Nota 37)	48.710.000	-	48.710.000	42.220.000	-	42.220.000
	151.705.009	139.590.571	291.295.580	90.590.904	175.818.619	266.409.524
Juros a pagar - Empréstimos	687.034	-	687.034	644.817	-	644.817
Juros pagos (antecipação)	-	(603.734)	(603.734)	-	(634.732)	(634.732)
	152.392.043	138.986.837	291.378.880	91.235.721	175.183.887	266.419.608

A EDA é subscritora de 8 programas de papel comercial no valor de 185.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 105.000.000 euros a 31 de dezembro de 2018 (2017: 90.000.000 euros). Destes programas de papel comercial 45.000.000 euros são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de emissão de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

O incremento da utilização das linhas de curto prazo no final de 2018, foi pontual e prendeu-se com o facto da sua utilização se revelar mais vantajosos para a EDA em termos do seu custo financeiro (*all in cost*), do que utilização agendada de linha de Programa Papel Comercial não corrente à respetiva taxa de intervenção, face a alteração intempestiva por parte da entidade bancária da taxa acordada para a emissão do montante de 25.000.000 euros.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados pelo Governo da República em 31 de dezembro de 2018 eram de 16.727.273 euros (2017: 20.909.091 euros). Existem outros empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República no montante de 40.500.000 euros (2017: 47.500.000 euros). Para o montante de 11.454.545 euros (2017: 13.363.637 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária.

Nos Outros Empréstimos são englobados a cedência de fundos das participadas no montante de 48.710.000 euros, que vencem juros à taxa média anual de 0,17% (2017: 0,19%).

No final do período de 2018 e 2017 a EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

NDP

	2018	2017
Taxas de juro variáveis		
correntes	50.700.000	68.290.000
não correntes	-	15.500.000
	50.700.000	83.790.000

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A taxa média de financiamento da EDA foi de 1,34% e 1,25% em 2018 e 2017, respetivamente.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados Covenants.

Os Covenants associados aos contratos de financiamento da EDA são:

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Conta Corrente
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Cisão ou fusão do Mutuário Rácio Net Debt/EBITDA	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Cross Default
Empréstimo C	-	Rácios Financeiros Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause
Empréstimo D	-	Garantia GCD Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-
Empréstimo E	-	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-
Empréstimo F	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-
Empréstimo G	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-
Empréstimo H	-	-	Ownership Clause Pari Passu Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-

NOR

21 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

A EDA constituiu um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2018	2017
Obrigações no balanço		
Plano de benefícios definidos	14.733.474	12.902.738
	14.733.474	12.902.738
	2018	2017
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de benefícios definidos	653.482	628.243
Plano de contribuições definidas	547.119	530.409
	1.200.601	1.158.652

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial são os abaixo indicados:

WBR

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	1,85%	1,85%
Taxa técnica de actualização	1,85%	1,85%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	1,50%	1,50%
Taxa de revalorização salarial	0,00%	0,00%

Em 2018, a taxa técnica de atualização usada foi de 1,85% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,10% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.335.923 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2018, seria superior em 1.318.193 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,60%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.400.664 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.381.875 euros.

Em 2017, a taxa técnica de atualização usada foi de 1,85% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,10% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.301.200 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2017, seria superior em 1.286.834 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,60%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.362.839 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.347.627 euros.

Em a 31 de dezembro de 2018 existiam responsabilidades por financiar de 4.013.125 euros, enquanto que a contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2019, ascende a 401.692 euros.

Deste modo, a contribuição a pagar em 2019, acrescida de juros será no montante de 4.496.491 euros, liquidada em dez prestações mensais com início no mês de março, das quais nove serão no valor de 334.427 euros, sendo o valor remanescente de 1.486.648 euros.

21.1. Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida no Balanço é determinado como segue:

	2018	2017
Valor presente da obrigação	46.497.896	47.060.402
Justo valor dos ativos do plano	(31.764.422)	(34.157.664)
	14.733.474	12.902.738

Existem 10.720.349 euros de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

WAF

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2017	48.012.088	(34.097.970)	13.914.118
Custo serviço corrente	336.340	-	336.340
Juro líquido	960.242	(668.339)	291.903
Sub-total	49.308.670	(34.766.309)	14.542.361
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(752.800)	(752.800)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	229.573	-	229.573
Contribuições	-	-	-
Benefícios pagos	(2.477.840)	1.361.445	(1.116.396)
A 31 de dezembro 2017	47.060.402	(34.157.664)	12.902.737
Custo serviço corrente	401.692	-	401.692
Juro líquido	870.617	(618.827)	251.790
Sub-total	48.332.711	(34.776.491)	13.556.220
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	2.015.579	2.015.579
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	618.776	-	618.776
Contribuições	-	(462.000)	(462.000)
Benefícios pagos	(2.453.591)	1.458.490	(995.101)
A 31 de dezembro 2018	46.497.896	(31.764.422)	14.733.474

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2018	2017
Custos serviços correntes	401.692	336.340
Juro líquido	251.790	291.903
	653.482	628.243

Os impactos do plano registados em Capital próprio são como segue:

	2018	2017
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(7.702.451)	(8.225.677)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período	(2.634.355)	523.227
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	(10.336.806)	(7.702.451)

As perdas atuariais no exercício de 2018 devem-se essencialmente à reduzida remuneração dos ativos do plano explicado pela insegurança vivida nos mercados financeiros em 2018 e com a alteração de reenquadramento nas carreiras dos trabalhadores abrangidos pelo Fundo, bem como pelo financiamento integral dos serviços passados dos ativos.

WCR

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é o seguinte:

	2018	2017
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	14,01	13,53
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	1.421.251	1.431.962
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	3.044.540	3.104.984
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	4.964.880	5.063.718
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	9.166.130	9.301.059
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	5.923.185	5.716.938
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	27.369.344	24.782.662

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2018	2017
Depósitos	1.602.357	3.442.177
Fundos de investimento e outros	2.387.792	2.943.499
Ações	5.038.918	5.827.341
Obrigações	19.930.262	19.002.045
Imóveis	2.805.093	2.942.602
	31.764.422	34.157.664

Composição da carteira de ativos:

	2018				2017			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	1.602.357	-	1.602.357	5,0%	3.442.177	-	3.442.177	10,1%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1.620.493	1.620.493	5,1%	-	1.620.493	1.620.493	4,7%
Ações								
Domésticas	1.047.399	-	1.047.399	3,3%	489.524	-	489.524	1,4%
Estrangeiras	925.480	-	925.480	2,9%	-	-	-	0,0%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	313.878	-	313.878	1,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	2.052.727	-	2.052.727	6,5%	1.224.112	-	1.224.112	3,6%
Estrangeiros, AAA a BBB -	8.416.869	-	8.416.869	26,5%	6.645.361	-	6.645.361	19,5%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1.922.374	-	1.922.374	6,1%	4.149.395	-	4.149.395	12,1%
Fundos de Investimento								
Ações								
Domésticas	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiras	3.066.039	-	3.066.039	9,7%	5.337.817	-	5.337.817	15,6%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	7.224.414	-	7.224.414	22,7%	6.983.178	-	6.983.178	20,4%
Estrangeiros, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Imobiliário								
Domésticos	1.146.400	-	1.146.400	3,6%	1.127.392	-	1.127.392	3,3%
Estrangeiros	38.199	-	38.199	0,1%	194.717	-	194.717	0,6%
Outros investimentos	2.387.793	-	2.387.793	7,5%	2.943.499	-	2.943.499	8,6%
	30.143.929	1.620.493	31.764.422	100,0%	32.537.171	1.620.493	34.157.664	100,0%

MAP

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2018 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

21.2. Contribuição definida

Em 2018, o valor das contribuições definidas efetuadas pela EDA para o Plano Pensões Futuro+, ascendeu a 547.119 euros (2017: 530.409 euros).

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos i)						
Fornecedores de investimentos - gerais	13.870.693	-	13.870.693	7.054.277	-	7.054.277
Fornecedores de investimentos - partes relacionadas (Nota 37)	805.034	-	805.034	479.605	-	479.605
	<u>14.675.727</u>	<u>-</u>	<u>14.675.727</u>	<u>7.533.882</u>	<u>-</u>	<u>7.533.882</u>
Outros credores e Acréscimos por gastos						
Convergência tarifária						
Ano de 2016	-	-	-	6.320.408	-	6.320.408
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.320.408</u>	<u>-</u>	<u>6.320.408</u>
Subsídios investimento-Imposto a pagar ii)	-	1.627.299	1.627.299	-	1.900.797	1.900.797
Encargos com remunerações	4.029.075	-	4.029.075	3.636.643	-	3.636.643
Outros acréscimos por gastos	505.982	-	505.982	1.481.820	-	1.481.820
Caução Globaleda	269.514	-	269.514	-	-	-
Cauções outros	566.116	-	566.116	-	-	-
Outros credores	489.824	-	489.824	847.551	-	847.551
	<u>5.860.511</u>	<u>1.627.299</u>	<u>7.487.810</u>	<u>12.286.422</u>	<u>1.900.797</u>	<u>14.187.219</u>
	<u>20.536.239</u>	<u>1.627.299</u>	<u>22.163.537</u>	<u>19.820.304</u>	<u>1.900.797</u>	<u>21.721.101</u>

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

ii) Saldo referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento:

MOR

	Subsídios ao investimento
A 1 de janeiro de 2017	(2.188.944)
Reversão por capital (Nota 19)	288.148
Movimentos do período	288.148
A 31 de dezembro de 2017	(1.900.796)
Reversão por capital (Nota 19)	273.498
Movimentos do período	273.498
A 31 de dezembro de 2018	(1.627.298)

23 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	2018	2017
Fornecedores - gerais	i) 11.803.746	11.506.216
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 37)	ii) 4.459.270	3.495.618
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	171.360	292.641
	16.434.376	15.294.476

i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;

ii) Fornecedores – partes relacionadas: saldo referente à aquisição de energia elétrica à EDA Renováveis e de serviços técnicos à Segma, Globaleda e Norma Açores.

WAP

24 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados em 2018 e 2017, é detalhado como segue:

	2018	2017
Vendas de eletricidade		
Em média tensão	34.553.779	34.260.077
Em baixa tensão	76.602.982	77.965.424
Energia em contadores (Nota 11)	2.156.440	2.183.964
Ajustamentos de tarifário	i) 62.583.807	50.811.364
Serviços prestados		
De eletricidade	914.409	789.569
De outros	1.347.741	1.106.070
Serviços de construção IFRIC 12	ii) 13.783.017	10.050.953
	191.942.175	177.167.421

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2018 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2017, como se indica:

Descrição	2018	2017
Convergência de tarifário do período	53.945.716	41.951.873
Tarifa social do período	1.331.855	1.590.945
Desvio tarifário de 2018 (Nota 11)	3.734.650	-
Desvio tarifário de 2017	-	5.281.950
Desvio da tarifa social de 2018 (Nota 11)	3.191.445	-
Desvio da tarifa social de 2017	(856)	347.642
Desvio da tarifa social de 2016	-	25
Correção Desvio Tarifário 2017 (ERSE)	380.997	-
Correção Desvio Tarifário 2016 (ERSE)	-	1.638.929
	62.583.807	50.811.364

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2018	2017
Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	7.935.726	5.219.329
Materiais	2.754.941	1.973.429
Pessoal	2.060.951	1.796.291
Fornecimentos e serviços externos - outros	958.227	1.014.597
Impostos	73.171	47.307
	13.783.017	10.050.953

WCR

25 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2018	2017
Materiais	361.323	324.544
Fornecimentos e serviços externos	559.303	431.408
Impostos	674	4.748
Pessoal	445.602	461.755
Encargos financeiros	580.887	323.955
	1.947.789	1.546.411

Os valores mais significativos capitalizados referem-se aos custos com empreitadas contratadas para a realização de ampliações nos centros produtores.

26 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2018	2017
Inventários iniciais (Nota 13)	9.754.447	7.977.289
Compras	96.758.569	85.063.562
Inventários finais (Nota 13)	(11.288.246)	(9.754.447)
	95.224.770	83.286.405

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2018	2017
Energia adquirida	31.432.237	28.908.129
Combustíveis	53.638.083	46.678.774
Outros	10.154.450	7.699.502
	95.224.770	83.286.405

i) Do valor de energia adquirida, 28.976.724 euros (2017: 27.294.831 euros) dizem respeito à EDA Renováveis (Nota 37).

NOF

27 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2018	2017
Serviços de construção IFRIC 12 (Nota 24)	i)	7.935.726	5.219.329
Trabalhos especializados	ii)	6.105.876	6.769.062
Conservação e reparação	iii)	5.062.042	3.624.720
Comunicações	iv)	822.132	1.062.792
Seguros		565.288	571.119
Deslocações e estadas		563.444	404.184
Limpeza, higiene e conforto		445.107	332.830
Combustíveis		288.495	270.997
Vigilância e segurança		270.479	387.385
Comissões		254.805	241.414
Honorários		223.947	182.767
Cursos de formação profissional		200.941	141.631
Publicidade e propaganda		151.139	111.628
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		146.880	112.477
Água		140.103	104.831
Outros (inferiores a 100.000 euros)		239.985	236.200
		23.416.389	19.773.368

i) Os serviços de construção incluem essencialmente gastos com aquisição de serviços e equipamentos para as infraestruturas afetas à concessão;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos e consultorias diversas;

iii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos, como a manutenção, desmontagem e alteração de linhas e a manutenção dos equipamentos das centrais;

iv) Os gastos com Comunicações referem-se maioritariamente a gastos de correio com expedição de faturação a clientes, o aluguer de circuitos à ONI e gastos com comunicações telefónicas.

NAE

28 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Órgãos sociais	405.724	402.298
Pessoal	22.197.529	20.501.581
	22.603.253	20.903.880
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	4.956.686	4.578.209
Benefícios pós-emprego	1.200.601	1.158.652
Seguros acid.trabalho e doenças profissionais	141.628	130.691
Gastos de ação social	675.439	584.908
Outros	118.908	125.892
	7.093.262	6.578.352
	29.696.515	27.482.232

O número médio de empregados em 2018 foi de 757 (2017: 742).

Os gastos com prémios para benefícios de reforma referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 653.482 euros (2017: 628.243 euros) para o plano de benefícios definidos e de 547.119 euros (2017: 530.409 euros) para o plano de contribuição definida.

29 Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos é apresentado como segue:

	2018	2017
Outros rendimentos operacionais i)	1.844.908	2.749.111
Amortização de subsídios ao investimento ii)	1.334.137	1.405.601
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	15.698	123.471
Recuperação de dívidas	2.496	1.845
Outros iii)	94.506	547
Excesso para estimativa de imposto	-	45.901
	3.291.745	4.326.476

i) A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui: (i) os juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento; (ii) o rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores; e (iii) rendas obtidas através da cedência de edifícios;

NOR

ii) Esta rubrica de outros rendimentos refere-se ao valor da amortização dos subsídios ao investimento registada em resultado no período;

iii) Inclui 93.099 euros relativos ao programa EAA Grants com a EDA na qualidade de operador.

30 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2018	2017
Direitos passagem Municípios	i)	4.820.235	4.750.198
Desp.propriedade industrial	ii)	4.609.490	1.942.702
Contr.extraord.setor energético	iii)	1.658.171	1.662.555
Impostos e Outras licenças	iv)	453.148	465.902
Outros gastos operacionais		233.044	366.706
Outras perdas		70.281	29.821
Donativos		34.134	66.558
Multas e penalidades		979	161
Abates - Investimentos não financeiros		-	433.863
		11.879.482	9.718.467

i) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

ii) Na rubrica de Despesas Propriedade Industrial encontram-se registados essencialmente os gastos com as licenças de CO2 correspondentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano (Nota 8);

iii) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro;

iv) Esta rubrica inclui maioritariamente o encargo com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades de produção e distribuição.

NOTA

h
d
fr
Z
A
K
X
K
q

31 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

		2018	2017
Juros e gastos similares			
Encargos financeiros suportados	i)	1.873.606	1.625.730
Outros gastos e perdas financeiras	ii)	1.642.175	1.454.965
Encargos financeiros de empresas do grupo (Nota 37)		78.838	71.603
		3.594.619	3.152.298
Juros e rendimentos similares			
Juros obtidos de empresas do grupo (Nota 37)		-	1.498
		-	1.498

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDA para o financiamento das suas atividades;

ii) Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos contraídos.

32 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2018	2017
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 15)	55.157	50.494
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	1.583.110	4.817.905
	1.638.267	4.868.398

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

NOR

	2018	2017
Resultado antes de Imposto	21.462.148	26.376.222
Diferenças temporárias:		
Convergência tarifária	(14.022.953)	(23.157.284)
Plano de pensões	(803.619)	(488.153)
Perdas por imparidade em contas a receber	(67.128)	31.405
Perdas por imparidade em ativos	-	-
Outros	(129.497)	112.059
	<u>(15.023.197)</u>	<u>(23.501.973)</u>
Diferenças permanentes:		
MEP	(11.475.141)	(10.077.808)
Outros	2.133.715	1.243.331
Benefícios de reforma	-	-
Restituição de imposto	-	(45.901)
	<u>(9.341.426)</u>	<u>(8.880.379)</u>
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>(2.902.475)</u>	<u>(6.006.130)</u>
Taxa nominal de imposto	<u>16,8%</u>	<u>16,8%</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	-
Tributação autónoma	55.157	50.494
Imposto diferido	<u>1.583.110</u>	<u>4.817.905</u>
	<u>1.638.267</u>	<u>4.868.398</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2018	2017
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	5,60%

33 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2018 e 2017 foram de 18.025.000 euros.

WCP

34 Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa à data do Balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os investimentos contratados ainda não ocorridos, na data do Balanço são como segue:

	2018	2017
Mercadorias encomendadas a fornecedores	1.827.614	1.155.689
Encomendas equipamentos e empreitadas adjudicadas	14.384.676	23.035.699
	16.212.289	24.191.387

35 Passivos e Ativos Contingentes

Passivos contingentes

A EDA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	8.181.818	9.545.455
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3.272.727	3.818.182
Tribunal Judicial de P.Delgada	Por conta do processo nº 110/2000 a correr termos no 1º juízo a título de caução pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto da sentença proferido naquela acção em 07/08/2009	2012	-	250.000
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220.468	220.468
APISM	Gestão das Portas do Mar	2008	140.527	140.527
Direção Regional Ordenamento Território e Recursos Hídricos	Contrato de monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas São Miguel e Santa Maria	2008	9.229	9.229
MOTOROLA Portugal	Caução para prestação de serviços	2008	5.000	5.000
PT Comunicações	Fornecimento e instalação de posto de transformação na estação da Vista do Rei para a PT Comunicações - DONA	2009	3.986	3.986
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1.590	1.590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1.472	1.472
			11.836.817	13.995.908

WBF

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a EDA não tinha identificado ativos contingentes.

36 Matérias Ambientais

Como referido na Nota 8, para o período 2013-2020 a EDA não beneficiou da atribuição gratuita de licenças de emissão de CO₂, como tinha ocorrido nos dois períodos anteriores.

Em 2018 a EDA registou o consumo de licenças de CO₂ correspondentes à emissão de 294.741 toneladas, enquanto que em 2017 o consumo foi de 301.364 toneladas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

37 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da Empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

37.1. Remuneração dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da EDA foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2018	2017
Remunerações	388.924	387.791
	388.924	387.791

NR

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos ao Conselho Fiscal os seguintes montantes:

	2018	2017
Conselho Fiscal	16.800	14.507
	16.800	14.507

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

	2018	2017
Serviços de revisão legal de contas	25.667	9.333
Outros serviços	1.599	1.143
	27.266	10.476

37.2. Saldos e transações com empresas subsidiárias e associadas

(a) Natureza do relacionamento

Subsidiárias:

EDA Renováveis, S.A.

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

Associadas:

ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.

(b) Transações e Saldos Pendentes

Durante os períodos de 2018 e 2017 a EDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços	2018	2017
EDA Renováveis, S.A.	684.511	631.104
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	705.783	642.144
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	69.166	81.602
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	44.594	45.866
	1.504.054	1.400.717

WBR

Compra de energia

EDA Renováveis, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

2018	2017
28.976.724	27.294.831
6.736	4.566
28.983.460	27.299.397

Compras de produtos e serviços

EDA Renováveis, S.A.

GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.

2018	2017
-	4.093
2.508.552	1.112.136
1.643.493	1.774.745
822.922	744.258
4.974.967	3.635.232

Juros e rendimentos similares

GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.

2018	2017
-	1.498
-	1.498

Juros e gastos similares

EDA Renováveis, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

2018	2017
71.279	62.641
7.558	8.992
78.837	71.633

No final dos períodos de 2018 e 2017 os saldos pendentes resultantes de transações efetuadas com subsidiárias e associadas são como segue:

NCR

Saldos devedoresClientes e Outros créditos a receber

	2018	2017
EDA Renováveis, S.A.	545.156	417.079
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	72.006	84.980
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	8.328	17.624
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	7.890	9.825
ONIAÇORES - Infocomunicações, S.A.	-	275
	633.380	529.782

Saldos credoresFornecedores

	2018	2017
EDA Renováveis, S.A.	3.413.392	3.188.846
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	555.809	52.113
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	435.192	142.299
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	54.877	112.360
	4.459.270	3.495.618

Outras dívidas a pagar

GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	i)	701.071	4.939
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda		217.358	342.147
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.		156.119	132.520
		1.074.548	479.605

Financiamentos

EDA Renováveis, S.A.	44.810.000	37.720.000
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	3.900.000	4.500.000
	48.710.000	42.220.000
	54.243.819	46.195.223

i) Em 2018 este montante inclui 269.514 euros relativos à Caução Globaleda.

38 Disposições legais

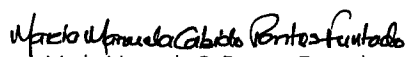
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal. No entanto verifica-se dívida ao Fundo de Compensação do Trabalho a 31 de dezembro de 2018, regularizada no período subsequente.

MCR

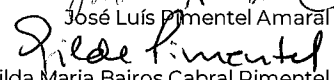
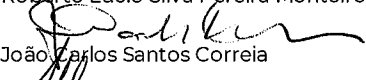
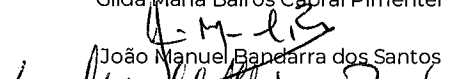
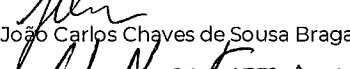
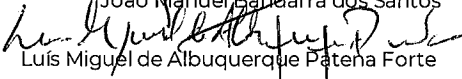
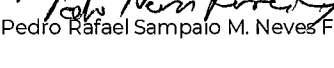
39 Eventos subsequentes

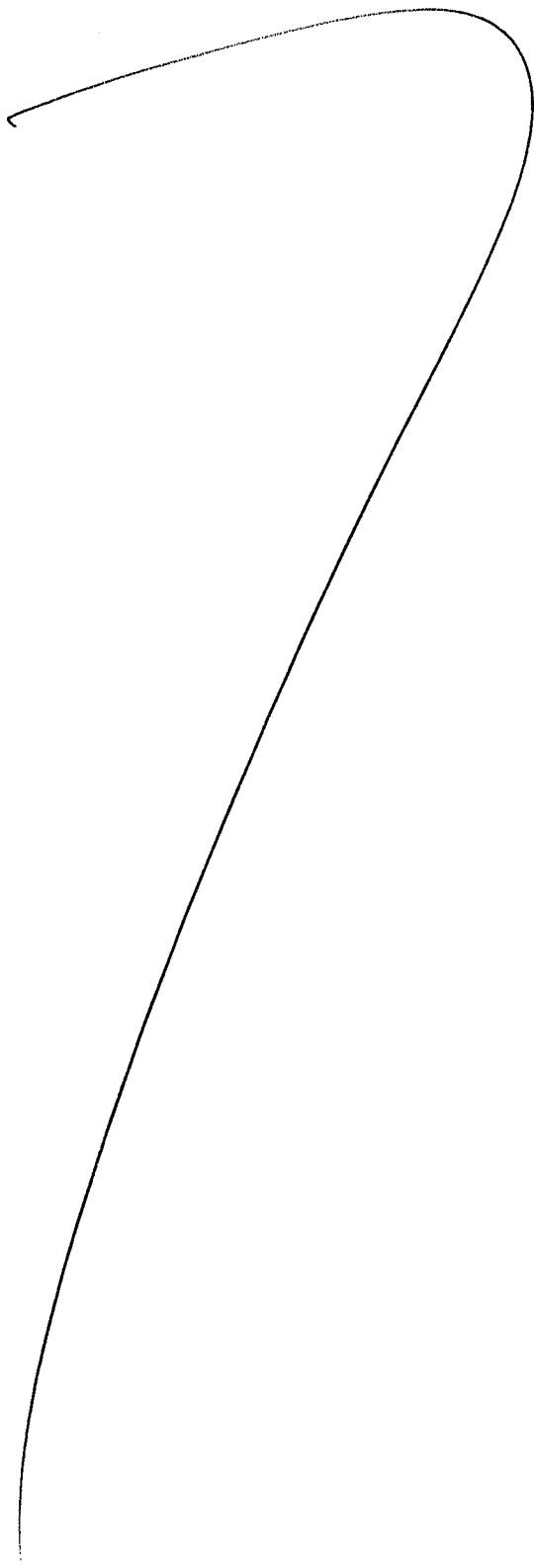
Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Contabilista Certificado

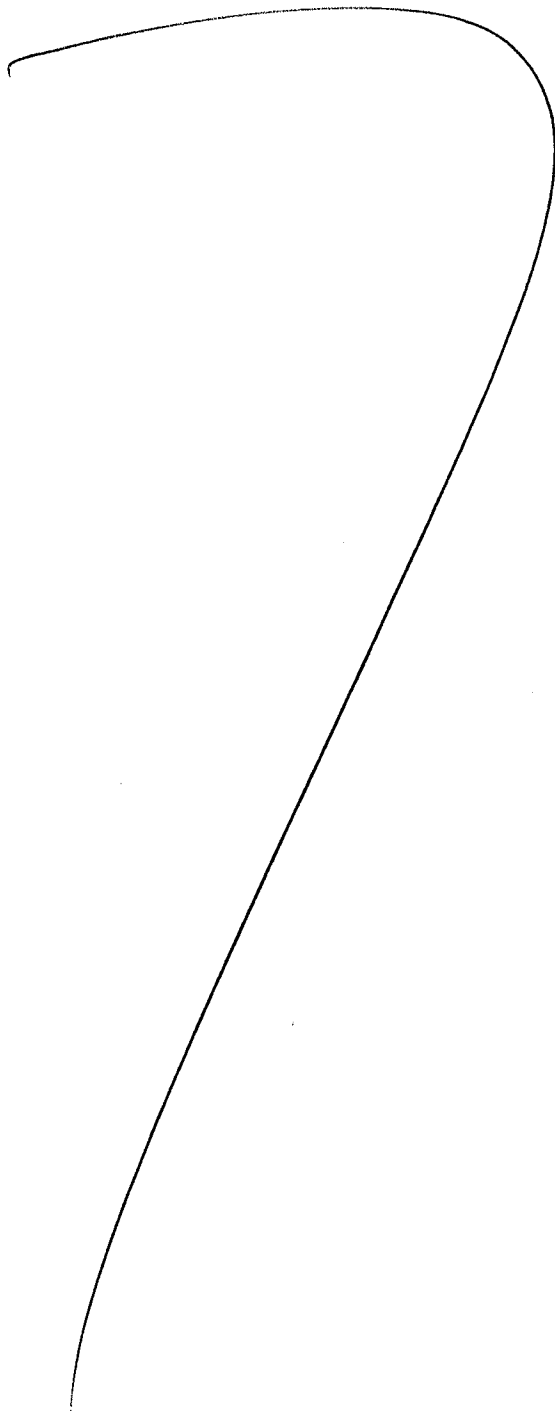

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

	
Duarte José Botelho da Ponte	
	
José Luís Pimentel Amaral	Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
	
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel	João Carlos Santos Correia
	
João Manuel Bandarra dos Santos	João Carlos Chaves de Sousa Braga
	
Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte	Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4.3. Apreciação e certificação de contas individuais

h
h
f
p
N
B
h
f

4.3.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**PERÍODO DE 2018**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Contas Individuais 2018)



Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do artigo 5.º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2018 e parecer sobre o relatório, contas individuais e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO

I. Introdução

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., é uma empresa qualificada como entidade de interesse público, nos termos da alínea l) do art.º3 da Lei 148/2015 de 9 de setembro.

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., adota um modelo fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma SROC, que não é membro daquele órgão, conforme o previsto na alínea b) do n.º1 do art.º413 do CSC.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2017, para o mandato de 2017-2019, sendo composto por três membros efetivos e um suplente.

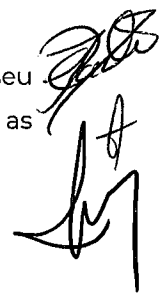
Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Relativamente ao exercício de 2018, o Conselho Fiscal realizou oito reuniões, nas quais estiveram presentes todos os membros, tendo sido exaradas as respetivas atas.

No final de 2018, o Conselho Fiscal definiu e calendarizou um plano de ação de fiscalização para o ano de 2019.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu Regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu várias ações durante o ano de 2018, das quais destaca as seguintes:



1. Fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar o cumprimento da lei e do contrato de sociedade e acompanhar de modo permanente a atividade da empresa

O acompanhamento permanente da atividade da EDA, Electricidade dos Açores, S. A., durante o ano de 2018, foi realizado, designadamente, através da análise das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, apreciação do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2019, participação em todas as Assembleias Gerais realizadas, análise mensal do *tableau de bord* e relatório do serviço da dívida, bem como dos relatórios e contas anuais e trimestrais emitidos.

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal, acompanhou o processo de alienação das participações financeiras da EDA ao abrigo da Resolução do Conselho do Governo nº 74/2018 de 20 de junho de 2018, tendo emitido um parecer favorável às condições mínimas da operação de alienação, por negociação particular, de 10% do capital social da Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S. A. aos trabalhadores.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, com o Auditor Externo e com a Administradora Executiva responsável pelo pelouro financeiro.

Por outro lado, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes na reunião do Conselho de Administração em que foram aprovadas as contas anuais, relativas ao período de 2018.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e revisão de contas nos documentos de prestação de contas da sociedade

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através de reuniões com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, da análise da certificação legal de contas, do relatório adicional dirigido ao órgão de fiscalização, previsto no artº24 do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, do relatório de auditoria e do anexo às demonstrações financeiras de 2018.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequada, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem ao órgão de gestão, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

A fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna foi exercida pelo Conselho Fiscal, durante o ano de 2018, através do reporte de informação pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, análise do relatório adicional ao órgão de fiscalização e apreciação das políticas de gestão de riscos constantes no relatório e contas de 2018.

No âmbito da monitorização do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (PPRIC) foi realizada reunião com o responsável da Auditoria Interna, para avaliação do grau de implementação das medidas nele contempladas.

4. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros

Compete ao Conselho Fiscal, enquanto órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outras entidades, assim como registar, por escrito, as denúncias recebidas, bem como todas as verificações, fiscalizações e diligências feitas e os procedimentos definidos com vista à regularização das irregularidades detetadas.

O Conselho Fiscal, durante o ano de 2018, aprovou e publicou o regulamento de comunicação de irregularidades, onde foram definidos canais de denúncias a este órgão para melhor cumprimento desta competência.

No ano de 2018, o conselho fiscal não recebeu qualquer denúncia de fraude ou irregularidade conforme estabelecido no regulamento.

5. Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante a prestação de serviços adicionais

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2018, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, tendo-se pronunciado, prévia e favoravelmente, pela realização dos seguintes serviços adicionais:

- Auditoria ao processo de verificação e aprovação dos pedidos de reembolso apresentados pelo Promotor do Projeto pré-definido designado de "Construção da Central Geotérmica Piloto de 3 MW, na ilha Terceira (EEA Grants);

- Verificação da informação contida na Nota Informativa do "Programa de Emissões de Papel Comercial" para efeito do disposto no artº17, nº2 do Decreto-Lei 69/2004, de 25 de março.

Na sequência da comunicação do Revisor Oficial de Contas de que os honorários totais recebidos da EDA – Electricidade dos Açores, S. A. foram em 2018 superiores a 15% dos honorários totais recebidos, o Conselho Fiscal analisou em conjunto as possíveis ameaças da sua independência, conforme disposto no n.º 3 do art.º 77 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo considerado adequadas as respetivas salvaguardas, atendendo a que a auditoria efetuada pela J. Silva e Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDA – Electricidade dos Açores, S. A. é objeto de Revisão de Controlo de Qualidade, tal como regulado pelo artigo 80.º, n.º 1) do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, pelo revisor oficial de contas, Dr. Nelson Moínhos, em representação da Nelson Moinho & Paulo Lima, SROC.

O Conselho Fiscal obteve o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização nos termos do artº24 do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA), aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da

EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas e do relatório adicional ao órgão de fiscalização emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo Auditor Externo, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

No âmbito das nossas funções verificamos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A.;
- b) As demonstrações financeiras individuais e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da certificação legal de contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia geral aprove:

- O relatório e contas 2018;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como a Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019

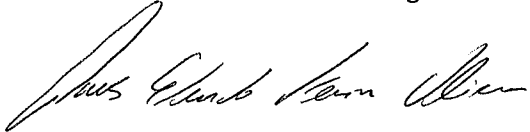
O Conselho Fiscal,



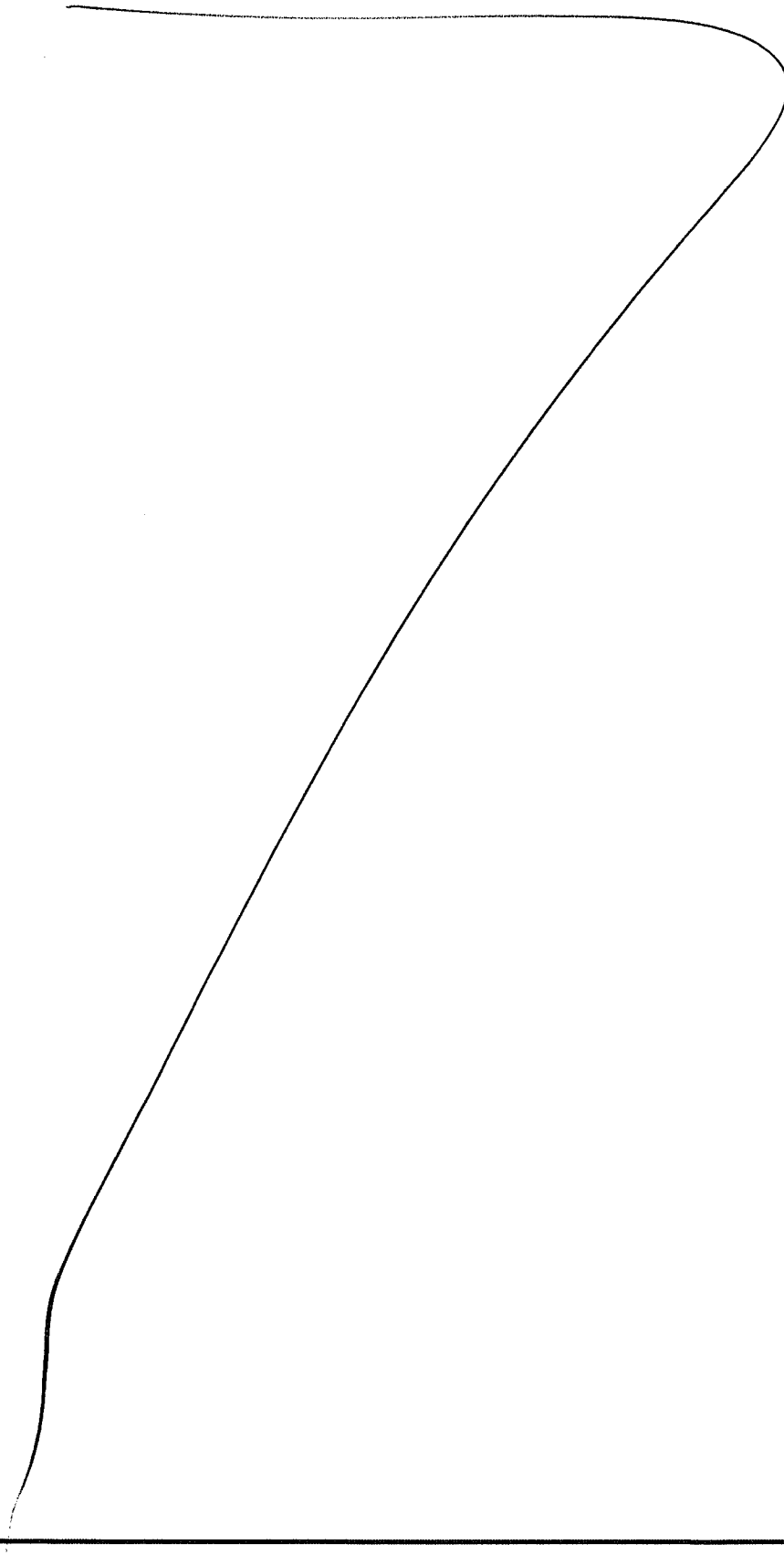
Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente



João Manuel Beliz Trabuco – Vogal



Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

4.3.2. Certificação Legal de Contas

h
br
f
PB
N/A
V
R
Z



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (a Entidade ou EDA), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 573.055.844 euros e um total de capital próprio de 222.047.400 euros, incluindo um resultado líquido de 19.823.881 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa relativa ao ano findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Estimativa do ajustamento da compensação tarifária (a EDA apresentou uma estimativa de 3.734.650 euros).

Ver notas 1.1, 3.24.1, 11, 22 e 24 do anexo.

Riscos significativos	Resposta aos riscos
As tarifas de eletricidade praticadas pela EDA são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em conformidade com o Regulamento Tarifário.	O âmbito da auditoria inclui, entre outros, os seguintes procedimentos: - Compreensão do regime regulatório; - Teste à exatidão das fórmulas de cálculo utilizadas na estimativa do desvio tarifário, verificando a sua concordância com o Regulamento Tarifário;
A EDA regista em créditos a estimativa, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, o montante de proveitos permitidos com base nos custos operacionais estimados aceites, que serão	



apurados em definitivo em 2019, com base nos valores reais do ano findo.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário do ano, que reflete a diferença entre os rendimentos devidos e as tarifas praticadas no exercício.

Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa anual do desvio tarifário.

- Teste à integridade dos dados financeiros no apuramento do desvio tarifário, verificando a sua concordância com os registos contabilísticos;

- Análise da exatidão da estimativa do desvio tarifário realizado no ano anterior face aos valores finais apurados e publicados pela ERSE;

- Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades de benefícios pós-emprego (a EDA apresenta uma responsabilidade líquida de 14.733.474 euros).

Ver notas 3.15.i), 3.24.3 e 21 do anexo.

Riscos significativos	Resposta aos riscos
A valorização das responsabilidades da EDA de complementos de pensões de reforma envolve julgamentos e estimativas relativas a diversos pressupostos utilizados na avaliação atuarial destas responsabilidades, entre os quais a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade. Atendendo à incerteza aportada nos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades de complementos de pensões de reforma, consideramos a valorização das referidas responsabilidades uma matéria relevante de auditoria.	A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a análise crítica e avaliação da razoabilidade dos pressupostos chave considerados pela EDA e pelos atuários responsáveis pelo cálculo das responsabilidades com complementos de pensões de reforma, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e as tábuas de mortalidade face a referenciais de mercado e informação preparada internamente para o efeito. Avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários independentes contratados pela EDA, bem como a competência profissional e independência. Adicionalmente, avaliámos a adequação das divulgações relativas aos benefícios de empregados, incluindo as análises de sensibilidade.

Recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias (a EDA apresenta em partes de capital em subsidiárias o montante de 117.518.012 euros).

Ver notas 3 e 9 do anexo.

Riscos significativos	Resposta aos riscos
A recuperabilidade de investimentos financeiros depende da obtenção de negócios suficientemente rentáveis no futuro. A valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método da equivalência	Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: - Análise da existência de indícios de imparidade;



patrimonial, sendo identificados a cada data de relato indícios de imparidade.

Caso existam indícios, o valor do ativo é testado por imparidade. A determinação do valor recuperável de um ativo é subjetiva, devido à incerteza inerente às projeções financeiras e ao desconto dos fluxos de caixa futuros.

Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa da recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias.

- Análise dos pressupostos e metodologia seguida pela Gestão para a avaliação dos seus investimentos.

- Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) Preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) Elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- e) Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgado, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de gestão a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedade Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de agosto de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações



financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 16 de abril de 2019;
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria;
- e) Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:

- Auditoria ao processo de verificação e aprovação dos pedidos de reembolso apresentados pelo Promotor do Projeto pré-definido designado de "Construção da Central Geotérmica Piloto de 3 MW, na ilha Terceira (EEA Grants);

- Verificação da informação contida na Nota Informativa do "Programa de Emissões de Papel Comercial" para o efeito do disposto no artigo 17º, n.º 2 do Decreto-lei 69/2004, de 25 de março".

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019.

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda.

Representada por

Rúben Mota Cordeiro (ROC nº 1670)

4.3.3. Relatório de Auditoria

h
Ar
7
ff
W
V.
sk
g

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Electricidade dos Açores, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 573.055.844 euros e um total de capital próprio de 222.047.400 euros, incluindo um resultado líquido de 19.823.881 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Determinamos as matérias descritas abaixo como matérias relevantes de auditoria a serem relatadas neste relatório.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis As rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos Intangíveis incluem todos os ativos adquiridos ou construídos no âmbito das operações da Entidade enquanto produtora e comercializadora de energia elétrica, bem como no âmbito de operadora da concessão de transporte e distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. Estes ativos foram contabilizados nas demonstrações financeiras individuais de acordo com a NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis, NCRF 6 – Ativos intangíveis e, por supletividade, de acordo com a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, tal como divulgado nas notas 3.2. e 3.4. Os ativos regulados representam, aproximadamente, 66% do total do ativo da Entidade, sendo de realçar que uma componente da remuneração que a Entidade tem direito ao abrigo do Decreto-Lei nº69/2002 é calculada com base no saldo médio anual daqueles ativos. Assim, consideramos que estes ativos são uma matéria relevante de auditoria.	Efetuámos o entendimento dos procedimentos e avaliámos as atividades de controlo interno associadas aos investimentos realizados em ativos fixos tangíveis e ativos Intangíveis, nomeadamente sobre o processo de aprovação de novos investimentos e realizámos um conjunto de testes com vista à aferição que as principais atividades de controlo identificadas foram executadas de acordo com os objetivos que pretendiam mitigar. Adicionalmente, para uma amostra de adições do exercício da rubrica de ativos tangíveis e ativos intangíveis, analisámos a respetiva documentação de suporte, tendo verificado, nomeadamente, que as adições se encontram registadas pelos montantes e no período correto, encontravam-se aprovadas de acordo com as regras internas em vigor e respeitavam à atividade da Entidade e à natureza das rubricas em análise. Em particular, verificámos as condições que permitem o reconhecimento dos ativos da concessão de acordo com o modelo do ativo intangível, bem como a aplicação das bases de mensuração e apresentação de acordo com o previsto na IFRIC 12.
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Obrigações de benefícios de reforma e outros Conforme indicado na nota 3.15.i), a Entidade concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma, invalidez e sobrevivência aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos por si prestados à Entidade). O cálculo daquelas responsabilidades é efetuado anualmente por uma entidade externa especializada, através da realização de um estudo atuarial que requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato, tal como referido na nota 3.24.3.	Obtivemos o estudo atuarial preparado por uma entidade externa com referência a 31 de dezembro de 2018. Verificámos a concordância das responsabilidades relativas a benefícios pós emprego, apuradas no estudo atuarial, com os registos contabilísticos da Entidade com referência ao exercício de 2018. Avaliámos a razoabilidade dos pressupostos e informações constantes no estudo atuarial, executando, nomeadamente, os seguintes procedimentos: > Comparação dos dados relativos a empregados e ex-empregados beneficiários com o cadastro de pessoal da Entidade;

Face ao alargado número de pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós emprego e da volatilidade que decorre, na sua quantificação, consideramos que o registo destas responsabilidades é uma matéria relevante de auditoria.	> Identificação das alterações ocorridas nos principais pressupostos atuarias, comparativamente ao exercício anterior e obtenção de justificação para tal junto dos responsáveis da Entidade e/ou da entidade externa; e > Avaliação da razoabilidade da taxa de desconto utilizada mediante a análise da correspondente informação de suporte. Verificámos a adequabilidade das divulgações efetuadas sobre estas responsabilidades no anexo às demonstrações financeiras.
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Compensação tarifária Conforme indicado na nota 11, a Entidade tem registado em 31 de dezembro de 2018 contas a receber de convergência tarifária. Os desvios tarifários resultam da diferença entre os montantes faturados pela Entidade no âmbito das suas atividades reguladas e a remuneração que lhe é efetivamente devida, enquadrada nos regulamentos tarifários dos sectores da eletricidade, emitidos pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos ("ERSE"), tal como divulgado nas notas 1.1. e 3.24.1. Atendendo à relevância dos saldos relativos a compensação tarifária e que os cálculos dos mesmos inclui informação proveniente de uma ampla diversidade de fontes, consideramos que os mesmos se configuram como uma matéria relevante de auditoria.	Efetuámos o entendimento dos procedimentos e a avaliação das atividades de controlo da Entidade associadas aos cálculos da compensação tarifária. Obtivemos os cálculos da compensação tarifária efetuados pela Entidade, com referência a 31 de dezembro de 2018, e realizamos os seguintes procedimentos: > Verificámos a concordância dos cálculos com os registos contabilísticos da Entidade; > Testámos a razoabilidade das diversas componentes dos cálculos, nomeadamente, o saldo médio dos ativos regulados (RAB), a taxa de remuneração aplicável, a faturação emitida pela Entidade no exercício e o saldo inicial da compensação, com base na documentação de suporte respetiva, designadamente: - Cadastro dos ativos regulados da Entidade; - Documentação emitida pela ERSE anualmente, denominada "Proveitos permitidos e ajustamentos"; e - Cálculo das taxas de remuneração, baseadas em séries de obrigações da República Portuguesa. Testámos a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pela Entidade.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial A rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial inclui os investimentos da Entidade em subsidiárias e associadas, mensurados pelo método da equivalência patrimonial, tal como divulgado na nota 3. Estes investimentos representam, aproximadamente, 21% do total do ativo da Entidade, sendo de realçar que uma parte significativa dos rendimentos da Entidade encontra-se relacionada com a valorização destas participações pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma consideramos que o saldo e os movimentos ocorridos nesta rubrica são uma matéria relevante de auditoria.	Obtivemos o detalhe da valorização das participações financeiras efetuados pela Entidade, pelo método da equivalência patrimonial, com referência a 31 de dezembro de 2018, e realizámos os seguintes procedimentos: > Verificámos a concordância daquele detalhe com os registos contabilísticos da Entidade. > Verificámos a concordância da informação incluída naquele detalhe com as demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2018 e/ou outra informação de suporte relativamente às participações financeiras, as quais foram maioritariamente objeto do nosso Relatório de Auditoria. > Testámos a valorização efetuada pela Entidade das participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e testámos a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pela mesma. Em particular, avaliamos a recuperabilidade dos ativos associados à produção de energia geotérmica relativos à subsidiária EDA Renováveis, S.A. no âmbito da valorização desta participação financeira detida a 100%. Verificámos ainda a adequação das divulgações incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da Informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

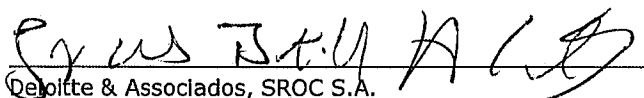
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

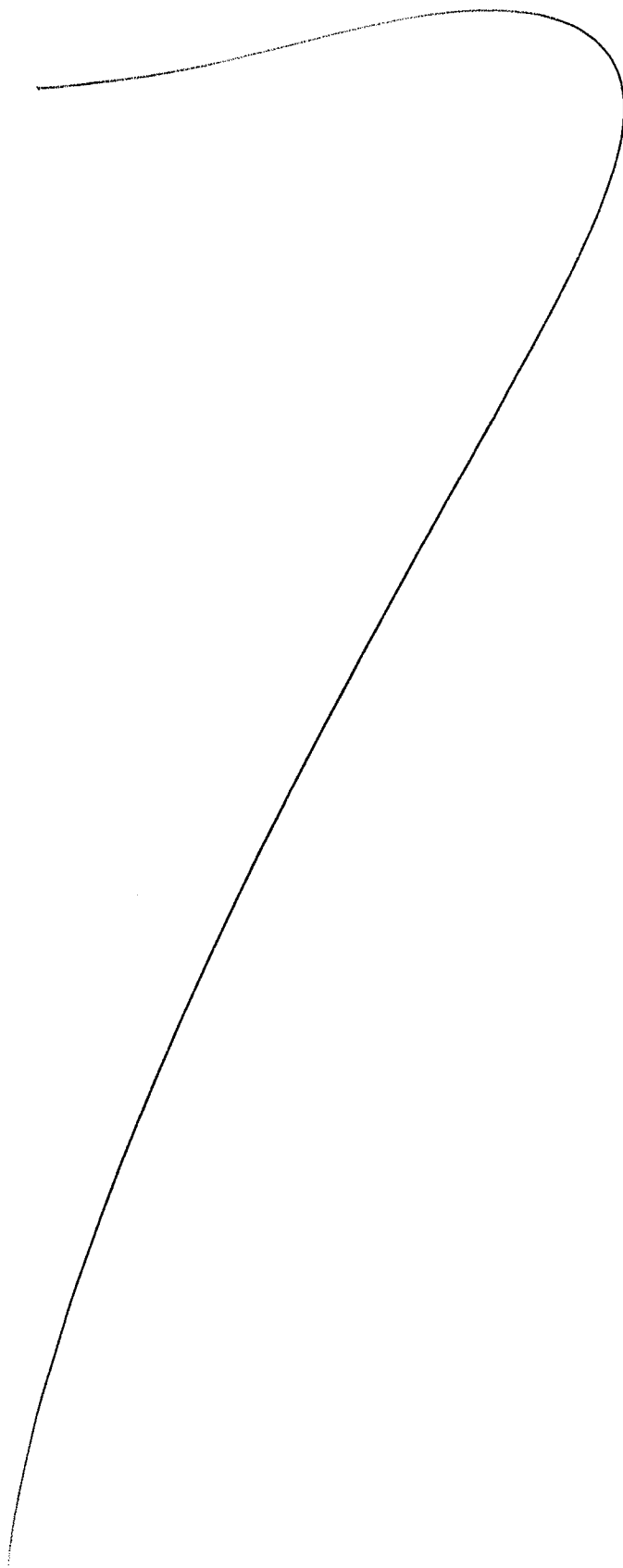
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de abril de 2019


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

h
for
f
D
M
P
R
P

Santa Maria

		2014	2018	
Superfície	(km ²)	96,9	96,9	h
População Residente (1)	(habitantes)	5 650	5 649 (2)	h
Nº de Instalações	(nº)	3 750	3 853	f
Média Tensão		22	22	
Baixa Tensão		3 620	3 720	
Instalações de consumo próprio		3	4	
IP		105	107	
Consumo de Energia (3)	(MWh)	18 552	19 480	h
Domésticos		6 000	5 881	
Comércio/ Serviços		7 697	8 076	
Serviços Públicos		2 296	2 701	
Industriais		1 005	1 255	
Iluminação Pública		1 554	1 567	
Emissão de Energia	(MWh)	19 773	20 646	
Térmica a Gasóleo		17 007	17 779	
Eólica		2 750	2 852	
Outras Renováveis (4)		15	15	
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 030	1 186	
Ponta	(kW)	3 500	3 489	
Vendas de Energia (5)	(euros)	2 839 298	3 000 800	
Trabalhadores (6)	(nº)	31	33	
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	8 407	8 407	
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	79,6	85,2	
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	17 483	18 830	

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Miguel

		2014	2018	
Superfície	(km2)	744,7	744,7	h
População Residente (1)	(habitantes)	138 234	137 519 (2)	h
Nº de Instalações	(nº)	62 328	63 891	
Média Tensão		412	403	/
Baixa Tensão		61 201	62 759	/
Instalações de consumo próprio		15	17	h
IP		700	712	h
Consumo de Energia (3)	(MWh)	383 814	411 119	h
Domésticos		127 883	129 781	h
Comércio/ Serviços		140 795	156 084	h
Serviços Públicos		28 368	28 894	h
Industriais		70 989	80 374	h
Iluminação Pública		15 779	15 987	h
Emissão de energia	(MWh)	409 739	436 862	h
Térmica a Fuel		181 647	212 075	h
Térmica a Gasóleo		70	69	h
Hídrica		23 013	21 783	h
Geotérmica		182 870	183 553	h
Eólica (4)		21 753	18 465	h
Biogás		145	479	h
Outras Renováveis (5)		240	437	h
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	5 810	5 918	
Ponta	(kW)	68 170	72 241	
Vendas de Energia (6)	(euros)	58 001 744	61 840 725	
Trabalhadores (7)	(nº)	378	395	
Potência Instalada em Centrais (8)	(kW)	135 130	135 130	
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	777,1	804,5	
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	325 690	341 515	

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente

(5) Micro geração fotovoltaica e eólica e produção independente fotovoltaica

(6) Não inclui compensação tarifária

(7) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (16 em 2014; 12 em 2018)

(8) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Terceira

		2014	2018
Superfície	(km ²)	400,3	400,3
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	56 367	55 519 ⁽²⁾
Nº de Instalações	(nº)	27 078	27 514
Média Tensão		176	176
Baixa Tensão		26 530	26 955
Instalações de consumo próprio		6	8
IP		366	375
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	182 607	176 447
Domésticos		59 947	58 753
Comércio/ Serviços		55 238	54 023
Serviços Públicos		36 029	31 210
Industriais		25 976	27 625
Iluminação Pública		5 416	4 835
Emissão de energia	(MWh)	197 334	190 763
Térmica a Fuel		159 822	126 410
Térmica a Gasóleo		2 382	424
Hídrica		495	0
Geotérmica			20 617
Eólica ⁽⁴⁾		34 575	30 294
Outras Renováveis ⁽⁵⁾		60	13 017
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	5 920	5 484
Ponta	(kW)	35 420	34 200
Vendas de Energia ⁽⁶⁾	(euros)	26 847 459	26 619 597
Trabalhadores ⁽⁷⁾	(nº)	132	138
Potência Instalada em Centrais ⁽⁸⁾	(kW)	71 548	75 048
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	402,3	436,7
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	123 083	129 608

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente

(5) Micro geração fotovoltaica e central RSU

(6) Não inclui compensação tarifária

(7) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (3 em 2014 e 2018)

(8) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Graciosa

		2014	2018
Superfície	(km ²)	60,7	60,7
População Residente (1)	(habitantes)	4 363	4 267 (2)
Nº de Instalações	(nº)	3 236	3 270
Média Tensão		21	21
Baixa Tensão		3 128	3 162
Instalações de consumo próprio		5	5
IP		82	82
Consumo de Energia (3)	(MWh)	12 494	12 719
Domésticos		4 300	4 340
Comércio/ Serviços		3 244	3 662
Serviços Públicos		1 284	1 207
Industriais		2 673	2 609
Iluminação Pública		993	901
Emissão de energia	(MWh)	13 059	13 440
Térmica a Gasóleo		13 059	13 017
Eólica (4)		0	423
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	767	689
Ponta	(kW)	2 288	2 333
Vendas de Energia (5)	(euros)	1 975 893	2 030 285
Trabalhadores (6)	(nº)	23	24
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	4 679	4 679
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	64,5	66,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 645	11 255

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Produção independente eólica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Jorge

		2014	2018
Superfície	(km ²)	243,7	243,7
População Residente (1)	(habitantes)	8 670	8 407 (2)
Nº de Instalações	(nº)	5 768	5 877
Média Tensão		21	21
Baixa Tensão		5 625	5 730
Instalações de consumo próprio		3	3
IP		119	123
Consumo de Energia (3)	(MWh)	25 575	26 802
Domésticos		9 711	9 534
Comércio/ Serviços		6 081	6 368
Serviços Públicos		1 335	1 637
Industriais		7 038	7 884
Iluminação Pública		1 411	1 379
Emissão de energia	(MWh)	27 689	28 902
Térmica a Gasóleo		23 285	25 860
Eólica		4 394	2 948
Outras Renováveis (4)		11	94
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	500	608
Ponta	(kW)	4 614	4 938
Vendas de Energia (5)	(euros)	4 040 107	4 178 286
Trabalhadores (6)	(nº)	39	44
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	10 076	10 076
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	127,2	133,5
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	18 230	20 570

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Pico

		2014	2018	
Superfície	(km ²)	444,8	444,8	
População Residente (1)	(habitantes)	13 970	13 737 (2)	
Nº de Instalações	(nº)	9 356	9 830	
Média Tensão		41	40	
Baixa Tensão		9 105	9 573	
Instalações de consumo próprio		6	5	
IP		204	212	
Consumo de Energia (3)	(MWh)	40 482	41 627	
Domésticos		15 999	16 475	
Comércio/ Serviços		11 408	12 493	
Serviços Públicos		3 110	3 783	
Industriais		7 237	6 103	
Iluminação Pública		2 727	2 772	
Emissão de energia	(MWh)	43 701	44 872	
Térmica a Fuel		37 001	39 763	
Térmica a Gasóleo		1	1	
Eólica		6 678	5 102	
Outras Renováveis (4)		21	5	
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 552	1 676	
Ponta	(kW)	7 557	7 695	
Vendas de Energia (5)	(euros)	6 481 985	6 714 561	
Trabalhadores (6)	(nº)	46	47	
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	19 163	19 163	
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	217,9	221,9	
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	33 004	35 894	

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica e central de ondas

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2014 e 2018)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Faial

		2014	2018
Superfície	(km2)	173,1	173,1
População Residente (1)	(habitantes)	14 910	14 640
Nº de Instalações	(nº)	7 920	8 145
Média Tensão		47	49
Baixa Tensão		7 726	7 944
Instalações de consumo próprio		3	6
IP		144	146
Consumo de Energia (3)	(MWh)	43 445	43 776
Domésticos		16 373	16 181
Comércio/ Serviços		13 613	14 586
Serviços Públicos		7 246	6 460
Industriais		4 257	4 664
Iluminação Pública		1 955	1 885
Emissão de energia	(MWh)	46 506	46 316
Térmica a Fuel		38 602	40 301
Térmica a Gasóleo		52	29
Hídrica		249	20
Eólica		7 603	5 965
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	2 547	2 937
Ponta	(kW)	8 515	8 450
Vendas de Energia (4)	(euros)	6 806 796	6 957 785
Trabalhadores (5)	(nº)	48	52
Potência Instalada em Centrais (6)	(kW)	23 677	23 677
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	135,1	147,2
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	32 089	33 598

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (2 em 2014 e 1 em 2018)

(6) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Flores

		2014	2018
Superfície	(km2)	140,9	140,9
População Residente (1)	(habitantes)	3 730	3 662 (2)
Nº de Instalações	(nº)	2 424	2 475
Média Tensão		20	20
Baixa Tensão		2 349	2 396
Instalações de consumo próprio		7	8
IP		48	51
Consumo de Energia (3)	(MWh)	10 029	10 864
Domésticos		4 068	3 972
Comércio/ Serviços		3 584	4 374
Serviços Públicos		1 298	1 347
Industriais		264	391
Iluminação Pública		815	779
Emissão de energia	(MWh)	10 815	11 385
Térmica a Gasóleo		9 394	6 111
Hídrica		0	4 737
Eólica		1 412	528
Outras Renováveis (4)		9	9
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	567	598
Ponta	(kW)	1 891	2 020
Vendas de Energia (5)	(euros)	1 652 194	1 724 767
Trabalhadores (6)	(nº)	26	28
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	4 329	5 841
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	85,6	87,4
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 173	10 558

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2014; 2 em 2018)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Corvo

		2014	2018
Superfície	(km ²)	17,1	17,1
População Residente (1)	(habitantes)	459	462 (2)
Nº de Instalações	(nº)	268	285
Média Tensão		-	2
Baixa Tensão		263	278
Instalações de consumo próprio		2	2
IP		3	3
Consumo de Energia (3)	(MWh)	1 350	1 444
Domésticos		574	609
Comércio/ Serviços		619	684
Serviços Públicos		85	75
Industriais		31	37
Iluminação Pública		40	39
Emissão de energia	(MWh)	1 501	1 563
Térmica a Gasóleo		1 501	1 563
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	58	62
Ponta	(kW)	305	308
Vendas de Energia (4)	(euros)	227 362	246 395
Trabalhadores (5)	(nº)	5	6
Potência Instalada em Centrais (6)	(kW)	536	840
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	1,1	2,9
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	800	1 060

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2017 (SREA - 2018)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(6) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

RELATÓRIO E CONTAS 2018

CONSOLIDADAS

h
pe
f
A
m
b.
d
h
R

1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO

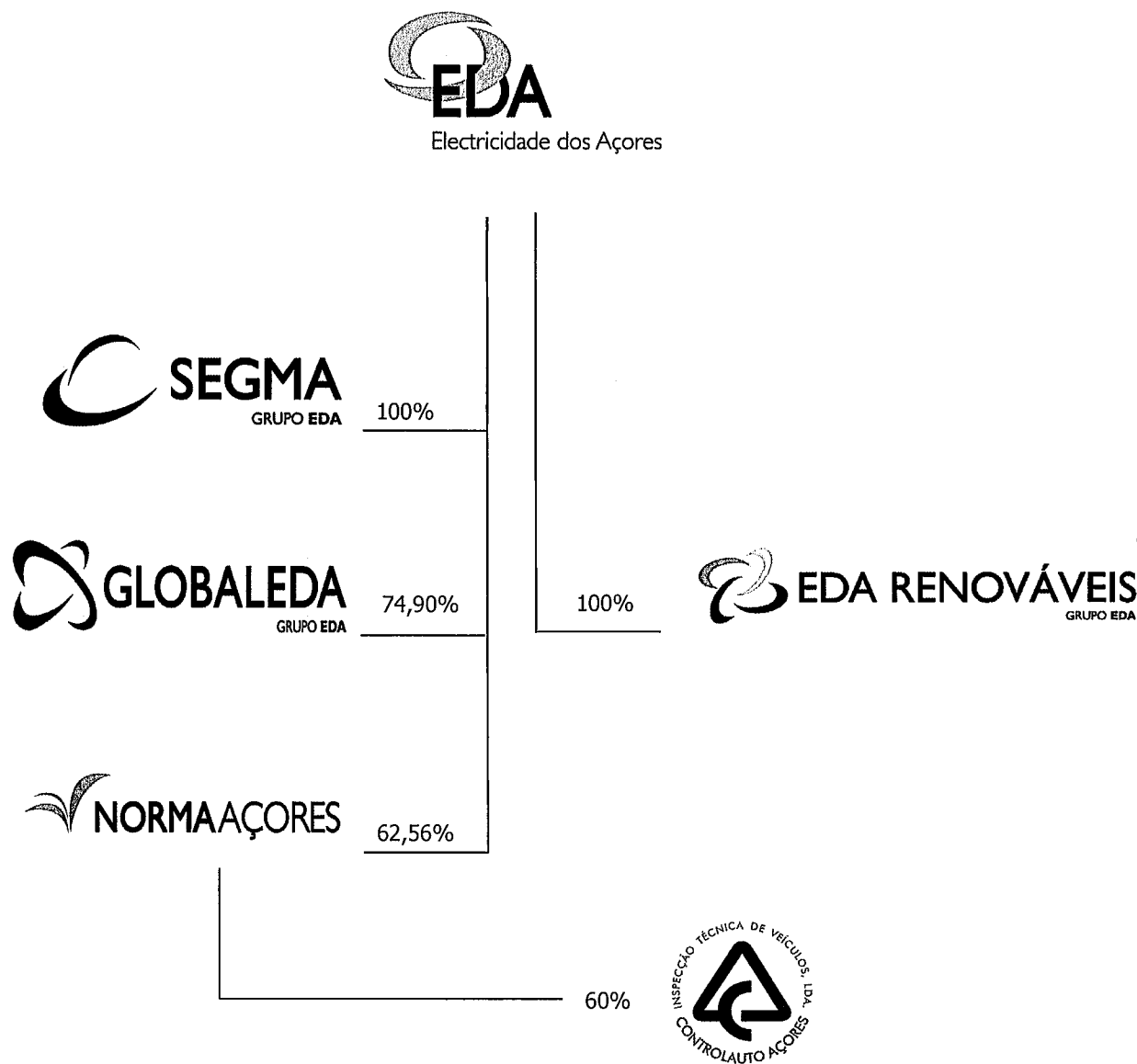


Gráfico 19 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2018

O objeto principal da Electricidade dos Açores, S. A. e das suas subsidiárias, incluídas na consolidação de contas, é a produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas, e também a prestação de serviços de telecomunicações e sistemas de informação, conceção e elaboração de projetos de engenharia, consultadoria e de gestão e manutenção de instalações industriais.

O capital das empresas subsidiárias é maioritariamente detido pela EDA - Electricidade dos Açores, SA, com participações diretas de 100%, 90%, 74,90% e 62,565% na EDA Renováveis, SEGMA, GLOBALEDA e NORMA - AÇORES, respetivamente. Tendo em conta as participações indiretas, o capital detido pelo Grupo EDA eleva-se para 100% no caso da SEGMA e é de 37,58% na Controlauto - Açores.

GRUPO EDA	Capital Próprio ⁽¹⁾	Participação Capital	Resultado Líquido ⁽¹⁾	
			2018	2017
SEGMENTO ELETRICIDADE				
EDA, S.A.	222 047	-	19 824	21 508
EDA RENOVÁVEIS, S.A.	105 179	100,00%	10 111	8 700
SEGMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS				
SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	7 812	100,00%	629	736
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	3 376	74,90%	685	764
NORMA-AÇORES – Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	3 194	62,56%	357	77
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, S.A.	1 096	37,58%	341	166
(1) Milhares de euros				

(1) Milhares de euros

Tabela 17 – Empresas incluídas na consolidação

2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS



Electricidade dos Açores

Produção Térmica de Energia

Transporte e Distribuição de Eletricidade

Comercialização de Eletricidade



Produção de Eletricidade de base renovável:

Geotérmica

Hídrica

Eólica



Projetos

Consultoria

Manutenção



Telecomunicações

Sistemas de Informação



Engenharia – Projeto e Fiscalização

Metrologia e Ensaios

Formação

Estudos de Mercado e Sondagens

Consultoria de Gestão

h

for

A

h

h

h

h

h

3. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA

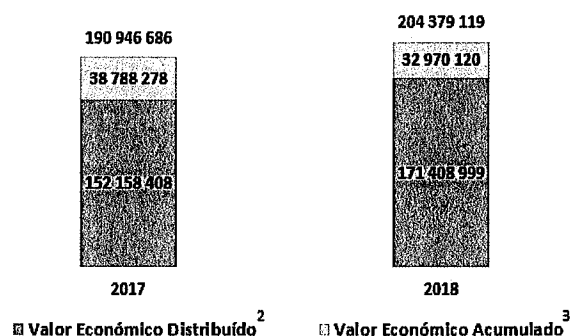
	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2018-17	%
Volume Negócios ⁽¹⁾ (mil €)	191 476	175 378	175 214	187 647	202 420	14 773,1	7,9%
EBIT (mil €)	24 079	23 439	28 117	27 667	28 055	389,0	1,4%
EBITDA (mil €)	53 372	54 761	60 545	62 064	56 935	-5 129,4	-8,3%
Resultado Líquido ⁽²⁾ (mil €)	12 076	13 239	19 191	21 483	19 788	-1 694,7	-7,9%
Ativo (mil €)	517 726	516 960	503 302	504 316	523 642	19 326,1	3,8%

(1) Vendas + Prestação de Serviços + Subsídios à Exploração (Norma, SA)

(2) Atribuível a detentores do capital do Grupo EDA

Tabela 18 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2014 a 2018

Valor Económico Gerado ¹



1 Valor Económico Gerado (VEG): Volume de negócios + Outros Proveitos Operacionais + Proveitos Financeiros + Ganhos/perdas em Associadas

2 Valor Económico Distribuído (VED): Custos das Vendas + Custos Operacionais + Imposto Corrente + Custos Financeiros + Pagamento de Dividendos

3 Valor Económico Acumulado: VEG - VED

Gráfico 20 – Valor Económico Gerado e Distribuído

KPI Sociais		2014	2015	2016	2017	2018
Emprego	Trabalhadores com vínculo a empresas do Grupo EDA	976	981	1 003	1 018	1 041
	Trabalhadores ativos	961	967	988	1 001	1 032
	Novas contratações	60	39	53	63	69
	Saídas	34	29	40	41	43
Diversidade		2014	2015	2016	2017	2018
Trabalhadores do género feminino		19%	19%	19%	19%	19%
Formação		2014	2015	2016	2017	2018
Número de horas de formação/colaborador		-	17,9	21,6	26,0	22,8
Saúde e Segurança		2014	2015	2016	2017	2018
Número total de acidentes		23	24	35	34	17
Número total de dias perdidos		1 555	7 818	1 142	1 165	451
Tf - Índice de frequência (só EDA)		16,36	14,62	22,78	17,99	7,80
Tg - Índice de gravidade (só EDA)		1,33	0,17	0,87	0,76	0,20
Ti - Índice de incidência (só EDA)		25,46	22,77	35,06	27,89	12,30

* Inclui trabalhadores cedidos (19), requisitados (8) e em licença sem vencimento (1).

Tabela 19 – KPI Sociais de 2014 a 2018

KPI Ambientais						
		2014		2015		2018
Eficiência Energética	Consumo energético das instalações produtoras de energia (GJ)	154 490	140 476	151 736	148 925	163 600
	Consumo específico de energia elétrica na EDA (GJ/GJ produzido)	0,055	0,050	0,054	0,053	0,066
		2014	2015	2016	2017	2018
Promoção das Energias Renováveis	Emissões de CO ₂ evitadas (ton CO ₂)	157 175	144 674	137 818	155 846	163 430
	Taxa de emissão de CO ₂ evitadas	29,3%	27,3%	25,7%	28,6%	29,8%
		2014	2015	2016	2017	2018
Água	Consumo de água (m ³) - EDA	43 199	48 669	44 109	40 702	41 911
	Consumo específico de água (m ³ /GJ) - EDA	0,015	0,017	0,016	0,014	0,024
		2014	2015	2016	2017	2018
Emissões	Total de CO ₂ emitido (ton) - EDAR	38 974	36 731	29 413	48 664	43 080
	Total de CO ₂ emitido (ton) - EDA	379 801	384 903	397 650	389 251	341 084
	Emissão específica de CO ₂ (KgCO ₂ /GJ) - EDA	133,74	135,16	137,94	132,82	131,11
		2016		2017		2018
Emissões Gases Fluorados com Efeito de Estufa (GFEE)	Total GFEE instalado (tonCO ₂ e)		54 550		57 194	62 290
	Taxa de GFEE emitido (%)		4,10%		2,10%	2,11%
		2014	2015	2016	2017	2018
Outras Emissões	Total de NO _x emitido (ton)	6 826,50	7 698,24	7 506,29	6 283,75	6 855,83
	Emissão específica de NO _x (Kg/GJ)	3,78	4,14	3,89	3,44	3,94
	Total de SO ₂ emitido (ton)	1155,45	1323,90	1362,82	1202,66	1002,30
	Emissão específica de SO ₂ (Kg/GJ)	0,64	0,72	0,69	0,69	0,58
	Total de CO emitido (ton)	456,89	487,21	449,46	453,61	499,43
	Emissão específica de CO (Kg/GJ)	0,25	0,25	0,22	0,25	0,29
	Total de PTS emitida (ton)	216,00	214,00	182,00	172,00	169,37
	Emissão específica de PTS (Kg/GJ)	0,11	0,11	0,08	0,08	0,10
		2014	2015	2016	2017	2018
Resíduos	Produção total de resíduos (ton)	3 807	2 891	3 288	3 111	2 080,84
	Produção específica de resíduos (Kg/GJ)	1,35	1,02	1,16	1,10	0,71
				2017		2018
Tipo de Resíduos	Não perigosos (%)			18,6%		34,8%
	Perigosos (%)			81,4%		65,2%
		2016		2017		2018
Produção Acumulada (dados de emissão)	Gasóleo		8,08%		8,20%	8,35%
	Fuelóleo		58,00%		54,30%	53,39%
	Hídrica		3,94%		3,75%	3,26%
	Geotérmica		19,53%		24,61%	25,09%
	Eólica		9,29%		7,93%	8,18%
	RSU		1,09%		1,10%	1,59%
	Outras		0,07%		0,10%	0,14%

Tabela 20 – KPI Ambientais de 2014 a 2018

4. RELATÓRIO DO GRUPO EDA

h
lar
d

m
B
d
de
R

4.1. Relatório de Gestão

h
fe
✓
A
m
b
d
d
g

4.1.1. Desempenho

4.1.1.1. EDA

A EDA foi criada a 18 de julho de 1981 sob a denominação empresa de Electricidade dos Açores, E.P. (EDA) pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/81/A, tendo como património inicial as infra-estruturas da Região Autónoma dos Açores (RAA) afetas ao serviço público de eletricidade e as restantes instalações e serviços de produção e distribuição de energia elétrica explorada pelas autarquias locais. A constituição da EDA teve como objetivo reestruturar o sector elétrico da RAA e criar uma única empresa para desenvolver as atividades de produção, transporte e distribuição de eletricidade na RAA e ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento económico e social.

Em 1997, a empresa foi transformada em sociedade anónima, passando a designar-se EDA - Electricidade dos Açores, S. A. num contexto de reestruturação do sector elétrico regional e nacional. Com a alteração da EDA para sociedade anónima nasce o Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios. Posteriormente, em 2000, o Grupo concretizou um processo de reestruturação orgânica, extinguindo os centros de exploração por ilha e criando as 3 atuais áreas de atividade verticalizadas: produção, distribuição e comercialização.

Enquanto entidade prestadora de um serviço público, a EDA atua, desde 2002 num ambiente regulado, nos termos da Lei n.º 69/2002, de 25 de março, revogado pelo Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, com alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro, cuja entidade responsável é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

As atividades de gestão técnica do sistema elétrico, o transporte e distribuição de energia elétrica bem como a construção das infraestruturas que as integram, são desenvolvidas ao abrigo de um contrato de concessão, em regime de exclusividade, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000.

A venda de energia elétrica tem por base as tarifas de eletricidade fixadas anualmente pela ERSE, de acordo com o Regulamento Tarifário.

O contrato de concessão atribuído à EDA, para a gestão técnica do sistema elétrico, transporte e distribuição de energia elétrica, iniciou-se em outubro de 2000 e pelo prazo de 50 anos

h
f
h
ff
ff
ff
d
K
R

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2014	2015	2016	2017	2018
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	180 795	163 795	164 127	177 167	191 942
EBITDA ²⁾ (mil €)	46 039	44 831	49 555	52 625	48 207
EBIT ³⁾ (mil €)	22 885	21 743	26 022	29 527	25 057
Resultado Líquido (mil €)	12 086	13 142	19 217	21 508	19 824
VAB ⁴⁾ (mil €)	63 351	65 282	75 666	76 382	75 984
Capital Próprio (mil €)	209 138	215 234	223 177	224 354	222 047
Endividamento ⁵⁾ (%)	62	61	58	59	61
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	62	64	71	70	63
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	38	39	42	41	39
Número de Trabalhadores ⁸⁾	705	704	713	721	748

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

8) Não inclui cedidos (2018 = 19)

Tabela 21 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2014 a 2018

4.1.1.2. EDA RENOVÁVEIS

A EDA RENOVÁVEIS, S. A., é uma sociedade anónima que tem como atividade principal o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos e solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros afins.

O Grupo EDA iniciou em 2013 um processo de reorganização da atividade de produção de energia a partir de fontes renováveis. Forma-se nesse ano a EDA RENOVÁVEIS, S. A. por fusão das sociedades SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S. A. e EEG – Empresa de Electricidade e Gaz, Lda., mediante a transferência global do património da segunda (EEG) para a primeira (SOGEO). Em 2014, a referida reorganização estendeu-se à Geoterceira – Sociedade Geoelétrica da Terceira, S. A., incorporada por fusão na EDA Renováveis, S. A. A EDA - Electricidade dos Açores, S. A. é detentora de 99,68% do capital social da EDA RENOVÁVEIS.

A EDA RENOVÁVEIS explora três centrais geotérmicas, com uma potência instalada conjunta de 26,5 MW, doze centrais hídricas (potência instalada conjunta de 8,4 MW) e sete parques eólicos (potência instalada conjunta de 28,6 MW). Integrada na política do Grupo EDA, a EDA RENOVÁVEIS procura, com a sua atividade de exploração, maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, e executa novos investimentos, sempre que a viabilidade técnica, económica seja demonstrada e a sua integração na estrutura de produção elétrica de cada ilha seja assegurada.

	Produção (GWh)			
	Geotérmica	Hídrica	Eólica	TOTAL
Santa Maria			3	3
São Miguel	184	22	18	224
Terceira	21		23	43
São Jorge			3	3
Pico			5	5
Faial		0	6	6
Flores		5	1	5
TOTAL	204	27	59	289

Tabela 22 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2018

No ano de 2018, a EDA RENOVÁVEIS apresenta resultados positivos, com uma produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos de 289 GWh, com um aumento de 4,3% relativamente ao ano anterior. O acréscimo de produção da geotermia deveu-se ao primeiro ano completo de atividade da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira que entrou em exploração, em agosto de 2017. No ano em análise, a produção de origem geotérmica ascendeu a 204,1 GWh (+5,8% face a 2017), a de origem eólica atingiu os 58,7 GWh (+6,8% comparativamente a 2017), enquanto que a de origem hídrica foi de 26,5 GWh (-9,5% do que em 2017). Em termos de estrutura, a produção geotérmica representa 70,5%, a eólica 20,3% e a hídrica 9,2% do total de energia.

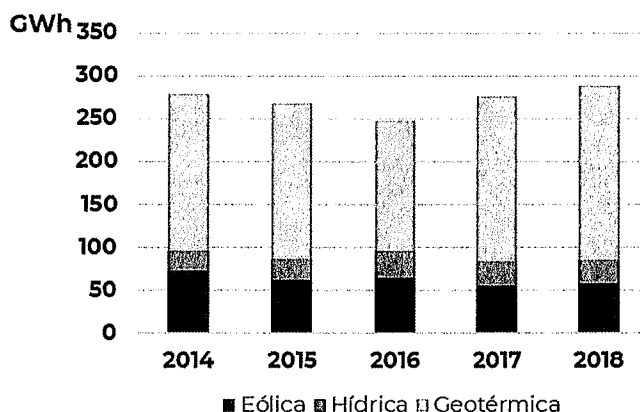


Gráfico 21 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2014 a 2018

A EDA RENOVÁVEIS atingiu em 2018 um volume de negócios de 29,0 milhões de euros e um Resultado líquido positivo de 10,1 milhões de euros, o que comparativamente ao exercício de 2017 representa um aumento de 6,1% e 16,2%, respetivamente. Analisando a componente operacional dos resultados verifica-se que os rendimentos operacionais totalizam 30,2 milhões de euros, representando este valor um acréscimo pouco acentuado de 1% (+0,3 milhões de euros) face ao valor registado em 2017, sendo o mesmo explicado na sua quase totalidade pela diminuição de 53,6% da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos. Por seu lado, os gastos operacionais ascenderam a 17,3 milhões de euros, o que, face a 2017, se traduz num decréscimo de 26,2% (6,2 milhões de euros), explicado, sobretudo, pelas imparidades de investimentos que não registaram valor neste período.

Em 2018, o volume de negócios da EDAR totalizou 29 milhões de euros

Os indicadores económico-financeiros da EDA RENOVÁVEIS apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2014 a 2018:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2014	2015	2016	2017	2018
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	26 874	25 813	24 109	27 299	28 977
EBITDA ²⁾ (mil €)	20 476	20 112	17 937	20 748	20 833
EBIT ³⁾ (mil €)	11 238	8 682	7 984	6 487	12 924
Resultado Líquido (mil €)	9 854	6 543	6 193	8 700	10 111
VAB ⁴⁾ (mil €)	21 869	21 654	20 824	22 699	24 028
Capital Próprio (mil €)	95 157	96 071	97 125	100 709	105 179
Endividamento ⁵⁾ (%)	23	22	21	18	16
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	335	347	387	447	527
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	77	78	79	82	84
Número de Trabalhadores ⁸⁾	41	38	49	53	54

¹⁾ Vendas + Prestações de Serviços

²⁾ EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

³⁾ Receitas Operacionais - Custos Operacionais

⁴⁾ Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proventos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

⁵⁾ Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

⁶⁾ Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

⁷⁾ Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

⁸⁾ No ano de 2018, não estão incluídos 9 trabalhadores cedidos pela EDA à EDAR.

Tabela 23 - Indicadores económico financeiros da EDA RENOVÁVEIS, de 2014 a 2018

Em 2018, o volume de investimento realizado pela EDA Renováveis atingiu cerca de 3,0 milhões euros, a custos totais, cerca de 0,6 milhões de euros abaixo dos 3,6 milhões euros do ano anterior.

Investimento (10 ³ euros)	
Atividade	Total
Parques Eólicos	0
Aproveitamentos Hidroelétricos	2 665
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	206
Produção Fotovoltaica	27
Outros	112
Total	3 010

Tabela 24 - Investimento realizado em 2018

A evolução dos montantes investidos nas atividades de aproveitamento dos recursos endógenos existentes, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

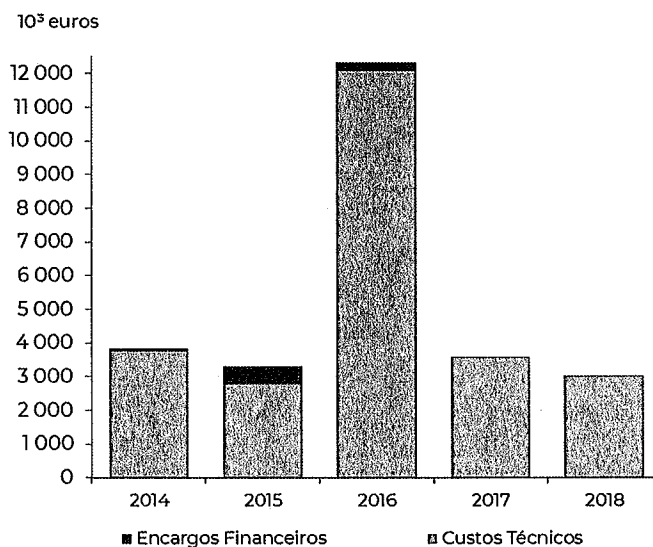


Gráfico 22 - Investimento total a preços correntes 2014 a 2018

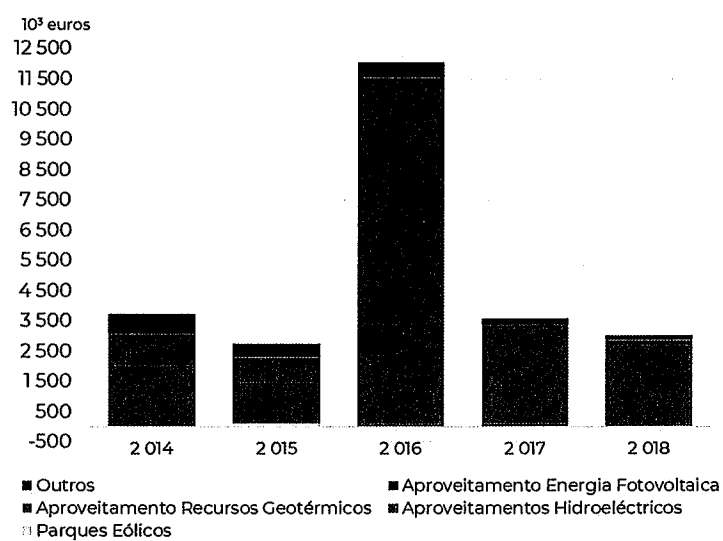


Gráfico 23 – Investimento a custos técnicos de 2014 a 2018

No exercício de 2018, cerca de 2,7 milhões de euros (89%) do montante investido, destinou-se a Aproveitamentos Hidroelétricos, nomeadamente na substituição de condutas das centrais hídricas da ilha Terceira.

4.1.1.3. Globaleda

A GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. é uma empresa do Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela EDA, SA e em 25,1% pela Novabase Business Solutions, que tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como a comercialização de telefones móveis celulares. A atividade da empresa centra-se na comercialização de comunicações móveis, enquanto agente comercial Vodafone para os setores residencial e empresarial, na prestação de serviços de projeto, instalação e de manutenção de infraestruturas de telecomunicações e na prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e suporte de sistemas de informação.

Em 2018, o resultado líquido do exercício foi de 0,7 milhões de euros, tendo registado um decréscimo de 10% relativamente ao ano anterior. O resultado operacional registou menos 0,1 milhões de euros do que no período homólogo, atingindo assim os 0,9 milhões de euros.

Em 2018, o segmento de negócio relativo a comunicações móveis e equipamentos de telecomunicações foi responsável por 17,5% da faturação da empresa, enquanto o segmento projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações representa 31,6%. Já a faturação dos Sistemas de Informação tem um peso de 50,9% da faturação total da Globaleda.

Em 2018, o volume de negócios da Globaleda totalizou 6 milhões de euros

Os indicadores económico-financeiros da GLOBALEDA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2014 a 2018:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2014	2015	2016	2017	2018
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	5 833	7 090	6 769	5 984	6 065
EBITDA ²⁾ (mil €)	488	761	858	1 187	874
EBIT ³⁾ (mil €)	343	546	649	953	768
Resultado Líquido (mil €)	200	436	506	764	685
VAB ⁴⁾ (mil €)	2 277	2 643	2 760	2 981	2 910
Capital Próprio (mil €)	986	1 422	1 927	2 691	3 376
Endividamento ⁵⁾ (%)	75	72	58	37	38
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	34	40	71	167	166
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	25	28	42	63	62
Número de Trabalhadores	84	85	83	86	88

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 25 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2014 a 2018

4.1.1.4. SEGMA

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, que assume o compromisso de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

A organização da SEGMA por tipos de atividade (centros de resultado) e por núcleos de negócio, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz, que continuará a ser utilizado. Como áreas de negócio, existem, atualmente, os Serviços EDA, a Manutenção, a Fiscalização, os Projetos, os Serviços Técnicos e a Consultoria.

No ano de 2018, o volume de negócios totalizou 7,3 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 1,2 milhões de euros face ao ano anterior. Ao nível dos resultados, verifica-se a diminuição do resultado operacional em cerca de 17%, ou seja, em 0,2 milhões de euros. A redução face ao alcançado no período homólogo é consequência do aumento superior dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios. Mais concretamente, os fornecimentos e serviços externos aumentam 0,7 milhões de euros, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas 0,5 milhões de euros e os Gastos com Pessoal 0,2 milhões de euros. O Resultado líquido alcançado no exercício de 2018, apresenta um decréscimo de 17% (0,1 milhão de euros), face ao período homólogo.

Os indicadores económico-financeiros da SEGMA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2014 a 2018:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2014	2015	2016	2017	2018
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	6 523	6 299	6 305	6 167	7 334
EBITDA ²⁾ (mil €)	1 138	1 168	1 269	1 022	871
EBIT ³⁾ (mil €)	1 087	1 073	1 178	922	765
Resultado Líquido (mil €)	874	900	984	758	629
VAB ⁴⁾ (mil €)	2 380	2 595	2 511	2 155	2 157
Capital Próprio (mil €)	5 870	6 767	7 296	7 566	7 812
Endividamento ⁵⁾ (%)	20	19	20	17	18
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	410	426	405	484	470
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	80	81	80	83	82
Número de Trabalhadores	51	53	55	48	52

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPes + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo + Total do Ativo * 100

6) Total do Capital Próprio + Total do Passivo * 100

7) Total do Capital Próprio + Total do Ativo * 100

Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2014 a 2018

4.1.1.5. Norma Açores

A NORMA AÇORES tem por objeto social o planeamento, a consultadoria e a prestação de serviços nas áreas de estudos e projetos de arquitetura e engenharia, gestão e fiscalização de projetos e obras, estudos de impacto ambiental, auditorias e diagnósticos ambientais e acompanhamento ambiental de obras, gestão de resíduos, apoio à gestão empresarial, formação profissional, estudos económico-financeiros, estudos de mercado e sondagens de opinião, segurança, higiene e saúde no trabalho e o apoio e/ou execução de ensaios, detendo para o efeito uma estrutura com recursos nas ilhas Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, para além de S. Miguel, onde tem sede, em Ponta Delgada.

Os resultados obtidos no período em análise atingiram os 0,4 milhões de euros, com um aumento no valor de 0,3 milhões de euros face ao ano anterior. Ao longo dos últimos cinco anos, o Capital próprio da empresa passou de 2,9 milhões de euros para 3,2 milhões de euros.

O Volume de negócios em 2018 apresenta uma diminuição de 0,3 milhões de euros, do qual se destaca o decréscimo, relativamente a 2017, de 14,3% nas atividades relativas a Consultoria e Estudos que atingem o valor de 1,4 milhões de euros, menos 0,2 milhões de euros que no ano anterior. A rubrica de ganhos imputados de subsidiárias e associadas aumentou 0,1 milhões de euros.

Em 2018, o volume de negócios da Norma Açores totalizou 2,8 milhões de euros

Os Gastos Operacionais registaram uma diminuição de 13,5%, ou seja, de 0,4 milhões de euros, influenciados diretamente pelo decréscimo dos gastos com imparidades de dívidas a receber em 0,1 milhões de euros e de 0,3 milhões de euros em fornecimentos e serviços externos. A evolução dos gastos com pessoal resulta da evolução da atividade da empresa, associadas às necessidades concretas para a realização de contratos de prestação de serviços. Os gastos com o pessoal registaram um decréscimo de cerca de 4,4%, ou seja, 0,1 milhões de euros, perfazendo, juntamente com os fornecimentos e serviços externos, 95% do total dos gastos.

Os indicadores económico-financeiros da NORMA AÇORES apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2014 a 2018:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2014	2015	2016	2017	2018
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	2 395	2 743	2 996	3 112	2 820
EBITDA ²⁾ (mil €)	97	170	405	173	472
EBIT ³⁾ (mil €)	15	124	337	106	408
Resultado Líquido (mil €)	8	118	323	77	357
VAB ⁴⁾ (mil €)	1 314	1 506	1 726	1 820	1 792
Capital Próprio (mil €)	2 755	2 911	3 182	2 933	3 194
Endividamento ⁵⁾ (%)	22	24	22	27	22
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	355	314	353	272	365
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	78	76	78	73	78
Número de Trabalhadores	48	48	51	56	54

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 27 - Indicadores económico financeiros da NORMA AÇORES, de 2014 a 2018

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2014	2015	2016	2017	2018
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	1 091	808	1 082	850	1 078
EBITDA ²⁾ (mil €)	559	248	483	259	474
EBIT ³⁾ (mil €)	516	207	421	205	419
Resultado Líquido (mil €)	416	169	345	166	341
VAB ⁴⁾ (mil €)	873	568	825	600	825
Capital Próprio (mil €)	1 168	1 005	1 158	949	1 096
Endividamento ⁵⁾ (%)	20	22	24	20	20
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	392	358	311	405	408
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	80	78	76	80	80
Número de Trabalhadores	16	16	16	16	16

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 28 - Indicadores económico financeiros da CONTROLAUTO – AÇORES, de 2014 a 2018

4.1.2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

10³ Euros

Rubricas	2018	2017	Var. 2018-17	Var. % 2018-17
Vendas e prestações de serviços	202 419,9	187 646,9	14 773,0	7,9%
Outros rendimentos e ganhos	1 958,1	3 299,0	(1 340,9)	(40,6%)
Rendimentos operacionais	204 378,0	190 945,9	13 432,1	7,0%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	67 591,8	56 495,4	11 096,4	19,6%
Gastos com o pessoal	36 259,4	33 453,6	2 805,8	8,4%
Fornecimentos e serviços externos	28 733,9	26 324,5	2 409,4	9,2%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	29 119,2	30 493,2	(1 374,0)	(4,5%)
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis	(239,8)	3 904,5	(4 144,3)	(106,1%)
Imparidades de inventários e contas a receber	307,0	383,0	(76,0)	(19,8%)
Provisões	-	0,3	(0,3)	(100,0%)
Outros gastos e perdas	14 551,1	12 224,8	2 326,3	19,0%
Gastos operacionais	176 322,6	163 279,3	13 043,3	8,0%
Resultado operacional	28 055,5	27 666,5	389,0	1,4%
EBITDA	56 934,9	62 064,3	(5 129,4)	(8,3%)
Resultados financeiros	(3 038,3)	(2 877,9)	(160,4)	5,6%
Resultados antes de impostos	25 017,2	24 788,6	228,6	0,9%
Imposto sobre o rendimento	(4 776,3)	(3 008,0)	(1 768,3)	58,8%
Resultado líquido do período:	20 240,8	21 780,6	(1 539,8)	(7,1%)
Detentores do capital do Grupo EDA	19 788,4	21 483,1	(1 694,7)	(7,9%)
Interesses que não controlam	452,4	297,5	154,9	52,1%
Rendimento integral do período:	18 146,5	22 196,0	(4 049,5)	(18,2%)
Detentores do capital do Grupo EDA	17 694,1	21 898,5	(4 204,4)	(19,2%)
Interesses que não controlam	452,4	297,5	154,9	52,1%

Tabela 29 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2017 e 2018

Análise dos proveitos e custos operacionais

No ano de 2018, o volume de negócios do Grupo EDA totalizou 202,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 7,9% relativamente ao montante atingido no ano anterior (187,6 milhões de euros). Os Serviços prestados ascenderam aos 22,9 milhões de euros, mais 29% que em 2017, em função, sobretudo, do aumento do valor de serviços de construção, no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12).

Em 2018, o volume de negócios do Grupo EDA totalizou 202 milhões de euros

Excluindo esta componente, o acréscimo dos serviços prestados foi de 1,4 milhões de euros. As Vendas de energia elétrica registaram um decréscimo de 1,2% sustentado, sobretudo, pela diminuição do preço médio de venda em 2,5%, tendo em conta que a procura de eletricidade cresceu 1,3%. A compensação tarifária, em termos económicos, atinge os 62,6 milhões de euros, registando-se um aumento de 23,2% face ao ano anterior. Os gastos incorridos com combustíveis para produção de eletricidade constituem uma parcela importante do cálculo da compensação a receber, pelo que, o acréscimo em 14,9% desses gastos explica, em grande parte, a evolução registada para essa rubrica.

Na estrutura dos Gastos operacionais, o custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), no valor de 67,6 milhões de euros, é o que apresenta maior peso no total (38,3%), seguindo-se os Gastos com o pessoal, os Gastos de depreciações e amortizações e os Fornecimentos e serviços externos. Comparativamente ao ano anterior, os Gastos operacionais, em termos globais, aumentaram 8%, o equivalente a 13 milhões de euros. Pela relevância que assume na estrutura dos Gastos operacionais, destaca-se o aumento de 11,1 milhões de euros registada na rubrica Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC). Esta variação decorre fundamentalmente dos gastos com combustíveis para produção de eletricidade que ascenderam aos 53,6 milhões de euros, mais 7 milhões de euros que no ano transato. A subida do preço do petróleo levou a um agravamento dos custos médios do fuelóleo e do gasóleo, na ordem dos 67,9 euros por tonelada, e 77,4 euros por quilolitro, respetivamente. No ano de 2018, o custo médio do fuelóleo foi de 458,7 euros por tonelada e o do gasóleo fixou-se em 601,9 euros por quilolitro.

Os Gastos com o pessoal ascendem a 36,3 milhões de euros em 2018, representando cerca de 20,6% dos Gastos operacionais. Os Fornecimentos e serviços externos ascenderam aos 28,7 milhões de euros, apresentando uma variação homóloga positiva de 9,2%. De salientar que, o valor e a evolução desta rubrica encontram-se fortemente influenciados pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de Concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico passam a ser incluídos em Fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados 7,9 milhões de euros em 2018 e 5,2 milhões de euros em 2017. Excluindo o efeito da IFRIC, os Fornecimentos e serviços externos registam uma diminuição de 1,5% relativamente ao ano anterior. As rubricas incluídas em FSE com maior expressão monetária são as de Trabalhos especializados, subcontratos e conservação e reparação. Os Trabalhos especializados incluem maioritariamente custos com serviços informáticos, estudos de

monitorização ambiental, recolha de resíduos e consultorias diversas. A rubrica de conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, de obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos. Os gastos com subcontratos referem-se, fundamentalmente, à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos em curso.

Os Outros gastos e perdas ascendem em 2018 ao montante de 14,6 milhões de euros, 2,3 milhões de euros superior ao de 2017, e incluem o pagamento de direitos de passagem aos Municípios no valor de 4,8 milhões de euros, licenças de emissões de CO₂ em 4,6 milhões de euros, gastos com a taxa de concessão para a exploração de recursos geotérmicos no valor de 2,5 milhões de euros e contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1,7 milhões de euros.

No que diz respeito aos Gastos financeiros, de 2017 para 2018, regista-se um aumento de 5,6%, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos), referentes aos empréstimos contraídos para financiamento das atividades do Grupo EDA, traduzindo-se num custo médio da dívida da Grupo de 1,31% (1,21% em dezembro de 2017).

h
f
1
A
M
P
d
V
94

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira consolidada do Grupo EDA.

10 ³ Euros				
Rubricas	2018	2017	Var. 2018-17	Var. % 2018-17
Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	428 152,6	421 760,4	6 392,2	1,5%
Ativos por impostos diferidos	13 758,5	13 434,2	324,3	2,4%
Clientes e outras contas a receber	4 687,1	5 458,9	(771,8)	(14,1%)
Outros Ativos não Correntes	492,4	496,4	(4,0)	(0,8%)
Ativo Não Corrente	447 090,6	441 149,9	5 940,7	1,3%
Inventários	11 398,0	9 731,4	1 666,6	17,1%
Clientes e outras contas a receber	56 611,1	43 588,6	13 022,5	29,9%
Caixa e equivalentes de caixa	8 520,0	7 829,4	690,6	8,8%
Outros Ativos Correntes	22,3	2 016,7	(1 994,4)	(98,9%)
Ativo Corrente	76 551,4	63 166,1	13 385,3	21,2%
Ativo Total	523 642,0	504 316,0	19 326,0	3,8%
Capital Próprio atribuível Detentores Capital	205 242,9	205 573,9	(331,0)	(0,2%)
Interesses que não controlam	2 103,1	1 746,0	357,1	20,5%
Capital Próprio	207 346,0	207 319,9	26,1	0,0%
Provisões	2 905,0	3 071,9	(166,9)	(5,4%)
Empréstimos obtidos	143 916,2	182 172,6	(38 256,4)	(21,0%)
Obrigações de benefícios de reforma e outros	14 733,5	12 902,7	1 830,8	14,2%
Passivos por impostos diferidos	4 551,2	2 937,1	1 614,1	55,0%
Outros Passivos não Correntes	479,6	459,0	20,6	4,5%
Passivo Não Corrente	166 585,3	201 543,3	(34 958,0)	(17,3%)
Fornecedores e outras contas a pagar	43 161,4	43 525,4	(364,0)	(0,8%)
Empréstimos obtidos	105 749,8	51 412,0	54 337,8	105,7%
Outros Passivos Correntes	799,2	515,5	283,7	55,0%
Passivo Corrente	149 710,4	95 452,9	54 257,5	56,8%
Total Passivo	316 295,9	296 996,2	19 299,7	6,5%
Total do capital próprio e passivo	523 642,0	504 316,0	19 326,0	3,8%

Tabela 30 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2017 e 2018

O Ativo não corrente consolidado do Grupo EDA, que corresponde a 85% do Ativo Total, ascende a 447,1 milhões de euros, mais 1,3% que em 2017.

O total de Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento ascendeu a 428,1 milhões de euros, mais 6,4 milhões de euros que o valor registado no ano anterior. Os aumentos registados, durante o ano de 2018, em Ativos tangíveis englobam cerca de 18,2 milhões de euros em obras em curso, referentes, sobretudo, a investimento efetuado pelas empresas do segmento da eletricidade em equipamentos de produção, nomeadamente em ampliações de centrais termoelétricas. Ao nível do Ativo intangível, os aumentos do ano, num total de 19,1 milhões de euros, dizem respeito, na sua maioria, a adições de ativos afetos à atividade concessionada de transporte e distribuição de energia.

O aumento da rubrica de Clientes e outras contas a receber está diretamente ligado ao registo da estimativa de ajustamento à compensação tarifária de 2017, no valor de 3,7 milhões de euros, a ser incluído nas Tarifas de 2020.

No que respeita ao Ativo corrente, cujo variação positiva é de 21% (13,4 milhões de euros), destaca-se o aumento dos Clientes e Outras contas a receber, que se deve, sobretudo, ao ajustamento estimado à compensação tarifária de 2017, no valor de 7 milhões de euros, a ser incluído nas Tarifas de 2019, mais 3,2 milhões de euros referentes à tarifa social, e ainda 1,9 milhões de euros de participações a receber no âmbito do programa PRORURAL+. O montante registado em Inventários inclui essencialmente 11,4 milhões de euros, de matérias-primas e peças de reserva e cerca de 0,1 milhões de euros de equipamentos comercializados pela Globaleda, na sua atividade de Telecomunicações.

Os Capitais próprios atribuíveis aos detentores de capital do Grupo EDA, ascendem aos 205,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de cerca de 0,3 milhões de euros (0,2%), por via do efeito conjugado do resultado do período e dos dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2017. A evolução registada tem um impacto negativo na autonomia financeira do Grupo EDA, que se cifrou em cerca de 39,2% em 2018, face aos 40,8% de 2017.

Relativamente ao Passivo, os Financiamentos obtidos, correntes e não correntes, ascenderam a cerca de 249,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 16,1 milhões de euros, mais 7% comparativamente ao ano anterior. De salientar que 58% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As Responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas registam em 2018 mais 1,8 milhões de euros (14,2%), fixando-se em 14,7 milhões de euros quando, no final de 2017, ascendiam a 12,9 milhões de euros.

O acréscimo verificado no Passivo corrente resulta sobretudo do aumento já referido dos financiamentos obtidos que, no curto prazo, foi de 54,3 milhões de euros, de referir ainda o aumento do saldo em dívida a fornecedores de investimento em linha com a evolução do investimento.

Em 2018, o Ativo total do Grupo EDA ascendeu a 524 milhões de euros

h
f
f
A
m
X
d
R
g

RESULTADOS DO PERÍODO

Rubricas	2018	2017	Var. 2018-17	Var. % 2018-17
EBIT (mil euros)	28 055,5	27 666,5	389,0	1,4
EBITDA (mil euros)	56 934,9	62 064,3	(5 129,4)	(8,3)
Resultados financeiros (mil euros)	(3 038,3)	(2 877,9)	(160,4)	5,6
Resultados antes de impostos (mil euros)	25 017,2	24 788,6	228,6	0,9
Resultado líquido do período atribuível a:	20 240,8	21 780,6	(1 539,8)	(7,1)
Detentores do capital do Grupo EDA	19 788,4	21 483,1	(1 694,7)	(7,9)
Interesses que não controlam	452,4	297,5	154,9	52,1
Rendimento integral do período atribuível a:	18 146,5	22 196,0	(4 049,5)	(18,2)
Detentores do capital do Grupo EDA	17 694,1	21 898,5	(4 204,4)	(19,2)
Interesses que não controlam	452,4	297,5	154,9	52,1
Resultado por Ação (€/ação)	1,26	1,56	(0,30)	(19,2)

Tabela 31 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2017 e 2018

Em 2018, o Resultado operacional foi cerca de 28,1 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,4% face aos 27,7 milhões de euros de 2017. Os Rendimentos operacionais apresentaram um acréscimo próximo dos 13,4 milhões euros (7%), de 2017 para 2018, enquanto os Gastos operacionais foram superiores aos do ano transato em 13 milhões de euros (8%). Por sua vez, o EBITDA apresentou um decréscimo de 8,3%, situando-se nos 56,9 milhões de euros.

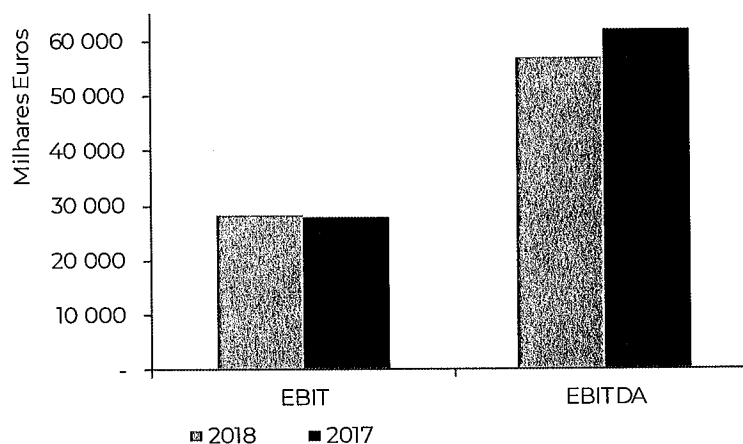


Gráfico 24 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2017 e 2018

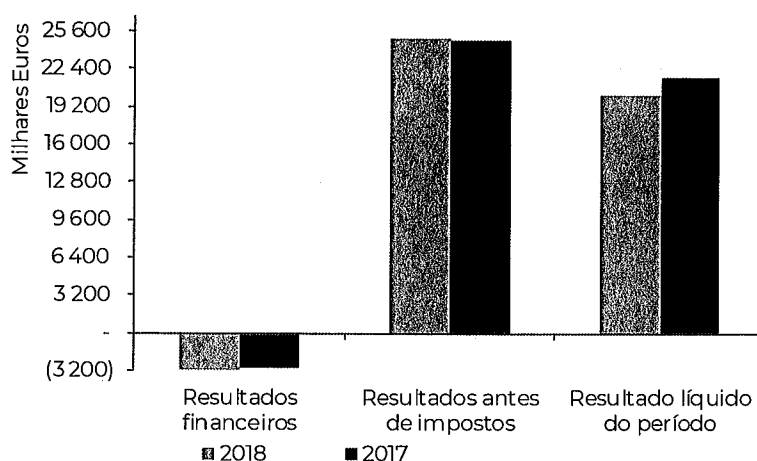


Gráfico 25 – Resultados do Grupo EDA em 2017 e 2018

GESTÃO FINANCEIRA

Prosseguindo uma gestão suportada no planeamento cuidadoso dos recursos e dos compromissos associados aos planos de negócio de cada empresa do Grupo a par de uma política de gestão financeira centralizada, no final de 2018, o Grupo EDA dispunha de um montante 243,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas, dos quais 138,5 milhões de euros em linhas de curto prazo, sendo 58,5 milhões de euros em contas correntes e 80 milhões de euros em Programa de Papel Comercial, instrumento que se tem revelado muito importante já que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Quanto às facilidades de crédito de médio e longo prazo, também utilizadas para a gestão de tesouraria, a EDA dispunha no final de 2018, de um conjunto de Programas de Papel Comercial, com compromisso de tomada firme, no montante de 95 milhões de euros, nas modalidades de colocação direta e leilão competitivo de taxas de juro e 10 milhões de euros sem garantia de colocação.

Do montante global contratado para apoiar a tesouraria, no final do período de 2018, encontravam-se disponíveis e por utilizar 111,7 milhões de euros, cerca de 46% do limite total contratado.

No final do exercício de 2018 a dívida líquida do Grupo EDA ascendia a 249,6 milhões de euros, mais 16 milhões de euros que a dívida reportada ao final de 2017.

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
EDA	102 995 009	139 590 571	242 585 579	48 370 904	175 818 619	224 189 524
EDA Renováveis	2 038 636	4 856 818	6 895 455	2 363 636	6 895 455	9 259 091
GLOBALEDA	-	-	-	-	-	-
SEGMA	-	-	-	-	-	-
Norma Açores	-	-	-	-	-	-
Controlauto	20 723	72 531	93 255	20 723	93 255	113 978
Consolidado	105 054 369	144 519 920	249 574 289	50 755 264	182 807 328	233 562 592
Juros a pagar - Empréstimos	695 408	-	695 408	656 734	-	656 734
Juros a pagar (antecipação)	-	(603 734)	(603 734)	-	(634 732)	(634 732)
	105 749 777	143 916 186	249 665 963	51 411 998	182 172 596	233 584 594

Tabela 32 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2017 e 2018

De salientar que 99,96% da dívida do Grupo está concentrada nas empresas do core business EDA e EDA Renováveis, em consequência do esforço de investimento que anualmente realizam. A dívida da EDA representa cerca de 97,2%.

Por fontes de financiamento, destacam-se os empréstimos do mercado externo e interno que representam 47,2% do total da dívida, os Programas de Papel Comercial 42,1% e os empréstimos de curto prazo 10,7%.

	EDA	EDAR	SEGMA	GB	NORMA	CONTROLAUTO	(Eur) Total
Custos Financeiros							
Juros Empréstimos	(1 952 444)	47 016	7 558	-	-	-	(1 897 870)
Comissões, Taxa Aval e Outros	(1 642 175)	(69 926)	-	(8 309)	-	-	(1 720 410)
	(3 594 619)	(22 910)	7 558	(8 309)	-	-	(3 618 280)
Proveitos Financeiros							
Juros Obtidos	-	-	1 046	-	-	-	1 046

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 0,581 milhões euros

Tabela 33 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2018

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida consolidada, totalizaram no período 3,6 milhões de euros (inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 0,581 milhões de euros), mais 0,4 milhões de euros que os custos financeiros suportados em 2017.

	Grupo EDA	EDA
2008	5,05%	4,99%
2009	2,91%	2,91%
2010	2,52%	2,60%
2011	3,44%	3,53%
2012	4,73%	4,76%
2013	3,67%	3,69%
2014	2,72%	2,95%
2015	2,29%	2,28%
2016	1,34%	1,29%
2017	1,21%	1,25%
2018	1,31%	1,34%

Tabela 34 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2018

O custo médio da dívida da Grupo atingiu 1,31% (1,21% em dezembro de 2017). O aumento do custo médio quando comparado com o ano de 2017, deve-se essencialmente à revisão de taxas de juro de empréstimos do BEI com taxas variáveis que foram revistas para modalidade de taxa fixa, por forma a diminuir a exposição ao risco de taxa do Grupo EDA.

Em 2018, o custo médio da dívida da Grupo EDA, foi de 1,31%

O Grupo tem 76,2% da dívida a taxa variável indexada à Euribor.

As políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes dos dois planos de pensões, em vigor, foram transferidos, em 2018 para o Fundo de Pensões - A (Fundo de Benefício Definido), um montante de 462,0 mil euros e para o Fundo-B 604,7 mil euros (Fundo de Contribuição Definida).

h
he
j
p
r
s
d
e
g

5. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA

O Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDA foi elaborado com base nas normas constantes da Global Reporting Initiative (GRI Standards), na Diretiva de Relato Não Financeiro 2014/95 UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014 e no Decreto-Lei 89/2017 de 28 de julho, com a finalidade de relatar o seu desempenho nas diferentes dimensões da sustentabilidade.

5.1 Domínio social

5.1.1 A equipa do GRUPO EDA

No final de 2018, a equipa do Grupo EDA englobava um total de 1 032 trabalhadores ativos vinculados às empresas, correspondendo a um acréscimo de 31 trabalhadores face ao período homólogo anterior. Existem ainda mais 9 trabalhadores que se encontravam requisitados por outras entidades ou em licença sem vencimento. Em 2018, dos 1 032 trabalhadores ativos, 19% eram do género feminino e 81% do género masculino. Esta predominância do género masculino tem vindo a manter-se ao longo dos anos motivada essencialmente pela natureza das funções operacionais, muito embora se registe um surgimento recente de candidaturas do género feminino no recrutamento para estas áreas.

h
f
f
M
B
d
L
94

Número de Trabalhadores por empresa e género					
EMPRESAS	Género	2015	2016	2017	2018
EDA		109	110	112	114
		618	624	630	653
EDA RENOVÁVEIS		7	8	8	10
		31	41	45	44
GLOBALEDA		35	38	40	39
		50	45	46	49
SEGMA		6	6	4	5
		47	49	44	47
NORMA		19	20	21	20
		29	31	35	34
CONTROLAUTO		3	3	3	3
		13	13	13	14
TOTAL	 	967	988	1 001	1 032

Ao longo dos anos a EDA tem vindo a aumentar o número de trabalhadores ativos

EDA-Inclui trabalhadores cedidos (19) e não inclui trabalhadores requisitados (8) e em licença sem vencimento (1)

Tabela 35 – Número de trabalhadores por empresa e género - 2015 a 2018

Em 2018 verificou-se um total de 69 admissões no Grupo EDA, mais 6 que em 2017, sendo que a contratação de indivíduos da faixa etária mais jovem, com idade inferior a 30 anos, foi predominante. Também se verificou uma tendência para a contratação de trabalhadores do género masculino.

Em 2018 verificou-se cerca de 64% de mais admissões que saídas

Por outro lado, registaram-se 44 saídas, menos 5 que no ano anterior, sobretudo trabalhadores da faixa etária com mais de 50 anos. Em consequência da predominância de trabalhadores do género masculino a desenvolver funções no Grupo, as saídas para este género também foram superiores.

Analisando os trabalhadores por faixa etária, o escalão que predomina é o correspondente a trabalhadores com idade superior a 50 anos, perfazendo um total de 470 trabalhadores, ou seja cerca de 54% da totalidade.

Número de trabalhadores por empresa e faixa etária					
EMPRESAS	Categoria	2015	2016	2017	2018
EDA	<30	79	75	67	80
	30-50	263	246	248	254
	>50	385	413	427	453
DA RENOVÁVEIS	<30	2	7	14	12
	30-50	26	30	27	29
	>50	10	12	12	13
GLOBALEDA	<30	11	6	11	10
	30-50	70	73	71	74
	>50	4	4	4	4
SEGMA	<30	12	15	16	17
	30-50	40	39	31	33
	>50	1	1	1	2
NORMA	<30	9	9	5	2
	30-50	30	33	38	34
	>50	9	9	13	18
CONTROLAUTO	<30	1	1		
	30-50	15	15	16	17
	>50				
TOTAL		967	988	1 001	1 032

EDA-Inclui trabalhadores cedidos (19) e não inclui trabalhadores requisitados (8) e em licença sem vencimento (1)

Tabela 36 – Número de trabalhadores por empresa e faixa etária - 2015 a 2018

	2015	2016	2017	2018	Total
EDA	14	18	19	21	72
<30		1	1	1	3
30-50	5	3	3		11
>50	9	14	15	20	58
EDA RENOVÁVEIS	1	1	9	3	14
<30			4	3	7
30-50	1		5		6
>50		1			1
GLOBALEDA	10	7	7	10	34
<30	1	3	1	5	10
30-50	8	4	6	5	23
>50	1				1
SEGMA	4	5	12	8	29
<30	1	1		4	6
30-50	3	4	12	4	23
>50					0
NORMA	0	1	2	2	5
<30			1		1
30-50		1		1	2
>50			1	1	2
CONTROLAUTO	0	0	0	0	0
<30					0
30-50					0
>50					0
Total	29	32	49	44	154

Tabela 37 – Número de saídas por empresa e faixa etária - 2015 a 2018

	2015	2016	2017	2018	Total
EDA	16	25	28	40	109
feminino	1	5	3	4	13
masculino	15	20	25	36	36
EDA RENOVÁVEIS	5	12	13	4	34
feminino	3	1		2	6
masculino	2	11	13	2	28
GLOBALEDA	11	5	10	12	38
feminino	5	4	7	5	21
masculino	6	1	3	7	17
SEGMA	7	7	6	12	31
feminino	1	1		1	3
masculino	6	6	5	11	28
NORMA	0	4	7	1	12
feminino		1	1		2
masculino		3	6	1	10
CONTROLAUTO	0	0	0	0	0
feminino					0
masculino					0
Total	39	53	63	69	224

Tabela 38 – Número de admissões por empresa e gênero - 2015 a 2018

	2015	2016	2017	2018	Total
EDA	16	25	28	40	109
<30	9	16	12	27	64
30-50	7	8	15	13	43
>50		1	1		2
EDA RENOVÁVEIS	6	12	13	4	34
<30		6	11	2	19
30-50	4	6	2	1	13
>50	1			1	2
GLOBALEDA	11	6	10	12	38
<30	6	1	8	6	21
30-50	5	4	2	6	17
>50					0
SEGMA	7	7	6	12	31
<30	4	6	5	6	21
30-50	2	1		5	8
>50	1			1	2
NORMA	0	4	7	1	12
<30		1	2	1	4
30-50		3	3		6
>50			2		2
CONTROLAUTO	0	0	0	0	0
<30					0
30-50					0
>50					0
Total	39	63	63	69	224

Tabela 39 – Novas contratações por empresa e faixa etária - 2015 a 2018

	2015	2016	2017	2018	Total
EDA	14	18	19	21	72
feminino	4	4	1	3	12
masculino	10	14	18	18	36
EDA RENOVÁVEIS	1	1	9	3	14
feminino					0
masculino	1	1	9	3	14
GLOBALEDA	10	7	7	10	34
feminino	7	1	5	6	19
masculino	3	6	2	4	15
SEGMA	4	5	12	8	29
feminino		1	2		3
masculino	4	4	10	8	26
NORMA	0	1	2	2	5
feminino				1	1
masculino		1	2	1	4
CONTROLAUTO	0	0	0	0	0
feminino					0
masculino					0
Total	29	32	49	44	154

Tabela 40 – Saídas por empresa e gênero - 2015 a 2018

A EDA tem ainda um grupo significativo de trabalhadores com baixas qualificações acadêmicas fruto da sua história, no entanto têm vindo a ser desenvolvidos esforços, com novas admissões mais qualificadas, para inverter esta realidade.

Cerca de 64% dos trabalhadores têm qualificações académicas equivalentes ou superiores ao ensino secundário

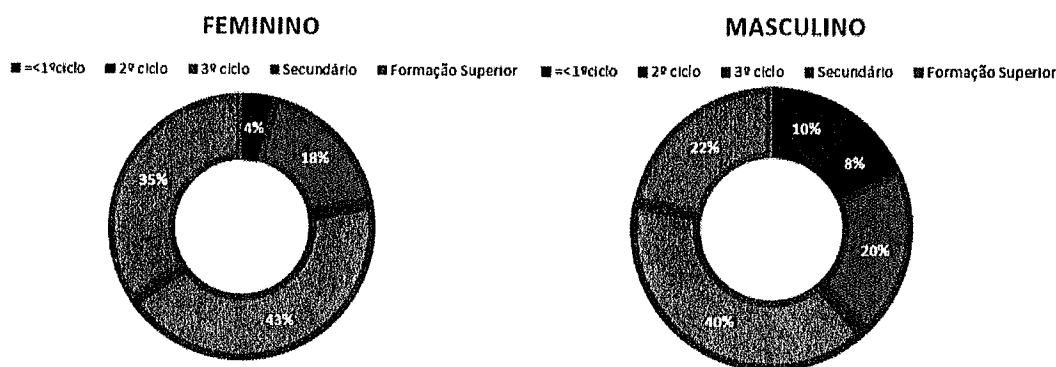


Gráfico 26 – Qualificações dos trabalhadores do Grupo EDA - 2018

5.1.1.1 Gestão do capital humano

Para a EDA a estratégia de gestão das “Nossas Pessoas” é indissociável da estratégia do negócio. A empresa só estará bem alicerçada se aliar as melhores práticas de gestão de recursos humanos preconizadas aos objetivos da organização, desenvolvendo e retendo talento. Nem sempre é fácil alcançar este desígnio dada a escassez de pessoas com formação específica e à dimensão e dispersão geográfica da área de operação da EDA. No contexto atual, altamente tecnológico, é necessária uma grande preparação para que a missão da empresa seja cumprida. Este processo implica a projeção das necessidades, a reconversão e nalguns casos a sobreposição de trabalhadores durante algum período de tempo.

Para a EDA a estratégia de gestão das “Nossas Pessoas” é indissociável da estratégia do negócio

Decorrente da estratégia de Gestão de Recursos Humanos, no sentido de promover a sua eficiência e a eficácia, procedeu-se à implementação da plataforma *Success factors*. Este projeto tem enfoque no processo de gestão de formação e de desenvolvimento de competências, a par da continuidade de uma cultura organizacional cada vez mais participativa e aberta.

A plataforma *Success Factors*, simplifica os diferentes processos de gestão do capital humano e contribui para alinhar os trabalhadores com os seus objetivos, assim como para admitir os trabalhadores certos e promover a sua valorização, gerindo melhor a organização através da utilização de ferramentas de comunicação interna.

A estrutura organizacional do Grupo EDA tem vindo progressivamente a ser alinhada com as novas necessidades e desafios de negócio.

Grupo Funcional	2018
Órgãos de Gestão	11
feminino	2
masculino	9
Direção	21
feminino	4
masculino	17
Chefia	73
feminino	19
masculino	54
Quadro superior	138
feminino	39
masculino	99
Operacional/Administrati	789
feminino	127
masculino	662
Total	1032

Tabela 41- Trabalhadores do Grupo EDA por chefia e género -2018

O período de 2011 a 2017 foi de difícil gestão, dadas as limitações legais impostas por força das sucessivas leis dos orçamentos de estado. A paz social, no entanto, foi mantida através do diálogo entre a gestão de topo e as estruturas representativas dos trabalhadores. Decorrendo desta relação foram negociados em 2017 e implementados em 2018 os Acordos de Empresa da EDARENOVÁVEIS e SEGMA. Em 2018 foi negociado o Acordo de Empresa da GLOBALEDA, para implementação em 2019.

Os acordos de empresa garantem alguma paz social, muitas vezes pela garantia de equilíbrio e equidade da política salarial e regalias quer por género, quer por nível hierárquico.

5.1.2 Formação e desenvolvimento

Gestão do Capital Humano

A garantia do empenho e compromisso dos trabalhadores é uma diretriz fundamental nas políticas e práticas da gestão das "Nossas Pessoas". A empresa só estará bem alicerçada se aliar as melhores práticas de gestão de recursos humanos aos objetivos estratégicos de gestão. Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, promover o desenvolvimento das competências dos trabalhadores num contexto desafiante e indutor da evolução profissional e pessoal dos seus trabalhadores são objetivos concretos da atuação da empresa no domínio dos recursos humanos.

A EDA procura aliar as melhores práticas de gestão de recursos humanos aos objetivos estratégicos de gestão

A gestão dos recursos humanos, segue uma política de gestão, valorização e motivação de pessoas, nomeadamente:

- Promover um ambiente de trabalho seguro e saudável, procurando continuamente evoluir através da adoção das melhores técnicas e práticas nesse domínio;
- Fomentar a implementação dos princípios e a adoção dos comportamentos evocados no Código de Ética e Conduta Profissional;

- Implementar práticas de gestão de pessoas no âmbito do recrutamento e do desenvolvimento de competências que promovam as suas estratégias, políticas, práticas e processos, de acordo com os princípios e valores da igualdade e não-discriminação, da conciliação, da responsabilização, da transparência, da conduta ética e do respeito pelas partes interessadas.

- Adotar práticas de liderança que valorizam a aprendizagem e a evolução.

A diversidade é um dos aspetos valorizados pela EDA, suportado em políticas e práticas de não discriminação, nomeadamente no que se refere ao recrutamento e à progressão profissional. Neste âmbito, têm-se registado variações positivas, nomeadamente no recrutamento de mão de obra qualificada.

A EDA, no que se refere ao recrutamento e à progressão profissional, aplica políticas e práticas de não discriminação

A EDA tem vindo a privilegiar a contratação de trabalhadores mais jovens, prática adotada na generalidade das várias funções na empresa, visando a retenção de competências críticas para o negócio da empresa. Em consequência, manter-se-á em 2019 a tendência de rejuvenescimento das equipas de forma a preparar a organização para os seus desafios futuros.

No último ano registou-se um volume elevado de novas entradas pelos motivos de qualificação e de capacitação em termos de novas competências, bem como o rejuvenescimento de algumas equipas.

Formação Profissional

A formação profissional assume-se como um dos objetivos estratégicos da EDA para a manutenção dos elevados níveis de serviço, com capital humano altamente motivado.

É uma constante a necessidade de adequar qualificações e desenvolver competências em todas as Direções da empresa. Acreditamos no potencial e nas competências dos nossos trabalhadores e por esta razão, são criadas oportunidades de desenvolvimento que se concretizam na elaboração de planos de formação individualizados, permitindo a cada trabalhador a aquisição de novos conhecimentos e a progressão na carreira.

Assim, pretende-se assegurar e reforçar continuamente valores como trabalho de equipa, inovação, partilha de saberes, atualização de conhecimentos, integridade e qualidade de serviços prestados.

A implementação de novas tecnologias, equipamentos e novas formas de organização do trabalho, obriga à existência de recursos cada vez mais qualificados. Este facto traduz-se na exigência de capacitação e de desenvolvimento de recursos humanos.

O Plano de Formação é elaborado em consonância com os objetivos estratégicos traçados pela EDA para aquele ano e respetivo Plano de Atividades, após prévia audição de todas as Direções e reflete o enquadramento estratégico das necessidades de desenvolvimento identificadas pelas várias áreas.

Em 2018, verificaram-se 1 574 participações de trabalhadores em acções de formação e cerca de 23,5 mil horas de formação

O desenvolvimento de competências profissionais é um eixo de investimento da empresa. Assim confirma o volume de mais de 23 510 mil horas de formação em várias áreas, desde as técnicas até às do domínio comportamental, passando pela gestão, melhoria contínua, segurança e ambiente.

Regista-se a elevada taxa global de participação em ações de formação, o que revela a importância dada pelos os diretores à formação enquanto elemento motivador e transmissor de conhecimentos e de capacitação dos trabalhadores para o exercício de funções.

Destaca-se a formação ministrada pela Universidade EDP, que permitiu a novos trabalhadores o desenvolvimento de novas competências profissionais para início das suas funções. Assim como a participação de vários trabalhadores no *teambuilding* "NOS AÇORES TRY-OUT", que procurou reforçar o espírito de grupo, estimular o trabalho em equipa, bem como contribuir para a própria produtividade dos trabalhadores, refletindo-se na organização.

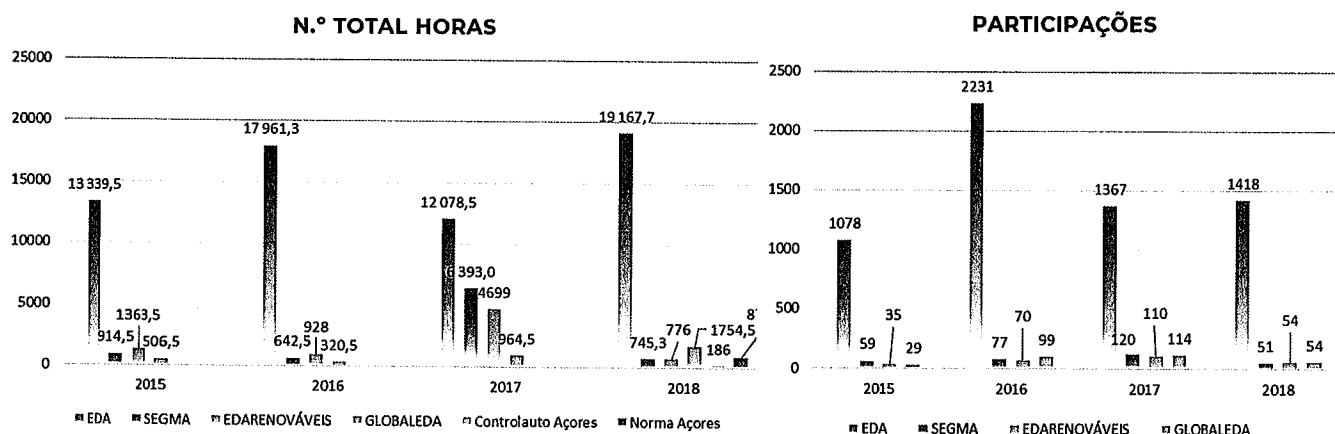


Gráfico 27 – Número de horas de formação e participações, por empresa e por ano – 2015 a 2018

A EDA ambiciona habilitar todas as chefias de competências de formador/orientador, para que a transmissão de conhecimento e das melhores práticas possa ser assegurada eficazmente, em cascata. Nesse sentido, a formação em sala é associada à formação on-job, garantido assim a aquisição e consolidação das aprendizagens. O acompanhamento contínuo da chefia é a chave para se atingirem bons resultados.

Continuamos a dar referência à formação nas novas tecnologias de informação e comunicação na ótica do utilizador, mantendo ciente de que se trata de uma ferramenta, nos dias de hoje, fundamental para o exercício das nossas atividades.

A nossa atenção tem de continuar a incidir na avaliação da formação, sendo inquestionável a sua importância no processo formativo, dado ser a partir dos seus resultados que podemos ir introduzindo as correções ou ajustamentos necessários à constante melhoria daquele processo, não obstante tudo o que tem sido feito, estamos em crer que há ainda neste domínio uma forte margem de progressão.

Ao longo dos anos temos vindo a realizar um elevado número de ações de formação, pretendendo que a formação chegue a todos os colaboradores, pelo que é com satisfação que verificamos no panorama geral um desenvolvimento nos variados indicadores de formação.

Apostamos na formação das nossas chefias

A nível externo o Grupo EDA considera relevante a promoção e realização de estágios, dispondo para o efeito 4 tipologias diferentes: Estagiar T, Estagiar L, Estagiar U e Estágios curriculares. O número de estagiários tem aumentado ao longo dos últimos anos, atingindo-se em 2018 146 estágios. Além de investir nos jovens, alguns futuros quadros da empresa envolve também parceiros e prestadores de serviço nas ações de formação promovidas para os trabalhadores. Assim, consegue-se uma melhor qualidade dos serviços recebidos e uma maior harmonia entre trabalhadores e prestadores de serviço.

5.1.3 Saúde no trabalho

No âmbito da medicina no trabalho, são realizados 3 tipos de exames: i) Admissão, ii) Periódicos e iii) Ocasionais. Em 2018, realizaram-se no Grupo EDA 1403 exames, mais 115 exames que em 2017.

	Admissão	Periódico	Ocasionais	Total
EDA	35	456	659	1150
EDA RENOVÁVEIS	1	22	13	36
GLOBALEDA	11	45	41	97
SEGMA	10	23	29	62
NORMA	0	33	14	47
CONTROLAUTO	0	11	0	11
TOTAL	57	590	756	1403

Tabela 42- Número de exames por empresa e tipologia – 2018

	2015	2016	2017	2018
EDA	1019	1180	1024	1150
EDA RENOVÁVEIS	49	43	75	36
GLOBALEDA	46	79	75	97
SEGMA	45	57	54	62
NORMA	45	45	54	47
CONTROLAUTO	9	5	6	11
TOTAL	1213	1409	1288	1403

Tabela 43- Número de exames por empresa – 2015 a 2018

Ao longo de 2018 foram realizadas 13 visitas do médico às instalações, menos 4 do que as realizadas em 2017.

	2015	2016	2017	2018
EDA	15	15	13	6
EDA RENOVÁVEIS	1	1	1	1
GLOBALEDA	2	2	1	4
SEGMA	2	2	2	
NORMA				2
CONTROLAUTO				
TOTAL	20	20	17	13

Tabela 44- Número de visitas por empresa – 2015 a 2018

5.1.4 Segurança no trabalho

Estrategicamente o Grupo EDA tem vindo ao longo dos anos, a promover uma melhoria continua das condições de segurança nos locais de trabalho e estabelecendo as melhores metodologias e práticas, com vista à redução do risco, promovendo comportamentos seguros com a contribuição de todas as partes envolvidas, de modo a consolidar uma cultura de segurança positiva.

Como objetivos principais ao nível da Saúde e Segurança no Trabalho, para além da redução do risco nos locais de trabalho, da melhoria das condições de trabalho, pretende-se promover o bem-estar interno e a redução dos acidentes de trabalho, tendencialmente, para atingir o nível zero.

Para atingir esses objetivos, EDA tem vindo de forma gradual a implementar o sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma ISO 45001:2018.

Para a missão da EDA foi formulada uma política de SST, comprometendo-se a **“Fornecer energia elétrica com continuidade e com as melhores características técnicas e prestar um serviço que corresponda às expetativas de colaboradores e clientes, ao menor custo, com respeito pelo património ambiental e cultural dos Açores em integral cumprimento das regras de segurança”**.

A EDA tem vindo a implementar o sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma ISO 45001:2018

Tendo em conta a atividade da EDA, considerada de risco elevado, a empresa possui serviços internos de Prevenção e Segurança no Trabalho, dotados de técnicos de segurança com as competências definidas na legislação em vigor e presta serviços às restantes empresas do Grupo EDA (SEGMA, GLOBALEDA e EDARENOVAVEIS).

Tem sido forte a aposta da EDA na promoção de formação e ações de sensibilização de temáticas de SST, na elaboração de procedimentos de segurança e na sua implementação, de acordo com as atividades desenvolvidas na empresa. Ao nível do sistema de emergência, tem sido dada relevância aos estabelecimentos industriais-centros produtores de energia elétrica, com a elaboração e implementação das medidas de autoproteção e realização de simulacros.

Todas as atividades desenvolvidas nesta área, têm tido o envolvimento dos Representantes dos Trabalhadores de SST para a EDA, que foram eleitos para o triénio 2018/2021, conforme publicação no jornal oficial II série nº 168, de 31 de agosto de 2018.

Das empresas do Grupo EDA, a GLOBALEDA possui certificação em Saúde, Segurança no Trabalho no referencial OHSAS 18001:2017. O objetivo do Grupo EDA é ter todas as empresas com um sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho certificado.

Pretende-se, assim:

- ✓ contribuir para uma melhoria continua efetiva dos processos de segurança;
- ✓ reduzir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais que envolvam quer os trabalhadores da empresa, quer os trabalhadores dos fornecedores externos que com a EDA colaboram;

garantir o cumprimento da legislação em vigor por todos os intervenientes nas atividades das empresas.

Indicadores da Segurança

A sinistralidade laboral é um dos principais indicadores de monitorização do desempenho em SST. Em 2018, o Grupo EDA registou um total de 17 acidentes, menos 17 que em 2017. No período em análise registou-se uma redução significativa de acidentes de trabalho e não se registaram acidentes mortais.

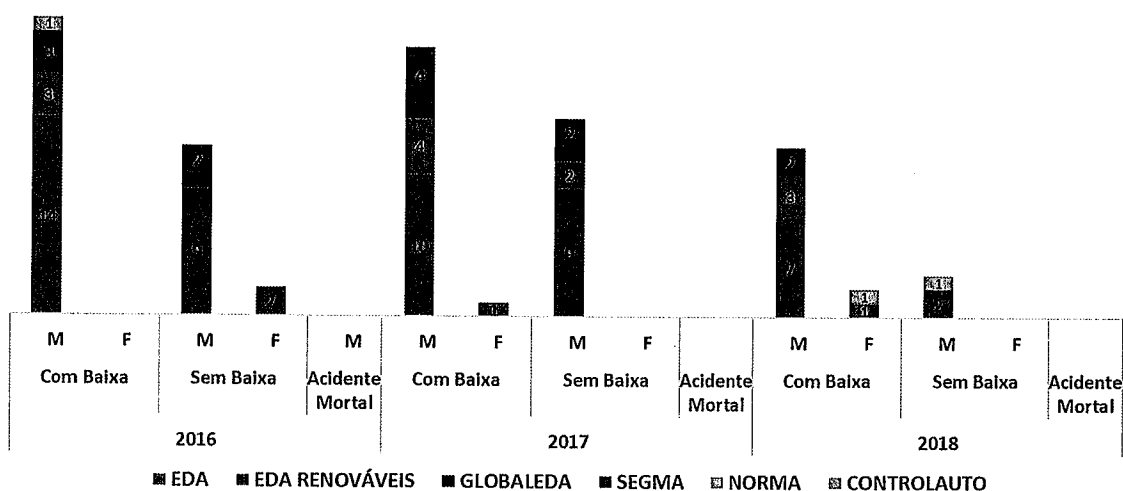
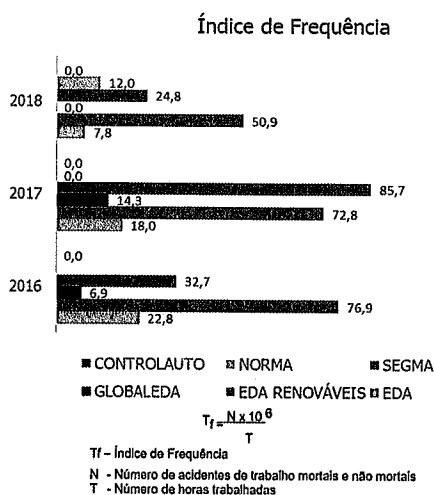


Gráfico 28 – Acidentes com e sem baixa médica e mortais, por género e por empresa – 2016 a 2018

No Grupo EDA, em 2018, o número de dias perdidos, em consequência dos acidentes ocorridos, diminuiu em 714 dias face ao registado em 2017. Na EDA verificou-se uma redução significativa do número de dias perdidos, com a redução de 642 dias em relação a 2017, passando o índice de frequência, de 18 para 7,8. O índice de frequência de 2018, face a 2017, apresenta na maioria das empresas uma diminuição, dando indicação de uma melhoria na eficiência da gestão de SST de uma forma global.

Relativamente ao índice de gravidade, constata-se uma redução dos valores em 2018, relativamente ao ano de 2017, evidenciando que os acidentes quando ocorrem, o número de dias perdidos é mais reduzido



O Grupo EDA monitoriza ainda os índices de frequência, de gravidade e de incidência, para cada uma das suas empresas

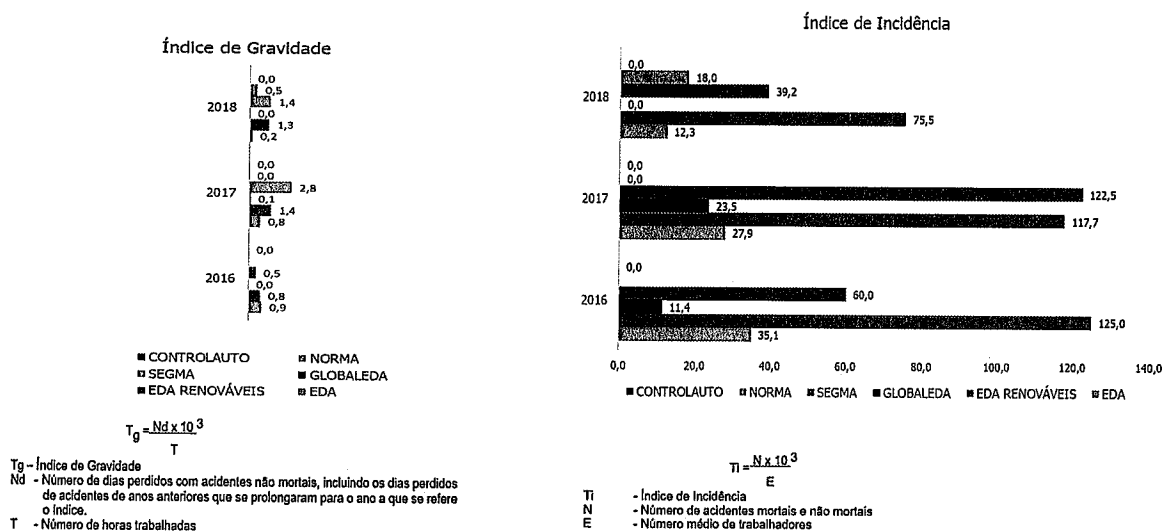


Gráfico 29 – Índice de Frequência, Gravidade e Incidência, por empresa – 2016 a 2018

5.1.5 Ética e prevenção da corrupção

Código de Ética do Grupo EDA

Devido à dimensão e diversidade do Grupo EDA, é necessário um quadro de referência que ajude a clarificar as expectativas da organização em relação aos trabalhadores e os princípios pelos quais o grupo se rege na relação com as diversas entidades com as quais interage.

Cada colaborador é um embaixador da imagem do Grupo EDA. A boa conduta no desempenho das suas funções é fator de orgulho para toda a organização. O Código de Ética do Grupo EDA nasceu para munir os trabalhadores de uma ferramenta que ajude a garantir em todas as ocasiões uma conduta à altura da sua condição.

No Código de Ética do Grupo, apresentam-se os princípios de ética para os seus trabalhadores: Respeito; Reconhecimento do Mérito; Equidade; Eficiência; Dever de informação; Imparcialidade; Objetividade.

Código de Conduta do Grupo EDA

Foi definido e aplicado para as empresas do Grupo EDA um Código de Conduta que constitui um instrumento no qual se inserem os valores das mesmas, bem como as normas de conduta a que todos os seus trabalhadores estão sujeitos e assumem como sendo suas.

Este Código visa clarificar junto dos seus trabalhadores, as regras de conduta que os mesmos devem observar, através das suas decisões, comportamentos e atitudes, nas suas relações recíprocas e nas relações

com os representantes da entidade empregadora, e ainda, nas relações que em nome das empresas estabeleçam com terceiros, sejam clientes ou fornecedores, entre outros.

É também objetivo do Código de Conduta informar todos os seus trabalhadores sobre os seus direitos no meio laboral, bem como combater quaisquer comportamentos que possam de alguma forma ser enquadrados numa situação de assédio no local de trabalho.

Plano de Combate à Corrupção e Infrações Conexas

Adotada a "Convenção contra a Corrupção", em 31-10-2003, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi a mesma aprovada pela Resolução n.º 47/2007, de 21 de setembro, da Assembleia da República e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 97/2007, de 21 de setembro.

Com o objetivo de desenvolver uma atividade de âmbito nacional, no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, foi criado, pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), com estatuto de Entidade Administrativa Independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2019 (Decreto Legislativo Regional n.º 1/2019/A, de 7 de janeiro), consigna a obrigação do Governo Regional dar cumprimento às orientações e recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, nos termos estipulados na Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro. no que diz respeito, entre outros, ao setor público empresarial regional, no qual se insere o Grupo EDA.

Com vista a melhorar as inconsistências dos controlos internos existentes e tendo em referência a Recomendação n.º 3/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho, os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA aprovaram o atual "Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas".

Este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como dos principais riscos e correspondentes controlos instituídos pelas empresas do Grupo EDA, visando a sua mitigação.

5.2 Domínio ambiental

Âmbito do Reporte Ambiental

A EDA reconhece a importância das questões ambientais na gestão da sustentabilidade nas suas atividades e tem como objetivo diminuir os seus impactos ambientais, com o desenvolvimento de estratégias de gestão em tópicos tão importantes como o consumo de recursos naturais, as alterações climáticas, emissões atmosféricas, consumo de água e biodiversidade.

A EDA está atenta ao desempenho ambiental de cada uma das participadas, tendo como objetivo a melhoria contínua numa ótica de eco-eficiência e os dados constantes no presente Capítulo são referentes às empresas cujos impactos ambientais têm maior significância.

Partes Interessadas

A EDA considera de extrema relevância o relacionamento com as suas partes interessadas, pois permitem construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar desafios e identificar novas oportunidades.

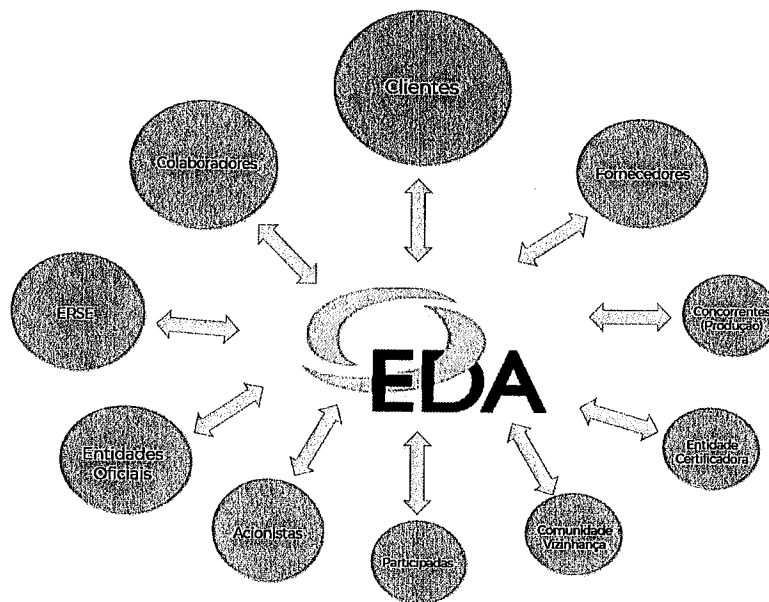


Gráfico 30 – Partes interessadas

Identificação da Parte Interessada (PI)	Expectativas e necessidades da PI	Requisitos do SGQA	Influência SGQA (comentários)
CLIENTES	Garantir a continuidade e qualidade da energia elétrica fornecida salvaguardando a proteção ambiental Preços Tratamento adequado de reclamações e outros pedidos	Os requisitos especificados nos contratos dos diferentes tipos de cliente; Valores do RQS emitido pela ERSE em função dos tipos de cliente Proteção de dados pessoais Proximidade com o cliente (loja, call center, aplicações, site)	Melhoria dos Indicadores de desempenho da continuidade e qualidade de fornecimento Procedimentos do SGQA Indicadores de desempenho do SGQA Política da Qualidade e Ambiente
FORNECEDORES	Cumprimento de requisitos de parceria/contrato Garantia de continuidade do negócio Cumprimento do prazo de pagamento Avaliação do desempenho potenciação da Imagem	Cumprimento de REO Qualificação, Seleção e Avaliação dos fornecedores Controlo de qualidade de receção Especificações de compra Estratégias de seleção e pagamento em função da ilha Sessões de esclarecimentos e sensibilização Participação na avaliação de desempenho	Procedimentos do SGQA Indicadores de desempenho do SGQA
CONCORRENTES (PRODUTORES DE ENERGIA ELÉTRICA)	Cumprimento de requisitos de parceria/contrato de compra de energia Maximização da utilização da energia produzida Cumprimento do prazo de pagamento	Requisitos de definidos no contrato	
COMUNIDADE/ VIZINHANÇA	Preservação do meio ambiente Segurança do Sistema Elétrico Capacidade de resposta em situações de emergência. Solidez financeira da empresa pública	Controlo do desempenho ambiental tendo por base os Aspectos Ambientais significativos identificados Cumprimento dos PSI Inspeção e Manutenção dos equipamentos do Sistema Elétrico Cumprimentos dos requisitos legais aplicáveis Eficácia e eficiência do SGQA Política da Qualidade e Ambiente	Procedimentos do SGQA Garantia de tomada de medidas de minimização do impacto ambiental (ruído, emissões atmosféricas, segurança ambiental) na vizinhança das instalações industriais Metodologia de análise do risco Indicadores de desempenho do SGQA
PARTICIPADAS - EDA RENOVÁVEIS - SEGMA - GLOBALEDA - NORMA AÇORES - FUNDAÇÃO ENGENHEIRO JOSÉ CORDEIRO	Suporte financeiro Partilha de sinergias de negócio Assegurar a notoriedade da marca	Acompanhamento das participadas nos termos do previsto.	

ACCIONISTAS - RAA	Garantir o regime de empresa de utilidade pública no fornecimento de energia Influencia na estratégia da energia na RAA Viabilidade financeira da empresa Controlar custos para os contribuintes	Acompanha a empresa nos termos do previsto nos estatutos da sociedade. Participa na definição da estratégia da EDA Cumprimento do contrato de concessão pública do serviço de distribuição de energia	Plano de Atividade Orçamento Anual aprovado pela EDA RAA sócia maioritária. Membros no CA da EDA Não tem influencia no SGQA
ACCIONISTAS - PRIVADOS	Retorno de investimento; Preservar/ potenciação da Imagem	Reporte ao CA da EDA	Plano de Atividade Orçamento Anual aprovado pela EDA Não tem influencia no SGQ
ENTIDADES OFICIAIS	Cumprimento de legislação e regulamentos aplicáveis	Cumprimento de legislação e regulamentação aplicável Comunicação de indicadores de desempenho Política da Qualidade e Ambiente	Procedimentos do SGQA Indicadores de desempenho do SGQA
ERSE	Cumprimento de Regulamentos e Diretivas do setor elétrico		
COLABORADORES	Condições de ambiente de trabalho seguro Garantia de ambiente de trabalho saudável e justo Pagamento da remuneração do trabalho desenvolvido Conciliação do trabalho com a vida pessoal Solidez financeiro a longo prazo Preservar/ potenciação da Imagem	Funções e responsabilidades definidas e comunicadas. Requisitos de competência definidos Cumprimento de legislação laboral aplicáveis Sistema de avaliação do desempenho Regime remuneratório Política da Qualidade e Ambiente	Manuais Procedimentos do SGQA Política de recursos humanos Sindicados e representantes dos trabalhadores Indicadores de desempenho do SGQA
ENTIDADE CERTIFICADORA	Continuidade do serviço e preservação da imagem	Cumprimento da conformidade de acordo com os requisitos normativos adotados e cumprimento do regulamento de certificação.	Procedimentos do SGQA

RQS – Regulamento da Qualidade de Serviço; SGQA – Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente; REO – Regulamento de Execução Orçamental; PSI – Plano de Segurança Interno.

5.2.1 Gestão ambiental

É um grande desígnio da EDA o fornecimento de eletricidade aos seus clientes, alicerçado em modelos de produção e distribuição que reduzam continuamente o seu impacto no ambiente, no sentido de garantir a qualidade de vida desta e das gerações futuras. A EDA, implementou um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, com enfoque na melhoria contínua e que tem como missão: *"Fornecer energia elétrica em continuidade e com as melhores características técnicas e prestar um serviço que corresponda às expectativas dos clientes, ao menor custo e com respeito pelo património ambiental e cultural dos Açores".*

A sociedade pode ajudar a conservar o meio ambiente, se utilizar a energia elétrica de forma eficiente e sustentada, pois, dessa forma com o contributo de todos, pode-se evitar ou no mínimo diminuir o impacto ambiental do sector elétrico.

O Ambiente é de todos e para todos

5.2.1.1 Metas e Objetivos de Gestão Ambiental

Desempenho 2017	Descritor	Objetivo	Metas 2018	Desempenho em 2018
CTBJA: 0,038 CTCAD: 0,097	Água ^a	CTBJA: Reduzir o consumo específico de água – industrial (m ³ /MWh)	CTBJA: 0,037 CTCAD: 0,096	CTBJA: 0,061 CTCAD: 0,096
CTBJA: 3,4 CTCAD: 2,8	Energia ^b	Reduzir consumo específico de energia elétrica (%)	CTBJA: 3,3 CTCAD: 2,7	CTBJA: 4,1 CTCAD: 2,7
CTBJA: 1,5 CTCAD: 1,3	Resíduos	Reduzir produção específica de resíduos do combustível e lubrificante (ton resíduos/ton Fuel - em %)	CTBJA: 1,4 CTCAD: 1,2	CTBJA: 0,8 CTCAD: 0,6
CTBJA: 217,3 CTCAD: 210,0	Matérias-Primas	Reduzir consumo Específico de combustível – Fuel (g/kWh)	CTBJA: 215 CTCAD: 208	CTBJA: 219,0 CTCAD: 208,5
CTBJA: 0,0029 CTCAD: 0,0018	Matérias-Primas ^c	Reduzir consumo Específico de combustível – Gasóleo (g/kWh)	CTBJA: 0,0028 CTCAD: 0,0017	CTBJA: 0,0043 CTCAD: 0,0015

Nota: principais objetivos ambientais referem-se às Centrais Termoelétricas do Caldeirão (CTCAD em São Miguel) e Belo Jardim (CTBJA na Terceira).

^a – CTBJA: aumento dos consumos relacionados com ocorrências não esperadas no sistema de vapor e condensados (caldeiras e recuperadores de condensados) e no sistema de combate a incêndios; encontram-se em implementação medidas corretivas para melhoria dos sistemas.

^b – CTBJA: por motivos não esperados a implementação de algumas das medidas de eficiência energética previstas no ano 2018 foram adiadas para o ano 2019;

^c – CTBJA: aumento devido a problema no sistema de vapor com influência na viscosidade do FO no 1.º trimestre de 2018; situação foi resolvida.

Cartilha da Sustentabilidade

A EDA é subscritora da Cartilha de Sustentabilidade dos Açores, que é uma iniciativa da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, que visa apoiar a adoção dos princípios do Desenvolvimento Sustentável (definidos pelas Nações Unidas) de forma inclusiva e abrangente nos diversos setores da nossa sociedade. A EDA, como subscritora da Cartilha da Sustentabilidade, assume o compromisso da prática duma gestão responsável e transparente e guiada pela implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Certificações e Reconhecimentos

O reconhecimento externo e independente dos serviços prestados pela EDA, tem sido um dos desígnios da empresa, de forma a garantir que os sistemas de gestão de qualidade e ambiente implementados se encontram em conformidade com os referenciais internacionais e, em simultâneo, garantam uma gestão

mais eficaz, quer da melhoria, quer dos aspetos ambientais das atividades desenvolvidas pela EDA, tendo em consideração a proteção ambiental, a poluição, o cumprimento legal e as necessidades socioeconómicas, promovendo a criação de valor para todas as partes interessadas.

Certificações e Acreditações das atividades do Sistema de Gestão da EDA, SA:

- 1) Exploração da Produção - Central Termoelétrica do Caldeirão (S. Miguel)
 - Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, em conformidade com os referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015 e no EN ISO 14001:2015;
- 2) Exploração da Produção - Central Termoelétrica do Belo Jardim (Terceira)
 - Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, em conformidade com os referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015 e no EN ISO 14001:2015;
- 3) Aproveitamentos – Armazém Central (S. Miguel)
 - Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, em conformidade com os referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015 e no EN ISO 14001:2015
- 4) Exploração da Distribuição - Planeamento e Execução de Manutenção de Subestações, Linhas AT/MT e Equipamentos de Manobra da Rede (RAA)
 - Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com o referencial normativo NP EN ISO 9001:2015
- 5) Exploração da Distribuição - Análise de Projetos para Instalações Particulares e de Serviço Público e Viabilidades para Operações Urbanísticas e Obras Particulares Não Sujeitas a Licenciamento Municipal (RAA)
 - Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com o referencial normativo NP EN ISO 9001:2015
- 6) Comercial - Comercialização de Energia, Potência e Serviços Conexos (RAA)
 - Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com o referencial normativo NP EN ISO 9001:2015
- 7) Laboratório de Contadores, Telecontagem e Smartmeters - (S. Miguel)
 - Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com o referencial normativo NP EN ISO 9001:2015;
 - Sistema de Gestão, em conformidade com o referencial normativo NP EN ISO/IEC 17025

5.2.1.2 Conformidade Ambiental

A identificação, análise e avaliação da conformidade dos requisitos legais aplicáveis em termos de Ambiente é uma tarefa diária complexa e morosa. A EDA, realiza esta tarefa com base numa aplicação informática de forma a tornar estas atividades mais simples e rigorosas.

De referir que, em 2018, as instalações da EDA/EDAR foram sujeitas a várias ações inspetivas pelas Autoridades Regionais, não tendo sido detetados incumprimentos legais ambientais que determinassem a instauração de processos de contra-ordenação e aplicação das respetivas coimas e/ou sanções acessórias.

5.2.2 Prevenção da Poluição e Emergências Ambientais

Para reduzir os impactos e riscos ambientais resultantes das suas atividades, a EDA procura implementar, sempre que possível, as melhores tecnologias disponíveis na redução de resíduos, nos tratamentos dos efluentes líquidos e nas emissões gasosas.

As centrais termoelétricas a fuelóleo possuem sistemas de monitorização em contínuo de emissões gasosas e de águas residuais previamente tratadas e as instalações localizadas nas ilhas de São Miguel e Terceira estão sujeitas a exigentes licenças ambientais, que têm em conta a sensibilidade do meio onde estão integradas.

Complementarmente, a EDA dispõe de um procedimento de emergência ambiental para os diferentes cenários de risco aplicáveis, estando os seus colaboradores formados e treinados sobre estas práticas e os cenários são regularmente testados através de simulacros.

Em 2018, não foi registado nenhum acidente ambiental decorrentes das atividades desenvolvidas pela EDA e pelas suas participadas.

5.2.3 Utilização sustentável dos recursos ambientais

5.2.3.1 Materiais utilizados

Os recursos naturais são um dos temas de maior preocupação na temática ambiente, visto que alguns não são renováveis e somente a promoção de políticas e comportamentos para o uso eficiente dos mesmos é que proporcionará a diminuição do impacto ambiental do seu uso.

Tendo em conta a realidade da atividade principal do Grupo EDA, não é possível a utilização de produtos reciclados na produção e transporte de energia elétrica, nem a aplicação e recuperação de produtos e os respetivos materiais das embalagens.

As centrais termoelétricas possuem motores de combustão interna e produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis (fuelóleo e gasóleo), que são as principais matérias-primas.

Os óleos lubrificantes são igualmente um recurso que se tem muita atenção, visto que para os equipamentos funcionarem corretamente necessitam de estar devidamente lubrificados.

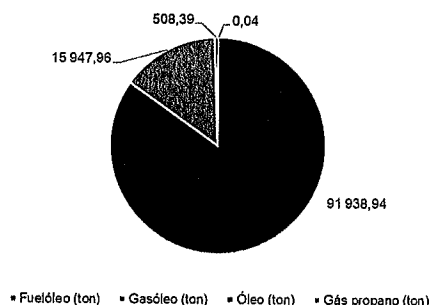


Gráfico 31 – Consumo das principais matérias no grupo EDA

5.2.3.2 Energia

Em 2018, os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, são constituídos por nove centrais termoelétricas (5 alimentadas a gásóleo e 4 a fuelóleo), 3 centrais geotérmicas, 7 parques eólicos e 12 centrais hidroelétricas. Nestas instalações eletroprodutoras é consumida energia elétrica para o funcionamento das mesmas. Em 2018, o valor de consumo energético foi de 45 820 MWh, o que em termos específicos resultou num aumento de 6,1% em relação ao ano anterior. Esta variação está relacionada com o consumo da instalação de geotermia do Pico Alto na ilha Terceira que entrou em exploração em finais de 2017.

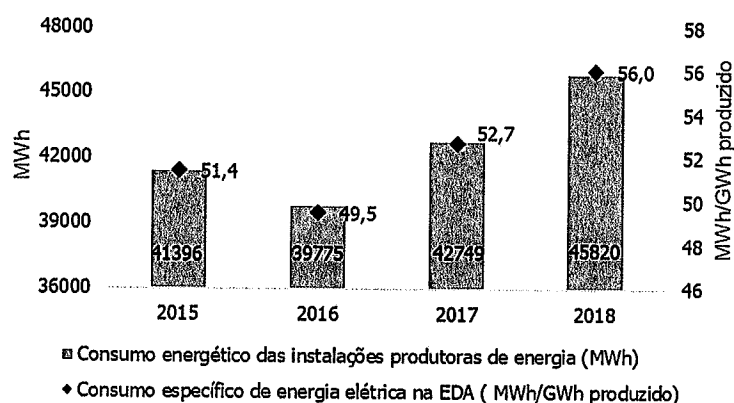


Gráfico 32 – Eficiência energética – 2015 a 2018

Nota: Engloba as centrais térmicas, centrais geotérmicas, parques eólicos e instalações hídricas.

Em 2017, a EDA iniciou um programa de auditorias energéticas a todas as suas instalações, em todas as ilhas, no âmbito do decreto-Lei n.º 68-A/2015. A primeira fase abrangeu a ilha de São Miguel, incidindo na frota automóvel, Subestações, Central Térmica do Caldeirão e Edifícios de Serviços, correspondente a um consumo de 24,3 GWh. Em 2018, foram efetuadas auditorias energéticas a mais 3 centrais termoelétricas que abrangeram um consumo de 11,2 GWh. Foram identificadas e implementadas medidas que resultaram na melhoria da eficiência energéticas dessas instalações. A EDA, continua empenhada em desenvolver medidas que permitam melhorar continuamente o seu desempenho energético.

5.2.3.3 Água

A água é um recurso fundamental para as atividades da EDA, particularmente para as centrais hidroelétricas, geotérmicas e termoelétricas que dependem da sua quantidade e qualidade para uma operação adequada.

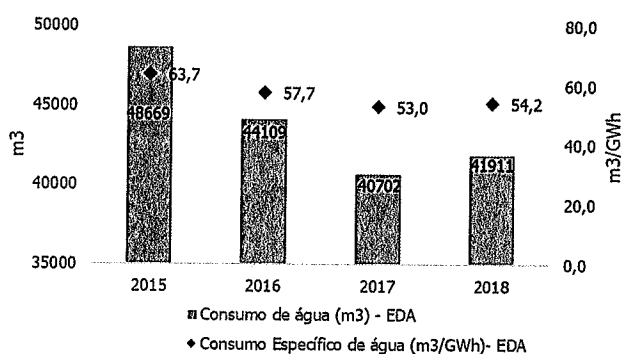


Gráfico 33 – Evolução do consumo de água nas Centrais Termoelétricas da EDA

Apesar do elevado volume de água consumida nas instalações da EDA, nas várias ilhas, o impacto do mesmo é diminuto relativamente à quantidade de água disponível nos lençóis freáticos, ou seja, a EDA utiliza apenas 1,1% da água disponível. Na ilha de São Miguel e na ilha das Flores, a taxa de uso da água disponível é superior devido à presença de produção hidroelétrica.

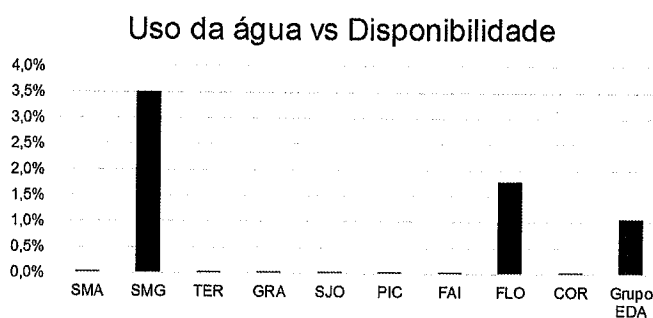


Gráfico 34– Relação entre o usos da água pelas diversas atividades desenvolvidas pela EDA e a quantidade de água disponível em cada ilha (água superficial e água subterrânea explorável) ^a

^a – Bibliografia: Portal do estado do Ambiente dos Açores (<http://rea.azores.gov.pt>)

Nas instalações de produção geotérmica da EDAR, a água de processo é o fluído geotérmico, o qual é captado nos poços de produção e devolvido na sua totalidade ao interior do reservatório geotérmico, em profundidade, através dos poços de injeção. No consumo de água da EDAR a única característica alterada é a temperatura, sendo que esta é monitorizada de acordo com as orientações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) decorrentes das entidades oficiais.

Nas instalações de produção hídrica da EDAR, o volume de água utilizado é substancialmente superior aos das restantes instalações, contudo o uso resume-se à sua contenção, pelo que não existem alterações das suas características.

Nas instalações de produção termoelétrica, não houve reutilização e reciclagem de água.

5.2.3.4 Biodiversidade

As instalações da EDA (centrais termoelétricas, parques eólicos, parques geotérmicos, linhas elétricas, etc) têm um impacto não negligenciável na biodiversidade, tanto na fauna como na flora. Desse modo, as

atividades desenvolvidas, tanto ao nível da exploração, como da manutenção e construção, implicam por parte da EDA um empenho na tomada de medidas ao nível da formação, proteção e compensação dos seus impactes ambientais.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) possui uma lista das espécies ameaçadas, também conhecida como Lista Vermelha da IUCN e constitui um dos inventários mais detalhados do mundo sobre o estado de conservação mundial de várias espécies de plantas, animais, fungos e protistas.

Na Lista Vermelha da IUCN, estão presentes algumas espécies da Região Autónoma dos Açores, cujo quadro abaixo evidencia o impacto das atividades desenvolvidas pela EDA, na conservação das mesmas.

Nome científico	Lista vermelha da IUCN	Impacte das atividades na Biodiversidade		
		Produção Térmica	Produção Renovável	Distribuição
<i>Juniperus brevifolia</i> (cedro do mato)	Vulnerável	●	<i>Juniperus brevifolia</i> (cedro do mato)	Vulnerável
<i>Pyrrhula murina</i> (Priôlo)	Vulnerável	●	<i>Pyrrhula murina</i> (Priôlo)	Vulnerável
<i>Hipparchia azorina</i> (borboleta)	Menor preocupação	●	<i>Hipparchia azorina</i> (borboleta)	Menor preocupação
<i>Scymnodalatias garricki</i> (Cação dos Açores)	Dados insuficientes	●	<i>Scymnodalatias garricki</i> (Cação dos Açores)	Dados insuficientes
<i>Gaidropsarus granti</i> (viúva do alto)	Dados insuficientes	●	<i>Gaidropsarus granti</i> (viúva do alto)	Dados insuficientes
<i>Conocephalus chavesi</i> (gafanhoto)	Endangered	●	<i>Conocephalus chavesi</i> (gafanhoto)	Endangered
<i>Chromis limbata</i> (castanheta amarela)	Menor preocupação	●	<i>Chromis limbata</i> (castanheta amarela)	Menor preocupação
<i>Nyctalus azoreum</i> (morcego dos Açores)	Vulnerável	●	<i>Nyctalus azoreum</i> (morcego dos Açores)	Vulnerável

Legenda:

- Atividades sem impacte nas espécies
- Atividades com ligeiro impacte nas espécies

Medidas de proteção da biodiversidade implementadas pela EDA:

Nas obras de maior relevância a EDA elabora Estudos de Impacte Ambiental que identificam as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais associados à exploração das suas infraestruturas. Entre as medidas mais relevantes destacam-se:

Medidas implementadas na rede de distribuição para reduzir impacte na avifauna	No âmbito da implementação do projeto "Avaliação da Interação entre avifauna e a rede de transporte e distribuição de energia elétrica nos Açores", foram adotadas decisões de melhoria das redes elétricas com a avifauna, especialmente nas áreas Protegidas e locais de importância ornitológica (ZPE – Zona Proteção Especial e IBA – Zonas Importantes para as Aves), com o objetivo de mitigação da mortalidade. As medidas definidas encontram-se em implementação à medida da realização das manutenções das linhas existentes ou na implementação de novas linhas.
Plano de Conservação para a Integração Paisagístico	Na ilha Terceira, no âmbito do Plano de Conservação para a Integração Paisagístico detalhada da Central Geotérmica do Pico Alto foram plantadas espécies endémicas lenhosas no interior da central geotérmica como o Cedro-do-mato, Folhado, Pau-branco, Uva-da-serra. Os taludes foram cobertos com plantas endémicas herbáceas, como por exemplo, <i>Sphagnum palustre</i> , <i>Hedera azorica</i> , <i>Selaginella azorica</i> , <i>Palhinha cernua</i> , <i>Deschapsia foliosa</i> ; <i>Festuca francoi</i> , <i>Tolpis azorica</i> .

5.2.3.5 Resíduos e efluentes líquidos

A produção de energia elétrica implica, necessariamente, a exploração de recursos naturais com a consequente emissão de poluentes atmosféricos, mas também com produção de resíduos líquidos ou sólidos.

Em 2018, a EDA produziu um total de 2080 toneladas de resíduos, que corresponde a uma redução de 33,1% quando comparado com 2017. Esta redução deve-se sobretudo à melhoria de eficiência da utilização dos equipamentos de tratamento e desidratação dos resíduos de combustível e lubrificantes.

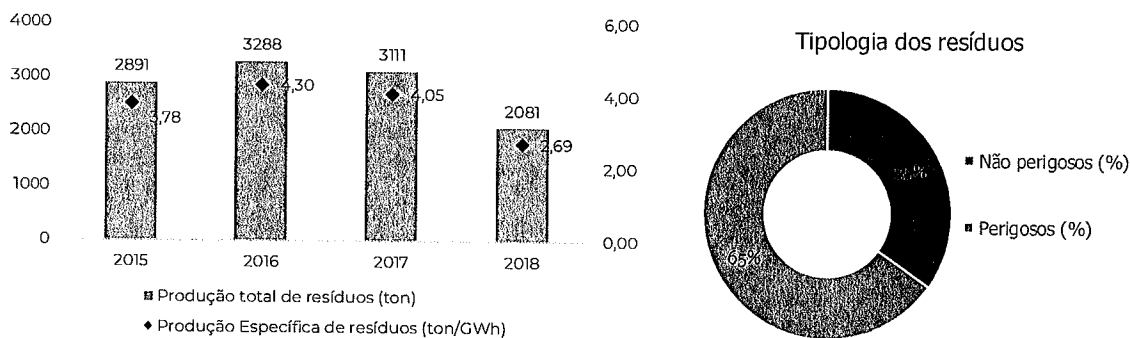


Gráfico 35 – Produção de resíduos 2015 a 2018 e tipologia dos resíduos

Conforme estipulado legalmente, todos os resíduos foram entregues a Operadores Licenciados ou Entidades Gestoras, sendo que 98,6% foram encaminhados para valorização e reciclagem. Apesar dos resíduos terem sido entregues a entidades sediadas na Região Autónoma dos Açores, 86% da quantidade entregue foi enviada para Portugal Continental.

DESTINO DOS RESÍDUOS

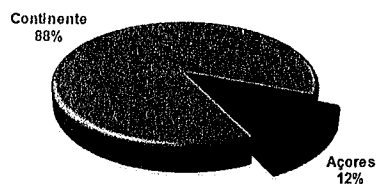


Gráfico 36 – Distribuição do destino dos resíduos

Os efluentes líquidos produzidos na EDA, são descarregados nos solos, cumprindo as disposições legais. Na EDAR a totalidade de água geotérmica captada nos poços geotérmicos de produção é devolvida, após troca de calor nas centrais, em tubagens isoladas aos poços geotérmicos de injeção, cuja função é devolver o fluido geotérmico (água e vapor condensado) ao interior do reservatório.

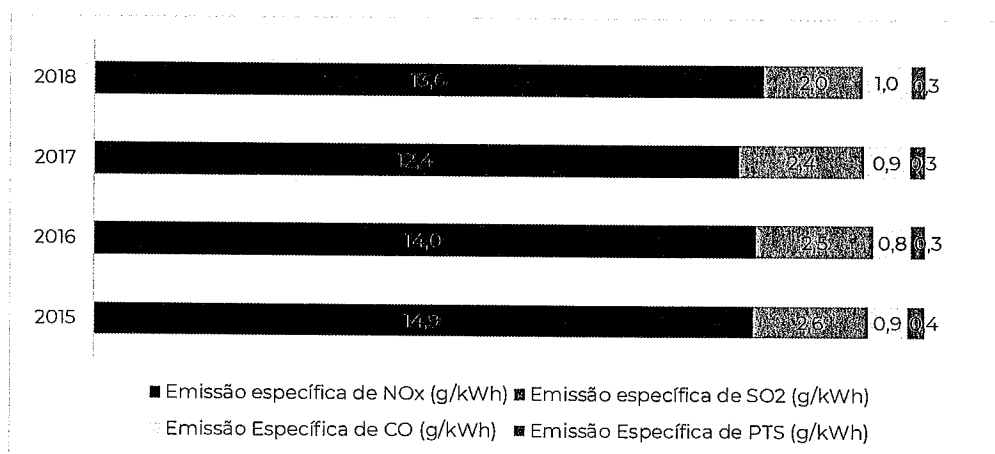
Emissões atmosféricas

No âmbito das emissões atmosféricas, são produzidas nas centrais termoelétricas da EDA poluentes primários e secundários, entre os quais o Dióxido de Enxofre (SO₂), os Óxidos de Azoto (NO_x), o Monóxido de Carbono (CO) e Partículas (PTS).

	2015	2016	2017	2018
Total de NO _x emitido (ton)	7 698,2	7 506,3	6 283,8	6 855,8
Total de SO ₂ emitido (ton)	1 323,9	1 362,8	1 202,7	1 002,4
Total de CO emitido (ton)	487,2	449,5	453,6	499,4
Total de PTS emitida (ton)	214,0	182,0	172,0	169,4

Nota: valores calculados com base nas monitorizações pontuais e contínuas dos efluentes gasosos.

Tabela 45 - Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas de 2015 a 2018



Nota: valores calculados com base na produção bruta das centrais termoelétricas.

Gráfico 37 - Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoelétricas de 2015 a 2018

Alterações climáticas

A nível mundial, o sector energético é um dos que mais contribui para as emissões de gases com efeito de estufa pelo que será decisivo para a descarbonização da economia, o aumento da eletrificação em sectores como os transportes e os edifícios, que, conjuntamente com o recurso às energias renováveis, irão desempenhar um papel chave nessa transição, trazendo benefícios significativos para a sociedade e ambiente.

Este facto, confere uma responsabilidade acrescida à EDA, que desta forma se integra numa estratégia do carbono, quer através do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), quer através da inclusão de energias renováveis no seu *mix* energético.

O desempenho é essencialmente resultado da gestão deste *mix* energético através da definição de medidas estratégicas ajustadas à sua realidade em termos de dispersão geográfica e que consistem essencialmente em:

- manter a eficiência da produção térmica;
- investir no desenvolvimento de parques eólicos;
- otimizar e desenvolver as capacidades de produção geotérmica e hídrica;
- melhorar a influência sobre os consumos dos seus clientes.

O inventário de GEE do Grupo EDA é dividido em dois âmbitos:

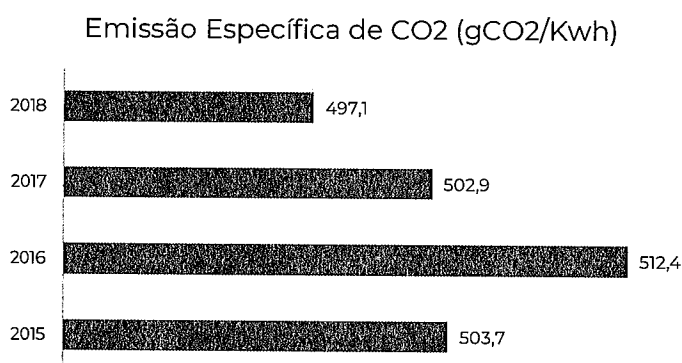
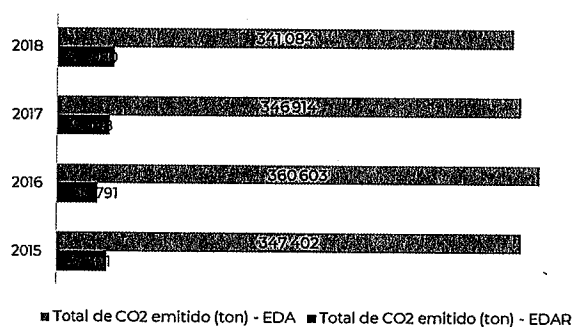
- **Âmbito 1:** representa todas as emissões diretas relacionadas com as operações que pertencem ou são controladas pela empresa, incluindo as fontes fixas de combustão, os veículos da empresa, e emissões de GFEE;
- **Âmbito 2:** representa as emissões indiretas relacionadas com a compra de eletricidade, inclusive para viaturas elétricas, para utilização própria;

Âmbito 1: Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - Dióxido de Carbono - CO₂

Em 2018, a EDA emitiu um total de 341 084 ton de CO₂ e a EDAR um total de 43 080 ton CO₂. Este desempenho significou uma diminuição em relação a 2017 de 0,5% em termos absolutos e uma redução de 1,1% em termos de emissões específicas.

Em 2018, a EDA reduziu em cerca de 0,5% as emissões de CO₂

Convém salientar que os campos geotérmicos estão localizados em regiões com taxas de elevado fluxo de CO₂, onde a emissão de CO₂ para a atmosfera é um processo natural. Os poços geotérmicos funcionam como pontos privilegiados de condução de fluido geotérmico e, em consequência, dos gases não condensáveis. De facto, tem sido apontado por diversos autores (Bertani, 2002) que a exploração geotérmica pode acelerar um processo que ocorre naturalmente numa área vulcanicamente ativa.

Gráfico 38 – Total de CO₂ emitido e Emissões Específicas de CO₂ – 2015 -2018**Âmbito 1: Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - Gases Fluorados**

A EDA, tem também instalado em alguns dos seus equipamentos GFEE. Em 2018, verificou-se uma taxa de fugas 2,1%, ou seja, um valor idêntico a 2017.

	2016	2017	2018
Total GFEE instalado (tonCO ₂ e)	54 550	57 194	62 290
Taxa de GFEE emitido (%)	4,1%	2,1%	2,1%

Tabela 46- Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2018

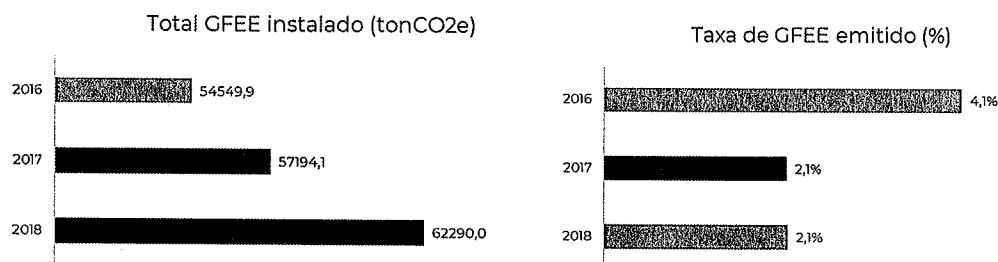


Gráfico 39 - Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2018

Âmbito 2: Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa

As emissões indiretas correspondentes à aquisição de eletricidade nas instalações da EDAR, nas Subestações e na frota elétrica, corresponderam, em 2018, a 494 ton CO₂.

Estratégia para a Neutralidade Carbónica

Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo de redução das suas emissões de gases com efeito de estufa por forma a que o balanço entre as emissões e as remoções da atmosfera (ex., pela floresta) seja nulo, em 2050. A EDA, reconhecendo a importância de uma atitude ativa na salvaguarda da proteção ambiental, relativamente às alterações climáticas envolvendo-se com a estratégia para a neutralidade carbónica, participando nos workshops técnicos e nos ciclos temáticos desenvolvidos no âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050).

Neste âmbito, a EDA promove o aproveitamento de recursos endógenos, aumentando a incorporação de renováveis nos sistemas electroprodutores. Esta estratégia resulta num decréscimo de emissões específicas (tCO₂/MWh). As medidas de eficiência energética em implementação também têm contribuído para este desígnio.

A nível regional, a EDA está também atenta às estratégias desenvolvidas, nomeadamente ao Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), à Estratégia Açoriana da Energia para 2030 (EAE2030) e ao Plano regional para a Eficiência Energética.

PROMOÇÃO DA ENERGIA RENOVÁVEL

Numa sociedade em que o consumo mundial de energia aumenta, os custos de produção aumentam e em que as exigências ambientais das partes interessadas são crescentes, a EDA definiu a sua estratégia com base no desenvolvimento sustentável, assente sobretudo no aumento do recurso a fontes de energia renovável, no aumento da sua eficiência energética e na proteção ambiental. Em 2018, a EDA conseguiu evitar um total de 163 430 ton. CO₂, que corresponde a uma taxa de emissão de CO₂ evitadas de 29,8%, equivalente a uma poupança de 51 676 ton. de combustível fóssil.

Em 2018 a EDA evitou a emissão de 163 430 ton CO₂ para a atmosfera

A produção de eletricidade, líquida de consumo de serviços auxiliares, de origem renovável/recursos endógenos foi de 39,2%, dos quais se destaca a de origem geotérmica que representa cerca de 25,7% do valor total.

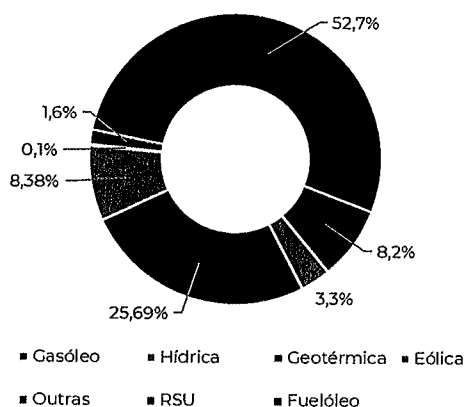


Gráfico 40 – Mix energético 2018

Em 2018, a produção de eletricidade da EDA incluiu 39,2% de renováveis/recursos endógenos, sendo a mais relevante a geotérmica

Gestão da cadeia de fornecedores

A EDA está obrigada ao cumprimento das normas legais de contratação pública, estabelecidas pelos diplomas em vigor, efetuando concursos públicos para as aquisições que excedem os limiares comunitários definidos.

Privilegia uma relação de confiança com os seus fornecedores, com especial relevo para a transparência e ética, no respeito pelos valores constantes do Código de Ética em vigor na Empresa.

Para o registo e avaliação dos seus fornecedores a EDA utiliza um sistema, no qual estes se registam e mantêm a sua informação atualizada. É, também, nesta aplicação efetuada a avaliação aos fornecedores mais relevantes.

O sistema utilizado permite:

- Centralizar o registo dos fornecedores numa plataforma única, facilitando a sua pesquisa por atividade;
- Efetuar e comunicar a avaliação dos fornecedores;
- Permitir ao fornecedor o acesso aos seus dados, interagindo mais facilmente com a Empresa;

A avaliação de fornecedores de 2018, para aquisição de bens e serviços, excluindo a compra de energia, foi efetuada a cerca de 9% dos fornecedores com processos de compra registados, representando mais de 95% do valor das aquisições. Mais de 75% do valor de compras, é efetuada a fornecedores com sede na Região, transmitindo-se, aquando da contratação, as preocupações ambientais específicas aplicáveis, em conformidade com os procedimentos.

Decorrente da preocupação em reduzir o consumo de utensílios de plástico descartáveis, a EDA de forma a dar também cumprimento à Resolução do Conselho de Governo n.º 145/2018 de 21 de dezembro iniciou esforços para desenvolver um conjunto de ações ao nível da aquisição de materiais alternativos que permitam reduzir ao máximo a utilização deste tipo de material na EDA.

Código da Contratação Pública (CCP)

A EDA, como empresa de capitais maioritariamente públicos segue o Código da Contratação Pública (CCP). Contudo, ao atuar num setor especial (energia) aplica o CCP quando os procedimentos de contratação excedem os limiares comunitários (Empreitadas: 5 548 000€ e Fornecimento de bens e serviços: 443 000€). Abaixo destes limiares, a EDA não aplica a Parte II do CCP. Contudo, e de modo a manter procedimentos e relacionamentos com os operadores do mercado, transparentes e equitativos, a EDA definiu um Regulamento interno para a contratação, onde estão definidas regras similares, às da Parte II do CCP.

5.2.4 Envolvimento com a Comunidade

O papel de uma empresa há muito que deixou de se restringir à sua atividade económica. Cada vez mais, a EDA tem vindo a ser chamada a contribuir ativamente na sociedade na qual está inserida, adotando práticas que revelem a sua consciência social.

Participação em Associações e Organizações

A EDA pertence a diversas associações e organizações dos setores energético, empresarial e universitário, através das quais partilha e acede a muita informação e conhecimento importante ao desenvolvimento da sua atividade, como a APE – Associação Portuguesa da Energia, representante português do Conselho Mundial da Energia – World Energy Council (WEC); a ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, representante português do EURELECTRIC – Union of the Electricity Industry; o WavEC – Offshore Renewables, associação privada sem fins lucrativos; o Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição (CEAA) da Iniciativa Energia para a Sustentabilidade (EfS) da Universidade de Coimbra; e a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Visitas às instalações do Grupo EDA

No ano de 2018 ocorreram 88 visitas às centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho, num total aproximado de 2002 pessoas. Ocorreram visitas por parte de entidades governamentais regionais, nacionais e internacionais, congressistas, escolas, agências de turismo e algumas visitas de particulares.

Proprietários

Tendo em conta que a EDA desempenha uma atividade concessionada, existem mecanismos legais definidos para atuar e permitir o estabelecimento de servidões para o estabelecimento de linhas e infraestruturas elétricas. Contudo, e de modo a estabelecer e desenvolver a sua atividade, em sintonia com os interesses externos à empresa, a EDA tem procedimentos de contato formal e presencial com os proprietários para minimizar o impacte das suas atividades de construção, procurando, tanto na fase da elaboração dos projetos, como no decorrer dos trabalhos de construção, adequar, na medida do possível, as instalações à salvaguarda dos interesses dos proprietários. Como exemplo de tal preocupação, a implantação dos apoios AT/MT é em regra projetada para as extremas dos prédios, o que minimiza os constrangimentos à sua exploração, em particular no que respeita à operação de máquinas agrícolas. Existem também mecanismos previstos para indemnizar perdas de rendimento provocadas pela atividade de construção da EDA.

Minimização do impacte na via pública

A EDA desenvolve parte da sua atividade de construção em vias públicas, principalmente, em centros urbanos. Os procedimentos e regras de trabalho com os empreiteiros procuram minimizar o impacte das intervenções da EDA, junto da população em geral, garantindo todas as condições de segurança requeridas, minimizando os períodos da intervenção e procurando comunicar antecipadamente as intervenções a realizar. A EDA, tem vindo a intensificar os contactos com outras entidades que também operam nas vias públicas, com o objetivo de compatibilizar as intervenções em troços comuns, permitindo assim a criação de sinergias que se refletem normalmente na redução de custos para as partes envolvidas e na minimização dos constrangimentos à normal utilização das vias alvo de intervenção.

Patrocínios

A EDA implementou, há algum tempo, uma política que visa a atribuição de donativos a instituições de solidariedade social e apoios de incentivo à cultura, educação e desporto na Região Autónoma dos Açores. Estes contributos são reflexo que a EDA tem preocupações mais abrangentes que apenas a boa execução da sua atividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em 2018, a EDA concedeu um total de 92.295,55 euros em apoios e patrocínios

Os apoios concedidos em 2018, corresponderam a:

Área de intervenção	Montante
Solidariedade Social	25.000,00 €
Cultura	42.891,55 €
Desporto	20.154,00 €
Educação	2.250,00 €
Outros	2.000,00 €
TOTAL	92 295, 55 €

No âmbito da sua preocupação com os trabalhadores, a EDA apoia ainda iniciativas como a Festa de Natal, promovida pela Comissão de Trabalhadores. Esta festa realiza-se em todas as ilhas onde a empresa exerce a sua atividade, contando nomeadamente com distribuição de brinquedos aos filhos dos colaboradores. É ainda disponibilizada nesta época do ano a possibilidade de aquisição de cabazes de Natal e de compras em grupo a fornecedores aderentes a esta iniciativa, que podem ser amortizadas ao longo do ano.

Com o objectivo de promover a comunicação com os seus colaboradores e outros elementos das partes interessadas, a EDA edita a revista "EDA Informa". Esta publicação pretende promover o alinhamento dos colaboradores com os objetivos e grandes projetos da empresa, dando ainda conta de diversas outras iniciativas quer promovidas pelas empresas do grupo, quer pela Comissão de Trabalhadores e GREDa. Para manter os trabalhadores a par da atualidade da empresa, o que por vezes é dificultado dada a dispersão

geográfica pelas nove ilhas dos Açores, foi lançada em 2018 a versão digital do EDA Informa (online), que permite a divulgação imediata de acontecimentos que sejam do interesse geral.

Participação em eventos

Na sua interação com a comunidade, a EDA participa em vários eventos, procurando contribuir ativamente para o seu desenvolvimento, no âmbito do objeto social das várias empresas do grupo.

A EDA esteve assim presente nas seguintes iniciativas:

- “Feira do Emprego”, organizada pela MOVE Açores (Organização não Governamental), em parceria com a Associação Académica da Universidade dos Açores e a Reitoria da mesma universidade;
- “AZORES TEK – Fronteiras da Inovação”, evento dedicado à tecnologia, às empresas, à inovação e ao empreendedorismo, que decorreu no Nonagon - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel. Entre os projetos apresentados pela empresa neste certame, destacam-se a utilização de drones para inspeção de linhas AT/MT, a implementação de medidas para mitigar os efeitos da presença de avifauna na origem de interrupções de curta e longa duração e a disponibilização de informação relevante aos clientes BTN a partir de plataforma de smart metering PLC;
- “IV Encontro com a Eficiência Energética”, promovido pela Direção Regional de Energia e subordinado ao tema “Mobilidade Elétrica”, tendo a participação da empresa assumido o duplo papel de oradora e moderadora;
- “Jornadas de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho – Açores 2018”, que ocorreram na Ribeira Grande, tendo sido organizadas pela Cecite-Açor. A empresa esteve presente como oradora, tendo descrito o modo como é gerido o processo das MAP nas Centrais Termoelétricas de forma a salvaguardar os trabalhadores e a instalação;
- “FREE 2018 – Feira Regional da Eficiência Energética”, que se realizou no dia 29 de maio de 2018, Dia Mundial da Energia, na Ribeira Grande, tendo participado no debate sobre Redes Inteligentes e apresentado uma comunicação sobre Tarifas e Equipamentos Eficientes.
- “Feira do Emprego”, organizada pela MOVE Açores (Organização não Governamental), em parceria com a Associação Académica da Universidade dos Açores e a Reitoria da mesma universidade.
- “AZORES TEK – Fronteiras da Inovação”, evento dedicado à tecnologia, às empresas, à inovação e ao empreendedorismo, que decorreu no Nonagon - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel. Entre os projetos apresentados pela empresa neste certame, destacam-se a utilização de drones para inspeção de linhas AT/MT, a implementação de medidas para mitigar os efeitos da presença de avifauna na origem de interrupções de curta e longa duração e a disponibilização de informação relevante aos clientes BTN a partir de plataforma de *smart metering* PLC.

Por sua vez, em fevereiro de 2018, a GLOBALEDA participou no Workshop “Smart Cities Tour 2018” em Ponta Delgada, organizado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses. O objetivo destes workshops é debater temas como a Mobilidade, Resiliência, Sustentabilidade Económica e Financeira, Turismo, Edificado e Inovação. O tema debatido em Ponta Delgada foi o da Mobilidade, tendo a GLOBALEDA apresentado o

projeto "Plataforma da Rede Móvel Privativa Digital Terrestre do Município de Ponta Delgada", concebido e desenvolvido por esta mesma empresa e que contribuiu decisivamente para que a maior cidade do arquipélago se aproximasse do conceito de Smart City.

Esta empresa foi ainda convidada a apresentar as suas soluções de Sistemas de Informação Geográfica na conferência "FOSS4G – Europe 2018 – Free and Open Source for Geospatial", organizada pela OSGeo, que ocorreu na cidade de Guimarães.

Expansão do programa "EDA VAI À ESCOLA"

Para o ano letivo de 2018/2019, esta ação teve como principal objetivo a sensibilização da comunidade escolar para a estrutura de produção de energia elétrica na RAA, com enfoque nas fontes renováveis e endógenas, dando a conhecer a evolução que a EDA tem vindo a promover nos últimos anos, através do incremento da produção por via de fontes menos poluidoras do ambiente. De referir, que este programa foi expandido a todas as ilhas da região, tendo para o efeito sido contactadas as respetivas escolas do ensino básico e secundário.

Pretendeu-se igualmente promover conhecimentos sobre conceitos, de eficiência energética e racionalização do consumo de eletricidade, bem como tarifas eficientes que a EDA tem disponíveis para os seus clientes, a par de outros produtos e plataformas de interação que a EDA já disponibiliza aos seus clientes, identificando vantagens na sua adoção e na utilização de equipamentos elétricos mais eficientes, a par de uma abordagem circunstanciada à realidade atual e futura da mobilidade elétrica e à evolução tecnológica associada aos veículos elétricos.

Durante o ano de 2018, ocorreram 38 sessões de apresentação deste programa, abrangendo 1 200 alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, bem como 50 professores e 20 trabalhadores não docentes. De referir que as sessões de apresentação ocorreram nas ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge.

Até ao final do ano letivo de 2018/2019 encontra-se prevista a realização de mais 10 sessões de apresentação do programa, abrangendo as ilhas de São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge e Faial, com previsão de 450 alunos e de 15 professores. De referir igualmente a colaboração que irá ser prestada ao programa ERASMUS para escolas secundárias, que irá decorrer na Escola EBI Tomás de Borba em Angra do Heroísmo e Secundária Vitorino Nemésio na Praia da Vitória, bem como em sessões de esclarecimento da população não docente da EBS de Vila Franca do Campo.

GREDA

O GREDA, Grupo Recreativo da EDA, é uma associação de trabalhadores que visa o desenvolvimento de um conjunto de atividades de caráter desportivo, cultural e recreativo que correspondam às expetativas de desenvolvimento físico, intelectual e físico dos seus membros, bem como a solidariedade entre os trabalhadores e com associações congéneres, e ainda outras atividades que pela sua natureza beneficiem os seus associados. Algumas destas ações possuem cumulativamente uma expressão positiva na comunidade em que a empresa se insere. Para cumprir o seu objeto social, o GREDA elabora um plano de atividades anual, que tem sido continuamente apoiado pela EDA, S.A., o que voltou a ocorrer no ano de 2018.

De entre as atividades constantes no plano do ano em questão destaca-se o Grupo de Dadores de Sangue, que tem efetuado dádivas nos últimos 15 anos. Assumem ainda particular importância as iniciativas de âmbito cultural, desportivo e recreativo, como a organização de exposições fotográficas, passeios pedestres, torneios de pesca e de outras modalidades, bem como os eventos que assinalam tradicionais datas festivas. Foram ainda desenvolvidas diversas ações de intercâmbio e parceria com empresas e instituições públicas e privadas, bem como estabelecidos novos protocolos com empresas que permitem aos associados gozarem de condições preferenciais na aquisição de bens e serviços.

5.2.5 Inovação

A EDA tem vindo a promover a integração da inovação em novas tecnologias, processos e produtos, bem como nos modelos de negócio, para aumentar a competitividade e criar valor para o negócio e para as partes interessadas. Para isso, a EDA, tem desenvolvido parcerias duradouras e de sucesso com empresas líderes do sector energético e com a comunidade científica e tecnológica.

Inovar é promover novas iniciativas e projectos com vista à melhoria contínua dos nossos serviços e produtos.

Em julho de 2018, foi criada a Direção de Inovação e Normalização, tendo sido identificada e aprovada a sua missão:

"PROMOVER INICIATIVAS DE MODERNIZAÇÃO E DE NORMALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE REDES ELÉTRICAS (AT/MT/BT/IP), DE "SMART GRID", DE PRODUÇÃO RENOVÁVEL DISTRIBUÍDA E DE MODULAÇÃO DA PROCURA DO PRODUTO ELETRICIDADE, ASSEGURANDO, EM ARTICULAÇÃO COM AS ÁREAS DA EMPRESA, A DGE/DREN E OUTROS PARCEIROS NACIONAIS E EUROPEUS, O CONTROLO DOS PROCESSOS DE NOVOS INVESTIMENTOS E A IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS QUE TENHAM COMO OBJETIVO A PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM TODA A RAA"

Neste contexto, apresentam-se as iniciativas mais relevantes desenvolvidas pela EDA.

Utilização de **drones** para inspeção de subestações, postos de transformação e linhas AT/MT

Foi concretizada a demonstração nas ilhas de São Miguel e Terceira da utilização de *drones*, com a colaboração de duas entidades externas prestadoras de serviços, destinada a testar as vantagens na realização de inspeções a linhas e outras infraestruturas do transporte e distribuição de energia elétrica sem ter de as desligar, minimizando o risco da operação em ativos da rede elétrica instalados em zonas remotas e de difícil acesso, melhorando a qualidade da informação recolhida, nomeadamente através da utilização de câmaras de vídeo de alta resolução, bem como deteção de "pontos quentes" nos isoladores, para-raios, ligadores, terminações de cabos, seccionadores, interruptores, disjuntores e transformadores aéreos em exploração, através da utilização de câmaras termográficas, minimizando deste modo os tempos de interrupção de fornecimento de energia em caso de reparação de anomalias, garantindo adequados índices de qualidade de serviço e capacitando a EDA para os aspetos relacionados com a prevenção de incidentes nos ativos das redes elétricas.

Utilização de isoladores poliméricos nas linhas AT/MT

Esta ação visa aferir e validar a sua potencial generalização ao nível de toda a rede de MT da EDA (10/15/30 kV), e as vantagens decorrentes da sua utilização e aplicabilidade em zonas caracterizadas pela alta exposição à intempérie e proximidade da orla costeira, pautada por intenso nevoeiro salino (tensão suportável à frequência industrial – seco e sob chuva e à tensão de choque, de acordo com as normas IEC em vigor), de modo a que possa ser testado o seu comportamento e possam ser aferidas as eventuais vantagens/desvantagens da sua utilização de forma mais alargada na região, em situações específicas a serem normalizadas internamente.

Relativamente ao projeto piloto de substituição de isoladores de vidro por isoladores poliméricos nas linhas de AT/MT, durante o ano de 2018, procedeu-se à consulta e análise de propostas técnicas a três potenciais fornecedores e elaborou-se um estudo de impacto financeiro que a aquisição deste tipo de equipamento pode vir a ter para a EDA, prevendo-se que esta tecnologia deverá representar uma considerável redução de custos, em relação aos isoladores de vidro atualmente em utilização.

O impacto esperado com a realização deste projeto piloto é o de melhoria da qualidade do desempenho técnico dos equipamentos, redução de custos e aumento da produtividade interna.

Implementação de medidas para mitigar os efeitos da presença de avifauna na origem de interrupções de curta duração e interrupções de longa duração

A implementação desta ação visa a identificação de medidas de monitorização e de análise estatística das interrupções de curta duração (reengates), nas linhas de transporte e distribuição (AT/MT), mediante a alteração pontual e parcial de infraestruturas existentes e a utilização futura de novos elementos estruturais e dispositivos que permitam mitigar o número de incidentes com origem na avifauna.

Em 2018, retomou-se os contactos com a SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, no sentido de aferir da possibilidade de realização de um projeto piloto a ter lugar na ilha Terceira, onde se verificam, de forma recorrente, este tipo de incidente, contribuindo para encontrar soluções modelares que possam ser replicadas em outras ilhas.

Com a realização do projeto piloto acima referido, pretende-se igualmente que sejam elencados um conjunto de medidas a serem aprovadas pelas estruturas da área de distribuição e implementação de medidas destinadas a mitigar os efeitos que têm vindo a ocorrer, devido a este tipo de incidentes.

Campanha de promoção e venda de termoacumuladores para AQS

Dando sequência à campanha de promoção e venda de termoacumuladores elétricos para AQS iniciada em 2015 e que tem como principais objetivos a racionalização da utilização de energia elétrica por parte dos clientes, a potenciação da penetração de energias renováveis para a produção de eletricidade e a consequente redução, entre outras, da emissão de CO₂, foi lançado, em 2018, um novo concurso público para a aquisição de termoacumuladores elétricos, cujo processo de análise e seleção, está em fase de conclusão.

Até ao final de 2018, registou-se a comparticipação da EDA em 1 678 equipamentos com estas características e foi incrementado o processo de assistência técnica, com a realização de 42 visitas aos clientes para verificação da correta utilização do equipamento e dos sistemas de controlo do período de aquecimento.

Projeto de implementação da rede pública de mobilidade eléctrica da RAA

A EDA colaborou em 2018 com a DREn, na definição e elaboração dos Programas de Concurso e Cadernos de Encargos visando a implementação de uma rede pública de mobilidade eléctrica em toda a Região, em que foram já selecionados os operadores de postos de carregamento, tendo o contrato para esta fase, sido assinado em outubro.

Em cumprimento de um Protocolo de colaboração com a DREn, a EDA efetuará o reforço e estabelecimento de novos ramais de fornecimento de energia eléctrica aos Pontos de Carregamento, assegurando, também, o acompanhamento da segunda fase do projeto, que compreende o fornecimento e montagem dos sistemas de carregamento rápido e normal eleitos como prioritários pelo Governo Regional dos Açores.

Projeto PLC "SMART METERING" e informação relevante a disponibilizar aos clientes

O projeto piloto de telecontagem mediante a utilização de PLC – Power Line Communication, irá permitir, entre outros requisitos, a recolha das curvas de carga de 15 minutos e dos registos totalizadores referentes a cada tarifa, bem como a interrupção e restabelecimento de energia eléctrica, a alteração remota da potência contratada e o controlo de fraude no contador. O projeto será desenvolvido nos postos de transformação nº 10 (Lagoa) e nº 396 (Parque Atlântico), localizados na ilha de São Miguel, envolvendo, respetivamente, cerca de 300 e 70 clientes de baixa tensão, tendo sido concluídos em 2018 os testes de funcionamento e performance dos contadores e concentradores, que tiveram lugar num laboratório externo e credenciado para o efeito.

Prevê-se a instalação dos contadores e concentradores, bem como a implementação dos sistemas de informação para controlo e gestão das funcionalidades previstas, que serão posteriormente objeto de uma avaliação de desempenho, no sentido de retirada de conclusões que possam servir de suporte a decisões futuras quanto à forma de evolução na implementação mais alargada deste tipo de tecnologias, potenciando o surgimento de novos projetos e plataformas que permitam disponibilizar informação relevante aos clientes, tais como consumos e faturação, análise comparativa de opções tarifárias e utilização da potência contratada.

Estudos de sistemas de armazenamento de energia

A EDA tem vindo a estudar, com a colaboração de várias entidades externas, possíveis sistemas de armazenamento de energia eléctrica para diversas ilhas do arquipélago. Em 2018 foi concluído para a ilha Terceira um estudo de dimensionamento de um sistema de armazenamento de energia através de baterias que permitisse retirar, em diversos períodos, um grupo térmico de funcionamento e, desta forma, permitisse a injeção direta na rede de uma maior parcela de energia renovável, bem como auxiliar na manutenção da estabilidade do sistema eléctrico. Em 2019, irão ser concluídos outros dois estudos, um para a ilha de São Miguel e outro para a ilha de Santa Maria, que estão a ser realizados por entidades distintas. Pretende-se, com base nos resultados destes estudos, avançar com investimentos em sistemas de armazenamento de

energia que permitam, com o suporte de sistemas de controlo inteligentes do sistema eletroprodutor, e com o aumento do potencial de produção renovável, aumentar a quota de produção de energia elétrica a partir de recursos renováveis na Região. Com estes sistemas poderá ser possível expandir a Central Geotérmica do Pico Alto para 10 MW, saturar a Central Geotérmica da Ribeira Grande até 13 MW e ampliar a Central do Pico Vermelho em mais de 5 MW e obter nas ilhas Terceira e de São Miguel, que representam perto de 80% do consumo de energia elétrica dos Açores, taxas de penetração de renováveis/recursos endógenos acima dos 60%.

Integração de produção renovável

No ano de 2018, a Central Geotérmica do Pico Alto, com uma potência nominal de 3,5 MW, completou um ano de exploração, tendo contribuído com 11% da energia elétrica produzida na ilha, naquele ano. A produção desta Central Geotérmica, associada a um aumento que se verificou na produção da Central de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos da TERAMB, permitiu que se atingisse um valor anual de produção elétrica a partir de recursos endógenos de 33,5%.

Na ilha Graciosa, o projeto da empresa Gracióllica, que pretende colocar a penetração das energias renováveis na produção de eletricidade naquela ilha à volta dos 65%, entrou numa fase de testes. O sistema híbrido do projeto é constituído por um parque eólico de 4,5 MW, um parque fotovoltaico de 1 MW e um sistema de armazenamento (baterias de ião-lítio), que permitirá armazenar energia produzida nos períodos em que é excedentária, de forma a poder manter durante o dia a mistura eólica/solar.

Despacho central

A EDA está a implementar um Sistema de Despacho Central, cujo objetivo é supervisionar e gerir centralmente os Centros Produtores e Redes Elétricas das nove ilhas dos Açores.

O controlo dos ativos de Produção e Distribuição, será assegurado tanto no Despacho Central, como nos Despachos Locais de cada ilha, mantendo em cada uma das ilhas o Despacho Local, com funcionalidades de supervisão e gestão local.

Os Despachos Locais de cada ilha, assegurarão a gestão em tempo real do parque produtor e das redes de transporte e distribuição, compreendendo conjuntos de funcionalidades diversas, de acordo com a maior ou menor complexidade dos sistemas, existentes em cada ilha.

O sistema central a implementar será caracterizado por uma arquitetura geral parcialmente centralizada, apoiada num Despacho Central (DC) a localizar em S. Miguel com recurso aos Despachos Locais (DL) atualmente localizados em cada uma das ilhas.

O Despacho Central terá funções de back office que poderão ser encaradas como serviços a fornecer aos sistemas de todas as ilhas e que, de algum modo, correspondem a funções de gestão e de estudo das estratégias de exploração dos parques produtores e de operação dos sistemas de transporte e distribuição. Estas funcionalidades compreendem as funções SCADA, de gestão de redes, de gestão do sistema produtor e de *Smart Grids*, ao nível da média tensão.

O atual Despacho de São Miguel, sito ao edifício dos Milhafres, será readaptado, para, em situações de contingência ou emergência, permitir a operação do Despacho Central, do Despacho Local de São Miguel e a formação de operadores (*Dispatch Training Center*).

O projeto em curso, inclui trabalhos de engenharia, conceção, fabrico, fornecimento de equipamentos, montagem, ensaios em fábrica, transporte, seguros, instalação, ensaios de receção, comissionamento, colocação em serviço, formação, fornecimento de documentação e assistência no período de garantia.

Com a conclusão deste projeto, espera-se que se verifique uma melhoria da qualidade de serviço, uma melhor utilização dos ativos e um relevante contributo para a tomada de decisão, tecnologicamente sustentada, na operação dos sistemas elétricos.

h
S
AC
J
P
N
R
d
g

6. APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS – GRUPO EDA

h
B
B
/

9

14

2

1

2

2

6.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h
S
L
/

10

12

de

d

9

6.1.1. Demonstração consolidada da posição financeira

		31 de dezembro	31 de dezembro
	Nota	2018	2017
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	224.760.784	224.319.624
Propriedades de investimento	9	1.255.234	1.299.499
Ativos intangíveis	10	202.136.595	196.141.321
Interesses em associadas	11	252.699	254.672
Ativos por impostos diferidos	12	13.758.475	13.434.198
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	239.682	241.682
Clientes e outras contas a receber	15	4.687.052	5.458.914
		447.090.521	441.149.911
Corrente			
Inventários	16	11.398.045	9.731.365
Clientes e outras contas a receber	15	56.620.820	43.588.556
Imposto sobre o rendimento a receber	17	12.570	2.016.718
Caixa e equivalentes de caixa	18	8.520.030	7.829.369
		76.551.465	63.166.008
Total do Ativo		523.641.986	504.315.919
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	19	70.000.000	70.000.000
Outros instrumentos de capital	-	138.964	138.964
Outras reservas	20	13.592.796	12.516.796
Ajustamentos em associadas	-	6.496	6.496
Resultados acumulados	20	101.716.286	101.428.465
Resultado líquido atribuível a detentores de capital		19.788.400	21.483.132
		205.242.942	205.573.853
Interesses que não controlam	21	2.103.106	1.745.953
Total capital próprio		207.346.048	207.319.806
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	2.905.029	3.071.923
Empréstimos obtidos	23	143.916.186	182.172.596
Obrigações de benefícios de reforma e outros	24	14.733.474	12.902.738
Passivos por impostos diferidos	12	4.551.200	2.937.077
Fornecedores e outras contas a pagar	25	479.606	459.000
		166.585.495	201.543.334
Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	25	43.161.423	43.525.278
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	799.243	515.504
Empréstimos obtidos	23	105.749.777	51.411.997
		149.710.443	95.452.779
Total Passivo		316.295.938	296.996.114
Total do capital próprio e passivo		523.641.986	504.315.919

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
 João Carlos Santos Correia
 João Carlos Chaves de Sousa Braga
 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
 José Luís Pimentel Amaral
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
 João Manuel Bahdanna dos Santos
 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

6.1.2. Demonstração consolidada do rendimento integral

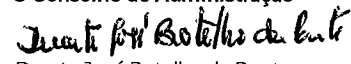
	Nota	Período	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	26	202.419.948	187.646.856
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(67.591.772)	(56.495.359)
Fornecimentos e serviços externos	28	(28.733.860)	(26.324.514)
Gastos com pessoal	29	(36.259.423)	(33.453.600)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8,9,10	(29.119.175)	(30.493.194)
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis	8	239.769	(3.904.536)
Imparidade inventários	16	-	-
Imparidade de contas a receber	15	(306.975)	(383.028)
Provisões	22	-	(274)
Outros rendimentos	30	1.958.123	3.298.974
Outros gastos	31	(14.551.138)	(12.224.783)
Resultado operacional		28.055.498	27.666.542
Custos financeiros	32	(3.037.394)	(2.878.103)
Proveitos financeiros	32	1.046	856
Ganhos/ (Perdas) de interesses em associadas	11	(1.972)	(683)
Resultados antes de impostos		25.017.178	24.788.611
Imposto sobre o rendimento	33	(4.776.330)	(3.007.986)
Resultado líquido do período		20.240.848	21.780.625
Outros rendimentos do período:			
Itens que reclassificam por resultados:			
Ganhos/ (perdas) em investimentos disponíveis para venda, valor bruto	14	-	(693)
Imposto sobre investimentos disponíveis para venda	12	-	142
Ajustamentos em associadas - equivalência patrimonial	-	-	1
Itens que não reclassificam por resultados:			
Remensuração de planos de benefícios definidos, valor bruto	24	(2.634.355)	523.227
Imposto sobre as remensurações de planos de benefícios definidos	12	540.043	(107.262)
Outros rendimentos do período - líquidos de imposto		(2.094.312)	415.415
Total do rendimento integral do período		18.146.536	22.196.040
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		19.788.400	21.483.132
Interesses que não controlam	21	452.448	297.493
		20.240.848	21.780.625
Rendimento integral do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		17.694.088	21.898.547
Interesses que não controlam		452.448	297.493
		18.146.536	22.196.040
Rendimento integral por ação:			
- básico		1,26	1,56
- diluído		1,26	1,56

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

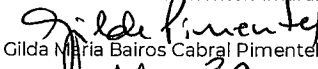

Maria Manuela C. Pontes Furtado

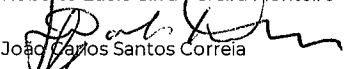
O Conselho de Administração


Duarte José Botelho da Ponte

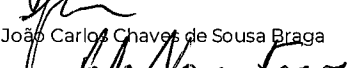

José Luís Pimentel Amaral

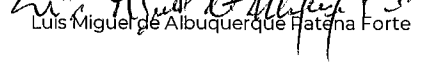

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

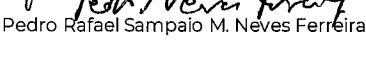

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel


João Carlos Santos Correia


João Manuel Bandarra dos Santos


João Carlos Chaves de Sousa Braga


Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte


Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

6.1.3. Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Nota	Atribuível aos acionistas do Grupo					Interesses que não controlam	Total
	Capital	Outros instrumentos capital	Outras reservas	Ajustamentos Associadas	Resultados acumulados	Resultado exercício	
A 1 de janeiro de 2017	70.000.000	138.964	11.352.047	6.495	101.011.726	19.191.074	203.407.280
Total do rendimento integral do período	-	-	(551)	1	415.965	21.483.132	22.196.040
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(18.025.000)	-	(18.283.513)
Transf. para outras reservas	-	-	1.165.301	-	18.025.774	(19.191.074)	-
A 31 de dezembro de 2017	70.000.000	138.964	12.516.796	6.496	101.428.465	21.483.132	207.319.806
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-	(2.094.312)	19.788.400	18.146.536
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(18.025.000)	-	(18.120.295)
Transf. para outras reservas	-	-	1.076.000	-	20.407.132	(21.483.132)	-
A 31 de dezembro de 2018	70.000.000	138.964	13.592.796	6.496	101.716.286	19.788.400	207.346.048

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela Cabral Pontes Furtado
Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
Duarte José Botelho da Ponte

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

João Carlos Santos Correia
João Carlos Santos Correia

João Carlos Chaves de Sousa Braga
João Carlos Chaves de Sousa Braga

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

João Manuel Bandeira dos Santos
João Manuel Bandeira dos Santos

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte
Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

6.1.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Nota	Período	
	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	220.646.561	198.883.895
Pagamentos a fornecedores	(104.390.379)	(99.154.237)
Pagamentos ao pessoal	(35.910.151)	(32.327.643)
Outros recebimentos/pagamentos atividade operacional	(29.666.795)	(29.852.871)
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(835.499)	(3.401.172)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	49.843.737	34.147.971
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	4.200	1.033
Outros ativos	1.875	103.850
Subsídios ao investimento	708.601	1.046.750
Juros e rendimentos similares	71.898	129.935
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(44.329.686)	(23.047.300)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(43.543.112)	(21.765.734)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	36.090.000	34.666.000
Juros e rendimentos similares	-	3.140
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(20.078.304)	(24.420.013)
Juros e gastos similares	(3.501.365)	(3.155.001)
Dividendos	34 (18.120.295)	(18.283.513)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	(5.609.964)	(11.189.387)
Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	690.661	1.192.850
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18 7.829.369	6.636.519
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18 8.520.030	7.829.369
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	10.857	11.562
Depósitos bancários	8.509.173	7.817.807
	8.520.030	7.829.369

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela Cabral Pontes Furtado
Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
Duarte José Botelho da Ponte

José Luís Pimentel Amaral
José Luís Pimentel Amaral
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
João Carlos Santos Correia
João Carlos Santos Correia

João Manuel Bandarra dos Santos
João Manuel Bandarra dos Santos
Luís Miguel de Albuquerque Patena Ponte
Luís Miguel de Albuquerque Patena Ponte

João Carlos Chaves de Sousa Braga
João Carlos Chaves de Sousa Braga
Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

6.2. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

1	INFORMAÇÃO GERAL	242
2	INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO ATRIBUÍDOS	245
3	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	249
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	257
5	POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	275
6	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS	279
7	INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	281
8	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	284
9	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	289
10	ATIVOS INTANGÍVEIS	291
11	INTERESSES EM ASSOCIADAS	293
12	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	294
13	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	296
14	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	297
15	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	297
16	INVENTÁRIOS	300
17	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	301
18	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	301
19	CAPITAL SOCIAL	302
20	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	303
21	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	304
22	PROVISÕES	305
23	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	305
24	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	309
25	FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	314
26	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	314
27	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	315
28	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	316
29	GASTOS COM PESSOAL	317
30	OUTROS RENDIMENTOS	317
31	OUTROS GASTOS	318
32	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	319
33	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	319
34	DIVIDENDOS POR AÇÃO	320
35	COMPROMISSOS	321
36	PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	322
37	EMPRESAS CONSOLIDADAS	326
38	ALTERAÇÕES NO GRUPO	328

MORA

39	PARTES RELACIONADAS.....	328
40	DISPOSIÇÕES LEGAIS	329
41	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	329

h
x
h
/

90
N
E
d
94

WORE

Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

1 Informação geral

A Electricidade dos Açores, S.A. (referida neste documento como EDA ou Grupo EDA), com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º1, Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei n.º 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores ("RAA") só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A 31 de dezembro de 2018, os maiores acionistas da EDA são a RAA e a ESA, com 50,1% e 39,7% do capital, respetivamente.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A transformação da EDA em sociedade anónima introduziu um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, com a aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado *know-how*. O Grupo EDA detém, presentemente, uma área de negócio principal, a Eletricidade, e outras atividades secundárias como a prestação de serviços de telecomunicações e a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais.

O Grupo EDA é constituído pelas seguintes entidades:

Negócio Eletricidade

Electricidade dos Açores, SA (EDA)

Empresa-mãe do Grupo EDA, o seu objeto social é a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão do transporte e distribuição de energia elétrica celebrado com a RAA, a EDA tem o direito e a responsabilidade de exercer a

MDR

atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000. Esta atividade está sujeita a regulação por parte da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

EDA Renováveis, SA (EDAR)

A EDA Renováveis foi constituída em 2 de fevereiro de 1990, e tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da RAA. Em 2014, no seguimento do processo de reestruturação do Projeto Geotérmico da ilha Terceira que contemplou a aquisição do capital detido pela EDP Imobiliária e Participações, S.A. e outras medidas de caráter financeiro, foi aprovado um processo de fusão por incorporação da Geoterceira – Sociedade Geoelétrica da Terceira, S.A..

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2018 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 100,10 euros/MWh (2017: 98,20 euros/MWh).

NR

Atividades complementares

Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA

Empresa cujo objeto é o aproveitamento dos recursos existentes e o know-how da EDA, SA, nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação. Associado à contratualização da prestação de serviços informáticos em regime de outsourcing para o Grupo EDA, foi efetuada a venda de 60% do capital da Globaleda à Novabase Consulting, em fevereiro de 2008. Em agosto de 2008, com vista à reestruturação dos negócios da Globaleda foi efetuada a cisão do negócio de sistemas de informação para uma nova entidade criada para o efeito, designada por Novabase Atlântico. Esta reestruturação permitiu o realinhamento das participações pela EDA, que passou a deter 60% da Globaleda e 40% da Novabase Atlântico. Em 2013, os acionistas deliberaram a fusão da Novabase Atlântico, até 2012 classificada como Associada, na Globaleda mediante a transferência global do seu património, a qual foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013.

Segma – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

Empresa cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia associados a infra-estruturas elétricas ao nível dos projetos ou supervisão de execução quer ao Grupo EDA quer a entidades terceiras.

Norma Açores – Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

Empresa responsável pela prestação de serviços no arquipélago dos Açores em cinco áreas de negócio: i) engenharia (projeto e fiscalização); ii) estudos e consultadoria; iii) segurança, ambiente e inovação; iv) metrologia, calibração e ensaios; e v) grandes projetos. Atualmente a Norma Açores tem como acionista maioritária a EDA – Electricidade dos Açores, SA, que assumiu o controlo da gestão da Norma Açores em 2009.

Controlauto – Açores – Controlo Técnico de Automóveis, Lda

Empresa cujo objeto é a atividade de inspeção de veículos automóveis, no âmbito da legislação relativa às Inspeções periódicas obrigatórias, para a Região Autónoma dos Açores. A Controlauto-Açores é detida a 60% pela Norma-Açores, SA, sendo o remanescente capital detido pelo Grupo Controlauto.

Entidades classificadas como Entidades associadas

Oniaçores – Infocomunicações, SA

Empresa do Grupo Oni, participada pela EDA com o objetivo de aproveitar os recursos existentes e o know-how da EDA nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação. A Oniaçores é detida a 40% pela EDA, SA.

NOA

As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 15 de abril de 2019, estando ainda sujeitas à aprovação dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Informação sobre os contratos de concessão atribuídos

2.1 Contrato de concessão de eletricidade

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional n° 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- i) A receção da energia elétrica;
- ii) O transporte de energia elétrica;
- iii) A distribuição da energia elétrica;
- iv) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas

MOR

reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função da regulamentação constante do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição dos preços das tarifas por atividade aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia, Comercialização e tarifa de Operação Logística de Mudança de Comercializador.

As tarifas são estabelecidas de forma a proporcionar à entidade concessionária da RNT e aos detentores de licença vinculada de distribuição um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas, sendo previamente sujeitas a um processo de aceitação pelo regulador.

Dado que as tarifas fixadas têm por base estimativas de venda de energia e custos aceites, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$ o valor do respetivo ajustamento e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da Região Autónoma dos Açores (RAA), à EDA – Electricidade dos Açores, S.A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição de Energia Elétrica e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

WCR

A partir do período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela Empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, está sujeita a regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por *price cap*.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX tem uma regulação por custos aceites.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação da Diretiva N.º 24/2013, de 13 de dezembro de 2013.

O Artigo 117-A.º da Diretiva 24/2013, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano $n-1$, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Para o período regulatório 2018-2020, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, serão determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

Para o período regulatório 2018-2020, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2015-2017. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador também manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital nos últimos períodos regulatórios, está indexado às *yields* das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário de dezembro de 2014, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e

NCE

• aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

Os critérios da tarifa social foram alterados pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, "Lei do Orçamento de Estado de 2016", alteração que pretende aumentar o atual número de beneficiários efetivos. Em 8 de abril de 2016, o despacho n.º 5138-A/216, que procedeu à revogação do ASECE, aprovou que a tarifa social passasse a integrar esta componente, passando o desconto social suportado pela tarifa social a ser de 33,8% sobre a fatura a partir de 1 de julho de 2016, sendo aplicado pela EDA com efeitos retroativos a partir de setembro de 2017.

2.2 - Concessão de exploração atribuída à EDA Renováveis

A EDA Renováveis tem atribuída a concessão de exploração de recursos geotérmicos, sendo um na ilha de S. Miguel, na zona situada no Concelho da Ribeira Grande, pelo prazo de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e o outro na ilha Terceira, no Pico Alto, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

MDR

No âmbito deste contrato a EDA Renováveis obriga-se a:

- i) executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de exploração previamente aprovado;
- ii) manter permanentemente um serviço de monitorização sísmica e vulcânica;
- iii) proceder à eliminação dos resíduos de óleos e produtos de limpeza de furos;
- iv) proceder ou mandar proceder à prospeção e pesquisa de novos aquíferos, dentro da área da concessão.

Como compensação pela concessão da exploração a EDA Renováveis deverá pagar à entidade concedente uma taxa anual, a título de compensação, que será incrementada consoante as quantidades extraídas.

No decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente, mediante as condições a acordar entre as partes.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (IFRS), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente, à data de 1 de janeiro de 2018. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a EDA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 6.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações

NOTA

financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2018, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 73.158.978 euros. A Empresa tem ainda 80.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizados, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 50.700.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática, anual ou trimestralmente, enquanto as linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Normas que se tornaram de aplicação efetiva em 1 de janeiro de 2018

Em 1 de janeiro de 2018, tornaram-se efetivas as seguintes alterações:

Normas

- **IFRS 9** 'Instrumentos financeiros'. Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

A IFRS 9 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração para os ativos financeiros a qual passa a refletir o modelo de negócio utilizado na sua gestão e as características dos fluxos de caixa contratuais. Deste modo, a IFRS 9 estabeleceu três novas categorias de classificação dos ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao justo valor através de outro rendimento integral; e (iii) ao justo valor através de resultados. Por outro lado, eliminou as categorias, preconizadas na IAS 39 de: (i) empréstimos e contas a receber; (ii) detidos até à maturidade; e (iii) disponíveis para venda.

No âmbito do processo de adoção da IFRS 9, o Grupo avaliou a natureza e o objetivo dos instrumentos financeiros reconhecidos nas suas demonstrações financeiras, de forma a identificar alterações de mensuração.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo referiam-se, maioritariamente, às seguintes categorias:

- Empréstimos e contas a receber;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;

WAP

Da análise efetuada, resultou que os ativos financeiros incluídos na categoria empréstimos e contas a receber (rubricas de clientes, outros devedores e caixa e equivalentes de caixa) passaram a ser alocadas à categoria de "ativos financeiros mensurados ao custo amortizado". Desta reclassificação, não resultou qualquer impacto ao nível do capital próprio do Grupo.

No que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda (Participações de capital), os mesmos passaram a ser registados ao justo valor e alocados à categoria de "ao justo valor através de outro rendimento integral". Desta reclassificação, não resultou qualquer impacto ao nível do capital próprio do Grupo.

No que respeita às perdas por imparidade de contas a receber foi introduzida uma nova metodologia para o cálculo e reporte das perdas por imparidade de outras contas a receber, mudando o método de perdas incorridas ("*incurred loss*") para o modelo perdas esperadas ("*expected credit loss*" (ECL)), onde a aferição do risco de crédito é considerada no reconhecimento inicial.

O Conselho de Administração concluiu que a aplicação do modelo ECL resultou no reconhecimento inicial de perdas por imparidade dos respetivos ativos, num montante imaterial, sendo passível de reconhecimento na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- **IFRS 15** 'Rédito de contratos com clientes'. Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Da avaliação efetuada concluiu-se que o reconhecimento do rédito no Grupo é, em tudo, semelhante ao que vinha a ser seguido de acordo com a IAS 18, pelo que a adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens e prestação de serviços é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração, sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O modelo de reconhecimento do rédito de acordo com esta norma baseia-se numa abordagem de cinco etapas de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

- Identificar o contrato com o cliente;

NCP

- Identificar as obrigações de desempenho;
- Determinar o preço de transação;
- Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho;
- Reconhecimento do rédito à medida que a EDA satisfaz as obrigações de desempenho.

Da avaliação efetuada concluiu-se que a adoção da IFRS 15 não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- **IFRS 15** (alteração) 'Rédito de contratos com clientes'. Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos. A adoção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.
- **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'. Esta alteração proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17. Esta alteração não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA.
- **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração das transações de pagamentos em ações'. Esta alteração vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada. A adoção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo EDA, por não existirem planos de pagamento em vigor baseados em ações.
- **Melhorias às normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)** (com exceção das alterações à IFRS12, cuja data de aplicação é 1 de janeiro de 2017). Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em

NOR

associadas ou *joint ventures* detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento. Estas melhorias não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.

- **IFRIC 22** (interpretação) 'Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos'. Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito. Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.
- **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' Esta alteração clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente da adoção das normas acima referidas.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

- **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

Os impactos esperados decorrentes da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras do Grupo são:

NCA

(em milhares euros)	01.01.2018
Ativo não corrente	
Ativos por direito de uso	1.455
Total de ativo	1.455
Passivo não corrente	
Dívidas a pagar e outros passivos	1.333
Passivo corrente	
Dívidas a pagar e outros passivos	122
Total de passivo	1.455

- **IFRS 9** (alteração), 'Caraterísticas de pagamentos antecipados com compensação negativa' Esta alteração vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando se tornar efetiva, não sendo estimados impactos significativos.
- **IFRIC 23** (interpretação), 'Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento'. Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento. Esta interpretação não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2018, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

NOE

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

- **IFRS 17**, 'Contratos de Seguros', (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros. Esta norma não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA.
- **Melhorias às normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade. O Grupo EDA irá adotar estas melhorias quando estas se tornarem efetivas.
- **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva.
- **IAS 19** (alteração) 'Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Se uma alteração, corte ou liquidação do plano

NR

ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva.

- **Estrutura Conceptual nas Normas IFRS** (alteração) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Corresponde a alterações em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva.
- **IFRS 3** (alteração) 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Corresponde a alterações à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva.
- **IAS 1 e IAS 8** (alteração) 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Corresponde a alterações para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A alteração altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOR

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

4.1. Consolidação

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 37.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados diretamente em resultados do período.

Quando à data da aquisição do controlo a EDA já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor

NOTA

contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam, são alocados na percentagem detida aos interesses que não controlam, independentemente destes se tornarem negativos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se constituírem uma perda de imparidade no ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina, bem como nas variações de capital resultantes de registos diretos no capital próprio por parte das Associadas. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais o Grupo tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela Associada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, está considerado no valor inscrito como investimento do Grupo em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na Nota 11.

NDP

Concentrações de atividades empresariais sob controlo comum

Concentrações de atividades empresariais sob controlo comum referem-se a transações realizadas entre empresas do mesmo grupo ou controladas por um mesmo acionista, e podem consubstanciar-se numa aquisição ou fusão.

O Grupo regista as transações de aquisição de participações/negócios entre entidades sob controlo comum, que configurem a obtenção de controlo sobre um negócio de acordo com o método do "*predecessor accounting*". Assim, a entidade identificada como adquirente integra os ativos e passivos da entidade/negócio adquirido tal como estes se encontram mensurados nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade que possui o controlo sobre as duas entidades/negócios que se estão a concentrar/ fundir. Qualquer diferença apurada entre o valor do investimento e o valor dos ativos e passivos integrados é registada no capital próprio, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganho na transação.

4.2. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Segma, Globaleda, Norma Açores e Controlauto Açores, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

4.3. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação do Grupo.

NOR

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado, na rubrica de gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2018	2017
USD	1,1450	1,1993
GBP	0,8945	0,8872
CHF	1,1269	1,1702

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

4.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como custo da aquisição/construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

NOR

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos para os períodos de 2018 e 2017 são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção hidroelétrica	Entre 20 e 60 anos
Produção termoeleétrica	Entre 3 e 40 anos
Produção geotérmica	Entre 10 e 20 anos
Contadores	16 anos
Outros	Entre 4 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 2 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 16 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 e 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registro ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contábilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

4.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira referem-se a licenças CO2 adquiridas, direitos de utilização de *software*, direitos de superfície, direitos de concessão e *goodwill*.

NOTA

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos, exceto se forem referentes à atividade de exploração e avaliação de recursos minerais.

Licenças CO2

Algumas das atividades desenvolvidas pelo Grupo EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO2). O Grupo tem licenças de emissão de CO2.

O registo das licenças de CO2, como um ativo intangível, é efetuado na data da sua atribuição/aquisição ao valor de mercado da data da atribuição/aquisição e subsequentemente ao custo. O registo dos consumos das licenças é efetuado na base FIFO.

Software

O Grupo EDA capitaliza na rubrica de *software* os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos pela empresa do grupo, a EDAR, para a construção de parques eólicos. O direito adquirido é amortizado pelo período estimado do contrato.

Direitos de concessão

O Grupo tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA tem o direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de

NOTA

h
B
m
f
d
r
h
d
g

disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/ renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, por via da permuta de serviços de construção, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o triénio 2018 – 2020, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização estimada do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório (3 anos), acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde nas IFRS à IAS 38, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão.

4.6. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

O Grupo EDA inclui no perímetro de consolidação uma empresa cujo objeto social é o aproveitamento de recursos minerais, através da construção e operação de instalações de produção de energia elétrica ou outra.

Esta entidade desenvolve, para além do aproveitamento dos recursos minerais já instalados, trabalhos de prospeção em novas áreas delimitadas, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure altamente provável. Desta forma, e ao abrigo da 'IFRS 6 – exploração e avaliação de recursos naturais', os

NCR

custos incorridos com estudos e testes na fase de prospeção são capitalizados como ativo intangível em curso e os custos com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data em que se determine a sua viabilidade.

Durante a fase de prospeção, e sempre que existam indicadores de imparidade, a EDA procede ao cálculo e registo de imparidade. Os principais indicadores de imparidade resultam das seguintes situações: i) a prospeção na área específica não levou à descoberta de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais e a entidade decidiu descontinuar essas atividades na área específica; ou ii) o desenvolvimento na área específica é viável mas estima-se que a quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação não seja recuperada na totalidade, no âmbito da exploração efetiva do recurso mineral ou através de alienação.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados na Demonstração da posição financeira a deduzir à respetiva de categoria de ativos, na situação presente Ativos fixos tangíveis.

4.7. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/ amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos com vida útil finita são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável.

Assim, sempre que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo EDA regista a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Para os ativos valorizados de acordo com o modelo do custo depreciado, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral consolidado.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou a sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

NCR

h
V
J
J
A
N
R
J
R

4.8. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos financeiros e passivos financeiros a valor justo através de resultados) são acrescidos ou deduzidos, conforme o caso, do justo valor dos ativos ou passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor (através do outro rendimento integral ou através de resultados), e
- mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado são originados no decurso normal das operações do Grupo, em relação aos quais não existe intenção de os negociar. Classificam-se nesta categoria as contas a receber de clientes e outras contas a receber, os empréstimos concedidos a terceiros e os depósitos bancários. A mensuração subsequente destes ativos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor através de resultados, e
- mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao justo valor respeitam essencialmente aos instrumentos financeiros derivados. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo justo valor e registado na demonstração das alterações no capital próprio, se reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura (Nota 2.8). Se não reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura, o justo valor destes ativos financeiros é registado na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondem aos outros passivos financeiros que não sejam de classificar na categoria anterior. Classificam-se nesta categoria os empréstimos bancários e os empréstimos de outras entidades, incluindo acionistas, e as contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

NR

i) Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outras contas a receber são registadas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, e podem ser revertidas, num período posterior, se as perdas estimadas diminuïrem.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo e mensurados pelo custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses empréstimos, pagas usualmente antecipadamente aquando da emissão dos mesmos, designadamente as comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de "Empréstimos bancários".

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto do selo) são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data de relato, classificados na rubrica de "Outros passivos correntes".

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar a terceiros são registadas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários de curto prazo e outros empréstimos", na demonstração da posição financeira.

v) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (ECL) em contas a receber e ativos contratuais. A quantia de perdas de crédito esperadas é atualizada em cada data de relato para refletir as alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro.

O Grupo reconhece sempre as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil das contas a receber. As perdas de crédito esperadas para estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de provisões com base no histórico de perdas de crédito do Grupo, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições económicas gerais e uma avaliação, tanto corrente como de previsão, das condições à data de relato, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

Para todos os outros instrumentos financeiros, o Grupo reconhece a as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil sempre que se verifique um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Contudo, se o risco de crédito do instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo avalia a provisão de perdas para esse instrumento financeiro num valor igual às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses na data de relato corrente.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil representam as perdas de crédito esperadas que resultarão de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida útil de um instrumento financeiro. Em contraste, as perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses representam a parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil que se esperam em resultado de eventos de incumprimento num instrumento financeiro num prazo de 12 meses após a data de relato.

Medição e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

A mensuração das perdas de crédito esperadas é função da probabilidade de incumprimento, da perda em caso de incumprimento (ou seja, a magnitude da perda se houver incumprimento) e a exposição à situação de incumprimento. A avaliação da probabilidade de incumprimento e a perda em caso de incumprimento é baseada em dados históricos ajustados por informações prospetivas, conforme descrito acima.

11/11

Política de anulação

O Grupo anula um ativo financeiro quando existe informação de que o devedor está em graves dificuldades financeiras e que não há perspetivas de recuperação, por ex. quando o devedor se encontrar em liquidação ou em processo de insolvência. Os ativos financeiros anulados podem ainda estar sujeitos a atividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Grupo, tendo em conta o aconselhamento jurídico, quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas em resultados.

4.9. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação e na comercialização de telemóveis e acessórios, bem como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou quando os equipamentos a que se referem são descontinuados.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

4.10. Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

4.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor para os exercícios de 2018 e 2017 na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%,

NCP

correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais, as empresas que integram o perímetro de consolidação estão sujeitas à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010 e alterada pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro conforme os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. No que se refere aos prejuízos fiscais reportados, o registo do efeito fiscal futuro da sua dedução ao lucro tributável, como imposto diferido ativo, apenas é efetuado na medida em que a sua recuperação seja previsível dentro do prazo de reporte dos prejuízos fiscais definido por lei.

4.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos em desenvolvimento são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

NOR

4.13. Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

As empresas do Grupo EDA, a EDAR e a Segma aderiram ao fundo de contribuição definida da EDA, a Futuro +, em novembro de 2007 que inclui todos os empregados efetivos que não estejam abrangidos por qualquer um dos planos de benefício definido.

A Norma Açores subscreveu em 30 de dezembro de 2016 um plano poupança reforma, denominado Leve PPR +, extensivo a todos os trabalhadores efetivos.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações decorrentes de alterações de pressupostos demográficos e financeiros e de ajustamentos de experiência são registadas nos capitais próprios, em Resultados Transitados.

NCA

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA foi a primeira entidade a constituir este fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data. Em novembro de 2007, aderiram a este fundo as empresas do Grupo, a EDAR e a Segma, abrangendo todos os seus empregados efetivos à data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- i) contribuição base de 1% do salário pensionável pelo Grupo EDA sem qualquer condição;
- ii) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano o Grupo EDA não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições referidas no parágrafo anterior. As contribuições efetuadas são registadas como custos com o pessoal na demonstração do rendimento integral do período em que ocorrem.

4.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário, um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos pagamentos estimados para extinguir a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para desmantelamento são reconhecidas quando o Grupo EDA assume a responsabilidade de desmantelar e/ou remover os equipamentos de produção dos parques eólicos instalados em propriedade de terceiros. O valor da provisão é determinado tendo por base o prazo do contrato de arrendamento e a vida útil associada aos ativos de cada parque, considerando o tipo de trabalhos a realizar para repor os locais de instalação na sua condição inicial. O valor estimado é calculado pelo valor presente aplicando aos dispêndios estimados uma taxa de desconto sem risco.



4.15. Subsídios do Estado e outros

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma dedução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza (ver Nota 8 e 10), sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

4.16. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.17. Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens e prestação de serviços é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração, sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O modelo de reconhecimento do rédito, de acordo com esta norma, baseia-se numa abordagem de cinco etapas de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

- i) Identificação de um contrato com um cliente;
- ii) Identificação das obrigações de desempenho;
- iii) Determinação do preço de transação;
- iv) Alocação do preço de transação às obrigações de desempenho;
- v) Reconhecimento do rédito à medida que a EDA satisfaz as obrigações de desempenho.

WdF

O reconhecimento do crédito depende se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou se, pelo contrário, o controlo sobre o bem ou serviço é transferido para o cliente num determinado momento, sendo mensurado pelo montante que a entidade espera receber.

O crédito do Grupo EDA assume diferentes naturezas consoante as áreas de atividade.

Eletricidade:

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do crédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os créditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção; transporte e distribuição.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário, do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicadas pela ERSE.

Telecomunicações:

O crédito reconhecido resulta:

- i) da comercialização de telemóveis e outros acessórios (em lojas exclusivas sob a insígnia da Vodafone). O crédito é reconhecido quando é efetuada a venda ao cliente final;
- ii) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações no ato da venda;
- iii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O crédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento.

NOB

Serviços de construção:

O Grupo EDA apresenta na sua Demonstração consolidada do rendimento integral o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração consolidada do rendimento integral.

Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do *price cap*, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do preço de aquisição/construção.

Outros:

O rédito reconhecido pelas empresas que não pertencem ao segmento da eletricidade e ao negócio de telecomunicações refere-se essencialmente à prestação de serviços de conceção de projetos e fiscalização e atividades de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento à medida que os serviços são prestados.

4.18. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos em resultados na rubrica de Gastos financeiros, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

MCP

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

5 Políticas de gestão do risco financeiro

5.1. Fatores do risco financeiro

As atividades da EDA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A evolução dos mercados é analisada em consonância com a política de gestão de riscos determinada pelo Conselho de Administração.

A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento financeiro com base em políticas aprovadas pela Comissão Executiva. O departamento financeiro identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da EDA.

A Comissão Executiva define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo EDA não tem operações significativas em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo EDA deve ser avaliado por área de negócio:

Eletricidade:

O risco de crédito existe, uma vez que parte significativa da venda de eletricidade resulta da faturação emitida aos consumidores finais de eletricidade. O risco de crédito é contudo, ponderado pela natureza essencial do bem fornecido, a energia elétrica, pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento e pela dispersão da faturação por um número muito elevado de clientes.

NOR

Telecomunicações e Outros serviços:

Nas empresas do Grupo, com atividades inseridas em sectores de mercado concorrenciais, o risco de crédito de clientes é elevado.

No que se refere aos depósitos bancários do grupo, classificadas como Caixa e equivalentes de caixa, estas estão contratadas junto de instituições financeiras com um rating de crédito que varia entre A2 e Caa2, conforme a classificação da *Moody's*.

Rating	2018	2017
A2	1.096.420	-
Baa2	1.775.819	-
Baa3	34.475	2.726.703
Ba1	368	-
Ba3	6.837	2.854.322
B1	1.727.321	-
B2	-	113.555
B3	128.280	-
Caa2	3.076.822	1.651.738
s/classificação	662.831	471.490
Total (Nota 18)	8.509.173	7.817.808

iii. Risco de liquidez

O Grupo EDA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme, para garantir o acesso imediato aos fundos. Estas linhas contratadas junto de instituições nacionais são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial e emissão de obrigações, assim como de créditos financeiros, contratados junto de instituições nacionais e internacionais, neste caso, quase exclusivamente contratados com o Banco Europeu de Investimento, os quais permitem diversificar as fontes de financiamento de curto e médio e longo prazo do Grupo EDA.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da EDA e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados:

NDA

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
31 de dezembro de 2018			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	20.198.431	79.637.175	28.533.439
- papel comercial	60.759.287	47.617.165	-
Fornecedores e contas a pagar	34.840.921	-	-
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
31 de dezembro de 2017			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	22.211.076	88.808.655	42.730.064
- papel comercial	25.652.286	67.889.898	-
Fornecedores e contas a pagar	28.391.288	-	-

iv. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem dois impactos nas contas do Grupo: na remuneração dos ativos da empresa, conforme o regulamento tarifário; e no serviço da dívida contratada.

Uma vez que parte significativa dos ativos da EDA tem um rendimento garantido através das tarifas, refletindo tendencialmente a taxa de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

A EDA apresenta ainda exposição ao risco de taxa de juro, por via dos empréstimos obtidos pelas empresas do grupo. Os empréstimos emitidos com taxa variável expõem a EDA ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos com taxa fixa expõem a EDA ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo EDA subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

NDP

31 de dezembro de 2018

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2018, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 326 milhares de euros.

31 de dezembro de 2017

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 392 milhares de euros.

v. Riscos da atividade regulada

Os ganhos registados em cada período pela EDA resultam diretamente dos pressupostos considerados pelo regulador, a ERSE, na definição das tarifas.

5.2. Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo EDA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de construção de ativos para a concessão e ativos de empresas de produção a partir de energias renováveis; ii) a taxa de remuneração dos ativos regulados prevista no regulamento tarifário em vigor; e iii) a política de dividendos definida.

A EDA monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de *gearing*, o qual é determinado como sendo a dívida líquida a dividir pelo capital. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado na Demonstração da posição financeira deduzido dos montantes de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na Demonstração da posição financeira) acrescido da dívida líquida.

Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

NCR

	2018	2017
Empréstimos totais (nota 23)	249.665.963	233.584.594
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (nota 18)	(8.520.030)	(7.829.369)
Dívida líquida	241.145.933	225.755.225
Capitais próprios	205.242.942	205.573.853
Capital Total	446.388.875	431.329.077
Gearing	54%	52%

5.3. Contabilização de instrumentos financeiros derivados

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo EDA não tinha qualquer instrumento financeiro derivado, negociado.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

6.1. Desvios tarifários

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2), não tendo sido apuradas diferenças significativas nos últimos exercícios (ver Nota 15 e 25).

WDR

6.2. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis em curso relacionados com as atividades de prospeção de recursos minerais, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é efetuada regularmente de forma a determinar a viabilidade de cada poço *per si* e do projeto como um todo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 12 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

No que respeita ao cálculo da imparidade (e da passagem do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada), o Grupo optou por uma abordagem simplificada. A avaliação está alinhada com os critérios de mitigação do risco de crédito implementados no Grupo e segue o seguinte:

- i) Identificação das dívidas comerciais, estratificadas em dívida corrente e dívida não corrente, líquidas das garantias prestadas (cauções e garantias bancárias);
- ii) Definição do risco de *default* cliente a cliente. Este risco está alinhado com os procedimentos em matéria de gestão de risco de crédito.

6.3. Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A EDA reconhece na demonstração consolidada da posição financeira a estimativa do valor a pagar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos

NOTA

eólicos instalados em propriedade de terceiro, de acordo com a melhor estimativa dos trabalhos a efetuar e o respetivo custo (ver Nota 22).

6.4. Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades e às tabelas de mortalidade utilizadas (ver Nota 24).

Quanto à tabela de mortalidade utilizada, a TV73/77, considera-se que esta continua a ser adequada, dado o plano de benefícios atribuído ser um plano fechado e atendendo à faixa etária dos beneficiários e ao histórico de esperança média de vida dos participantes no Fundo.

6.5. Ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

6.6. Ativos intangíveis

A determinação do padrão de amortização dos direitos de concessão corresponde à melhor estimativa do consumo dos benefícios económicos estimados para os mesmos. A diferença entre o padrão de amortização utilizado e o que resultaria da aplicação de uma taxa de amortização linear equivalente ao prazo da concessão não é considerada significativa.

7 Informação por segmentos

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Segma, Globaleda, Norma Açores e Controlauto Açores, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2018 é como segue:

NOTA

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	220.919.450	17.297.176	-	238.216.626
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(30.323.229)	(143.897)	(5.329.552)	(35.796.678)
Vendas e serviços prestados	190.596.221	17.153.279	(5.329.552)	202.419.948
Resultado Operacional por Segmento	27.189.482	2.183.802	(1.317.786)	28.055.498
Custos financeiros	(3.036.642)	(8.310)	7.558	(3.037.394)
Proveitos financeiros	-	8.604	(7.558)	1.046
Ganhos/ (perdas) em Associadas	(1.972)	-	-	(1.972)
Resultados antes do imposto				25.017.178
Imposto do período				(4.776.330)
Resultado Líquido do período total				20.240.848
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(28.855.467)	(263.708)	-	(29.119.175)
Reforço Imparidade de ativos	239.769	-	-	239.769

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	204.466.795	16.112.787	-	220.579.582
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(28.549.099)	(112.058)	(4.271.568)	(32.932.726)
Vendas e serviços prestados	175.917.696	16.000.728	(4.271.568)	187.646.856
Resultado Operacional por Segmento	26.865.843	2.114.389	(1.313.691)	27.666.542
Custos financeiros	(2.876.652)	(10.413)	8.962	(2.878.103)
Proveitos financeiros	-	9.818	(8.962)	856
Ganhos/ (perdas) em Associadas	(683)	-	-	(683)
Resultados antes do imposto				24.788.611
Imposto do período				(3.007.986)
Resultado Líquido do período total				21.780.625
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(30.101.617)	(391.577)	-	(30.493.194)
Reforço Imparidade de ativos	(3.904.536)	-	-	(3.904.536)

A imparidade registada em 2017 refere-se ao reforço da imparidade no Campo Geotérmico do Pico Alto.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2018, são como segue:

NAF

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	523.603.188	19.250.816	(19.464.717)	523.389.287
Investimentos em associadas	252.705	-	(6)	252.699
Total ativos	523.855.893	19.250.816	(19.464.723)	523.641.986
Passivos	317.587.561	4.485.810	(5.777.433)	316.295.938
Investimento em ativos tangíveis	20.308.108	222.396	-	20.530.504
Investimento em ativos intangíveis	19.040.697	103.420	-	19.144.117

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2017 são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	504.337.708	17.837.163	(18.113.625)	504.061.247
Investimentos em associadas	254.677	-	(5)	254.672
Total ativos	504.592.386	17.837.163	(18.113.630)	504.315.919
Passivos	297.943.216	4.416.100	(5.363.203)	296.996.114
Investimento em ativos tangíveis	17.949.465	325.581	-	18.275.046
Investimento em ativos intangíveis	10.685.428	-	-	10.873.271

Os montantes na coluna "Anulações" referem-se aos saldos em aberto entre as empresas dos dois segmentos de relato que são anulados no processo de consolidação, em cada data de relato financeiro.

NCR

8 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	6 674 586	97 799 522	501 889 489	7 422 815	7 774 020	34 439 734	15 616 153	671 616 319
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 745 045)	(27 788 279)	-	-	-	(1 958 319)	(32 059 831)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(114 205 174)	-	(13 002)	(58 481)	(4 407 013)	(119 057 943)
Depreciações acumuladas	-	(48 034 596)	(303 661 958)	(6 347 337)	(8 641 699)	(24 756 049)	-	(391 441 639)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	94 893 481	-	-	58 481	-	95 262 719
Valor líquido	6 106 399	47 956 364	151 127 558	1 075 478	(880 681)	9 683 685	9 250 821	224 319 624
Movimento do período								
Adições	584 016	28 974	103 066	529 043	805 129	330 689	18 149 585	20 530 502
Alienações	(9 388)	-	(3 159 414)	(109 008)	(507 119)	(9 848)	-	(3 794 777)
Transferências e abates	-	3 167 495	5 528 293	-	1 468	495 868	(9 197 490)	(4 366)
Reclassificação - Custo de aquisição	-	181 975	(1 534 752)	(674)	1 420 864	50 829	(28 677)	89 568
Adições subsídios	-	-	2 890	-	-	-	-	2 890
Reclassificação - Subsídio	-	-	(4 407 013)	-	-	-	4 407 013	-
Imparidade - período	-	239 769	-	-	-	-	-	239 769
Reclassificação - Imparidade	-	(31 053)	31 053	-	-	-	-	-
Depreciação - período	-	(3 165 296)	(16 755 749)	(547 256)	(440 838)	(1 453 987)	-	(22 363 126)
Depreciação - alienações	-	-	2 718 057	109 008	507 119	9 848	-	3 344 032
Depreciação - transf. e abates	-	-	4 364	-	-	-	-	4 364
Reclassificação - Dep. Acumuladas	-	(1 843 671)	1 782 620	2 009	9 401	(39 926)	-	(89 568)
Amortização Subsídio	-	-	2 481 872	-	-	-	-	2 481 872
	6 681 026	46 534 557	137 922 846	1 058 600	915 343	9 067 159	22 581 252	224 760 784
31 de dezembro de 2018								
Custo de aquisição	7 249 214	101 177 967	502 826 683	7 842 176	9 494 361	35 307 272	24 539 571	688 437 245
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 536 329)	(27 757 226)	-	-	-	(1 958 319)	(31 820 062)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(118 609 297)	-	(13 002)	(58 481)	-	(119 055 053)
Depreciações acumuladas	-	(53 043 563)	(315 912 666)	(6 783 576)	(8 566 017)	(26 240 114)	-	(410 545 937)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	97 375 353	-	-	58 481	-	97 744 590
Valor líquido	6 681 026	46 534 557	137 922 846	1 058 600	915 343	9 067 159	22 581 252	224 760 784

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	6.647.133	92.858.818	461.261.979	7.298.584	7.551.327	41.334.752	44.877.300	661.829.893
Imparidade acumulada	-	(249.319)	(8.040.715)	-	-	-	(19.865.262)	(28.155.296)
Subsídio ao investimento	-	(374.273)	(114.205.624)	-	(13.002)	(58.481)	(4.407.013)	(119.058.393)
Depreciações acumuladas	-	(44.657.554)	(284.881.499)	(6.277.501)	(8.231.953)	(31.108.219)	-	(375.156.726)
Amortizações subsídio Acum.	-	310.756	91.503.689	-	-	58.481	-	91.872.926
Valor líquido	6.647.133	47.888.429	145.637.829	1.021.082	(693.628)	10.226.533	20.605.026	231.332.405
Movimento do período								
Adições	33.952	-	248.384	559.142	226.171	342.964	16.864.434	18.275.046
Alienações	(6.498)	(52.677)	(200.522)	(434.910)	(381)	(77.790.534)	-	(8.485.522)
Transferências e abates	-	4.993.382	40.579.648	-	(3.097)	552.552	(46.125.582)	(3.097)
Adições subsídios	-	-	449	-	-	-	-	449
Imparidade - período	(101.713)	(267.754)	(3.535.068)	-	-	-	-	(3.904.536)
Transferência de imparidade	(466.475)	(1.227.972)	(16.212.496)	-	-	-	17.906.943	-
Depreciação - período	-	(3.416.182)	(18.976.055)	(504.746)	(413.224)	(1.391.089)	-	(24.701.296)
Depreciação - alienações	-	39.140	195.595	434.910	381	7.743.259	-	8.413.285
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	3.097	-	-	3.097
Amortização Subsídio	-	-	3.389.792	-	-	-	-	3.389.792
31 de dezembro de 2017	6.106.399	47.956.364	151.127.558	1.075.478	(880.681)	9.683.685	9.250.821	224.319.624
Custo de aquisição	6.674.586	97.799.522	501.889.489	7.422.815	7.774.020	34.439.734	15.616.153	671.616.319
Imparidade acumulada	(568.188)	(1.745.045)	(27.788.279)	-	-	-	(19.583.319)	(32.059.831)
Subsídio ao investimento	-	(374.273)	(114.205.174)	-	(13.002)	(58.481)	(4.407.013)	(119.057.943)
Depreciações acumuladas	-	(48.034.596)	(303.661.958)	(6.347.337)	(8.641.699)	(24.756.049)	-	(391.441.639)
Amortizações subsídio Acum.	-	310.756	94.893.481	-	-	58.481	-	95.262.719
Valor líquido	6.106.399	47.956.364	151.127.558	1.075.478	(880.681)	9.683.685	9.250.821	224.319.624

WAP

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2018 englobam 2.380.917 euros de aquisições diretas (em 2017: 1.410.613 euros), e ainda 18.149.585 euros de obras em curso concluídas durante o período (em 2017: 16.864.434 euros) que correspondem ao investimento efetuado pelas empresas do segmento da eletricidade em equipamentos de produção, nomeadamente em ampliações de centrais termoelétricas.

Ativos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor acumulado dos ativos tangíveis em curso ascende a 22.581.252 euros e 9.250.821 euros respetivamente.

O valor de custos com empréstimos capitalizados em 2018 nos ativos tangíveis em curso ascende a 580.887 euros (323.955 euros em 2017).

No caso da EDA parte significativa dos ativos fixos tangíveis em curso são obras de média duração relativas à ampliação de potência e sistemas de segurança de centrais produção.

EDA (Individual)

	2018	2017
Produção	4.947.804	5.029.709
Ampliação central térmica Belo Jardim - Grupo XI	10.936.299	3.674.382
Outras obras	5.762.837	3.458.440
Central Hídrica Reversível	-	767.425
	21.646.940	12.929.956

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2018 ao nível da EDA individual, no montante de 6.534.730 euros referem-se essencialmente a obras de ampliações e beneficiação de centros produtores nas ilhas da Terceira, São Jorge e Graciosa e à monitorização de efluentes gasosos na ilha do Faial.

Os ativos em curso nas restantes empresas do grupo correspondem essencialmente aos seguintes projetos:

MCA

EDA Renováveis

	2018	2017
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	242.666	195.331
Substituição condutas - Ilha Terceira	-	44.650
Parques eólicos		
Ilha do Corvo	114.913	114.913
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	121.601	95.300
Ilha do Corvo	1.346	803
	480.526	450.997
Campo Geotérmico Pico Alto		
Ensaios e prospeção adicional (7 MW)	42.900	-
	42.900	-
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Central Pico Vermelho	114.589	114.589
Bombas condutas redundantes vaporização CPV	162.000	-
Furo RG5	1.958.319	1.958.319
Furos Cachaços Lombada	91.031	90.345
Execução de três poços opcionais	39.813	39.813
	2.365.752	2.203.066
Imparidade RG5	(1.958.319)	(1.958.319)
	407.433	244.747
	930.859	695.744

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2018	2017
Central Geotérmica do Pico Alto	21.811.479	21.811.479
Poço geotérmico PA1	6.249.616	6.249.616
Poço geotérmico RG 5	1.958.319	1.958.319
Outros	1.455.517	1.455.517
	31.474.931	31.474.931

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que o projeto seria efetuado em duas fases e, por isso, incorreu numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017 e, avançar-se-ia em 2019

WAP

para a expansão da sua capacidade produtiva até 10 MW, num investimento que está previsto atingir cerca de 13 milhões de euros e esteja concluído em 2022, sendo antes antecedido do desenvolvimento de uma nova campanha de perfuração de 2 a 3 poços geotérmicos direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros que se espera concretizar em 2019 e 2020, no montante estimado de 11,5 milhões de euros.

O total investido na fase inicial no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 40.966.698 euros (excluindo o poço abandonado PA1), tendo a central geotérmica atingido em 2018 uma produção de cerca de 20,6 GWh (em 2017 – 9,8 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2018	2017
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,74%	7,35%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos após a concretização plena da fase de ampliação. À semelhança do ano anterior utilizou-se uma taxa WACC agravada em cerca de trinta pontos percentuais para fazer face ao risco de uma menor produtividade dos poços.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2019/2023 e Orçamento para 2019 aprovado na Assembleia Geral de 9 de janeiro de 2019, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores e das empresas subsidiárias, que nos últimos anos tem ponderado que a recuperabilidade deste ativo tem implícito a ampliação da atual central para 10 MWh até finais de 2022, mantendo-se as expectativas de potencial produtivo do campo geotérmico, através de um investimento adicional orçado em cerca de 24,5 milhões de euros, que não serão cofinanciados por qualquer entidade.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2019 e que se manteve constante para o período projetado de 2019-2042, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 15% (produção bruta considerada a partir de 2023 foi de cerca de 74 GWh). Os níveis de produção de energia elétrica estimados foram ajustados relativamente ao previstos no referido plano e orçamento e resumem-se como segue:

Unid: MWh			
2019 e 2020	2021	2022	2023 a 2042
21.000	25.000	32.000	74.460

WACC

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 7,74%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,74%	6,74%	8,74%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	9.204.843	11.839.167	6.957.431
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	11.509.397		
Redução de 10%	6.900.289		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a Administração determinou que a quantia recuperável da unidade geradora de caixa estimada em 9.204.843 euros superior em 184.484 euros face ao valor do ativo registado em 2018:

	2018	2017
Valor de custo (líquido de depreciações e de subsídios ao investimento)	30.831.838	32.292.894
Imparidades acumuladas	(21.811.479)	(21.811.479)
	9.020.359	10.481.415

A Administração não procedeu ao registo da reversão da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra numa forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecoverável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

9 Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica, na ilha de Santa Maria:

NR

2018			
	Terreno	Edifício	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	104.345	1.327.949	1.432.294
Depreciações acumuladas	-	(132.795)	(132.795)
Valor líquido	104.345	1.195.154	1.299.499
Depreciações - Período	-	(44.265)	(44.265)
A 31 de dezembro	-	(44.265)	(44.265)
Valor bruto	104.345	1.327.949	1.432.294
Depreciações acumuladas	-	(177.060)	(177.060)
Valor líquido	104.345	1.150.889	1.255.234
2017			
	Terreno	Edifício	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	104.345	1.327.949	1.432.294
Depreciações acumuladas	-	(88.530)	(88.530)
Valor líquido	104.345	1.239.419	1.343.764
Depreciações - Período	-	(44.265)	(44.265)
A 31 de dezembro	-	(44.265)	(44.265)
Valor bruto	104.345	1.327.949	1.432.294
Depreciações acumuladas	-	(132.795)	(132.795)
Valor líquido	104.345	1.195.154	1.299.499

Em 2015, foi apresentado à Região Autónoma dos Açores uma minuta de contrato de arrendamento das instalações da estação geodésica relacionada com o projeto Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE) pelo prazo de trinta anos contados a partir de 1 de janeiro de 2018, com uma renda inicial de 45.000 euros, que poderá ser atualizada com base na variação média anual do índice de preços. Estando ainda previsto o exercício da opção de compra das instalações pelo valor a atribuir ao imóvel corrigido das rendas entretanto pagas e dos juros vencidos decorridos calculados à taxa anual Euribor de 12 meses acrescida de uma margem de segurança de 2,5%. A formalização do contrato de arrendamento e o respetivo pagamento da renda do primeiro ano está previsto ocorrer durante o 1º semestre de 2019.

Todos os encargos e despesas decorrentes da utilização das instalações têm sido suportados pelos utilizadores do imóvel.

WOLF

10 Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo dos intangíveis detalha-se como segue:

	Licenças CO2	Software	Direito de concessão	Direitos superfície	Ativos em curso	Total
A1 de janeiro de 2018						
Custo de aquisição	33.272.708	11.960.591	363.450.384	612.528	-	409.296.212
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(33.272.708)	(11.137.280)	(168.375.624)	(369.279)	-	(213.154.890)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	-	823.313	195.074.760	243.250	-	196.141.321
Adições	5.150.547	170.968	13.383.868	29.185	409.549	19.144.117
Alienações	-	(170.020)	-	-	-	(170.020)
Transferências e abates	-	409.549	654.303	-	(409.549)	654.303
Amortização - período	(4.609.490)	(525.887)	(8.648.322)	(19.446)	-	(13.803.146)
Amortização - alienações	-	170.020	-	-	-	170.020
	541.057	877.942	200.464.610	252.988	-	202.136.595
31 de dezembro de 2018						
Custo de aquisição	38.423.255	12.371.088	377.488.555	641.713	-	428.924.612
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(37.882.198)	(11.493.147)	(177.023.946)	(388.725)	-	(226.788.016)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	541.057	877.942	200.464.610	252.988	-	202.136.595
A1 de janeiro de 2017						
Custo de aquisição	31.330.006	11.490.238	355.384.587	554.312	-	398.759.142
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(31.330.006)	(10.600.326)	(159.794.304)	(350.126)	-	(202.074.762)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	-	889.914	195.590.282	204.186	-	196.684.380
Adições	1.942.702	118.526	8.401.999	58.216	351.827	10.873.271
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	351.827	(336.202)	-	(351.827)	(336.202)
Amortização - período	(1.942.702)	(536.954)	(8.581.320)	(19.152)	-	(11.080.128)
Amortização - alienações	-	-	-	-	-	-
	-	823.313	195.074.760	243.250	-	196.141.321
31 de dezembro de 2017						
Custo de aquisição	33.272.708	11.960.591	363.450.384	612.528	-	409.296.212
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(33.272.708)	(11.137.280)	(168.375.624)	(369.279)	-	(213.154.890)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	-	823.313	195.074.760	243.250	-	196.141.321

Licenças CO2

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva nº 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista

NDP

nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2018 encontram-se registados em gastos 294.741 toneladas de licenças de CO₂, no montante de 4.609.490 euros (2017: 301.364 toneladas e 1.942.702 euros), relativas às emissões do exercício de 2018.

Releva-se que das licenças adquiridas em 2018 foram consideradas excedentárias 28.005 toneladas no montante de 541.057 euros.

Software

O valor capitalizado como *software* em 2018, refere-se maioritariamente ao upgrade dos portais *sharepoint* e à implementação de um sistema de segurança.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2018				
Custo de aquisição	423.862.365	10.315.255	(70.727.236)	363.450.384
Amortizações acumuladas	(193.441.713)	-	25.066.089	(168.375.624)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
Adições	668.181	13.676.169	(960.481)	13.383.868
Transferências	7.481.039	(7.481.039)	-	-
Transferências e abates	-	654.303	-	654.303
Amortização - período	(11.885.560)	-	3.237.239	(8.648.322)
Valor líquido	226.684.312	17.164.687	(43.384.389)	200.464.610
31 de dezembro de 2018				
Custo de aquisição	432.011.585	17.164.687	(71.687.717)	377.488.555
Amortizações acumuladas	(205.327.273)	-	28.303.327	(177.023.946)
Valor líquido	226.684.312	17.164.687	(43.384.389)	200.464.610

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A1 de janeiro de 2017				
Custo de aquisição	416.706.067	7.298.922	(68.620.403)	355.384.587
Amortizações acumuladas	(181.595.328)	-	21.801.023	(159.794.304)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282
Adições	463.102	10.045.731	(2.106.833)	8.401.999
Transferências	7.117.076	(7.117.076)	-	-
Alienações e abates	(423.880)	87.678	-	(336.202)
Amortização - período	(11.846.385)	-	3.265.066	(8.581.320)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
31 de dezembro de 2017				
Custo de aquisição	423.862.365	10.315.255	(70.727.236)	363.450.384
Amortizações acumuladas	(193.441.713)	-	25.066.089	(168.375.624)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760

No período de 2018 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 13.383.868 euros (2017: 8.401.999 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 8.648.322 euros (2017: 8.581.320 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos.

Amortizações

Do valor constante no mapa de movimentos como amortizações do período no montante de 13.803.145 euros (em 2017: 11.080.128 euros), 9.193.655 euros (2017: 9.137.426 euros) encontram-se reconhecidos na rubrica de Gastos/Reversões de depreciação e amortização e o remanescente, relativo às licenças de CO2, em outros gastos operacionais (ver Nota 31).

11 Interesses em associadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o movimento registado nos interesses em associadas é como segue:

MCB

	2018	2017
1 de janeiro	254.672	255.355
Ganhos / (Perdas) por equivalência	(1.972)	(683)
31 de dezembro	252.699	254.672

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas associadas, são como segue:

	% capital detido	Ativos correntes	Passivos correntes	Rédito	Resultado do período	Saldo
31 de dezembro de 2018						
Oniaçores, SA	40,00%	701.307	69.558	-	(4.931)	252.699
		701.307	69.558	-	(4.931)	252.699
31 de dezembro de 2017						
Oniaçores, SA	40,00%	642.899	6.218	-	(1.708)	254.672
		642.899	6.218	-	(1.708)	254.672

12 Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

	2018	2017
Capital próprio		
Imposto diferido	540.043	(86.615)
	540.043	(86.615)
Demonstração do rendimento integral		
Imposto diferido	(1.829.888)	(250.936)
	(1.829.888)	(250.936)

NR

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	2018	2017
Impacto na demonstração do rendimento integral		
Ativos por impostos diferidos	(215.766)	543.795
Passivos por impostos diferidos	(1.614.122)	(794.732)
	(1.829.888)	(250.936)
Impactos no Capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	540.043	(86.615)
	540.043	(86.615)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Pensões	Convergência tarifária	Prejuízos Fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	2.645.061	2.601.598	4.596	335.723	7.847.220	13.434.198
Constituição/reversão por capital	540.043	-	-	-	-	540.043
Constituição por resultados	-	-	1.496.646	3.586	(225.747)	1.274.484
Reversão por resultados	(164.742)	(1.287.130)	(4.597)	-	(33.782)	(1.490.250)
Movimento do exercício	375.301	(1.287.130)	1.492.049	3.586	(259.529)	324.277
A 31 de dezembro de 2018	3.020.362	1.314.468	1.496.645	339.309	7.587.691	13.758.475

	Pensões	Convergência tarifária	Prejuízos Fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	2.852.394	6.194.775	27.029	622.091	3.280.728	12.977.018
Transferência de Passivos ID	-	-	-	(336.363)	-	(336.363)
Constituição/reversão por capital	(107.262)	-	20.647	-	-	(86.615)
Constituição por resultados	-	90.808	-	49.994	4.643.418	4.784.219
Reversão por resultados	(100.071)	(3.683.984)	(43.080)	-	(76.926)	(3.904.061)
Movimento do exercício	(207.333)	(3.593.177)	(22.433)	(286.369)	4.566.492	457.180
A 31 de dezembro de 2017	2.645.061	2.601.598	4.596	335.723	7.847.220	13.434.198

MORF

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Revalorização transição	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Total
A 1 de janeiro de 2018	(146.873)	(2.468.536)	(321.668)	-	(2.937.077)
Constituição por resultados	-	(1.658.842)	(49.153)	-	(1.707.995)
Reversão por resultados	13.492	71.267	9.114	-	93.873
Movimento do exercício	13.492	(1.587.575)	(40.039)	-	(1.614.122)
A 31 de dezembro de 2018	(133.381)	(4.056.112)	(361.707)	-	(4.551.200)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Revalorização transição	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Total
A 1 de janeiro de 2017	(162.462)	(1.314.470)	(329.051)	(336.363)	(2.142.346)
Transferência para Ativos ID	-	-	-	336.363	336.363
Constituição por resultados	-	(1.154.066)	-	-	(1.154.066)
Reversão por resultados	15.589	-	7.383	-	22.972
Movimento do exercício	15.589	(1.154.066)	7.383	336.363	(794.732)
A 31 de dezembro de 2017	(146.873)	(2.468.536)	(321.668)	-	(2.937.077)

13 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contábilísticas para instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2018	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8.520.030	-	-	-	-	8.520.030
Clientes e outras contas a receber	61.307.872	-	-	-	-	61.307.872
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	239.682	-	-	-	239.682
Total ativos financeiros	69.827.902	239.682	-	-	-	70.067.584
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(249.665.963)	-	(249.665.963)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(34.840.921)	(8.800.108)	(43.641.029)
Total passivos financeiros	-	-	-	(284.506.884)	(8.800.108)	(293.306.992)

NDP

2017	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.829.369	-	-	-	-	7.829.369
Clientes e outras contas a receber	49.047.470	-	-	-	-	49.047.470
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	241.682	-	-	-	241.682
Total ativos financeiros	56.876.839	241.682	-	-	-	57.118.521
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(233.584.594)	-	(233.584.594)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(34.711.696)	(9.272.582)	(43.984.278)
Total passivos financeiros	-	-	-	(268.296.289)	(9.272.582)	(277.568.872)

O justo valor dos ativos e passivos valorizados ao justo valor corresponde aos seguintes níveis, tal como previsto na IFRS 13 – Justo valor.

14 Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas seguintes entidades:

Entidade	% detida	2018	% detida	2017
NOS Açores Comunicações, S.A.	6,18%	228.649	6,18%	228.649
Fundação Eng. José Cordeiro	i) 60,00%	5.736	60,00%	5.736
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores	0,77%	5.297	0,77%	5.297
ENTA - Escola Novas Tecnologias dos Açores	ii) -	-	2,00%	2.000
Total participações capital		239.682		241.682

- Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 60% do capital, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade;
- O Conselho de Administração no cumprimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, de 20 de junho, deliberou autorizar a desvinculação da empresa enquanto associado ou sócio fundador da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

As participações de capital encontram-se mensuradas ao custo deduzidas de imparidade, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

15 Clientes e outras contas a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de Clientes e outras contas a receber é como se segue:

NOR

			2018			2017		
			Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes	i)		41.713.499	-	41.713.499	37.045.117	-	37.045.117
Imparidade de clientes			(2.278.372)	-	(2.278.372)	(2.167.050)	-	(2.167.050)
Cientes - Valor líquido			39.435.127	-	39.435.127	34.878.068	-	34.878.068
Terrenos da Calheta expropriados			29.090	150.298	179.388	29.090	176.964	206.054
Deslastragens a regularizar			-	-	-	144.532	-	144.532
Direitos de passagem municípios			-	802.104	802.104			
Convergência tarifária	ii)		10.190.890	3.734.650	13.925.540	541.225	5.281.950	5.823.175
Programa PRORURAL+	iii)		1.939.495	-	1.939.495	2.288.076	-	2.288.076
Outros devedores	iv)		1.977.813	-	1.977.813	2.435.935	-	2.435.935
Acréscimo proveitos	v)		3.038.649	-	3.038.649	3.271.630	-	3.271.630
Compensação regional ao fuelóleo	vi)		6.412.041	-	6.412.041	6.412.041	-	6.412.041
Estado e Outros Entes Públicos			9.756	-	9.756	-	-	-
			63.032.861	4.687.052	67.719.913	50.000.597	5.458.914	55.459.511
Imparidade devedores acréscimos rendimentos			(6.412.041)	-	(6.412.041)	(6.412.041)	-	(6.412.041)
			56.620.820	4.687.052	61.307.872	43.588.556	5.458.914	49.047.470

i) Clientes:

Os principais clientes do Grupo EDA têm as seguintes naturezas:

- 4.874.308 euros (2017: 2.860.201 euros) referem-se aos valores faturados à REN a título de convergência tarifária;

- 9.648.151 euros (2017: 10.212.322 euros) referem-se aos saldos a receber de clientes (consumidores domésticos e industriais não associados ao Setor Público Estatal) resultantes do regular fornecimento de energia elétrica.

Qualidade do crédito

A qualidade de crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos nem em imparidade, podem ser avaliados com referência ao *rating* de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	2018	2017
Baa3	4.874.308	2.860.201
Outros sem rating	17.663.216	19.685.764
Total de créditos e valores a receber	22.537.524	22.545.965

Imparidade de clientes

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor da imparidade de clientes registou os seguintes movimentos:

NCAZ

	2018	2017
A 1 de janeiro	2.167.050	2.049.861
Aumentos	421.128	532.169
Utilizações	(195.652)	(265.839)
Reduções	(114.153)	(149.141)
A 31 de dezembro	2.278.372	2.167.050

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é a seguinte:

	2018	2017
de 6 a 12 meses	200.953	307.671
de 12 a 18 meses	234.710	222.732
de 18 a 24 meses	117.887	148.043
superior a 24 meses	1.724.823	1.488.604
	2.278.372	2.167.050

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade é a seguinte:

	2018	2017
de 6 a 12 meses	2.280.678	1.823.100
de 12 a 18 meses	3.131.921	2.215.416
de 18 a 24 meses	1.749.704	2.306.763
superior a 24 meses	9.735.299	5.986.824
	16.897.602	12.332.103

- ii) A rubrica Convergência tarifária inclui o valor estimado para 2018 no montante de 3.734.650 euros que será recebido em 2020. Esta rubrica inclui também a estimativa da tarifa social referente ao ano de 2018 e 2017 no montante de 3.191.455 euros e 517.417 euros respetivamente e o acerto final do ajustamento ao tarifário de 2017, estabelecido pela ERSE em 5.662.983 euros acrescidos de juros neste período de 34.225 euros e ainda 784.821 euros relativos ao acerto do Custo do capital de 2017.
- iii) Relativamente ao Programa PRORURAL enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER).
- iv) Outros devedores:

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de Outros devedores inclui Adiantamentos a fornecedores no montante de 316.693 euros (2017: 1.004.709 euros) e ainda 903.133 euros (2017: 713.650 euros) referente a Custos diferidos.

NOR

v) Acréscimos de proveitos:

Inclui a energia em contador no montante de 2.156.440 euros (2017: 2.183.964 euros) a faturar aos clientes em 2019 e serviços prestados relacionados com a atividade das subsidiárias e ainda não faturados;

vi) Compensação regional de fuelóleo:

Em conformidade com o acordo celebrado em 18 de dezembro de 2009 com a Região Autónoma dos Açores relativo ao abastecimento de fuelóleo, o saldo que se estima receber da compensação do diferencial do preço de aquisição do período de janeiro de 2010 a setembro de 2012 é assim representado:

	2018	2017
Ano de 2010	3.402.269	3.402.269
Ano de 2011	864.911	864.911
Ano de 2012	2.144.861	2.144.861
	6.412.041	6.412.041

Dada a incerteza sobre a sua efetiva realização foi registada uma imparidade de montante similar, que teve o seguinte movimento:

	2018	2017
A 1 de janeiro	6.412.041	6.412.041
Aumentos	-	-
A 31 de dezembro	6.412.041	6.412.041

16 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Mercadorias	84.964	28.770
Materiais diversos	11.425.322	9.845.336
	11.510.286	9.874.107
Imparidade:		
Mercadorias	-	-
Materiais diversos	(112.241)	(142.741)
	(112.241)	(142.741)
	11.398.045	9.731.365

WOLF

O saldo de mercadorias em 31 de dezembro de 2018 refere-se essencialmente a equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela Globaleda, na sua atividade de Telecomunicações.

O saldo de materiais diversos refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuelóleo e gasóleo, e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

Evolução da imparidade de inventários:

	2018	2017
A 1 de janeiro	142.741	453.471
Quebras	-	-
Utilizações	(30.500)	(310.730)
Valor líquido	112.241	142.741

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 30.500 euros.

17 Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	2018	2017
Pagamentos por conta	(2.379.438)	(4.279.935)
Retenções na fonte	(44.300)	(45.295)
IRC a recuperar	-	-
Estimativa de IRC	3.210.412	2.824.016
IRC a pagar	-	-
Total imposto s/ rendimento	786.673	(1.501.214)
Saldo ativo	(12.570)	(2.016.718)
Saldo passivo	799.243	515.504
	786.673	(1.501.214)

18 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

NOTA

	2018	2017
Caixa	10.857	11.562
Depósitos bancários	8.509.173	7.817.807
	8.520.030	7.829.369

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é igual ao apresentado acima, dado não existirem descobertos bancários a estas datas.

19 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social da EDA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	Número de ações	Capital Social
Capital Social	14.000.000	70.000.000
	14.000.000	70.000.000

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Nº Ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7.014.000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA	5.558.120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, SA	1.400.000	10,0%
Outros	27.880	0,2%
	14.000.000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

11042

20 Outras reservas e resultados acumulados

Outras reservas

As rubricas Outras reservas registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2018:

	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reserva Justo valor	Total
A 1 de janeiro de 2017	11.200.000	346.796	(194.749)	11.352.047
Total do rendimento integral do período	-	-	(551)	(551)
Alienação no ano	-	-	195.301	195.301
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Aplicação Resultado Líquido	970.000	-	-	970.000
A 31 de dezembro de 2017	12.170.000	346.796	-	12.516.796
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-
Alienação no ano	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Aplicação Resultado Líquido	1.076.000	-	-	1.076.000
A 31 de dezembro de 2018	13.246.000	346.796	-	13.592.796

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

As Reservas estatutárias referem-se a reservas constituídas em períodos anteriores à data da transformação da EDA em sociedade anónima em 1997. Estas reservas não são distribuíveis podendo apenas ser utilizadas para aumentos de capital.

Resultados acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da EDA (contas individuais), de 30 de abril de 2018, a aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017, resultou no reforço da reserva legal em 1.076.000 euros e na distribuição a título de dividendos de 15.085.000 euros, de 483.950 euros a título de contribuição para plano de benefícios aos empregados e Resultados transitados no montante de 4.862.874 euros.

Adicionalmente foram distribuídos extraordinariamente dividendos no montante de 2.940.000 euros por conta de Resultados transitados de anos anteriores.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.893.895 euros (2017: 2.058.437 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição

MDR

aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em resultados os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expectavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2018	2017
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2018	11.475.141	-
Ano 2017	4.943.707	10.077.808
Anos anteriores	46.299.584	46.299.584
Perdas Atuariais	(10.336.806)	(7.702.451)
Compensação Tarifária		
Ano 2018	6.926.095	-
Ano 2017	6.999.445	5.629.592
Ano 2016	-	(6.126.825)

21 Interesses que não controlam

O valor de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

	2018	2017
A 1 de janeiro	1.745.953	1.706.973
Dividendos pagos i)	(95.295)	(258.513)
Lucro/(prejuízo) do período:		
- Globaleda	171.973	191.728
- Norma	144.033	39.222
- Controlauto	136.442	66.543
A 31 de dezembro	2.103.106	1.745.953

i) Os dividendos pagos referem-se às subsidiárias Controlauto e Norma Açores.

O saldo de interesses que não controlam refere-se às seguintes participações:

NOR

	2018		2017	
	% capital	Saldo	% capital	Saldo
Globaleda	25,10%	404.518	25,10%	232.545
Norma	37,438%	1.080.363	37,375%	965.082
Controlauto	62,463%	618.225	62,425%	548.326
		2.103.106		1.745.953

A informação financeira relativa às entidades que têm interesses que não controlam está apresentada na Nota 37.

22 Provisões

O Grupo EDA reconheceu nas suas demonstrações financeiras uma provisão com (i) gastos a incorrer com desmantelamentos no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiros e com (ii) a provável restituição de subsídios com a formação profissional.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os movimentos nesta rubrica foram como segue:

	Desmantelamento	Subsídios	Total
A 1 de janeiro 2017	3.034.592	7.935	3.042.527
Efeito financeiro do desconto	14.681	-	14.681
Dotação	14.441	274	14.715
A 31 de dezembro de 2017	3.063.714	8.209	3.071.923
Efeito financeiro do desconto	17.491	-	17.491
Dotação	(184.111)	-	(184.111)
Utilização	-	(274)	(274)
A 31 de dezembro de 2018	2.897.094	7.935	2.905.029

23 Empréstimos obtidos

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

WCF

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	60.000.000	45.000.000	105.000.000	25.000.000	65.000.000	90.000.000
Empréstimos bancários	45.033.645	99.447.389	144.481.034	25.734.541	117.714.074	143.448.615
Outros empréstimos	20.724	72.531	93.256	20.723	93.255	113.978
	105.054.369	144.519.920	249.574.289	50.755.264	182.807.328	233.562.592
Juros a pagar - Empréstimos	695.408	-	695.408	656.733	-	656.733
Juros pagos (antecipação)	-	(603.734)	(603.734)	-	(634.732)	(634.732)
	105.749.777	143.916.186	249.665.963	51.411.997	182.172.596	233.584.594

A EDA é subscritora de 8 programas de papel comercial no valor de 185.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 105.000.000 euros a 31 de dezembro de 2018 (2017: 90.000.000 euros). Destes programas de papel comercial 45.000.000 euros são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de emissão de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

O incremento da utilização das linhas de curto prazo no final de 2018, foi pontual e prendeu-se com o facto da sua utilização se revelar mais vantajosos para a EDA em termos do seu custo financeiro (*all in cost*), do que utilização agendada de linha de Programa Papel Comercial não corrente à respetiva taxa de intervenção, face a alteração intempestiva por parte da entidade bancária da taxa acordada para a emissão do montante de 25.000.000 euros.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados pelo Governo da República em 31 de dezembro de 2018 eram de 16 727 273 euros (2017: 20 909 091 euros). Existem outros empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República no montante de 40.500.000 euros (2017: 47.500.000 euros). Para o montante de 14 727 272 euros (2017: 17 181 818 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária.

O detalhe dos empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

NOTA

	Montante	Moeda	Data Inicio	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	5.605.000	euros	28/12/2001	(a)	EUR_360_3M + spread	-
Empréstimo 2	6.695.000	euros	28/09/2017	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 3	5.500.000	euros	15/03/2003	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 4	9.000.000	euros	23/05/2018	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 5	15.726.489	euros	16/07/2014	16/07/2024	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 6	30.000.000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 7	1.600.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 8	2.050.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 9	8.545.455	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 10	6.909.091	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 11	8.181.818	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 12	3.272.727	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 13	30.000.000	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 14	4.500.000	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 15	545.455	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 16	727.272	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 17	3.272.727	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 18	350.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 19	2.000.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Total	144.481.034					

(a) Renovação anual automática

(b) Renovação semestral automática

O detalhe dos empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Montante	Moeda	Data Inicio	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	1.000.000	euros	10/10/2011	(a)	EUR_360_12M + spread	-
Empréstimo 2	4.710.000	euros	28/09/2017	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 3	18.147.705	euros	16/07/2014	16/07/2024	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 4	34.000.000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 5	1.500.000	euros	12/02/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 6	1.175.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 7	1.000.000	euros	17/02/2005	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 8	2.400.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 9	3.075.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 10	10.681.818	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 11	8.636.364	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 12	9.545.455	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 13	3.818.182	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 14	30.000.000	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 15	4.500.000	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 16	681.818	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 17	200.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 18	909.091	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 19	3.818.182	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 20	525.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 21	125.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 22	3.000.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Total	143.448.615					

(a) Renovação anual automática

(b) Renovação semestral automática

NORF

No final do período de 2018 e 2017, o Grupo EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2018	2017
Taxas de juro variáveis		
correntes	51.700.000	69.290.000
não correntes	-	15.500.000
	51.700.000	84.790.000

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A exposição dos empréstimos do Grupo EDA às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como se segue:

	2018	2017
Até 6 meses	190.165.198	168.608.047
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	59.409.091	64.954.545
Superior a 5 anos	-	-
	249.574.289	233.562.592

O justo valor dos empréstimos são como segue:

	Justo valor	
	2018	2017
Papel Comercial	105.000.000	90.000.000
Empréstimos Bancários	147.672.985	147.271.282
Outros Empréstimos	93.255	113.978

O justo valor é calculado pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a taxa de desconto, da data do relato financeiro, de acordo com as características de cada empréstimo. O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos. No caso dos empréstimos com taxas de juro fixas (ex: BEI VII) é calculado o respetivo justo valor, para efeitos de divulgação.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados *Covenants*.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento do Grupo EDA são, por tipo de empréstimo:

NOR

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Conta Corrente
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Cisão ou fusão do Mutuário Rácio Net Debt/EBITDA	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Cross Default
Empréstimo C	-	Ráeios Financeiros Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause
Empréstimo D	-	Garantia GCD Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Cross Default
Empréstimo E	-	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-
Empréstimo F	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-
Empréstimo G	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-
Empréstimo H	-	-	Ownership Clause Pari Passu Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-

24 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações de pagamento de benefícios aos empregados pós-emprego:

i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos (EDA)

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em

MDP

regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

As empresas do Grupo EDA, EDA Renováveis e Segma constituíram um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras consolidadas é como segue:

	2018	2017
Obrigações na Demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	14.733.474	12.902.738
	14.733.474	12.902.738
	2018	2017
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de pensões	653.482	628.243
Planos contribuições definidas	607.400	580.320
	1.260.882	1.208.563

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	1,85%	1,85%
Taxa técnica de atualização	1,85%	1,85%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	1,50%	1,50%
Taxa de revalorização salarial	0,00%	0,00%

Em 2018, a taxa técnica de atualização usada foi de 1,85% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,10% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.335.923 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2018, seria superior em 1.318.193 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,60%, as responsabilidades com o plano de pensões

NAE

seriam superiores em 1.400.664 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.381.875 euros.

Em 2017, a taxa técnica de atualização usada foi de 1,85% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,10% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.301.200 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2017, seria superior em 1.286.834 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,60%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.362.839 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.347.627 euros.

Em a 31 de dezembro de 2018 existiam responsabilidades por financiar de 4.013.125 euros, enquanto que a contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2019, ascende a 401.692 euros.

Deste modo, a contribuição a pagar em 2019, acrescida de juros será no montante de 4.496.491 euros, liquidada em dez prestações mensais com início no mês de março, das quais nove serão no valor de 334.427 euros, sendo o valor remanescente de 1.486.648 euros.

24.1. Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida na Demonstração da posição financeira consolidada é determinado como segue:

	2018	2017
Valor presente da obrigação	46.497.896	47.060.402
Justo valor dos ativos do plano	(31.764.422)	(34.157.664)
	14.733.474	12.902.738

Existem 10.720.349 euros de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

MOF

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2017	48.012.088	(34.097.970)	13.914.118
Custo serviço corrente	336.340	0	336.340
Juro líquido	960.242	(668.339)	291.903
Sub-total	49.308.670	(34.766.309)	14.542.361
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(752.800)	(752.800)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	229.573	-	229.573
Contribuições	-	-	-
Benefícios pagos	(2.477.840)	1.361.445	(1.116.396)
A 31 de dezembro 2017	47.060.402	(34.157.664)	12.902.737
Custo serviço corrente	401.692	-	401.692
Juro líquido	870.617	(618.827)	251.790
Sub-total	48.332.711	(34.776.491)	13.556.220
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	2.015.579	2.015.579
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	618.776	-	618.776
Contribuições	-	(462.000)	(462.000)
Benefícios pagos	(2.453.591)	1.458.490	(995.101)
A 31 de dezembro 2018	46.497.896	(31.764.422)	14.733.474

Os impactos do plano na demonstração do rendimento integral consolidado são como segue:

	2018	2017
Custos serviços correntes	401.692	336.340
Juro líquido	251.790	291.903
	653.482	628.243

Os impactos do plano registados em capital próprio são como segue:

	2018	2017
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(7.702.451)	(8.225.677)
Ganhos/ (perdas) atuariais do exercício	(2.634.355)	523.227
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	(10.336.806)	(7.702.451)

As perdas atuariais no exercício de 2018 devem-se essencialmente à reduzida remuneração dos ativos do plano explicado pela insegurança vivida nos mercados financeiros em 2018 e com a alteração de reenquadramento nas carreiras dos trabalhadores abrangidos pelo Fundo, bem como pelo financiamento integral dos serviços passados dos ativos.

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é a seguinte:

NR

	2018	2017
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	14,01	13,53
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	1.421.251	1.431.962
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	3.044.540	3.104.984
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	4.964.880	5.063.718
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	9.166.130	9.301.059
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	5.923.185	5.716.938
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	27.369.344	24.782.662

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2018	2017
Depósitos	1.602.357	3.442.177
Fundos Investimento e outros	2.387.792	2.943.499
Ações	5.038.918	5.827.341
Obrigações	19.930.262	19.002.045
Imóveis	2.805.093	2.942.602
	31.764.422	34.157.664

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes do Grupo EDA.

Composição da carteira de ativos e valor do fundo:

	2018				2017			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	1.602.357	-	1.602.357	5,0%	3.442.177	-	3.442.177	10,1%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1.620.493	1.620.493	5,1%	-	1.620.493	1.620.493	4,7%
Ações								
Domésticas	1.047.399	-	1.047.399	3,3%	489.524	-	489.524	1,4%
Estrangeiras	925.480	-	925.480	2,9%	-	-	-	0,0%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	313.878	-	313.878	1,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	2.052.727	-	2.052.727	6,5%	1.224.112	-	1.224.112	3,6%
Estrangeiros, AAA a BBB -	8.416.869	-	8.416.869	26,5%	6.645.361	-	6.645.361	19,5%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1.922.374	-	1.922.374	6,1%	4.149.395	-	4.149.395	12,1%
Fundos de Investimento								
Ações								
Domésticas	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiras	3.066.039	-	3.066.039	9,7%	5.337.817	-	5.337.817	15,6%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	7.224.414	-	7.224.414	22,7%	6.983.178	-	6.983.178	20,4%
Estrangeiros, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Imobiliário								
Domésticos	1.146.400	-	1.146.400	3,6%	1.127.392	-	1.127.392	3,3%
Estrangeiros	38.199	-	38.199	0,1%	194.717	-	194.717	0,6%
Outros investimentos	2.387.793	-	2.387.793	7,5%	2.943.499	-	2.943.499	8,6%
	30.143.929	1.620.493	31.764.422	100,0%	32.537.171	1.620.493	34.157.664	100,0%

WAP

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2018 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

24.2. Contribuição definida

Em 2018, o valor das contribuições definidas efetuadas pelo Grupo para o Plano Pensões Futuro+ e para o Plano Leve PPT-Fidelidade ascendeu a 604.660 euros e 2.740 euros respetivamente (2017: 580.320 euros para o Plano Pensões Futuro+).

25 Fornecedores e outras dívidas a pagar

A decomposição da rubrica Fornecedores e outras dívidas a pagar, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

		2018			2017		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores							
Fornecedores	i)	14.370.684	-	14.370.684	13.904.507	-	13.904.507
Outros credores							
Credores diversos	ii)	546.806	479.606	1.026.412	950.492	459.000	1.409.492
Fornecedores de investimentos	iii)	14.984.748	-	14.984.748	8.320.404	-	8.320.404
Estado e outros entes públicos		2.967.693	-	2.967.693	3.823.189	-	3.823.189
Proveitos diferidos							
Outros proveitos diferidos		905.840	-	905.840	1.003.665	-	1.003.665
Acréscimos de custos							
Convergência tarifária		-	-	-	6.320.408	-	6.320.408
Férias e subsídio férias		4.926.576	-	4.926.576	4.445.728	-	4.445.728
Outros		4.459.076	-	4.459.076	4.756.884	-	4.756.884
Fornecedores e outras contas a pagar		43.161.423	479.606	43.641.029	43.525.278	459.000	43.984.278

- i) Fornecedores: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;
- ii) Esta rubrica inclui essencialmente 207.229 euros de cauções de clientes de energia, 113.104 euros de taxas da contribuição audiovisual faturadas a clientes e 472.500 euros referentes a cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;
- iii) Fornecedores de investimentos: saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão.

26 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração do rendimento integral consolidado é detalhado como segue:

MDR

		2018	2017
Vendas de eletricidade			
Em média tensão		34.553.779	34.260.077
Em baixa tensão		76.451.290	77.795.858
Energia em contadores		2.156.440	2.183.964
Ajustamentos de tarifário	i)	62.583.807	50.811.364
Vendas de serviços telecomunicações		3.751.733	4.819.400
Serviços prestados			
De eletricidade		914.409	789.569
De outros		8.225.473	6.935.671
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	13.783.017	10.050.953
		202.419.948	187.646.856

- i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2018 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2017, como se indica:

Descrição	2018	2017
Convergência tarifária do período	53.945.716	41.951.873
Tarifa social do período	1.331.855	1.590.945
Desvio tarifário de 2018	3.734.650	
Desvio tarifário de 2017	-	5.281.950
Desvio da tarifa social de 2018	3.191.445	
Desvio da tarifa social de 2017	(856)	347.642
Desvio da tarifa social de 2016	-	25
Correção desvio tarifário 2017 (ERSE)	380.997	
Correção desvio tarifário 2016 (ERSE)	-	1.638.929
	62.583.807	50.811.364

- ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2018	2017
Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	7.935.726	5.219.329
Materiais	2.754.941	1.973.429
Pessoal	2.060.951	1.796.291
Fornecimentos e serviços externos - outros	958.227	1.014.597
Impostos	73.171	47.307
	13.783.017	10.050.953

27 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos períodos de 2018 e 2017 demonstra-se como segue:

NAR

	2018	2017
Inventários iniciais (Nota 16)	9.874.107	8.118.590
Compras	69.234.047	58.253.350
Regularização de inventários	(6.096)	(2.475)
Inventários finais (Nota 16)	(11.510.286)	(9.874.107)
	67.591.772	56.495.359

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2018	2017
Combustíveis	53.638.083	46.678.774
Peças de reserva e matérias de redes	10.063.098	7.649.971
Energia adquirida	2.448.777	1.608.732
Equipamento de comunicações	431.565	96.147
Material diverso	1.010.249	461.734
	67.591.772	56.495.359

28 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos dos períodos de 2018 e 2017 é como segue:

		2018	2017
Serviços Construção IFRIC 12 (Nota 26)	i)	7.935.726	5.219.329
Trabalhos especializados	ii)	5.148.580	5.852.120
Conservação e reparação	iii)	4.551.405	4.074.480
Subcontratos	iv)	4.273.963	4.408.138
Seguros		947.371	928.659
Comunicações		899.022	1.145.784
Deslocações e estadas		844.986	701.537
Limpeza, higiene e conforto		547.382	440.759
Combustíveis		392.341	402.666
Rendas e alugueres		392.249	568.404
Vigilância e segurança		386.154	456.894
Outros (inferiores a 300.000 euros)		2.414.681	2.125.744
		28.733.860	26.324.514

- i) Os gastos com serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão referem-se à subcontratação de entidades terceiras na construção de novas infraestruturas para a concessão;
- ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos da produção e consultorias diversas;

NR

- iii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos;
- iv) A rubrica de Subcontratos refere-se maioritariamente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso.

29 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Orgãos sociais	886.335	814.346
Pessoal	26.453.459	24.226.688
	27.339.794	25.041.034
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	6.333.961	5.822.217
Prémios para benefícios reforma	1.270.970	1.218.650
Custos de ação social	783.708	679.539
Outros	530.990	692.159
	8.919.629	8.412.566
	36.259.423	33.453.600

O número médio de empregados do Grupo EDA em 2018 foi de 1.017 (2017: 996).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 653.482 euros (2017: 628.243 euros) para o plano de benefícios definidos e de 607.400 euros (2017: 580.320 euros) para o plano de contribuição definida e 10.088 euros (em 2017: 10.088 euros) com pensões de sobrevivência não fundeadas.

30 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

WBAZ

		2018	2017
Outros juros de mora - clientes e devedores	i)	546.843	1.681.335
Cedência de utilizações linhas	ii)	652.281	607.769
Rendimentos suplementares	iii)	33.492	265.114
Comparticipações Vodafone		141.976	104.849
Venda de sucata		111.313	121.082
Subsídio à exploração		24.951	71.873
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		19.431	124.346
Juros dívida "Convergência tarifária"		-	3.487
Outros (< 30.000 euros)		427.836	319.119
		1.958.123	3.298.974

- i) Inclui os juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento;
- ii) Rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores Comunicações, S.A.;
- iii) Nesta rubrica estão incluídos 18.124 euros da compensação às deslustragens (2017: 144.066 euros).

31 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2018	2017
Direitos passagem Municípios	i)	4.820.235	4.750.198
Desp. Propriedade Industrial	ii)	4.609.490	1.942.702
Taxas de licenciamento	iii)	3.051.414	2.897.318
Contr.Extraord.Setor Energético	iv)	1.658.171	1.662.555
Outros gastos operacionais		233.044	366.706
Outras perdas		129.135	65.409
Donativos		45.634	95.353
Abates - Investimentos não financeiros	v)	-	435.691
Outros		4.015	8.851
		14.551.138	12.224.783

Os outros gastos e perdas operacionais referem-se:

- i) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

Mar

- ii) Em Despesas de Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO2 referentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano;
- iii) Às taxas pagas no âmbito dos licenciamentos atribuídos para o período da atividade de exploração de recursos geotérmicos no valor de 2.503.085 euros (em 2017: 2.345.040 euros) e de instalações elétricas de serviço público no valor de 344.433 euros (em 2017: 335.470 euros) e outros impostos e taxas diversas;
- iv) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro;
- v) Em 2017 refere-se a Abate de diversos materiais considerados obsoletos para a atividade do grupo, ocorrido maioritariamente na EDA.

32 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

		2018	2017
Gastos financeiros			
Juros empréstimos	i)	(1.316.983)	(1.330.734)
Comissões, taxas aval e outros		(1.720.411)	(1.547.369)
		(3.037.394)	(2.878.103)
Rendimentos financeiros			
Juros obtidos		1.046	856
		1.046	856

- i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo EDA para o financiamento das suas atividades.

33 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2018	2017
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 17)	3.210.412	2.757.049
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(263.970)	-
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	1.829.888	250.936
	4.776.330	3.007.986

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

NDA

	2018	2017
Resultado consolidado antes de Imposto	25.017.178	24.788.611
Diferenças temporárias		
Convergência tarifária	(14.022.953)	(23.157.284)
Plano de pensões	(803.619)	(488.153)
Perdas por imparidade em contas a receber	(83.799)	(5.843)
Perdas por imparidade em ativos	77.974	5.045.994
Outros	(77.288)	229.279
Diferenças permanentes		
MEP	-	-
Outros	2.177.417	851.501
Benefícios de reforma	-	-
Restituição de imposto	-	(45.901)
Prejuízo Fiscal	2.880.052	5.766.947
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	15.164.963	12.985.152
Taxa nominal de imposto	16,8%	16,8%
	2.547.714	2.181.506
Derrama	590.324	505.141
Tributação autónoma	72.374	70.403
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(263.970)	-
Imposto diferido	1.829.888	250.936
	4.776.330	3.007.986
Taxa efetiva de imposto	19,1%	12,1%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2018	2017
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	5,60%

34 Dividendos por ação

Os dividendos pagos pela EDA durante o período de 2018 foram de 18.025.000 euros (2017: 18.025.000 euros).

NCR

Adicionalmente foram distribuídos dividendos pela Controlauto Açores no valor de 66.543 euros (2017: 138.016 euros) e pela Norma Açores no montante de 28.752 euros (2017: 120.497 euros).

35 Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDA, à data do relato financeiro do período findo em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mercadorias encomendadas a fornecedores	1.827.614	1.155.689
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	17.285.538	25.825.651
	<u>19.113.152</u>	<u>26.981.340</u>

WCR

36 Passivos e Ativos Contingentes

Passivos contingentes:

O Grupo EDA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	8.181.818	9.545.455
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3.272.727	3.818.182
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3.272.727	3.818.182
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250.000	250.000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249.399	249.399
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220.468	220.468
APISM	Gestão das Portas do Mar	2008	140.527	140.527
Sec. Reg. Economia	Contrato Concessão Incentivo nº 68/2011	2011	93.255	113.418
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83.691	-
MUSAMI	Central de valorização energética S. Miguel	2015	59.636	59.636
EDA, SA	Fornecimento de Luminárias para Iluminação Pública Equipadas com tecnologia LED	2018	53.466	-
Somague Edifor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Principe de Mónaco	2016	30.880	30.880
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	24.024	24.024
APTC	Frente Marítima Horta	2009	23.748	23.748
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22.001	-
EDA, SA	Contratação de Luminárias de Iluminação Pública	2017	18.858	18.858
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2016	15.440	15.440
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2015	15.440	15.440
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	14.736	14.736
Sec. Reg. Agricultura e Florestas	Laboratório Reg. Veterinária	2009	9.771	9.771
Direção Regional Ordenamento Território e Recursos Hídricos	Contrato de monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas São Miguel e Santa Maria	2008	9.229	9.229
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	9.074	9.074
			16.070.914	18.386.466

MCP

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
T.M.E	Fornitura e Montaggi Intercollegamenti Sale Quadri e trasformatori in accordo a specifica tecnica STA - 10176EEES233	2016	8.658	8.658
EDA, SA	Prestação Serviços Desenho e Implementação de solução de Data Warehouse e Business Intelligence	2017	7.976	7.976
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	7.894	7.894
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7.609	7.609
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	7.576	7.576
EUROSCUT Açores	Instalação de Luminárias Led's Nô do hospital	2018	7.102	-
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nô da Levada e Nô S. Gonçalo	2017	6.370	6.370
Sec. Reg. Educação e Formação	Escola Francisco F. Drumond	2010	6.338	6.338
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	5.520	5.520
Sec. Reg. Educação e Formação	Escola de Água de Pau	2010	5.125	5.125
MOTOROLA Portugal	Caução para prestação de serviços	2008	5.000	5.000
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5.000	5.000
NAV, E.P.E.	Contrato Fornecimento e Instalação QGBT para o Centro Emissor e Recetor em Santa Maria	2018	4.999	-
Escola Secundaria da Ribeira Grande	Fornecimento e instalação de diverso equipamento de informática para a rede informática da escola secundária da Ribeira Grande	2007	4.944	4.944
Dir. Reg. Trabalho	Bairro N. Sra. Fatima, Praia da Vitoria	2009	4.807	4.807
ANA, SA	Prestação de Serviços para manutenção preventiva e corretiva das Instalações Técnicas do Aeroporto de Santa Maria	2018	4.740	-
Hospital da Horta	Novo Corpo C do Hospital da Horta	2011	4.618	4.618
PT Comunicações	Fornecimento de posto de seccionamento e transformador do tipo cabine-dupla alimentado por MT no edifício sede DONA - Processo 28810	2010	4.598	4.598
ANA, S.A.	AJPII - Fornecimento e montagem grupo MT	2010	4.400	4.400
ANA, S.A.	Reforço caução de 5% da empreitada ASMIAFL	2016	4.285	4.285
ANA, S.A.	Caucionar o valor de 5% da empreitada de ASM e AFL- Substituição dos Papis	2015	4.285	4.285
Sec. Reg. Saude	Centro de Saude da Graciosa	2010	4.250	4.250
PT Comunicações	Fornecimento e instalação de posto de transformação na estação da Vista do Rei para a PT Comunicações - DONA	2009	3.986	3.986
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro de process. e valorização organica de s. Jorge	2011	3.974	3.974
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro de process. e valorização organica de Sta. Maria	2011	3.974	3.974
NAV, E.P.E.	Instalação Grupo Emergência e Instalações Elétricas na Estação Localizer do Aeroporto João Paulo II	2018	3.800	-
Somague Edifor	Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3.792	3.792
SPR açores	Requal. Margens da Lagoa das Furnas	2009	3.750	3.750
Sec. Reg. Ciência	Beneficiação 17KM estradas Reg. Flores	2011	3.722	3.722
ANA, S.A.	AHR - Aerogar - Substituição de chiller bomba de calor	2013	3.674	3.674
Marques, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" -Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	3.668	3.668
Somague Edifor, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" -Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	3.668	3.668
			164.102	143.461

NOR

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro Compostagem na ilha do Faial	2012	3.630	3.630
ANA, S.A.	AJP II Substituição de Papis	2016	3.499	3.499
Ilhas de Valor	Hotel da Graciosa	2007	3.435	3.435
ANA, SA	Empreitada de AJP II - Fornecimento e Montagem de cabo de Pista	2017	3.338	3.338
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó de Belém	2017	3.229	3.229
Petrogal Açores	Fornecimento de combustíveis	2002	3.000	3.000
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2.840	2.840
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Piscinas Naturais Termas do Carapacho	2009	2.600	2.600
Fundo CA Imobiliário	Arrendamento escritório na Terceira	2016	2.550	2.550
ANA, SA	AJP II Substituição Proteções MT	2017	2.494	2.494
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	1990	2.494	2.494
ANA, S.A.	AJP II Fornecimento e Montagem Cabo de Pista	2016	2.487	2.487
Fundo Reg. Act. Economicas	Imovel Rua de S. João	2006	2.373	2.373
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2017	2.236	2.236
Escola Básica Integrada Lagoa	Fornecimento e instalação de rede estruturada	2007	2.187	2.187
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2.068	2.068
Tecnovia, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" - Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	1.834	1.834
ANA, S.A.	AFL Novos circuitos para alimentação de Papis	2016	1.799	1.799
Hospital da Horta	Hospital da Horta	2010	1.744	1.744
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Aquisição e implementação do sistema de gestão da rede de abastecimento da água do concelho de Angra do Heroísmo	2014	1.668	1.668
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1.590	1.590
ANA, S.A.	APJII - Serviços Administrativos - Fornecimento e Montagem de Chiller Bomba de Calor com referência 0003/DAA/2015	2015	1.536	1.536
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1.472	1.472
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Muro suporte Caminho da Laracha - Sta- Maria	2011	1.388	1.388
APISM	Oficinas Gerais Porto de Ponta Delgada	2011	1.388	1.388
Assoc. S. João de Deus	Creche bé -à- ba	2010	1.237	1.237
Sec. Reg. Economia	Remodelação Termas do Carapacho	2009	1.187	1.187
ANA, S.A.	Melhoria das terras de serviço e proteção dos postos de transformação do aeroporto João Paulo II	2015	1.140	1.140
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1.000	1.000
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Casa de aprestos da Horta	2009	1.000	1.000
			<u>64.442</u>	<u>64.442</u>

NCRP

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
Dir. Reg. Trabalho	Edifício Rua Conselheiro Medeiros, Horta	2007	900	900
ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fornecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	870	870
Dir. Reg. Cultura	Museu Indústria Baleeira	2010	674	674
Lotação	Posto de recolha dos Mosteiros	2010	655	655
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Marginal do Pocinho - ilha do Pico	2012	539	539
SPRações	Portinho de S. Pedro	2009	450	450
Ministério da Defesa Nacional	MNEC nº64/13, PM 41/Ponta Delgada (RG2) - Quartel dos Arrifes - Proteção dos quadros elétricos contra descargas elétricas	2013	413	413
Tribunal Judicial de P. Delgada	Por conta do processo nº 110/2000 a correr termos no 1º juízo a título de caução pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto da sentença proferido naquela acção em 07/08/2009	2012	-	250.000
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Caucionar o adiantamento de 30% do contrato de aquisição dos serviços necessários à Implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	-	554.490
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Aquisição de serviços necessários à Implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	-	36.966
Município de Sousel	Fornecimento, montagem e colocação em funcionamento do equipamento de abastecimento de água e sistema de tele-gestão	2011	-	6.570
			4.500	852.527
			16.303.959	19.446.896

Ativos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo EDA não tinha identificado ativos contingentes.

NOR

37 Empresas Consolidadas

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	% detida	
								Grupo	Individual
<i>Segmento Eletricidade</i>									
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31/12/2018	222.047.400	573.055.843	351.008.443	191.942.175	19.823.881	-	-
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31/12/2018	105.179.065	125.142.100	19.963.035	28.977.275	10.111.491	100,00%	100,00%
<i>Outros</i>									
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2018	7.811.970	9.474.849	1.662.879	7.334.102	629.255	100,00%	90,00%
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2018	3.376.364	5.410.865	2.034.501	6.065.350	685.151	74,90%	74,90%
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços	31/12/2018	3.193.734	4.068.624	874.890	2.819.738	356.746	62,56%	62,56%
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, SA Angra do Heroísmo	Controlo técnico de Automóveis	31/12/2018	1.096.477	1.364.981	268.504	1.077.986	341.105	37,58%	0,00%

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	% detida	
								Grupo	Individual
<u>Segmento Eletricidade</u>									
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de electricidade e prestação de serviços	31/12/2017	224.353.869	546.194.792	321.840.923	177.167.421	21.507.824	-	-
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de electricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31/12/2017	100.709.047	123.223.529	22.514.483	27.299.374	8.700.334	100,00%	100,00%
<u>Outros</u>									
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2017	7.565.743	9.129.075	1.563.332	6.167.215	757.834	100,00%	90,00%
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2017	2.691.213	4.304.859	1.613.646	5.983.995	763.855	74,90%	74,90%
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços	31/12/2017	2.932.889	4.012.114	1.079.225	3.111.849	76.959	62,63%	62,63%
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, SA Angra do Heroísmo	Controlo técnico de Automóveis	31/12/2017	948.904	1.183.101	234.197	849.728	166.358	37,58%	0,00%

MDP

38 Alterações no grupo

Nos períodos de 2018 e 2017 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

39 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

39.1 Remuneração dos Órgãos de Gestão

Como elementos chave da gestão no âmbito da IAS 24 foram considerados os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, as remunerações auferidas pelos mesmos referem-se às seguintes naturezas:

	2018	2017
Remunerações	886.335	814.346
	886.335	814.346

Os membros dos Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com as empresas, para os períodos apresentados.

39.2 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

- Região Autónoma dos Açores;
- ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA (agrupamento composto pelas sociedades: Bensaúde Participações SGPS, SA; Bensaúde, SA; Bentrans – Carga e Transitários, SA; Agência Açoreana de Viagens, SA; Novo Banco, SA e Novo Banco dos Açores SA);
- EDP - Gestão da Produção de Energia, SA;

Associadas:

Oniaçores – Infocomunicações, SA

MDR

40 Disposições legais

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas da empresa-mãe e ao Fiscal Único das empresas subsidiárias são os seguintes:

	2018	2017
Empresa		
Serviços de revisão legal de contas	25.667	9.333
Serviços de consultoria fiscal	-	-
Serviços de revisão legal de contas	25.667	9.333
Subsidiárias		
	37.171	34.651
	37.171	34.651
	62.838	43.985

41 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequente que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado
Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
Duarte José Botelho da Ponte

José Luís Pimentel Amaral
José Luís Pimentel Amaral

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Gilda Maria Bairos Caprai Pimentel
Gilda Maria Bairos Caprai Pimentel

João Carlos Santos Correia
João Carlos Santos Correia

João Manuel Bandarra dos Santos
João Manuel Bandarra dos Santos

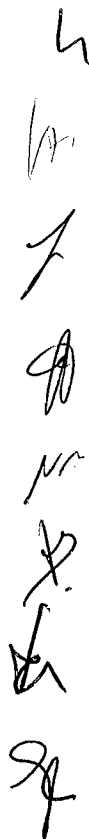
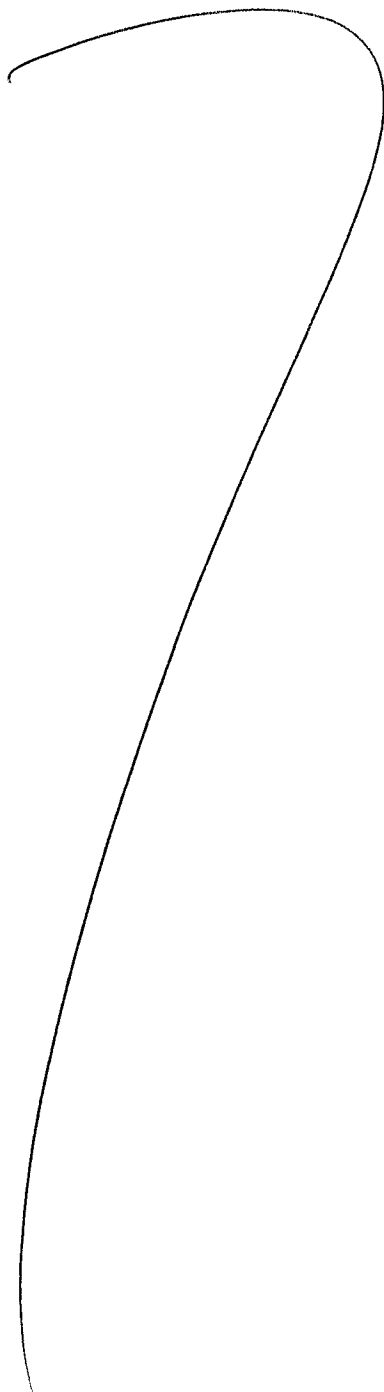
João Carlos Chaves de Sousa Braga
João Carlos Chaves de Sousa Braga

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte
Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

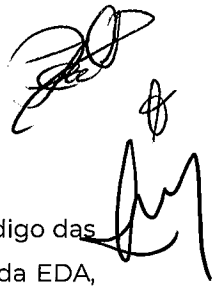
Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

6.3. Apreciação e certificação de contas consolidadas

h
h
f
f
h
h
h
h
h
h

6.3.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**PERÍODO DE 2018****(Contas Consolidadas)**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Contas Consolidadas 2018)



Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do n.º 1 do art.º 508-D do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e da alínea g) do artigo 5.º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2018 e parecer sobre o relatório e contas consolidadas.

1. RELATÓRIO

Para além das ações fiscalizadoras levadas a cabo pelo Conselho Fiscal constante no relatório anual do Conselho Fiscal às contas individuais do exercício de 2018, apreciamos os respetivos relatórios, pareceres e certificações legais das contas emitidos pelos órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis, de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da

EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas e do relatório adicional ao órgão de fiscalização emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo Auditor Externo, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade e satisfaz, de um modo geral, os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais;
- b) As demonstrações financeiras consolidadas e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos, conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia geral aprove o Relatório e Contas Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

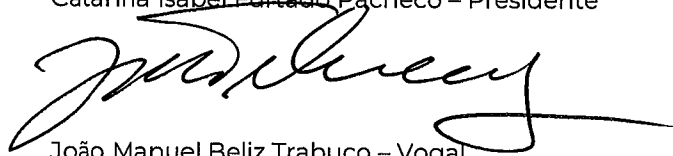
Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como a Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019

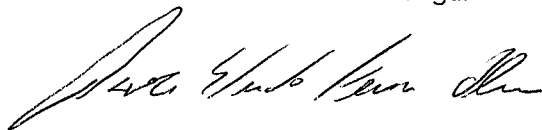
O Conselho Fiscal,



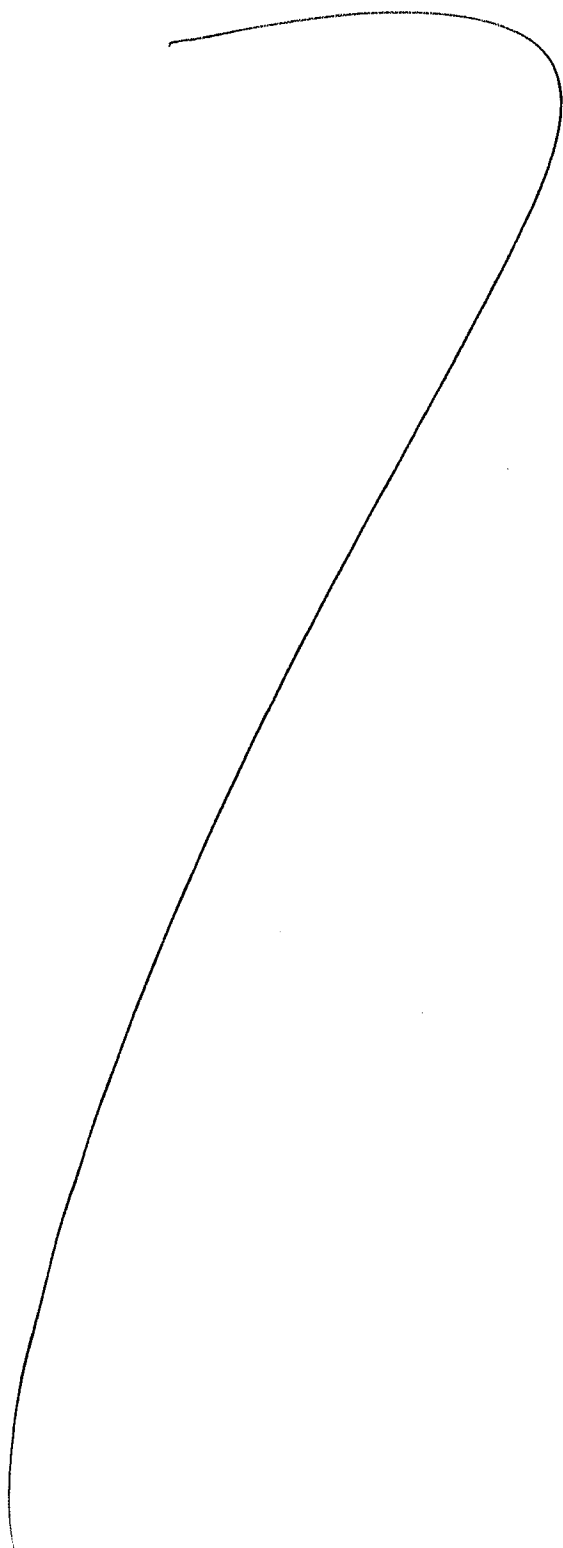
Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente



João Manuel Beliz Trabuco – Vogal



Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

6.3.2. Certificação Legal das Contas Consolidadas

h
/K
f
A
N
B
de
f
g



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (O Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 523.641.986 euros e um total de capital próprio de 207.346.048 euros, incluindo um resultado líquido de 19.788.400 euros), a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo consolidado que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Estimativa do ajustamento da compensação tarifária (o Grupo apresentou uma estimativa de 3.734.650 euros).

Ver notas 2.1, 6.1, 15, 25 e 26 do anexo.

Riscos significativos	Resposta aos riscos
As tarifas de electricidade praticadas pela EDA são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em conformidade com o Regulamento Tarifário.	Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: - Compreensão do regime regulatório;
A EDA regista em réditos a estimativa, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, o montante de proveitos permitidos com base nos custos operacionais estimados aceites, que serão	- Teste à exatidão das fórmulas de cálculo utilizadas na estimativa do desvio tarifário, verificando a sua concordância com o Regulamento Tarifário;



apurados em definitivo em 2019, com base nos valores reais do ano findo.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário do ano, que reflete a diferença entre os rendimentos devidos e as tarifas praticadas no exercício.

Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa anual do desvio tarifário.

- Teste à integridade dos dados financeiros no apuramento do desvio tarifário, verificando a sua concordância com os registos contabilísticos;

- Análise da exatidão das estimativas do desvio tarifário do ano anterior face aos valores finais apurados e publicados pela ERSE;

- Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades de benefícios pós-emprego (O Grupo apresentou uma responsabilidade líquida de 14.733.474 euros).

Ver notas 4.13, 6.4 e 24 do anexo.

Riscos significativos	Resposta aos riscos
A valorização das responsabilidades da EDA de complementos de pensões de reforma envolve julgamentos e estimativas relativas a diversos pressupostos utilizados na avaliação atuarial destas responsabilidades, entre os quais a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade. Atendendo à incerteza aportada nos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades de complementos de pensões de reforma, consideramos a valorização das referidas responsabilidades uma matéria relevante de auditoria.	A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a análise crítica e avaliação da razoabilidade dos pressupostos chave considerados pela EDA e pelos atuários responsáveis pelo cálculo das responsabilidades com complementos de pensões de reforma, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e as tábuas de mortalidade face a referenciais de mercado e informação preparada internamente para o efeito. Avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários contratados pela EDA, bem como a sua competência e independência. Adicionalmente, avaliámos a adequação das divulgações relativas aos benefícios de empregados, incluindo as análises de sensibilidade.



Recuperabilidade do valor dos ativos de produção de energia.

Ver notas 4.6, 6.2 e 8 do anexo.

Riscos significativos	Resposta aos riscos
A recuperabilidade dos ativos associados à produção de energia geotérmica depende da obtenção de negócios suficientemente rentáveis no futuro.	Os procedimentos de auditoria incluam, entre outros, os seguintes procedimentos: - Análise da existência de indícios de imparidade;
Os ativos de produção de energia são analisados a cada data de relato por forma a identificar a existência de indícios de imparidade.	- Obtenção e análise dos testes de imparidade aos ativos de produção de energia, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico.
Caso existam indícios, o valor do ativo é testado por imparidade. A determinação do valor recuperável de um ativo de produção de energia é subjetiva, devido à incerteza inerente às projeções financeiras e ao desconto dos fluxos de caixa futuros.	- Análise dos pressupostos e metodologia seguida pelo Grupo para a avaliação dos seus investimentos. - Verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.
Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa da recuperabilidade dos ativos associados à produção de energia geotérmica.	

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- Elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.



Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedade Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de agosto de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregamos ao órgão de fiscalização da Entidade em 16 de abril de 2019;
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria;
- e) Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Auditoria ao processo de verificação e aprovação dos pedidos de reembolso apresentados pelo Promotor do Projeto pré-definido designado de "Construção da Central Geotérmica Piloto de 3 MW, na ilha Terceira (EEA Grants);
 - Verificação da informação contida na Nota Informativa do "Programa de Emissões de Papel Comercial" para o efeito do disposto no artigo 17º, n.º 2 do Decreto-lei 69/2004, de 25 de março".

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019.

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda.

Representada por

Rúben Mota Cordeiro (ROC nº 1670)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Electricidade dos Açores, S.A. ("Entidade") e suas subsidiárias ("Grupo"), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 523.641.986 euros e um total de capital próprio de 207.346.048 euros, incluindo um resultado líquido de 19.788.400 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Determinamos as matérias descritas abaixo como matérias relevantes de auditoria a serem relatadas neste relatório.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis As rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis incluem todos os ativos adquiridos ou construídos no âmbito das operações do Grupo enquanto produtor e comercializador de energia elétrica, bem como no âmbito de operador da concessão de transporte e distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. Estes ativos foram contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a IAS 16 – Ativos fixos tangíveis, IAS 38 – Ativos intangíveis e IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, tal como divulgado nas notas 4.d) e 4.e). Os ativos regulados representam, aproximadamente, 73% do total do ativo do Grupo, sendo de realçar que uma componente da remuneração que o Grupo tem direito ao abrigo do Decreto-Lei nº69/2002 é calculada com base no saldo médio anual daqueles ativos. Assim, consideramos que os montantes que estão registados nesta rubrica são uma matéria relevante de auditoria.	Efetuámos o entendimento dos procedimentos e avaliámos as atividades de controlo interno associadas aos investimentos realizados em ativos fixos tangíveis e ativos Intangíveis, nomeadamente sobre o processo de aprovação de novos investimentos e realizámos um conjunto de testes com vista à aferição que as principais atividades de controlo identificadas foram executadas de acordo com os objetivos que pretendiam mitigar. Adicionalmente, para uma amostra de adições do exercício da rubrica de ativos tangíveis e ativos Intangíveis, analisámos a respetiva documentação de suporte, tendo verificado, nomeadamente, que as adições se encontram registadas pelos montantes e no período correto, encontravam-se aprovadas de acordo com as regras internas em vigor e respeitavam à atividade da Entidade e à natureza das rubricas em análise. Em particular, verificámos as condições que permitem o reconhecimento dos ativos da concessão de acordo com o modelo do ativo intangível, bem como a aplicação das bases de mensuração e apresentação de acordo com o previsto na IFRIC 12.
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Obrigações de benefícios de reforma e outros Conforme indicado na nota 4.q), o Grupo concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma, invalidez e sobrevivência aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos por si prestados ao Grupo). O cálculo daquelas responsabilidades é efetuado anualmente por uma entidade externa especializada, através da realização de um estudo atuarial que requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato, tal como referido na nota 6.d).	Obtivemos o estudo atuarial preparado por uma entidade externa com referência a 31 de dezembro de 2018. Verificámos a concordância das responsabilidades relativas a benefícios pós emprego, apuradas no estudo atuarial, com os registos contabilísticos do Grupo com referência ao exercício de 2018. Avaliámos a razoabilidade dos pressupostos e informações constantes no estudo atuarial, executando, nomeadamente, os seguintes procedimentos: > Comparação dos dados relativos a empregados e ex-empregados beneficiários com o cadastro de pessoal do Grupo;

Face ao alargado número de pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós emprego e da volatilidade que decorre, na sua quantificação, consideramos que o registo destas responsabilidades é uma matéria relevante de auditoria.	> Identificação das alterações ocorridas nos principais pressupostos atuarias, comparativamente ao exercício anterior e obtenção de justificação para tal junto dos responsáveis do Grupo e/ou da entidade externa; e > Avaliação da razoabilidade da taxa de desconto utilizada mediante a análise da correspondente informação de suporte. Verificámos a adequabilidade das divulgações efetuadas sobre estas responsabilidades no anexo às demonstrações financeiras.
--	--

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados Compensação tarifária	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Conforme Indicado nas notas 15 e 25, o Grupo tem registado em 31 de dezembro de 2018 contas a receber e contas a pagar de convergência tarifária. Os desvios tarifários resultam da diferença entre os montantes faturados pelo Grupo no âmbito das suas atividades reguladas e a remuneração que lhe é efetivamente devida, enquadrada nos regulamentos tarifários dos sectores da eletricidade, emitidos pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos ("ERSE"), tal como divulgado nas notas 2.1. e 6.a). Atendendo à relevância dos saldos relativos a compensação tarifária e que os cálculos dos mesmos inclui informação proveniente de uma ampla diversidade de fontes, consideramos que os mesmos se configuram como uma matéria relevante de auditoria.	Efetuámos o entendimento dos procedimentos e a avaliação das atividades de controlo do Grupo associadas aos cálculos da compensação tarifária. Obtivemos os cálculos da compensação tarifária efetuados pelo Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2018, e realizamos os seguintes procedimentos: > Verificámos a concordância dos cálculos com os registos contabilísticos do Grupo; > Testámos a razoabilidade das diversas componentes dos cálculos, nomeadamente, o saldo médio dos ativos regulados (RAB), a taxa de remuneração aplicável, a faturação emitida pelo Grupo no exercício e o saldo inicial da compensação, com base na documentação de suporte respetiva, designadamente: - Cadastro dos ativos regulados do Grupo; - Documentação emitida pela ERSE anualmente, denominada "Proveltos permitidos e ajustamentos"; e - Cálculo das taxas de remuneração, baseadas em séries de obrigações da República Portuguesa. Testámos a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pelo Grupo.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Recuperabilidade do valor dos ativos de produção de energia geotérmica Para além do aproveitamento dos recursos já instalados, o Grupo dedica-se ao desenvolvimento e exploração de recursos geotérmicos. O Grupo adotou o critério contabilístico de reconhecimento dos gastos de pesquisa e desenvolvimento no ativo até que seja determinada a sua viabilidade, de acordo com a IFRS 6 – Exploração e avaliação de recursos naturais, tal como divulgado na nota 4.f). O projeto de desenvolvimento e exploração de recursos geotérmicos com maior relevância refere-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto, no qual foi efetuado um investimento de, aproximadamente, 40.967.000 euros, tal como divulgado na nota 8. A recuperabilidade destes ativos depende da capacidade produtiva e receitas futuras, pelo que a cada data de relato são analisados por forma a identificar a existência de Indícios de Imparidade. Caso estes existam, o valor do ativo é testado por imparidade, numa base individual ou como parte de uma unidade geradora de caixa. A determinação do valor recuperável do investimento tem por base critérios que envolvam julgamentos, tais como os fluxos de caixa futuros esperados assentes no desempenho produtivo e receitas esperadas, o nível de capacidade ainda por instalar, a capacidade produtiva dos poços em funcionamento, a taxa de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade. Face ao alargado número de pressupostos utilizados, complexidade e julgamento inerentes, consideramos que a análise à recuperabilidade destes ativos constitui uma matéria relevante de auditoria.	Realizámos procedimentos de avaliação dos indícios de imparidade inerentes aos ativos de produção de energia geotérmica. Obtivámos o teste de imparidade aos ativos de produção de energia geotérmica efetuado pelo órgão de gestão, com referência a 31 de dezembro de 2018, e realizámos os seguintes procedimentos: > Verificámos se o valor recuperável dos ativos é superior ao seu valor contabilístico líquido; > Avaliámos a razoabilidade dos principais pressupostos utilizados no cálculo; > Verificámos a aderência dos fluxos de caixa futuros com o plano de negócios aprovado pelo órgão de gestão para o exercício de 2019 e seguintes; > Obtivámos e analisámos criticamente a informação de suporte aos parâmetros considerados na determinação da taxa de desconto; > Testámos a exatidão aritmética do modelo de fluxos de caixa descontados. Verificámos ainda a adequação das divulgações incluídas nas notas anexas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da Informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

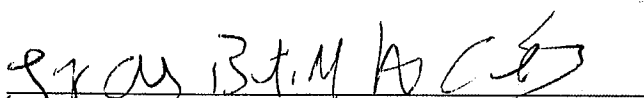
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de abril de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

ANEXO I – Decreto-Lei n.º 89/2017

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho	Capítulo/Secção	Página/s
Art.º 3º (remetido para Art. 66º-B e 508º-G do CSC): A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a) Breve descrição do modelo empresarial da empresa	Relatório e Contas 2018: Universo da consolidação Organização dos negócios Valores característicos Grupo EDA	Pág. 169 Pág. 171 Pág. 172
b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados	Relatório e Contas 2018: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Dominio social -5.2 Dominio ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas	Pág. 196 Pág. 210 Pág. 225
c) Os resultados dessas políticas	Relatório e Contas 2018: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Dominio social -5.2 Dominio ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas -5.4 Inovação	Pág. 196 Pág. 210 Pág. 225 Pág. 229
d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	Relatório e Contas 2018: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Dominio social -5.2 Dominio ambiental	Pág. 196 Pág. 210
e) Indicadores -chave de desempenho relevante para a sua atividade específica	Relatório e Contas 2018: -5.1 Dominio social -5.2 Dominio ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas -5.4 Inovação	Pág. 196 Pág. 210 Pág. 225 Pág. 229
Art.º 4º (remetido para o Artº 245.º- N.º 1 r) e N.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Requisito não aplicável à EDA	-

ANEXO II – Índice GRI Standard

GRI Standard		Pág.	
102-8	Informação dos colaboradores e outros trabalhadores	Pág. 196 a 209	
102-16	Valores, princípios, standards e código de conduta da organização	A EDA possui um Código de Conduta que constitui uma referência para o público no que respeita aos padrões de conduta da empresa quer no relacionamento entre colaboradores, quer no relacionamento com terceiros.	
102-41	Acordos de negociação coletiva	Todos os trabalhadores da EDA, EDARENOVAEIS, SEGMA e GLOBALEDA, 93% do total do grupo, são abrangidos por acordos de empresa.	
102-50	Período do relatório	01.01.2018 a 31.12.2018	
102-51	Data do relatório mais recente	Relatório e Contas 2017	
102-54	Formulação de relatórios de acordo com os GRI standards	Este relatório foi preparado de acordo com os padrões GRI: opções core	
102-55	Índice GRI	Presente tabela	
201-1	Valor económico gerado e distribuído	Pág. 172	
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização	Todas as empresas do Grupo EDA proporcionam aos seus trabalhadores um seguro de saúde. A EDA, EDARENOVAEIS e a SEGMA tem para os seus trabalhadores do quadro permanente um Fundo de Pensões para complemento da reforma das ISS. Os trabalhadores do quadro permanente da EDA, EDARENOVAEIS e SEGMA beneficiam de uma tarifa de fornecimento de energia a preços reduzidos.	
202-1	Rácio entre o salário mínimo por género, comparando com o salário mínimo local	No Grupo EDA o salário mais baixo é igual ao salário mínimo.	

DIVULGAÇÕES
GERAISSÉRIE
ECONÓMICA

GRI Standard

Pag.

401-1	Contratação de novos colaboradores e rotatividade de colaboradores		193 a 199
401-2	Benefícios para colaboradores em regime de full-time que não são fornecidos aos restantes trabalhadores		A atribuição de benefícios aos trabalhadores não é diferenciada pelo tempo de trabalho
401-3	Licença parental		No grupo EDA, foram gozadas 46 licenças parentais. Todos os trabalhadores que gozaram licenças parentais continuam ao serviço.
402-1	Prazos de notificação prévia em relação a alterações operacionais		Face à realidade geográfica do Grupo EDA e à dificuldade de mobilidade entre as ilhas, as transferências só se verificam dentro da ilha e sempre por acordo com o trabalhador. A mudança organizacional também é acordada com o trabalhador, salvo se for consequência de procedimento disciplinar.
403-1	Colaboradores representados em comissões formais de segurança e saúde.		202
403-2	Tipo de lesões, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho,		204
403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores		202
403-7	Prevenção e mitigação de impactes na saúde e segurança relacionados com as questões do trabalho		202
403-8	Trabalhadores abrangidos pelo Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional		202
404-1	Média anual de horas de formação por ano por trabalhador		193 a 199
404-3	Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira		O processo de definição de objetivos e avaliação de desempenho foi ativado após um período de suspensão. Aquando da avaliação é feita a identificação de reforço de competências e incluídas as necessidades de formação no plano do próprio ano ou ano seguinte, conforme a necessidade.
405-1	Diversidade da administração e dos trabalhadores		193 a 199
405-2	Rácio entre o salário base e remuneração entre homem e mulher para cada categoria		O acesso à carreira para homens e mulheres é o mesmo, conforme previsto em acordo de empresa. A diferença de salários é apenas devida à antiguidade na empresa e na função.
407-1	Operações e fornecedores em que a liberdade de associação ou negociação coletiva possam estar em risco		A EDA garante o direito de liberdade de associação e negociação colectiva, de acordo com os princípios éticos e normas de conduta estabelecidos no Código de Conduta. Em 2018 não foram identificadas situações em que o direito de liberdade de associação e negociação colectiva estivesse em risco. Os mecanismos de gestão do direito à greve são garantidos pela legislação nacional em vigor.
408-1	Operações e fornecedores em que se verifique risco significativo de incidentes com trabalho infantil		A EDA cumpre a legislação portuguesa que proíbe a contratação de trabalho infantil.
409-1	Operações e fornecedores em que se verifique risco significativo de incidentes com trabalho forçado ou análogo a escravo		A EDA cumpre a legislação portuguesa no que respeita a garantia dos direitos humanos. Nunca foram identificadas situações de discriminação.
412-2	Formação dos colaboradores em políticas e procedimentos de direitos humanos		Embora a EDA não tenha promovido qualquer ação de formação específica sobre políticas e procedimentos anticorrupção, o Código de Conduta da empresa define os mecanismos para comunicação de eventuais irregularidades ou infrações ao código.

SÉRIE SOCIAL